

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LENINISMO E SOCIAL-DEMOCRACIA : UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O
PROJETO POLÍTICO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

/CLOVIS BUENO DE AZEVEDO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA JUNTO AO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ORIENTADORA: MARIA TEREZA AINA SADEK

SÃO PAULO

1991

INDICE

Apresentação	4
CAPITULO 1 - ESTADO DAS ARTES: ANALISE DA BIBLIOGRAFIA	7
A - Introdução	8
B - Retrospectiva	12
C - A Bibliografia referente ao P.T.	16
C.1 - Textos Acadêmicos	16
C.2 - Textos Militantes	17
C.3 - Entrevistas, Biografias e Reportagens	19
D - Equívocos e Lacunas nas análises sobre o P.T.	20
D.1 - Equívocos	20
D.1.1 - Análises Tendenciosas	20
D.1.2 - Análises Racionalizadoras	21
D.1.3 - Análises Incompletas	22
D.1.4 - Análises Simplificadoras	22
D.1.5 - Análises Híbridas	24
D.2 - Lacuna	25
D.2.1 - Ausência de Análise	25
E - Os Textos	27
E.1 - Textos Acadêmicos	27
E.1.1 - Keck	27
E.1.2 - Meneguello	32
E.1.3 - Oliveira, Isabel	37
E.1.4 - Souki	42
E.1.5 - Rodrigues	47
E.1.6 - Sader, Eder	51
E.1.7 - Galetta	53
E.2 - Textos Militantes	55
E.2.1 - Sader, Emir	55
E.2.2 - Gadotti e Pereira	61
E.2.3 - Pedrosa	66
E.2.4 - Gurgel	67
E.2.5 - Silva	72
E.2.6 - Pont	74
E.2.7 - Fernandes	76
E.2.8 - Weffort	77
E.3 - Entrevistas, Biografias e Reportagens	82
E.3.1 - Oliveira, Elvira	82
E.3.2 - Rebelo	84

E.3.3 - Neumane	86
E.3.4 - Betto	88
E.3.5 - Morel	89
E.3.6 - Núcleo	92
E.3.7 - Sampaio	95
E.3.8 - Barbeiro	96
E.3.9 - Pomar	98
E.3.10- Singer	101
F - Conclusão	102
CAPITULO 2 - O PENSAMENTO E A IDEOLOGIA DO P.T. : ANALISE DOS DOCUMENTOS PARTIDARIOS	103
A - Introdução	104
B - Os Documentos Básicos	107
C - As Resoluções Políticas	109
D - A Análise	111
E - Análise dos Documentos Básicos	117
E.1 - A idéia central: a democracia	117
E.2 - A novidade da democracia petista	118
E.3 - O conceito de democracia	119
E.4 - O oposto da democracia	121
E.5 - O conceito de socialismo	124
E.6 - O modelo de democracia	126
F - Dos Documentos Básicos às Resoluções Políticas	132
G - Análise das Resoluções Políticas	135
G.1 - A idéia central: o socialismo democrático	135
G.2 - A novidade do socialismo democrático	136
G.3 - O conceito de democracia	137
G.4 - O oposto da democracia	140
G.5 - O modelo de democracia	143
G.6 - A via para o socialismo	146
G.7 - O conceito de socialismo	151
G.8 - O modelo de socialismo	152
H - Conclusão	158
CAPITULO 3 - MAPEAMENTO DO P.T. : GRUPOS CONSTITUINTES, BLOCOS PARTIDARIOS E CLIVAGEM IDEOLOGICA	160
A - Introdução	161
B - Mapeamento do P.T. (I) - Grupos Constituintes	162

B.1 - Sindicalistas	162
B.2 - Cristãos	163
B.3 - Militantes de Esquerda	165
B.4 - Limitações do Esquema	167
C - Mapeamento do P.T. (II) - Blocos Partidários	171
C.1 - Articulação	171
C.2 - Tendências Minoritárias	171
C.3 - Limitação do esquema	173
D - O Pensamento e a Ideologia dos Blocos Partidários	175
D.1 - Articulação	175
D.2 - Tendências Minoritárias	195
D.2.1 - Nova Esquerda	195
D.2.2 - Democracia Socialista	201
D.2.3 - Vertente Socialista	206
D.2.4 - Demais grupos	211
E - Mapeamento do P.T. (III) - Clivagem Ideológica	215
E.1 - Leninismo	215
E.2 - Social-Democracia	218
E.3 - Socialismo Democrático?	221
F - Conclusão	227
Considerações Finais	236
Notas	238
Bibliografia	248

APRESENTAÇÃO

Esta tese discute o Partido dos Trabalhadores, ao qual estou filiado. O objetivo é entender por que o partido, a despeito das novidades que trouxe à política brasileira, a despeito das intenções democráticas, possui limitações essenciais justamente no que concerne ao novo e à democracia.

O diagnóstico não é só meu. Em maior ou menor grau, velada ou declaradamente, a maioria dos petistas está insatisfeita.

A premissa básica assenta em que a questão está no plano ideológico, no projeto partidário, na definição dos objetivos, das metas e das vias ou caminhos para atingi-los. E aí que se situa a chave para compreender o P.T. e seus problemas. As insuficiências, as contradições na ação do partido explicam-se fundamentalmente por suas concepções. A ideologia tem consequências na prática política.

A hipótese é que, apesar de condenar, tanto o "stalinismo", quanto a "social-democracia", e postular o "socialismo democrático", o Partido dos Trabalhadores não obteve, até hoje, sucesso em formular um projeto político ao mesmo tempo socialista e democrático (ou democrático e socialista). Ao longo da tese procurarei sustentar que as formulações do P.T. oscilam entre a social-democracia e o leninismo, termo que considero mais apropriado do que "stalinismo". E que alternam-se concepções democráticas e autoritárias, sem resultar em uma proposta consistente e coerente.

Este ano, 1991, realiza-se o I Congresso do Partido dos Trabalhadores, no qual pretende-se discutir e precisar os objetivos partidários, particularmente o "socialismo democrático". Considero que aí está a confirmação de minhas premissas e hipóteses. O P.T. não definiu ainda, de modo satisfatório, sua ideologia e suas metas.

A escolha do tema desta dissertação deve-se, de um lado, a indagações teóricas, intelectuais: a ausência de democracia nos modelos e nas teorias socialistas; o papel da ideologia na ação dos partidos de esquerda... De outro lado, deve-se a inquietações práticas, militantes: a relação do P.T. com o socialismo e com a democracia; a importância da ideologia petista na definição da prática partidária...

Pretendo que este trabalho contribua para o debate que hoje se trava a respeito destas questões. Certamente, minhas idéias não agradarão a muitos petistas, particularmente aos mais aferrados à

ortodoxia leninista e a aqueles que julgam não ser apropriada uma crítica mais vigorosa ao partido, sob a alegação de que com isso se possa prejudicá-lo. Entendo que a melhor forma de contribuir para a superação das dificuldades do P.T. é não fugir ao debate.

No capítulo 1, analiso a bibliografia referente ao P.T. , de modo relativamente exaustivo, procurando apontar os problemas nas diversas análises, principalmente os equívocos ou omissões quanto à apreciação da ideologia e do projeto político do partido.

O capítulo 2 constitui-se em análise dos documentos partidários mais expressivos e significativos, os "documentos básicos" de sua fase inicial (1979-1981) - "Carta de Princípios", "Manifesto", "Programa" etc - e as "Resoluções Políticas" dos três últimos Encontros Nacionais (1987, 1989 e 1990) que demarcam a fase madura do P.T. Busca-se compreender as idéias, as propostas e as metas do partido, particularmente a democracia, o socialismo e as relações entre eles.

No capítulo 3, procedo a um mapeamento do Partido dos Trabalhadores, considerando as suas vertentes constituintes, os blocos e as facções partidárias e, por fim, a clivagem ideológica. Sustentarei que esta última não se confunde, quer com as vertentes (sindicalistas, cristãos e esquerda), quer com os blocos ou facções ("Articulação" e "Tendências Minoritárias"), mas permeia a ambos. Há uma convivência contraditória do leninismo e da social-democracia, tanto entre os grupos constituintes do P.T. , quanto dentre os agrupamentos internos.

Nas considerações finais, cedo à tentação de expressar minhas convicções políticas. Especialmente quanto a que, para ser democrática, uma proposta socialista necessita romper, profunda e radicalmente, com o leninismo, o que o P.T. (ainda) não fez.

Fará? Não sei.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida nos primeiros semestres de meu mestrado.

Agradeço também aos professores que leram meu projeto de pesquisa e me fizeram importantes críticas e sugestões: Professor Bolívar Lamounier, Professor José Alvaro Moisés, Professor Leôncio Martins Rodrigues, Professora Maria D'Alva Gil Kinzo, Professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, Professor Ricardo Abramovay.

Agradeço, especialmente, à Professora Maria Tereza A. Sadek, à Teca, que acompanhou minha tese e meu mestrado, do primeiro ao último minuto, estimulando-me, incentivando-me, encorajando-me... Dificilmente seria possível orientadora mais atenta, séria, responsável, amiga...

Dedico essa dissertação a meus pais, Vera e Lauro, que me ensinaram a crescer; a meus filhos, Rafa, Nina, Vi e Lucas que, ao crescerem, me ensinam.

Principalmente à Vera, minha mulher, pela paciência, pelas horas de espera, pela dedicação aos quatro filhos, pelas infindáveis datilografias.... Mais do que tudo, pelo amor que nos damos e que me faz crescer.

CAPITULO 1

ESTADO DAS ARTES: ANALISE DA BIBLIOGRAFIA

4 - INTRODUÇÃO

Em Partidos Políticos e Consolidação Democrática (1), Bolívar Lamounier e Rachel Meneguelli fazem referência a duas maneiras de se descrever um partido político.

Em uma delas, os partidos são expressão direta das classes sociais e de seus interesses. Na outra, são organizações cuja finalidade é a obtenção de votos, dados por indivíduos. A título de exemplo, são citados, respectivamente, Umberto Cerroni e Schumpeter.

Conforme Cerroni (2), representando a literatura marxista, "a história de um partido (...) não poderá deixar de ser a história de um grupo social determinado", com o que se afirma a correlação entre os partidos e as classes.

Segundo Schumpeter (3), os partidos são agremiações formadas de modo artificial por "empresários" dispostos a competir pelos votos, moeda com que os indivíduos-consumidores compram as mercadorias políticas. Não se compreende a sociedade a partir da contradição entre classes sociais; ou a política partidária como contraposição entre organizações que representam interesses de classe. Tal qual no modelo econômico neoclássico, a sociedade é formada por indivíduos dispersos que, de modo aleatório, isolado, compram/votam as alternativas políticas oferecidas competitivamente nos mercados eleitorais.

Ambas as visões requerem questionamento, ainda que possam ser vistas como dois paradigmas típico-ideais opostos. A de Schumpeter porque é um exagero, um equívoco, descrever a sociedade moderna como uma mera somatória de indivíduos; sem que houvesse interesses compartilhados, confrontos entre grupos, conjuntos em relação de oposição ou aliança; como se não existisse o jogo e o enfrentamento entre as classes sociais.

A de Cerroni, porque não há vinculação simples entre esses interesses agregados, sejam eles, ou não, os de, no sentido marxista, uma classe social, e os interesses defendidos pelos partidos políticos.

Trata-se das relações entre as classes "em si" (indivíduos em igual posição frente o processo produtivo), as classes "para si" (indivíduos com interesses comuns, decorrentes da situação de classe "em si") e a expressão desses interesses nos partidos políticos.

Adam Przeworski, em Capitalismo e Social-Democracia (4), criticando a rigidez da visão classista clássica, afirma que "as classes não são determinadas unicamente por quaisquer posições objetivas, porque constituem efeitos de lutas e essas lutas não são determinadas exclusivamente pelas relações de produção", concluindo que as classes não são fixas e permanentes, mas continuamente organizadas, desorganizadas e reorganizadas.

Se, conforme Przeworski, as classes são, tanto referencia, quanto referentes: tanto geradoras, quanto produtos das lutas e embates políticos, torna-se obrigatório repensar as relações entre as classes sociais e os interesses. Reconhecer que classes ("em si") definem interesses, mas que outros interesses, não originados na esfera produtiva, também definem classes ("para si"); romper com a premissa de que as classes ("para si") possam ser deduzidas exclusivamente a partir das posições frente ao processo produtivo; que os interesses decorram unicamente das classes ("em si").

Fogeria-se replicar a Przeworski: que as classes, obrigatoriamente e unicamente, são determinadas "pelas posições objetivas", desde que, "por definição", sejam assumidas como "o conjunto de indivíduos que guardem igual situação no processo produtivo".

Estariamos nos referindo as classes "em si".

Pode-se também objetar que interesses não determinados a partir das classes "em si" (das relações de produção) não configuram classes "para si", mas outro tipo qualquer de agrupamento social.

Mas não há como negar: os indivíduos que formam as classes "em si" não assumem necessariamente por comuns os interesses que fundamentariam as classes "para si". A igualdade de posições na produção não faz obrigatoriamente um grupo de homens ter os mesmos interesses e objetivos políticos.

Há, portanto, em qualquer hipótese, que reconsiderar os vínculos entre as classes e os interesses.

Inexistem interesses "das classes", previamente conhecidos, pré-determinados, que sejam, inevitável e exclusivamente, assumidos pelos indivíduos.

São também mais complexas do que se supõem as relações entre os interesses e os partidos.

Para Maurice Duverger, em Os Partidos Políticos (5), "os partidos tanto criam a opinião pública quanto a exprimem, formam-na mais do que a deformam, não há eco e sim diálogo. Sem partidos, haveria, apenas, tendências vagas, instintivas, variadas, dependendo do temperamento, da educação, dos costumes, da situação social etc. A própria teoria marxista que faz da opinião um reflexo da classe social, considera não haver classe sem consciência de classe: mas não há consciência de classe, sem a ação de um partido que a suscite e a desenvolva".

As classes determinam os interesses a serem defendidos pelos partidos, mas estes também determinam os interesses das classes.

As classes formam partidos e os partidos formam as classes.

É rico e delicado o desafio de traçar as relações entre os interesses instituídos na sociedade e os interesses perseguidos pelos partidos políticos.

De qualquer modo, sejam quais forem essas relações, os partidos visam a realização de interesses. Mesmo na hipótese extrema desses interesses serem apenas os dos membros da agremiação, de disputar o controle do Estado, de exercer "o poder pelo poder"...

Na visão defendida por Schumpeter, as "mercadorias políticas oferecidas aos consumidores" correspondem a alternativas de satisfação de uns ou outros interesses concorrentes. E é por essa razão, conforme vejamos, ou não, a perspectiva de seus interesses estarem contemplados no programa e nas promessas dos candidatos e partidos, que os eleitores/consumidores votam neste ou naquele "empresário".

Mas, não é suficiente descrever os partidos como agremiações que disputam o poder do Estado, tendo em vista a realização de interesses. É preciso conhecer tais interesses.

Para isso, é necessário investigar seu projeto político.

Pode-se chegar à conclusão que o projeto partidário é inconsistente: que não é claro: ou até que o partido não possui projeto. Mas é sempre em função da (in)existência e do caráter do projeto partidário que se poderão descobrir os interesses que estão ali contidos (à mostra ou escondidos): se são iguais os interesses declarados e os perseguidos...

Qual é a proposta para o Estado e para as instituições políticas? Como o partido pretende governar? Quais as soluções apresentadas para a sociedade e seus problemas? Que modelo de sociedade é considerado adequado? Quais são as respostas para os dilemas econômicos? Que modo de organização da economia é defendido pelo partido?

A resposta a essas questões revelará os objetivos do partido; a clareza de seu programa; se há coerência entre as metas e os instrumentos para alcançá-las; a (in)adequação da organização e da composição partidária; as relações entre o partido e a sociedade...

E dirá, principalmente, a quais indivíduos, grupos ou classes o partido atende.

E sob esse prisma que se analisará, neste capítulo, a bibliografia sobre o Partido dos Trabalhadores.

E - RETROSPECTIVA

Desde o final dos anos 70, quando surgiu, até as vésperas da década de 90, quando por muito pouco deixou de assumir a presidência do país, o Partido dos Trabalhadores tem sido, dentre as agremiações políticas brasileiras, referência obrigatória, tornando-se muitas vezes o principal alvo de análise e crítica.

No primeiro momento, o debate circunscreveu-se em torno da questão: o partido veio para somar ou para dividir?

Uns aplaudiam a possibilidade de, finalmente, os trabalhadores se fazerem representar no cenário político, por meio de um partido criado e construído por eles mesmos. Tornava-se assim possível, e apenas assim, lutar por uma autêntica e verdadeira democracia no país.

Outros acusavam o novo partido de fazer o jogo da ditadura, dividir as oposições, fragmentar o MDB e, com isso, bloquear, ou atrasar o processo de abertura e de redemocratização.

Tal acusação não vinha apenas da "oposição liberal", mas também de setores de esquerda que não optaram (ou não haviam ainda optado) pela alternativa P.T.

Além da questão "dividir a oposição", discutiu-se o caráter do P.T.: revolucionário ou reformista?

Em 1982, com as eleições para governador, e em 1985, para prefeito das capitais, o debate prosseguiu. Não se tratava mais da criação do P.T. : sua existência era fato consumado, mas de se adotar, ou não, a tese do "voto útil". O problema era o mesmo: dividir ou não dividir?

Para os petistas o fundamental era a consolidação do partido, o que dependeria da votação do P.T. e não da vitória das "oposições". A única oposição efetiva era o próprio Partido dos Trabalhadores (na campanha de Lula, a governador, em 1982, dizia-se que todos os demais eram partidos burgueses).

A tese oposta fundava-se no argumento de que, apesar das diferenças, as oposições deveriam se unir para derrotar a situação, que foi vitoriosa, em 1985, com a eleição de Jânio Quadros para prefeito de São Paulo (6).

Um ano antes, após frustrarem-se a aliança e o movimento das oposições, inclusive o P.T., para reconquista das eleições diretas para presidente, deu-se o confronto quanto a se sufragar, ou não, o nome de Tancredo Neves e elegê-lo presidente por meio do Colégio Eleitoral.

O próprio P.T. se dividiu. Três parlamentares, inclusive seu líder na Câmara Federal, foram ao Colégio Eleitoral, tendo sido por isso obrigados a abandonar o partido. Mas, dessa vez, os votos do P.T. não fariam diferença. Tancredo e Sarney não precisavam dos oito votos petistas, menos ainda dos três dissidentes.

Outro debate registrou-se, em 1985, referente ao conteúdo e ao estilo das campanhas do P.T.

Em 1982, o discurso do Partido dos Trabalhadores ressaltava o caráter classista do partido e de seu programa. Dirigia-se a trabalhadores, operários e camponeses, contrapostos aos patrões, burgueses e capitalistas...

Na campanha de 1985, especialmente em São Paulo, o P.T. apresentou-se com discurso suavizado, mais abrangente, não focalizado privilegiadamente no operariado ou no campesinato. Dirigia-se também às classes médias, verificando-se, em tais eleições, sensível crescimento do número de votos.

Tanto interna, quanto externamente, foi discutida e analisada a mudança na fala do P.T. (inclusive se houve tal mudança), ora aprovando-se o abandono do sectarismo, ora reprovando-se a perda da pureza original. Entre os próprios petistas criticou-se o P.T. por se tornar um partido eleitoreiro, por abandonar seu discurso classista e ideológico, em troca de votos.

A eleição para as prefeituras, de Diadema em 1982 e de Fortaleza em 1985, fez surgir novo tema: o desempenho do partido na condução do Executivo; os sucessos e os fracassos da administração petista; o relacionamento partido-administração-bancada; a (in)aplicabilidade de seu programa, a relação com a institucionalidade, a própria situação de partido no poder...

Os incidentes de Leme, em 1986 (a morte de um bóia-fria em uma greve de canavieiros); o assalto a um banco, em Salvador, por supostos militantes do Partido dos Trabalhadores; e declarações de Lula, em entrevista à Folha de São Paulo, em dezembro de 1985, segundo as quais a democracia pode prescindir de eleições, levaram a duras e pesadas acusações ao P.T. Aceitaria o partido a institucionalidade democrática?

Com a conquista, em 1988, das prefeituras de São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas, Santos, São Bernardo, Santo André, entre outras; com a vitória no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, e a quase conquista do governo federal, o Partido dos Trabalhadores entrou de uma vez "na berlinda".

Desde então, dissecaram-se candidatos, discurso, programa, propaganda, alianças, o partido por inteiro, por dentro e por fora...

Já a partir do início de 1989, as administrações petistas, seus acertos e desacertos, reais ou fictícios; a ideologia do P.T.; as disputas, os processos internos ao partido vinham recebendo incansáveis e permanentes vigilância e observação.

Ao longo da campanha presidencial, e de modo crescente à medida em que o P.T. crescia nas pesquisas, o partido passou à condição de alvo privilegiado da crítica e dos analistas. Como seria o Brasil, governado pelo Partido dos Trabalhadores?

Mesmo não vencendo as eleições de 1989, o partido continuou sob vigilância, por ter sido, desde o início, o mais ferrenho adversário do governo Collor.

O debate centrou-se na disputa entre duas teses opostas. A primeira, que o Partido dos Trabalhadores perdeu o trem da história: que sua ideologia é totalitária, monoclássista, desconsidera a crise e a derrocada do socialismo, é obsoleta e ultrapassada, antidemocrática e contrária ao interesse nacional.

E a outra, que é um partido, desde sua origem, intrinsecamente democrático, o verdadeiro representante dos interesses populares e dos setores organizados do país; que é o partido mais importante, dentro as forças progressistas e de esquerda, o principal opositor ao considerado ilegítimo governo federal.

Nas eleições de 1990, para governador e para as câmaras federais e estaduais, o P.T. teve votação sensivelmente aquém das expectativas, inclusive nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Isto fez com que muitos daí deduzissem o fracasso completo, a prova da rejeição das administrações e da proposta do partido pelos eleitores.

Por outro lado, mesmo com a votação inesperada, cresceram as bancadas legislativas, quer em quase todas as Assembléias Estaduais (inclusive nos Estados citados), quer no Congresso

(onde dobrou-se o número de deputados e elegeu-se o primeiro senador). Sob esse ponto de vista, as mesmas eleições têm sido interpretadas como uma vitória petista.

Todas essas questões, aqui rapidamente delineadas, e várias outras, relativas ao Partido dos Trabalhadores, foram acompanhadas, analisadas, debatidas e registradas pelos meios de comunicação de massa; no debate interno ao P.T. e, exceto a campanha presidencial de 1989 e as eleições de 1990 (o prazo necessário para a elaboração e redação de uma tese não o permitiu, ainda), também pela literatura acadêmica.

Contudo, ainda que já exista farto material acerca do Partido dos Trabalhadores, tanto na literatura acadêmica, quanto nos meios de comunicação, ou no debate intrapartidário, não há texto que analise, de modo sistemático e adequadamente, o projeto político do P.T. Há lacunas ou equívocos - conforme o caso - no que se refere à análise do ponto crucial: propostas, ideologia e projeto político partidário.

C - A BIBLIOGRAFIA REFERENTE AO P.T.

Os escritos sobre o P.T. podem ser classificados em três grandes grupos: a- textos produzidos pela grande imprensa, divulgados pelos meios de comunicação de massa, especialmente revistas e jornais; b- textos redigidos e destinados ao debate interno ao partido; e c- textos acadêmicos e/ou editados (publicados em livro): teses, análises e artigos, reportagens, biografias e coletâneas de entrevistas.

O terceiro grupo divide-se em três sub-grupos: 1- textos acadêmicos (teses e artigos); 2- textos militantes (livros e artigos não acadêmicos, redigidos por militantes do P.T.) e 3- entrevistas, biografias e reportagens (biografias e entrevistas com lideranças partidárias, especialmente Lula; reportagens que analisam campanhas eleitorais).

Compõem o terceiro grupo os seguintes textos:

C.1 - TEXTOS ACADEMICOS

Keck (1986) aborda o processo de construção do P.T., seus vínculos com os movimentos sociais - especialmente o sindical -, seu papel na transição brasileira, as primeiras experiências eleitorais e a administração do município de Diadema, até 1985.

Meneguello (1989), em sua tese de mestrado, "P.T. - Inovação no Sistema Partidário Brasileiro" (defendida em 1987 e tornada livro, com o título P.T.: a Formação de um Partido), analisa as origens, organização e propostas iniciais do P.T., bem como os resultados de sua primeira participação eleitoral, em 1982. O livro acrescenta posfácio em que se faz breve retrospecto, de 82 até a conquista da Prefeitura de São Paulo.

Oliveira, Isabel (1987) estuda a origem sindical do Partido dos Trabalhadores e procede a relato dos principais eventos do período e do processo de constituição do P.T. A ênfase do trabalho é dada à reconstrução e crítica do discurso dos sindicalistas, tanto acerca das relações entre lideranças e bases, quanto entre o movimento sindical, o Estado e o empresariado.

Souki (1986) investiga o partido nos municípios mineiros de Belo Horizonte e Contagem, destacando e procurando explicar a existência de autoritarismo "em um partido que se diz

democrático". Ressalta serem diferentes a constatação e o reconhecimento do autoritarismo (presentes nos militantes e membros do P.T.) do entendimento e explicação do fenômeno (inexistentes ou insuficientes nos petistas).

Rodrigues (1989) pesquisa o perfil das lideranças do P.T., demonstrando que sua composição social não é predominantemente de trabalhadores manuais e operários (ainda que existam em maior proporção do que nas demais agremiações), mas sim de intelectuais e sindicalistas de classe média e do setor terciário. Afirma também que, a despeito de sua origem extra-parlamentar, deve-se relativizar a afirmação de que o P.T. nasceu "de baixo para cima". Pois contou com o apoio decisivo de instituições de peso: a Igreja Católica, sindicatos oficiais e organismos intelectuais de renome, como o Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e o Cedec - Centro de Estudos e Cultura Contemporânea.

Ainda no campo da literatura acadêmica, a despeito de não tratarem diretamente do Partido dos Trabalhadores, há pelo menos dois estudos que comportam referência: o de Sader, Eder (1988) e o de Galetta (1984). (7)

Sader versa sobre o processo de constituição dos "novos personagens", sindicalistas, esquerda e igreja; seu ingresso no cenário político, ao longo da década de 70, até a virada para a década de 80, quando fundaram o P.T.

Galetta aborda a entrada dos membros da "pastoral popular" na política partidária - predominantemente no P.T. - por meio de inúmeras entrevistas realizadas ao longo do país. Expõe as razões e as dificuldades do ingresso dos cristãos na política, especificamente no P.T.

C.2 - TEXTOS MILITANTES

Sader, Emir (1986) organiza coletânea de textos de importantes lideranças do P.T. Entre elas, Luis Gushiken, deputado federal e ex-presidente do partido; José Dirceu, deputado federal e secretário-geral; e Plínio Arruda Sampaio, ex-líder da bancada federal, candidato a governador de São Paulo, em 1990. Os artigos analisam os dilemas e os impasses enfrentados à época, para a determinação do perfil e do caráter do partido. O traço comum é a afirmação da necessidade de o P.T. definir mais claramente suas propostas, seus programas e suas opções ideológicas.

Gadotti e Pereira (1989) desenvolvem extenso histórico do

partido, desde suas origens até a campanha presidencial de 1989 e o primeiro ano da gestão da cidade de São Paulo. Abordam, ainda, os documentos internos do partido (citando-os e transcrevendo-os), suas políticas e programas, o importante debate no V Encontro Nacional do P.T. e sua experiência constituinte.

Pedrosa (1980) publicou os documentos básicos e resoluções da I Convenção do Partido dos Trabalhadores, acrescentando apresentação de Lula, prefácio de Francisco de Oliveira e diversos artigos sobre a idéia e o nascimento do P.T.

Gurgel (1989) discorre acerca das origens do P.T. e de questões e dilemas do partido: as tendências e agrupamentos internos, a precariedade dos núcleos, o contraponto entre os modelos de partido "de massas" e "de vanguarda", a insuficiência de suas concepções programáticas... Um dos objetivos do livro é verificar se o Partido dos Trabalhadores estaria apto para exercer o poder.

Silva (1987) faz histórico da esquerda no Brasil, desde o anarco-sindicalismo e a fundação do Partido Comunista, no início do século. O livro segue até a década de 80, quando, à exceção do MR-8, PCB e PC do B, quase todas as ramificações e organizações de esquerda participam da fundação ou ingressam no Partido dos Trabalhadores. Destaca-se o capítulo dedicado às relações entre a esquerda e o P.T.

Pont (1985) e Fernandes (1989) reuniram em livro artigos e textos de análises de conjuntura, que trazem importantes subsídios para o estudo do Partido dos Trabalhadores.

O livro de Pont traz documentos do autor tratando dos dilemas da esquerda frente ao processo de abertura, da idéia, da consolidação e os primeiros anos do P.T., até o início de 1985.

Fernandes apresenta em seu trabalho dois conjuntos de escritos. Um, composto por artigos redigidos para a grande imprensa, versa sobre o processo constituinte e a participação do P.T. Outro, expõe idéias e propostas do então candidato a deputado federal para a campanha de 1986.

Com a finalidade de contribuir para a preparação do programa para o governo federal, o P.T. realizou, em abril de 1989, um seminário para o qual foram convidados, além das principais lideranças do partido, intelectuais não militantes ou não petistas. Os debates e as palestras do evento foram coletados e organizados por Weffort (1989). Nos dois primeiros volumes - já lançados - trata-se de questões e projetos políticos e econômicos, destacando-se, no primeiro volume, as palestras de

Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort.

C.3 - ENTREVISTAS, BIOGRAFIAS E REPORTAGENS

A vitória do P.T. em São Paulo, nas eleições municipais de 1988, suscitou os livros de Oliveira, Elvira (1988), Rebelo (1989) e Nêumane (1989). Os três textos trazem relatos, reportagens e retrospectivas da campanha. O primeiro e o terceiro tratam também da vida e trajetórias, pessoal e política, da prefeita eleita Luiza Erundina.

A campanha presidencial de 1990 provocou o livro de Betto (1989) e o relançamento de Morel (1989), ambos a respeito da biografia e história do candidato Luis Inácio Lula da Silva. Ainda sobre Lula, há a entrevista publicada por Barbeiro (1989), o "romance-reportagem" de Sampaio, Antonio (1982) e a coletânea do Núcleo Ampliado de Professores do P.T. (1980), contendo grande quantidade de entrevistas e discursos do ex-candidato petista.

A participação do P.T. na eleição para presidente em 1989 foi relatada e analisada por Pomar (1990), coordenador nacional da campanha. O livro traz, como anexo, a avaliação da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Singer (1990) reuniu textos de Ricardo Kotscho e Janio de Freitas, entrevista com Lula e grande quantidade de fotos, que registram e documentam a disputa presidencial.

Restam as extensíssimas áreas dos "meios de comunicação de massa" e do "debate interno" ao Partido dos Trabalhadores. Ambas são importantes e essenciais, contendo grande volume de escritos.

Contudo, não serão elencados. No caso dos meios de comunicação, porque a quantidade infinda faz com que a tarefa seja praticamente impossível. No que diz respeito à produção interna ao P.T., sua análise será retomada mais à frente.

Quanto aos textos aqui referidos proceder-se-á, nesse capítulo, a uma abordagem de certo modo exaustiva. Uma das razões é o objetivo de marcar as insuficiências das análises, quer a acadêmica, quer a militante, quer a jornalística, no que concerne à compreensão dos limites das propostas e da ideologia petista. Outra razão é a intenção de que a crítica vá delineando com maior clareza, a partir da lacuna na bibliografia, o problema que se buscará enfrentar na dissertação.

D - 'EQUIVOCOS E LACUNA NAS ANÁLISES' SOBRE O P.T.

Os escritos sobre o Partido dos Trabalhadores são insatisfatórios em consequência de dois tipos de problemas.

O primeiro é fazer-se análise equivocada de sua proposta e projeto político. O segundo é a ausência de análise, que implica avaliações incorretas de outras variáveis e aspectos do P.T.

D.1 - EQUIVOCOS

As análises equivocadas sub-dividem-se em:

D.1.1 - Análises Tendenciosas

As análises tendenciosas tomam o Partido dos Trabalhadores por agremiação ideologicamente homogênea, sem reconhecerem contradições e diferenciações internas. Ou considerando-as irrelevantes. Descrevem o partido, de uma dentre as seguintes formas:

Uma, como organização marxista-leninista, de pensamento e projeto totalitários, autoritários e atrasados, inspirados nos modelos e dogmas stalinistas. É o caso das análises acerca do Partido dos Trabalhadores feitas, por exemplo, pelo jornal "O Estado de São Paulo".

Outra, como agremiação social-democrata, reformista, adaptada aos padrões, procedimentos e instituições do capitalismo e da democracia representativa burguesa. Trata-se das análises dos agrupamentos ultra-radicais, como a tendência "Causa Operária", ou, às vezes, de outros grupos ou partidos comunistas.

Uma terceira, como autenticamente socialista e democrática, crítica do socialismo real, portador de um marxismo renovado, criativo, livre tanto do stalinismo, quanto da social democracia. É a análise que o partido faz de si mesmo. Pode ser encontrada, ainda, em textos como os de Gadotti e Pereira, Pomar, Pedrosa, Silva, em certas passagens de Meneguello... (8)

Do nosso ponto de vista, há equívoco nos três casos. O Partido dos Trabalhadores, independentemente da valoração que se dê ao fato, não é inequívoca e monoliticamente, marxista-leninista, ou

social-democrata; e não é também socialista e democrático, inquestionavelmente distinto do stalinismo (ou do leninismo) e da social-democracia .

As análises tendenciosas, ao caracterizarem o P.T., conforme o caso, como marxista-leninista, social-democrata ou socialista e democrático desconhecem, subestimam ou omitem as contradições do partido, que não é nem uma coisa nem outra em estado puro.

D.1.2 - Análises Racionalizadoras

Outras análises diferem das tendenciosas por perceberem o P.T. como partido de ideologia não unitária, monolítica ou homogênea; por constatarem que o projeto petista não é, ou não está (ainda), suficientemente claro e definido. Encontram-se apreciações racionalizadoras nos textos de Gurgel, Gadotti e Pereira, em artigo de José Dirceu, em entrevistas de Lula, bem como em documentos partidários.

As análises racionalizadoras reconhecem insuficiências, indefinições, ambiguidades, falta de clareza no projeto do P.T. Mas não concordam que daí decorra problema sério. As vezes, até postula-se ser tal indefinição salutar e oportuna. Desta angulo, são, tal qual as análises tendenciosas, valorativas.

A tese é que seria precipitado afirmar e delimitar já, com clareza, o socialismo, a democracia, o projeto petista. Isto só poderá ser feito com o tempo, progressivamente, pelos próprios trabalhadores, na medida em que amadureçam, que evoluam política e ideologicamente. A idéia é que o socialismo petista não inspirado em qualquer modelo estrangeiro, será construído e formado pelos trabalhadores brasileiros, ao longo de seu percurso político.

Justificam ainda a indefinição ideológica, a existencia de divergências e contradições, por serem consequência do "caráter democrático e pluralista" do P.T. Eliminá-las "antes do tempo" estreitaria a base partidária. Afastar-se-iam estes ou aqueles grupos, conforme a definição assumida, o que restringiria também a própria democracia e o pluralismo do partido.

Tais análises comportam dois problemas básicos. O primeiro é que a indefinição não é saudável. É lacuna grave que obriga o partido a tergiversações, que não permite enfrentar dilemas cruciais e questões concretas com coerência e segurança. Impede, por exemplo, que o partido se posicione claramente frente à

institucionalidade as eleições, o Parlamento, o sistema representativo...

O outro problema é que a pretensão de que o socialismo petista só poderá ser definido com o tempo, pelos próprios trabalhadores, não é prudência ou postura democrática. É mostra de conduta esquiva, recusa de se posicionar de modo claro e inequívoco perante a social-democracia e, principalmente, o leninismo e o socialismo real.

Sem se abrir, desde já, o debate, de que modo, com que subsídios, poderão (poderão) "os trabalhadores" definir o seu socialismo? E quando, enfim, chegará (chegará) o momento das definições?

1.1.3 - Análises Incompletas

As análises incompletas acusam o caráter ambíguo e oscilante dos projetos e ideologias petistas, sem desconsiderar a gravidade do fato e procurando descrever tais ambiguidades e oscilações.

Identifica-se a coexistência de críticas ao socialismo real, com elogios aos regimes políticos desses países; a defesa das eleições com o desprezo para com a democracia representativa.

Constata-se a proposição de fórmulas participativas, como a dos Conselhos Populares, sem clarear se correspondem a mecanismos alternativos ou complementares à democracia parlamentar; a formulação de que o socialismo deve ser construído progressivamente, de baixo para cima, sem explicitar se isto implica ou não abandonar a luta armada...

Apontar tais ambiguidades, contradições e tergiversações é sem dúvida correto. Mas é preciso ir além. Falta qualificá-las e principalmente explicitá-las, (por que a ambiguidade, a contradição, a tergiversação?). Verificam-se exemplos de análises incompletas no trabalho de Lecl.

1.1.4 - Análises Simplificadoras

As análises simplificadoras avançam em relação às anteriores porque, afora apreenderem o P.T. como uma agremiação não homogênea, constatarem e descreverem contradições e ambiguidades, procuram uma explicação para o fato, em vez de justificá-lo. São simplificadoras, contudo, por não darem a ênfase necessária às

relações entre as concepções e o projeto político do P.T. e tais contradições e ambiguidades. Há análises simplificadoras nos trabalhos de Meneguello, Keck, Neumana, Oliveira (Isabel), Souki...

Conforme tais análises, o Partido dos Trabalhadores divide-se em dois blocos:

De um lado, adeptos das teorias marxistas-leninistas, os defensores do socialismo e do comunismo: da necessidade da transformação radical do capitalismo, por meio de uma ruptura violenta e revolucionária: da instauração da Ditadura do Proletariado...

Do outro lado, os social-democratas, os moderados ou reformistas, que optaram pela via de transformações pacíficas e progressivas do sistema capitalista: pelo respeito as regras e procedimentos eleitorais das democracias representativas e parlamentares...

Conforme a caricatura, utilizada dentro e fora do P.T., trata-se de contraposição entre os "xixitas" (petistas ditos radicais) e os "lights" (petistas ditos moderados). O embate, ainda sem vencedores, sem perspectiva de conclusão, provocaria como resultado a vagueza, a ambiguidade, as diferenças e a inconstância da ideologia petista.

As análises simplificadoras sugerem cinco considerações:

a- As disputas internas ao Partido dos Trabalhadores não se dão apenas entre dois blocos. Há divergências entre trotskistas e comunistas: entre trotskistas: entre comunistas: entre comunistas e ex-comunistas: entre ex-comunistas e socialistas: entre sindicalistas e grupos de esquerda: entre sindicalistas: entre sindicalistas e católicos: entre católicos e grupos de esquerda: entre católicos: entre parlamentares e dirigentes partidários: entre dirigentes partidários e militantes sindicais...

b- A tensão básica vivida pelo P.T. não corresponde, como se pretenda, ao choque de defensores do comunismo com defensores do capitalismo. A disputa se dá entre distintos entendimentos quanto à maneira de superação do capitalismo: entre diferentes projetos e modos de transição ao socialismo: entre diversas concepções e modelos de socialismo: também entre várias visões do capitalismo, porém todas críticas de tal sistema socio-econômico.

c- Os embates não se dão entre blocos partidários de ideologia

claramente configurada e homogênea. Há ambiguidades e tensões internamente aos blocos e, igualmente, aos próprios grupos que compõem estes blocos. Verificam-se contradições intra-tendências, entre seus membros; nos discursos e proposições de um mesmo agrupamento; ou até de um único indivíduo.

d- Grande parte dos militantes do P.T. não tem sequer consciência de tais contradições; das questões, posições e concepções em confronto. O debate ideológico se dá, quando e nos limites em que se dá, restrito a um grupo bastante pequeno e localizado. Não há uma discussão aberta, explicitada, pública, socializada, de tais questões no Partido dos Trabalhadores. Há contradições e tensões fundamentais, estruturais, mas não estão desnudadas, à mostra, reconhecidas, assumidas pelo conjunto dos petistas.

e- Há uma dimensão diacrônica do problema: o P.T., como um todo; os blocos e os grupos partidários; as pessoas - as lideranças e os militantes - mudam, com o tempo, tanto suas posições quanto suas composições. Isso se dá em consequência do movimento do partido: conforme os vencedores das disputas internas; em função das vivências e resultados eleitorais; a partir das experiências parlamentares e constituintes; em decorrência do acesso ao poder executivo, das responsabilidades de governar. Modificam-se em razão dos acontecimentos mundiais, principalmente pela derrocada do socialismo existente.

1.1.5 - Análises Híbridas

Há, finalmente, análises que são híbridas: insatisfatórias, por apontarem, porém de maneira simplificada, a existência de polarização ideológica no P.T.; e tendenciosas, por pretenderem, acriticamente, que um dos polos, isento de contradições, caracterize-se pelo autêntico e legítimo socialismo democrático.

Uma das análises contrapõe uma esquerda "socialista e democrática, renovada, original" e outra "vanguardista e golpista". E a versão do bloco partidário "Articulação", que se inclui, obviamente, no primeiro caso, incluindo as demais no segundo.

Já no outro bloco, o das "Tendências", cada tendência individualmente atribui à "Articulação" uma ideologia, ora "stalinista, burocrática e autoritária", ora social-democrata, reformista. As demais tendências qualificam-se vanguardista ou reformista, conforme o caso. E para si pretende a posse do marxismo autêntico, revolucionário, democrático...

Tais análises são equivocadas porque, apesar de compreenderem o partido como não homogêneo, pretendem que os blocos o sejam, no sentido de que um deles é portador da teoria e prática socialista e democrática e o outro autoritário ou reformista.

O equívoco, assim, em ambos os casos, é o mesmo.

Afora as diferenças, efetivamente existentes, entre os blocos, ou entre as respectivas concepções e ideologias, nenhum deles formula uma proposição que solucione as tensões, que conjugue o socialismo e a democracia, que rompa, ao mesmo tempo, com a social-democracia e com o leninismo.

Dai, a questão que se impõe ao P.T. não é, como se pretende, assumir o pensamento de um dos blocos, tal qual está posto, mas superar as contradições que perpassam a cada um deles.

D.2 - LACUNA

D.2.1 - A Ausência de Análise

O segundo problema é a ausência de análise (ou a realização de análise superficial, demasiado breve ou suscinta) do projeto político do Partido dos Trabalhadores.

Há 4 razões para ocorrer tal lacuna:

a- assumir, de princípio, conforme as análises tendenciosas, que o Partido dos Trabalhadores é uma agremiação marxista-leninista; social-democrata; ou que é socialista e democrática;

b- reconhecer, tal qual as análises racionalizadoras, que o projeto do P.T. tem indefinições; mas julgar que elas são salutares.

c- não ter consciência da importância de se analisar o projeto político do P.T.; de suas relações e implicações nos demais pontos e questões da vida partidária;

d- ter consciência da importância da análise, mas também de suas consequências e desdobramentos. Nesse caso, quando se faz a análise, não é tornada pública, porque se julga que explicitá-la

poria em risco a apregoada imagem democrática do partido: porque é considerada questão interna; ou porque fazê-la obrigaria enfrentar o complexo desafio teórico e político que dela decorre: posicionar-se perante a social-democracia e o leninismo, aceitar ou negar a institucionalidade, assumir ou rejeitar a luta armada etc; ou ainda porque implicaria enfrentar a reação das próprias partes envolvidas, particularmente a intransigência da esquerda.

Na hipótese "a", supõe-se que a análise já está feita; na "b", que a análise é inútil; na "c", que é desnecessária; na "d", a análise é evitada ou omitida.

A ausência ou a superficialidade da análise, independente da razão que as explique, assim como a realização de análise equivocada, levam a problemas e lacunas na apreciação de outros pontos e variáveis acerca do Partido dos Trabalhadores.

Não é possível entender adequadamente, contextualizar de modo preciso, explicar consistentemente as diversas características do P.T. , sem levar em consideração, ou considerando de maneira equivocada, o seu projeto, as suas propostas, a sua ideologia...

Apenas procedendo a tal análise, e de modo correto, é que se poderá entender a origem do P.T.; a dinâmica das forças sociais que o constituem; as disputas entre os grupos internos; os problemas e dilemas em sua trajetória; os discursos e as propostas de campanha; a postura diante da institucionalidade; a atuação parlamentar; o modo de governar; as dificuldades na relação administração-partido-bancada; as diversas ambiguidades e contradições do partido...

E o que se procurará apontar nos escritos anteriormente elencados e que compõem a bibliografia acerca do Partido dos Trabalhadores.

E - OS TEXTOS

Conforme apontado anteriormente, os textos que compõem a bibliografia acerca do Partido dos Trabalhadores (exclusive os da grande imprensa e os do debate interno) classificam-se em "textos acadêmicos", "textos militantes" e "entrevistas biografias e reportagens". Passaremos agora à análise desses textos.

E.1 - TEXTOS ACADEMICOS

E.1.1 - Keck

Em seu trabalho, Keck (1986) aborda a transição brasileira e a inserção do P.T.; o histórico do sindicalismo no Brasil; as origens do P.T. em meio ao debate acerca da democratização e da liberalização brasileiras; a relação entre o sindicalismo e a formação do partido; os demais atores sociais constituintes do P.T.; a estruturação e a campanha para organizá-lo; as eleições de 1982 e 1985; a participação do partido nas instituições políticas; a experiência de Diadema.

A hipótese central é a de que "a relação do partido com o movimento sindical é o fator mais importante em seu desenvolvimento". ("That the party's relationship with the labor movement is the most important factor in its development".) Afirma-se que a centralidade do papel dos sindicalistas dispensa maiores comentários ou comprovação.

Reside aí (origina-se daí) o que pode ser considerado um problema que provoca lacunas em sua tese.

Ha uma superestimação do papel dos sindicalistas com a correspondente subestimação da importância da esquerda, particularmente no que diz respeito ao plano ideológico.

A autora reconhece que, ao se privilegiar o estudo do ramo sindical, não se deu maior atenção ao papel da esquerda no partido. Verifica-se à página 2: "The decision to concentrate on the party's relation to labor has meant the relative neglect of occasionally important actors, in particular the organized left".

O problema é que a esquerda organizada não é um ator de importância circunstancial, mas relevante na definição dos rumos

e atuação do partido.

Keck não desconsidera inteiramente a presença da esquerda organizada no P.T. e as dificuldades daí decorrentes: "The question of how to assimilate organized groups within the party remained a continuing concern for the P.T. By early 1980, with the exception of the Brazilian Communist Party (PCB), The Communist Party of Brazil (PC do B) and the 8th of October Revolutionary Movement (MR-8), all of with chose to work within the PMDB, most of the organized left groups in Brazil were favorably inclined towards the P.T."

Cita, inclusive, o fato de a esquerda organizada ter um poder ideológico desproporcional a seu tamanho, em virtude do impressionante nível de militância e da capacidade de se fazer parecer excepcionalmente articulada (embora muitas vezes incompreensível) para os militantes dos movimentos sindical e popular.

Cita também a ocupação de espaços nas estruturas partidárias: "The organized left...developed a stronger base in party structures than their members would otherwise led us to expect".

Ainda assim, não concede a necessária atenção ao fato e às consequências da influência do pensamento e das teorias da esquerda nos diversos grupos petistas, inclusive os sindicalistas.

Tampouco percebe a sobreposição entre as denominações "sindicalistas", "esquerda", "católicos", "intelectuais" etc... Há intelectuais de(a) esquerda, sindicalistas católicos, sindicalistas de(a) esquerda...

Confundem-se os processos sociais que geraram o P.T. - e os atores sociais que lhes correspondem (sindicalistas, católicos e militantes de esquerda), com os blocos internos ao partido - "Articulação" e "Tendências". Em ambos há sindicalistas, militantes da esquerda organizada, católicos, sindicalistas da esquerda, intelectuais católicos e as demais combinações possíveis...

Keck refere-se à "Articulação dos 113", criada em 1983, como um movimento no sentido de retorno às origens do P.T., para consolidar a direção e o controle do P.T. pelos líderes sindicais e seus aliados.

A "Articulação", porém, não é constituída exclusivamente de

sindicalistas e, muito mais do que meros "aliados", os militantes de esquerda são membros principais em tal agrupamento partidário, destacadamente no plano ideológico. (9)

Keck não identifica, também, a clivagem político-ideológica mais importante no P.T., distinta tanto dos "atores", quanto dos "blocos". Clivagem esta que tem por referência básica paradigmas alternativos de esquerda (sustentamos que não há um pensamento próprio dos sindicalistas).

Por outro lado, apesar da riqueza das exposições de Keck, em que aponta uma série de contradições e ambiguidades no discurso, nas propostas, nas teorias, na atuação e na prática do P.T., seja nas eleições, seja na relação com a institucionalidade, seja no Parlamento ou no Executivo, apesar disso, procede-se a análises incompletas (e, às vezes, simplificadoras). Há constatação e reconhecimento das referidas contradições, mas não a sua explicação; ou explicações procedentes, porém secundárias.

Critica-se a atitude do P.T. perante o processo eleitoral, em 1982, qualificando-a de ambígua, por ora afirmar que se visava a consolidação do partido, ora que o objetivo era vencer a disputa; ou o fato de que o partido alternava diferentes discursos, um centrado na noção de "classe trabalhadora", outro baseado nas idéias de cidadania e de participação.

Para Keck, além do medo manifestado pelo P.T., de que as eleições o desviassem de seus principais objetivos programáticos, não havia clareza na relação entre os objetivos eleitorais e objetivos últimos.

Estas afirmações são pertinentes, mas não vão ao cerne do problema. O Partido dos Trabalhadores posiciona-se de forma ambígua nos processos eleitorais, mais do que por estar dividido entre diferentes discursos ou objetivos de curto prazo, por não haver definição quanto ao reconhecimento da legitimidade dos procedimentos eleitorais vigentes.(10) Por isso é que não se faz clara a relação entre "objetivos eleitorais" e "objetivos últimos". Ou, dizendo de outro modo, entre os procedimentos democráticos e o socialismo.

Keck aponta, igualmente, a vagueza da definição do P.T. acerca da "sociedade sem exploradores e sem explorados"; sobre o papel do Estado; a forma de apropriação dos meios de produção; sobre os mecanismos para atingir tal fim que também não é claramente descrito. Qualifica o P.T. como um partido mais com uma proposta ética do que com proposições ideológicas.

Novamente as análises são corretas, porém insuficientes. Entendemos que não há simplesmente vagueza na definição do socialismo, mas sobretudo contradição entre perspectivas e posições divergentes no interior do partido.

A indefinição, a vagueza que aparenta incapacidade de superar a dimensão ética, explica-se também por razões ideológicas: corresponde, à combinação entre, de um lado, a postura e as concepções pré-políticas dos sindicalistas autênticos e dos católicos das comunidades de base; e de outro o leninismo incorporado ao partido, não assumido às claras e tampouco negado explicitamente.

Keck imputa ao P.T. as dificuldades decorrentes de um não resolvido e ainda em curso debate acerca da natureza do poder; e do próprio papel do partido como ator político.

Faz referência ao "dilema eleitoral", formulado por Przeworski, segundo o qual os partidos de esquerda vêem-se diante das alternativas de alargar seus discursos e propostas, para ampliar a base eleitoral e tornarem-se competitivos, ou ater-se às idéias originais, sem se desfigurar, mas pagando o preço de obter apenas os votos minoritários do operariado e da impossibilidade de se eleger.

Contudo o principal dilema do Partido dos Trabalhadores (também formulado por Przeworski para os partidos de esquerda) (11) é anterior. Refere-se a aceitar as eleições como o método mais democrático para a transformação social; ou optar pela alternativa de ruptura violenta da institucionalidade.

Keck analisa a atuação do Partido dos Trabalhadores no governo do município de Diadema registrando os diversos conflitos, e problemas ali ocorridos: as contradições quanto à compreensão da relação de representação (quem seriam os representantes: o prefeito?; o partido?); (quem seriam os representados: os trabalhadores?; toda a população?); os problemas e dificuldades na implantação dos conselhos populares; o conflito entre o objetivo de organizar a população e o de realizar uma administração eficaz; as divergências entre o prefeito, a bancada e o partido...

Explica a incapacidade de fazer de Diadema um exemplo de administração, a prova da competência dos trabalhadores, marcando (afora a oposição cerrada da imprensa e da Câmara) dois problemas principais:

a- o despreparo do P.T.

b- a reação do partido aos baixos índices de votos obtidos em 1982: a concentração na "atuação social". O P.T. dedicou mais atenção, enfocou o aspecto societal e pensou pouco a respeito de seu comportamento diante das instituições políticas. Não determinou com clareza a relação entre a atuação no movimento social e a atuação institucional.

Ambas as razões são reais, mas a relação pode ser invertida. O despreparo, a não reflexão explicam a falta de clareza na relação com a institucionalidade. Mas, as dúvidas e o questionamento da legitimidade da política vigente também levam à não reflexão, ao não reconhecimento da inexperiência, à concentração no movimento social. Que é tido por alternativo à institucionalidade...

O problema das disputas entre os prefeitos petistas, no caso Diadema, e o partido não pode ser adequadamente explicado, se não se inclui, entre as explicações, o fato de o P.T. carregar dúvidas e ambiguidades acerca da (i)legitimidade do mandato conferido pelas eleições ("burguesas"). Se há dúvidas quanto ao mandato, há dúvidas consequentes sobre a legitimidade do poder do prefeito. Daí a razão principal para os conflitos entre o partido e os prefeitos em todas as administrações petistas.

O reverso da questão é a soberania popular. Ela se expressa por meio das eleições? Ai é que nascem as dúvidas quanto à quem a administração petista deve satisfação: aos eleitores (a toda a população, a todos os cidadãos), ou apenas à "classe trabalhadora"?; à Câmara, que representa a totalidade dos cidadãos, ou aos "Conselhos Populares" que, pretende-se, representam os trabalhadores?

Mesmo depois de muito pensar e discutir acerca da participação nos poderes instituídos, o Partido dos Trabalhadores permanece dividido entre a orientação instrumental (ocupar espaços, para depois romper a institucionalidade) e a orientação segundo a qual a institucionalidade deve ser aceita e sua legitimidade reconhecida.

Keck não faz da análise ideológica variável chave para compreender e explicar o partido.

A contradição básica, a cisão perante as possibilidades do leninismo e da social-democracia, o esforço para busca de uma eventual terceira alternativa, constituem o eixo principal para estudo do P.T. (12)

E.1.2 - Meneguello

Meneguello (1989) descreve o Partido dos Trabalhadores como uma "novidade no sistema político brasileiro". Baseando-se em Maurice Duverger, caracteriza o P.T. como um partido de massas, destacando a importância do aspecto ideológico, para compreender tal tipo de partido.

Seu trabalho, porém, contém lacunas quanto à ideologia e ao projeto do P.T. , ora por não conceder a suficiente importância à questão, ora por apoiar-se em análises equivocadas, ora por não tirar as conclusões necessárias das ambiguidades ali constatadas. Daí resultam problemas, principalmente a superestimação do caráter de novidade do partido.

Um deles é a subestimação da esquerda organizada no P.T. , quer sob o ponto de vista da disputa pelo poder interno, quer, principalmente, de sua influência na definição do projeto político partidário.

Ao descrever os "sujeitos políticos" constituintes do P.T. , Meneguello relaciona lideranças do novo sindicalismo, políticos do MDB, quadros intelectuais, movimentos populares e organizações de esquerda.

Em várias passagens, faz referência a conflitos entre a esquerda e os sindicalistas.

Cita, por exemplo, o fato de que o lançamento da "Carta de Princípios", em janeiro de 1979, propondo a formação do P.T. , foi questionado por lideranças sindicais que acusaram de vanguardistas os responsáveis pelo documento.

Entre eles estavam lideranças ligadas à "Convergência Socialista" (organização trotskista, então clandestina) e o questionamento refletia "cisões existentes dentro do movimento sindical".

Aponta o fato de que o "novo sindicalismo", liderado por Lula, "tinha como característica sua desvinculação ideológica com grupos de esquerda marxista", daí porque as "divisões quanto ao tipo de partido a ser construído".

Mas, Meneguello não dá a devida importância ao peso e à influência do leninismo no P.T. , inclusive na formação ideológica dos sindicalistas autênticos. Nem tampouco às

contradições que daí resultam.

Há também problemas na caracterização das forças políticas no partido.

Os "grupos internos do P.T. (distribuem-se) ...em dois grandes blocos". "De um lado,...os sindicalistas, os intelectuais, os parlamentares e boa parte dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos, unidos em torno da concepção do P.T. como SUJEITO LEGITIMO DE REPRESENTAÇÃO, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional". (grifo no original)

De outro lado, a "maior parte dos grupos de esquerda. Tais grupos, fundados em forte doutrinário, mobilizavam-se em torno da transformação do P.T. em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano, ou mesmo condenando o processo de institucionalização partidária".

No Pós-fácio, cita novamente a divisão dentro do partido, agora "em torno de duas principais estratégias de concepção de poder". "De um lado, os setores considerados mais à esquerda, compostos sobretudo pelos partidos clandestinos abrigados no P.T. que posicionavam-se contra a democracia representativa como via para o socialismo... De outro lado, os setores mais moderados, agrupados na tendência "Articulação", composta pela maior parte do grupo sindicalista e de políticos independentes que colocavam a democracia como valor inquestionável...".

A descrição de Meneguello requer as seguintes observações:

a- Nunca houve, entre os blocos que compõem o P.T., discordâncias quanto ao partido inserir-se na política institucional.

Tratava(m)-se de manter alheio(s) à política institucional, não o P.T., mas os partidos ou agrupamentos "clandestinos" da esquerda organizada (hoje transformados, quase todos, em tendências partidárias).

A criação do P.T., aliás, decorre da decisão (consensual) da necessidade dessa inserção. A divergência é outra e refere-se a seu caráter. O P.T. deve reconhecer e assumir a legitimidade da institucionalidade existente? Ou utilizá-la para ocupar espaços, para se fortalecer, enquanto não for possível destruí-la?

A formulação de Meneguello não exclui tal entendimento, mas

torna-se ambígua ao não explicitá-lo.

b- Aos "sujeitos políticos" constituintes do P.T. não correspondem os blocos internos ao partido.

Tanto internamente ao bloco "mais à esquerda", quanto ao bloco da "Articulação", há sindicalistas, intelectuais, parlamentares, membros do movimento popular e, igualmente, militantes da esquerda organizada.

c- Ainda que seja pertinente, para fim de análise, a separação dos "sujeitos políticos constituintes do P.T.", não há exclusão necessária entre as categorias "sindicalista", "intelectual", "esquerda" etc. Há sindicalistas "radicais" (militantes da esquerda organizada), cristãos sindicalistas, parlamentares cristãos, intelectuais da esquerda organizada...

d- As duas posições, relativas ao caráter da inserção institucional, tampouco correspondem aos "sujeitos políticos" citados por Meneguello. Entre sindicalistas, entre intelectuais, entre parlamentares, entre membros do movimento popular, assim como entre militantes da própria esquerda há profundas divergências quanto ao caráter da participação do P.T. na legalidade vigente.

Os dois entendimentos, a favor e contra a aceitação da legitimidade do jogo político institucional, assim como uma postura ambígua a esse respeito, estão presentes entre sindicalistas, entre intelectuais, entre militantes de esquerda...

e- Não existe, tampouco, coincidência entre o corte ideológico e os blocos partidários. O entendimento de que o P.T. deva ser um partido revolucionário (marxista-leninista) está presente não apenas no "bloco 2", mas, igualmente, no bloco da "Articulação".

Por consequência, não há, internamente à "Articulação", consenso quanto à democracia representativa ser, obrigatoriamente, a via para o socialismo.

O bloco da "Articulação" é, aliás, um grupo (ou uma soma de grupos) onde também predominam a ideologia e os referenciais marxistas. E onde a esquerda desempenha papel tão, ou mais, importante que os sindicalistas autênticos. Tal fato já era claro quando se escreveu o livro de Meneguello e mais ainda quando acrescentou o Posfácio.

Posteriormente à publicação do texto de Meneguello, o reconhecimento da legitimidade da política institucional, o rompimento com o leninismo verifica-se também no bloco 2.

Não procede, enfim, a divisão do P.T. entre um bloco moderado e outro radical, equívoco presente nas análises simplificadoras.

Em outros momentos, a abordagem de Meneguello assemelha-se às análises tendenciosas, buscando destacar apenas o caráter original do partido. Subestimam-se tensões e conflitos, principalmente no plano ideológico.

O capítulo quarto do livro é dedicado à proposta do P.T.

Define-se o projeto do P.T. como uma "resposta peculiar... à tensão entre as formas de democracia direta e de democracia representativa, inerente às dificuldades da democracia participativa: o P.T. valoriza a forma de representação orgânica".

Tal afirmação é problemática, pois o P.T. não oferece resposta satisfatória à tensão apontada. A representação orgânica, propugnada pelos petistas, não é formulada de modo a resolver a polarização "democracia representativa" x "democracia direta". O partido, ao contrário, assume posições incompatíveis, excludentes, inconsistentes... Confunde representação com participação, mandato imperativo com democracia direta, representação orgânica com mandato imperativo...

Páginas antes, a própria Meneguello mostrava como o P.T. se divide entre a idéia de representação orgânica - "trabalhador vota em trabalhador" - e as teses da democracia direta; ou, ainda, do mandato imperativo. Três modelos distintos que convivem e se confundem nas formulações do P.T.

Meneguello admite, também, que "o discurso petista sobre um projeto de sociedade democrática e socialista é bastante impreciso e simplificado".

Qualifica o discurso classista do P.T. de um "classismo ambíguo, que ora define-se pelo recorte estreito do operariado industrial, ora define-se por amplo segmentos assalariados do país, confundindo o conceito de trabalhador ao de massa popular".

Mas, a idéia-chave do trabalho de Meneguello persiste sendo a

afirmação do caráter de novidade do Partido dos Trabalhadores, tanto em suas concepções políticas, quanto em sua estrutura e dinâmica internas.

Não se apontam, criticam, ou explicam, com a ênfase necessária, as contradições, as indefinições e as ambiguidades das idéias do P.T.

Tampouco há menção ao fato de que (até hoje o problema permanece) o Partido dos Trabalhadores não consegue fazer funcionar os núcleos, que consistiriam a principal "novidade" em sua dinâmica interna.

A falta (ou a insuficiência) de apreciação crítica de tais questões leva a avaliações incorretas por parte de Meneguello.

Verifica-se, por exemplo, no Posfácio, a afirmação de que a vitória do P.T. na eleição para a prefeitura de São Paulo estaria associada, além de à decepção com a "Nova República", à conduta COERENTE do partido na defesa de um PROGRAMA POLITICO-DEMOCRATICO CLARO (grifos meus). Daí que "o que apontamos em nosso trabalho como 'novidade' no âmbito da organização do partido e como proposta de administração pública sinaliza agora para sua implementação - a instalação de um governo partidário e popular, fator decisivo na superação das fragilidades de nosso sistema partidário e na construção da democracia".

O problema é que o Partido dos Trabalhadores não é uma novidade consolidada precisamente no ponto crucial do projeto e ideologia.

O P.T. divide-se, desde o início, entre duas orientações antagônicas frente à institucionalidade, persistindo tal contradição ao menos até o momento em que se escreve este trabalho, 1990. Ambas as orientações, tanto a de rejeitar, quanto a de aceitar a institucionalidade, não são novas.

Meneguello desconsidera os conflitos entre a intenção do novo e a reafirmação do antigo no P.T. , as tensões e as contradições daí resultantes.

Não se faz qualquer vinculação entre as contradições do projeto do P.T. , a vagueza de suas metas e de seus objetivos e as ambiguidades e problemas verificados nas administrações petistas.

Ao não considerar tais problemas, assume uma postura ingênua e acrítica quanto ao fato do P.T. assumir a gestão de Executivos.

E.1.3 - Oliveira, Isabel

O objetivo de Oliveira, Isabel (1986) "foi o de desvendar a lógica que articulava o discurso da 'liderança combativa', com vistas a melhor compreender o movimento do 'novo sindicalismo' que resultou na constituição do Partido dos Trabalhadores". No "foco central da investigação", a "maneira como os líderes sindicais iam apreendendo o universo da política e alterando seus cursos de ação".

A visão e o discurso dos sindicalistas são denominados, em sua fase inicial, como "modelo de equilíbrio", em que há complementaridade entre trabalho, capital e o Estado. Por meio de negociações livres, sem interferências, os operários e os empresários gerariam acordos e entendimentos, com resultados positivos para ambas as partes. Ao Estado caberia o papel de neutra arbitragem, fiel da balança, restaurador de eventuais desequilíbrios ou disfunções. A atividade política é assim tornada secundária.

Ao "modelo de equilíbrio" sucede-se o "modelo de luta de classes", em que a complementaridade dá lugar à noção de conflito e em que o Estado deixa de ser percebido como ator neutro. Conforme o segundo modelo, a burguesia passa a ser percebida como inimiga dos trabalhadores e o Estado como seu (da burguesia) aliado. Insere-se neste contexto a idéia de criação de um partido; da necessidade de um governo dos trabalhadores como meio e condição para as transformações econômicas e sociais por eles requeridas.

Em sua conclusão, Oliveira se pergunta acerca do momento seguinte. Aprofundar-se-ia o "modelo de luta de classes", ou seria restaurado o "modelo de equilíbrio"? O desdobramento seria "um sistema socialista" ou "um governo dos trabalhadores" (não socialista)?

Além de ressaltar que a resposta exigiria um "extenso trabalho", cujo escopo escapa a seus objetivos, a autora destaca que, de qualquer modo, "É fundamental assinalar que, em seu discurso, a luta de classes não implicava em desrespeito à legalidade". E sugere uma reflexão sobre pontos como o "ETHOS ordeiro do trabalhador e a reação do P.T. a formas ilegais de luta...".

Oliveira não desconsidera o fato de que, dentre os sindicalistas fundadores do P.T., não havia apenas o grupo liderado por Lula - os "autênticos" -, mas também as "oposições sindicais" e os chamados "radicais".

Não deixa passar em branco, tampouco, as contradições entre esses grupos. Há um tópico em seu trabalho dedicado aos "conflitos e alianças no interior da 'liderança combativa' ". Nele registram-se os diferentes entendimentos quanto a questões como a criação do partido, o caráter e os meios da luta sindical, a relação com os organismos oficiais de representação (os sindicatos), entre outras.

Para ela, a "importância dos 'radicais' está precisamente em sua presença entusiasta - MILITANTE na acepção mais clássica do termo - em todas as oportunidades que encontram para disseminar suas idéias e/ou impor suas posições...". (grifo no original)

A análise de Oliveira é particularmente procedente no que se refere à identificação de conflitos entre os vários grupos de sindicalistas "combativos" (nos quais se inclui também a "unidade sindical", formada pelos P.C.'s, que não confluiu para o P.T.), assim como pela percepção de que o discurso e a visão dos sindicalistas "autênticos" não é estática, é mutável.

Mas há problema, assim como em outros textos e trabalhos sobre o P.T. , pela superestimação do veio sindical, dentre os vários grupos constituintes do partido.

O Partido dos Trabalhadores não foi construído apenas pelos operários "de São Bernardo", mas também por parlamentares, intelectuais, membros de comunidades eclesiais de base, cristãos progressistas e, destacadamente - no que toca a questão ideológica - por (ex)militantes de organizações de esquerda.

A análise de Oliveira, nesse sentido, ao descrever apenas as "origens sindicais do P.T.", deixa de considerar as "outras origens" do partido.

Quando fala-se, em seu trabalho, por exemplo, dos sindicalistas "radicais", é necessário perceber que esta denominação refere-se também a membros de organizações de esquerda que constituem outra vertente essencial para compreensão do P.T.

Mas, além disso, há contradições entre a formulação inicial, referente aos "modelos" e as posteriores, sobre as divergências "no meio sindical".

Uma delas é que o esquema evolutivo "modelo de equilíbrio" -> "modelo de luta de classes" aplica-se apenas aos "autênticos"; não à totalidade dos sindicalistas, particularmente os "radicais" que sempre adotaram a visão de "luta de classes".

Dai, de duas uma; ou há equívoco na análise, pela generalização indevida do esquema evolutivo (ele não se aplica aos "radicais"); ou há menosprezo da importância dos "radicais" na conformação da vertente sindicalista do P.T.

Outro problema é que o "modelo de luta de classes" não é suficientemente esclarecido. Se, conforme Oliveira, ele não rejeita, mas inclui a aceitação da legalidade, ele não se aplica, em qualquer momento, aos "radicais".

Se, ao contrário, trata-se da participação instrumental (ocupar espaços na legalidade, sem reconhecê-la), o "modelo de luta de classes" aplica-se aos "radicais", mas contradiz a análise (que concilia a visão de "luta de classes" e a legalidade).

Em outras palavras, Oliveira não deduz dos conflitos entre os "autênticos" e os "radicais" a clivagem ideológica fundamental no Partido dos Trabalhadores.

A questão da legalidade não é problema secundário, mas questão básica da qual depende o caráter do P.T. E que continua pendente, uma década após sua criação, cinco anos depois de escrito o livro...

Em várias passagens refere-se a divergências, como a relativa ao momento para lançamento do P.T. , à inclusão do socialismo nos seus documentos básicos, o caráter "revolucionário" do novo partido...

Ainda assim, afirma que o P.T. teria feito inequívoca "opção pela forma legal de luta".

Oliveira subestimou a força e o peso ideológico dos "radicais" e superestimou o grupo dos "autênticos".

Ainda que os sindicalistas "autênticos" sejam os principais sujeitos na história inicial do partido, os "radicais" já nos primeiros momentos tiveram papel crucial na geração da ideologia e do pensamento do P.T.

O questionamento do caráter legítimo da institucionalidade "burguesa", trazido pelos "radicais", desde cedo foi assumido pelos "autênticos", ora pela incorporação da ideologia leninista, ora em reforço às

dúvidas e desconfianças em relação aos mecanismos institucionais, geradas pela convivência com o período autoritário.

Dai o dilema essencial do P.T. tornar-se distinto do formulado por Oliveira. Não se trata das alternativas entre "modelo de equilíbrio" e "modelo de luta de classes" (que não rejeite a legalidade), mas de confronto entre uma perspectiva que assume e outra que rejeita a legalidade e a institucionalidade; entre uma via democrática e outra autoritária para o socialismo .

Seria possível percebê-lo à época? Oliveira inicia a apresentação ao texto dizendo que "Escrever sobre fatos políticos recentes é sempre um ato temerário. Pois não há nada que defina tanto sujeitos e instituições sociais como o passar do tempo. Fazer sua análise quando ainda emergentes é como apostar que na sua gênese já se inscreveram núcleos básicos... Ao me ater às origens sindicais do Partido dos Trabalhadores, minimizo este risco...".

Não há como exigir, por certo, que se anteviessem fatos ou acontecimentos da história do P.T. , ocorridos a partir de 1986, data do livro.

Contudo, a análise dos "documentos básicos", citados e comentados por Oliveira, já revelaria a contradição e a clivagem fundamentais do P.T.

Diversos fatos e episódios na trajetória do partido, ocorridos antes de 1986, já apontavam a absorção, pelos "sindicalistas autênticos" e pelo próprio P.T. , da ideologia marxista.

Abre-se, então, nova questão que trata de como se relacionariam, para o partido, a democracia e o socialismo.

Em seu primeiro capítulo, Oliveira descarta a utilização do conceito marxista de alienação como referencial teórico para a análise do "imaginário político" dos sindicalistas, optando, alternativamente, pelo enfoque fenomenológico.

Entre as razões para tal, o entendimento de que, por trás do conceito marxista de alienação, se esconde uma postura restrita, segundo a qual ao trabalhador, ao operário,, não é dada a possibilidade de conhecimento de sua própria realidade, salvo a partir de "resultados contingentes da estratégia de luta da própria burguesia, e da ação do Partido Revolucionário".

O enfoque fenomenológico, ao contrário, supõe a capacidade de

todos os sujeitos de atribuir significados, definir sua ação política, alterar suas condições objetivas de existência...

Na crítica de Oliveira pode-se verificar o questionamento do caráter antidemocrático de certos conceitos marxistas.

O problema está intimamente referido à clivagem ideológica central do projeto do P.T. , que Oliveira deixou escapar.

E.1.4 - Souki

O objetivo de Souki (1986) é explicar a "existência do autoritarismo, num partido que se pretende democrático, o Partido dos Trabalhadores de Belo Horizonte e Contagem."

"É possível conhecer as determinações às quais estariam sujeitos mesmo os democráticos, ao se tornarem autoritários na convivência política?" Eis a pergunta orientadora do trabalho.

A premissa básica é que há distinção entre, de um lado, a constatação e a denúncia do autoritarismo e, de outro lado, a sua explicação, condição necessária para a transformação da situação autoritária.

Souki busca explicar o autoritarismo presente no P.T. vendo-o como manifestação de outros "problemas antecedentes e correlatos", procurando "explorar outras dimensões do fenômeno": o "anti-intelectualismo", a "não reflexão da experiência", a "negação de problemas", a "interdição de temas no debate", a "ambiguidade", a "ausência de clareza e a inadequação entre meios e fins"...

Surge daí, contudo, uma descrição, mais do que uma explicação do autoritarismo. A razão principal é a ausência de análise (ou a feitura de análise incompleta) da ideologia partidária.

A título de exemplo: problemas identificados por Souki, como as "ambiguidades" presentes no P.T., o "esvaziamento do conceito de democracia", a "confusão frente às fórmulas representativas", a "generalização indevida da 'solução' democracia direta", as "divergências frente ao socialismo", não são suficientes, em nossa opinião, para explicar o autoritarismo, se não estiverem referidos ao projeto político do partido.

Assim como há diferença entre constatação e explicação, há também distinção entre descrição e explicação. O fato de se apontarem "outras dimensões" (ou suas características) não diz o por quê da existência do autoritarismo. A interdição do diálogo, a não reflexão, a ambiguidade certamente favorecem o autoritarismo. Mas, por que elas existem?

Souki não esclarece o que há de específico na relação entre as "determinações" apontadas e o P.T. O Partido dos Trabalhadores contém elementos ou fenômenos autoritários, como qualquer outra organização: tal qual todos os demais partidos? Em que

circunstâncias tais dimensões se fazem presentes? O que há de particular no P.T. que justifique o autoritarismo?

Por outro lado, por que os petistas podem ser tomados por "os democráticos", se estão sujeitos às mesmas determinações que tornam a todos autoritários?

Não há dúvida que o autoritarismo tem várias explicações (não excludentes), tanto de caráter organizacional (como a "lei de ferro das organizações", de Michels); quanto culturais (a formação e as posturas dos indivíduos em certo contexto histórico). Mas, entre as explicações, particularmente quando se trata de um partido de esquerda, está obrigatoriamente a dimensão ideológica.

Em várias passagens, os entrevistados (ou as suas falas, caso eles não o façam claramente) sugerem ou explicitam a relação entre o autoritarismo no partido e o problema ideológico. São exemplos:

"A tendência III (grupo de fulano)...vê também o autoritarismo da esquerda não só na ação, mas também na própria proposição política".

"Para o entrevistado, o autoritarismo da esquerda advém do fato de que não há efetivamente um compromisso com valores éticos na prática política. Segundo ele, PARA A ESQUERDA, ETICA E COISA DE CATOLICOS E BURGUESES...".(grifo no original)

"Um simpatizante do partido se preocupa em explicar esse fenômeno da luta entre facções: 'EU ACHO QUE ESSA FORMA DE LUTA VEM DE UMA CONCEPÇÃO LENINISTA DE PODER. CONCEPÇÃO QUE É TOTALIZANTE. ELA NÃO PREVE OPOSIÇÕES'".(grifo no original)

Ou, ainda: "Meu interlocutor me alertou para o fato de que, na prática, o limite entre democracia e autoritarismo é muito mais sutil e que os grandes teóricos não deram conta dessas questões. Finalmente ele me fez entender que NÃO COMPARTILHAVA MEU INTERESSE PELA QUESTÃO DA DEMOCRACIA e que para ele o UNICO TEORICO DA POLITICA ERA LENIN". (grifos meus);

"Poucos se dispuseram a discutir as questões...veio a formulação da questão da não relevância em discutir o tema do autoritarismo. Isso, basicamente por dois motivos. Primeiro, porque o autoritarismo da direita seria muito maior; segundo, porque a questão fundamental da efetivação da democracia se definiria na luta de classes".

Souki não investiga a ideologia partidária, por acreditar que "para se conhecer um pensamento social, não se deve buscá-lo na cabeça das pessoas (discurso do partido) mas no mercado, na rua (na ação e na fala dos militantes)".

Não trabalha com os documentos do partido, em decorrência da suposição de que "são extremamente consistentes do ponto de vista da justificação de seus propósitos... a leitura de tais documentos dificilmente me levaria a detectar contradições entre as chamadas metas privadas e coletivas".

Comete o equívoco de negar a relação entre o que está na cabeça, a fala e a ação humanas. A própria fala dos entrevistados, tida por fonte legítima para investigação, remete à relação entre o autoritarismo e a ideologia partidária (que, por sua vez, está presente nos documentos do partido).

A ação e a fala dos militantes não se expressam nos documentos partidários? E os documentos partidários não conformam a ação e a fala dos militantes?

A opção por entrevistas (por um estudo de caso), excluindo-se a investigação da ideologia oficial, do projeto partidário, impediu que se constatassem explicações e relações que transcendem o universo local e que apontam para problemas intrínsecos ao partido.

Os documentos do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, ao contrário do que se pretende, são inconsistentes. A partir de sua análise, da análise de seu conteúdo político-ideológico poder-se-ia:

a- detectar a relação entre a ideologia partidária e os fenômenos autoritários;

b- perceber que o problema do autoritarismo não se limita às relações internas ao partido, mas está presente também em seu projeto político; que há complementaridade entre as dimensões interna e externa; que o vínculo está na esfera ideológica;

c- verificar que mais do que contradição entre metas "privadas" e "coletivas", há problemas quanto à definição das próprias metas "coletivas". Quais são as metas "coletivas" do P.T.? Há profundas contradições a esse respeito.

A contradição "metas privadas" x "metas coletivas" deveria, assim, ser requalificada. Substituída pela contradição entre distintos modos (privados) de definir os meios e fins partidários (coletivos); entre a via do confronto, de ruptura da legalidade (ainda que não necessariamente imediata), conforme o leninismo, e a da "aceitação das regras do jogo político" existente (ou a busca de um modo não leninista de conjugação da democracia e o socialismo).

A rejeição da análise ideológica do P.T. (e dos agrupamentos internos) leva, também, a outros problemas.

Por exemplo, à página 31, Souki refere-se ao P.T. como partido que aceita as regras do "jogo político": "o que ele tem de peculiar é que ao mesmo tempo que é partido - e portanto está ligado ao sistema representativo e ao Estado, aceitando as regras do jogo político - também pretende ser, e essa é a sua principal característica, de tipo 'novo', um partido efetivamente democrático".

Há dois equívocos: um que, de "ser partido" não se deduz o afirmado (a aceitação das regras do jogo), salvo se se excluem os partidos "revolucionários"; outro, que o P.T. é um partido cindido entre as alternativas de ser um partido "legal" (que aceita as regras do jogo político) e um partido "revolucionário" (que não as aceita).

O P.T., sustentamos, não possui uma fórmula que combine de modo consistente e adequado justamente os objetivos de ser revolucionário e democrático.

A página 66 Souki descreve um dos quatro agrupamentos que identifica no P.T. (o "Grupo I") como o que aceita as "regras do jogo político, como ele está posto". A afirmação pode se aplicar aos militantes locais daquele grupo, mas sua aplicação seria discutível para o mesmo grupo (ao que tudo indica, a "Articulação"), se se procedesse a uma análise mais abrangente, que transcendesse o nível local.

De qualquer modo, seria de se deduzir (Souki não o afirma) que outros grupos, particularmente o "Grupo II", da "dupla militância", não aceitam as regras do jogo. Daí contradizer-se com a afirmação inicial, de que o P.T. as aceita. Não há consenso ou mesmo clareza, no partido a esse respeito.

Ao tratar da contraposição entre as concepções de partido, "de massas" ou "de quadros", Souki deixa também escapar a principal

questão.

A posição partido "de quadros" é associada à defesa de um projeto de longo prazo e à necessidade de maior coerência ideológica do P.T. A posição partido "de massas" à aceitação das regras do jogo político.

Caberiam três observações:

a- "Aceitar as regras do jogo político" não se contradiz com a "defesa de um projeto de longo prazo"; ou com a exigência de "coerência política". A aceitação da legitimidade dos mecanismos institucionais não implica projetos de curto prazo e nem tampouco incoerência.

b- Os petistas entendem que a questão esteja superada. Para uns, porque os partidos devem ser "de massas" ou "de quadros", conforme a situação e o contexto históricos. Nos documentos oficiais, porque o partido é ao mesmo tempo "de massas" e "de quadros" ("de massas", pelo número de adeptos e militantes; "de quadros", pela existência de quadros dirigentes...).

c- Por trás do suposto consenso partidário novamente esconde-se a contradição essencial. Trata-se da relação com a institucionalidade. O dilema básico é aceitá-la ou confrontá-la.

Souki relaciona a concepção de "partido de massas" à "aceitação do jogo político", mas não explicita a concepção oposta. A posição "partido de quadros" (ou "partido de vanguarda") deveria associar-se à via insurrecional, "revolucionária" (e não a ter "projetos de longo prazo").

Na hipótese da via insurrecional, o partido até pode ser também "de massas", como afirma o P.T., sob o aspecto do número de filiados. Mas, apenas sob esse ponto de vista. A expressão "de massas" poderia significar planejar às claras, coletivamente, "democraticamente", a derrubada, o assalto ao Estado? Evidentemente não. O partido, strictu sensu, permanece restrito à vanguarda.

Uma vez mais a questão é adotar-se, ou não, o modelo leninista, seja de partido, seja de estratégia política. Problemas inseparáveis...

E.1.5 - Rodrigues

O objetivo de Rodrigues (1990) é a reavaliação das teses de que o Partido dos Trabalhadores é uma agremiação criada "de baixo para cima" e de que se constitui principalmente por trabalhadores.

Sem discordar inteiramente da idéia de que o P.T. é uma novidade na política partidária brasileira, afirma que o partido pôde se projetar no cenário político nacional, pelo fato de se apoiar, de um lado, em instituições de peso como a Igreja católica e Sindicatos importantes como o dos metalúrgicos de São Bernardo; de outro, pelo respaldo conferido por setores renomados da intelectualidade e por um grupo de parlamentares egressos do MDB.

Ao mesmo tempo, com base em detalhada análise da composição das bancadas, das listas de candidatos, das instâncias dirigentes do partido, do secretariado de prefeituras como São Paulo ou Campinas, acrescenta que o Partido dos Trabalhadores seria sociologicamente melhor descrito como uma organização de classe média assalariada e não de trabalhadores de baixa renda.

Sem prejuízo de concordância, em linhas gerais, com a análise, caberia relativizar o poder das instituições e dos grupos constituintes do P.T. Principalmente pelo fato de que cada um deles, Igreja, Sindicato, Intelectualidade, Parlamentares, todos se opunham vigorosamente ao governo, à ditadura, ao status quo. O próprio P.T. , deve-se lembrar, surgiu como um fruto imprevisto do pacote partidário, em 1979, à revelia das intenções governamentais.

Nem toda a Igreja apoiou a criação do P.T. , particularmente os setores conservadores não os fizeram. As comunidades eclesiais de base, a despeito do importante apoio, ou mesmo do incentivo na arquidiocese de São Paulo, tinham (e ainda têm) um espaço periférico na instituição.

A despeito de sua importância, os sindicatos dirigidos pelos "autênticos" não apenas não tinham apoio como foram ostensivamente perseguidos pelo Ministério do Trabalho e pelo Estado. Sem falar das oposições sindicais e dos sindicalistas dos grupos de esquerda, também constituintes do P.T. , que não ocupavam postos na organização sindical...

Os intelectuais enfrentavam , mesmo com renome (ou por isso mesmo), o cerco da censura e da repressão, à época ainda não banidas no país.

Os parlamentares compunham um grupo pequeno, sem bases ou infraestrutura partidária significativa.

De outra parte, ao mesmo tempo em que fica comprovado que, em suas instâncias dirigentes, o Partido dos Trabalhadores é composto majoritariamente por indivíduos de classe média, fica também caracterizado que, entendido por "trabalhadores" os que vivem de seu próprio trabalho (assalariado), mesmo que não obrigatoriamente de baixa renda, a composição do P.T. é efetivamente de trabalhadores. Conforme o próprio Rodrigues, não figuram, entre os petistas, "proprietários, nem rentistas, nem empresários, nem capitalistas, nem (quem possua) patrimônios que possam se equiparar às grandes fortunas da burguesia "proprietária", dos grandes industriais, banqueiros, empresários rurais etc".

Uma segunda observação é que é necessário acrescentar, à reavaliação da novidade quanto ao caráter de classe do P.T. e quanto às suas origens, a problematização de sua pretendida novidade no plano ideológico, que é indicada no texto, sem detalhamento.

Francisco Weffort, citado no artigo, afirma que o P.T. "exclui a hipótese do socialismo burocrático do tipo do Leste europeu, exclui a possibilidade da social-democracia à la Felipe Gonzales ou do SPD (Alemanha)... Não há, que eu conheça, nenhum caso que pudesse designar como modelo...".

De fato, a especificidade do Partido dos Trabalhadores parece ser a não definição clara por qualquer modelo conhecido. Contudo, paga-se o preço de uma mistura inconsistente que, se não acolhe, também não rejeita por inteiro a social-democracia e o leninismo. Tampouco gera um modelo alternativo consistente que conjugue originalmente a democracia e o socialismo.

Rodrigues aponta, no início do texto, ser "algo nebuloso a natureza do socialismo petista, inclusive para seus dirigentes". Mais à frente acrescenta que, "no plano ideológico resulta... a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas,, ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da teologia da libertação".

Conclui que "no plano ideológico, o resultado é a existência de concepções socialistas muito vagas e difíceis de definir e que terão muita dificuldade de adquirir contornos mais precisos porque a opção, numa ou noutra direção, arrisca a aumentar o

coeficiente de conflito interno e, no limite, põe em risco a unidade do partido".

Há uma certa benevolência na análise, pois o resultado da mistura ideológica petista não é nunca (em vez de "nem sempre") harmonioso e consistente.

Reconhecida a influência do pensamento católico, não há socialismo católico, propriamente dito, ou um modelo político gerado pelos católicos. Há católicos que incorporam o marxismo, com maior ou menor radicalidade.

O conflito principal na ideologia petista seria talvez melhor definido como entre o leninismo - que rejeita a via democrática ao socialismo, ou mesmo a democracia no socialismo - e a INTENÇÃO de um socialismo efetivamente democrático (e não concepções "socialistas e democráticas" consolidadas). A intenção não originou ainda uma proposta alternativa consistente, coerente, assumida e defendida às claras no partido. Daí um terceiro ponto a ser reavaliado na novidade petista, a tese do socialismo democrático, não stalinista, não social-democrata...

A relativização da novidade ideológica poderia ser relacionada ao "caráter classista" apontado por Rodrigues. A insuficiência do conteúdo democrático nas propostas do P.T., a presença do leninismo no projeto partidário, poderia ser associada à hegemonia da classe média, ou, dito de outro modo, da esquerda organizada no partido.

O domínio inicial dos sindicalistas é decrescente. Poder-se-ia mostrar que há uma progressão correspondente no sentido da adoção do marxismo, e do leninismo, se não como teoria oficial, seguramente como o modelo teórico hegemônico, predominante... Os sindicalistas assim como a Igreja (os trabalhadores de mais baixa renda) não geram uma formulação, uma proposta política alternativa à marxista, à sua versão leninista.

Finalmente, a opção "em uma ou outra direção" poderia (poderá), sem dúvida, aumentar a tensão e ameaçar a unidade partidária. Mas a não opção tem implicado um preço igual ou ainda mais caro. Uma definição mais clara de objetivos e de estratégias levaria (levará) a um aumento do conflito e, possivelmente, até a uma cisão partidária. Mas teria (terá), provavelmente, um efeito benéfico a médio prazo, na medida em que o partido tornar-se mais consistente e coerente em suas ações.

Não há como, na atuação política, principalmente quando se atingem - como o P.T. - postos e posições de governo, evitar

escolhas e dilemas que se impõem, cotidianamente, referidos a alternativas e problemas concretos. Tais decisões, quando tomadas com clareza, podem desagradar a uns ou outros, conforme a direção em que apontem. Quando se caracterizam pela ambiguidade, pela tergiversação, o risco é muito maior, o de desagradar a todos. Essa última hipótese é a que tem se verificado no P.T. e decorre da não definição precisa do projeto partidário, da não escolha por direções a serem seguidas... A não opção tem arriscado igualmente a unidade e a consistência partidárias...

E.1.6 - Sader, Eder

Sader, Eder (1988) trata das "novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores da grande São Paulo no curso da década de 70": "movimentos sociais, com novos padrões de ação coletiva, que nos permitem falar da emergência de novos sujeitos políticos".

O problema em seu texto é que, no que concerne ao discurso, à ideologia, superestimou-se o que há de novo nos movimentos. Por extensão, no Partido dos Trabalhadores.

O objeto não é o P.T. Mas os movimentos sociais em questão são justamente os que vieram a constituir o partido. Verifica-se, por exemplo, apesar de estarem referidos apenas por iniciais, que os entrevistados, militantes dos movimentos, são (quase) todos conhecidos militantes do P.T., alguns deles importantes lideranças. A análise dos movimentos sociais (no caso, o "clube de mães da periferia sul", a "oposição metalúrgica de São Paulo", "o movimento de saúde da periferia leste", o "sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo") é praticamente sinônimo da análise das matrizes do discurso do P.T.

Para Sader, "os sujeitos não são livres para produzir seus discursos...". "Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas...". "Podemos identificar na década de 70 a presença de 3 agências ou centros de elaboração discursiva que visam o cotidiano popular...", "a matriz discursiva da teologia da libertação", a "matriz discursiva marxista" e a "matriz sindicalista".

Essas 3 "instituições em crise", a igreja católica, a esquerda e o sindicalismo é que abriram espaços, forneceram a base para as (novas) elaborações por parte dos movimentos sociais.

Mas, em que são novas tais elaborações?

Vê-se, e a análise de Sader o confirma, sem necessariamente explicitá-lo, que:

a- nem a igreja, nem o sindicato são lugares geradores de discurso político, propriamente dito (Sader fala de um alargamento do espaço político, pelos movimentos sociais, levando-o além da esfera institucional, mas ainda assim permanece o fato de que essas duas "matrizes discursivas" são pré-políticas);

b- tanto os "movimentos sociais" sindicais, quanto os de periferia, dentro e fora do espaço partidário, progressivamente vão assumindo a "matriz marxista";

c- a crise da esquerda não implica precisamente o ponto chave para definição de caráter novo na sua matriz ideológica.

Para Sader, o "marxismo da esquerda dispersa" está em crise de identidade, pois, após a rejeição do reformismo, do conformismo e da burocratização do PCB, deu-se a falência do vanguardismo e a desarticulação das organizações. Não se traçou caminho mais eficaz para a superação do capitalismo. Daí buscarem-se novas alternativas, fundadas na aproximação e envolvimento direto com as forças populares, os movimentos sociais, os sindicatos, as comunidades de base. "A autocritica (da esquerda revolucionária)...tem como tema central justamente a ligação das 'vanguardas revolucionárias' com as 'massas trabalhadoras'".

Mas, é discutível a novidade na matriz da esquerda, quanto à sua relação com a democracia. A curto ou longo prazo, com ou sem guerrilha, junto ou sem as massas trabalhadoras, a superação do capitalismo dá-se ainda pela "via da ruptura revolucionária", e não por procedimento democrático, consensual. Este o limite do novo, nos movimentos e no P.T., que Sader não apontou.

E.1.7 - Galetta

Galetta (1984), tal qual Sader, Eder, tem por objeto não o Partido dos Trabalhadores, mas um tema afim: a entrada dos membros da pastoral popular brasileira na política partidária. Busca-se compreender as razões pelas quais os cristãos ingressaram na política, porque a grande maioria deles optou pelo P.T. ; a participação dos cristãos na eleições; as relações entre os membros da pastoral popular e as tendências da esquerda organizada; as dificuldades no partido, as carências teóricas e ideológicas dos cristãos...

Galetta identifica e analisa questões importantes para o conhecimento do P.T. , como o fato de que em certos locais (no caso, o Nordeste) o partido está dominado, por intelectuais e grupos de esquerda (o que implicou dificuldades na participação dos militantes cristãos); ou o sentido autoritário do leninismo, presente no P.T. Quanto ao leninismo, para Galetta, "se Lênin não é 'responsável' por tais práticas (autoritárias), o marxismo-leninismo (termo aliás surgido com Stálin) padronizado, pasteurizado e distribuído amplamente e majoritariamente na história mundial tem muito a ver com elas. E poderíamos ir mais além e reconhecer que ainda que se possa dizer que não expressam o conjunto da obra de Lênin, as concepções cientificistas e centralistas... encontram respaldo razoável nas obras de Lênin, 'Que Fazer?' e 'Um passo adiante, dois passos atrás'.... Embora tais textos tenham, sido feitos em função de uma conjuntura específica...este (Lênin) acabou não refazendo...sua teoria de partido."

Aponta também a capacidade de persuasão dos grupos de esquerda ("é que os trotskistas tem uma linguagem radical em termos de classe operária etc, que engana muita gente..."), a qual combinada com as insuficiências teóricas e ideológicas dos cristãos, leva, com frequência, a uma adesão acrítica ao marxismo.

Mas o trabalho não aborda (em parte porque o objeto é outro) a síntese ideológica no partido, o resultado da conjugação do leninismo com a perspectiva/ a intenção democrática dos movimentos populares "cristãos", dos sindicalistas "autênticos", ou ainda da esquerda independente (não leninista).

Conforme Galetta, citando Luis Alberto Gomes de Souza, "os modelos dos partidos estão em crise e crise profunda", tanto os partidos liberais burgueses, quanto os partidos marxistas-leninistas. A promessa do P.T. seria a superação de ambos os modelos, construindo uma organização "socialista, democrática e de massas".

Para cumprir tal tarefa, contudo, uma série de barreiras precisariam ser superadas. No que concerne aos cristãos, há um problema em relação ao P.T. - particularmente o autoritarismo ali presente - mas também (e às vezes principalmente) há dificuldades quanto à própria inserção na esfera politico-partidária.

As concepções, a atuação da maior parte dos militantes e das bases cristãs situam-se no nível ético, moral, pré-político. Resiste-se à política, como se a esfera moral pudesse substituí-la.

Dai porque os cristãos também não tenham se desvencilhado da malha que prende o P.T. ao leninismo. Para solucionar um problema, é preciso encará-lo de frente. O leninismo (uma ideologia política) só pode ser superado por outra ideologia política.

Finalmente, há certa desatualização da análise, pelo passar do tempo, que altera as relações entre os cristãos e o partido, os cristãos e a esquerda, a esquerda e o partido; que altera o próprio partido. Apesar da atenção de Galetta para as relações dos cristãos com a esquerda, subestima-se o peso dessa última na ideologia partidária. (13)

E.2 - TEXTOS MILITANTES

E.2.1 - Sader, Emir

Sader, Emir (1986) organiza coletânea com textos de José Dirceu, José Genoíno, Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, Plínio Arruda Sampaio, Luis Gushiken e José Alvaro Moisés.

Na apresentação diz que o livro "nasceu da necessidade de refletir sobre o caráter do P.T.". Afirma ainda que "a crise de identidade dos partidos brasileiros é a crise da própria forma tradicional de fazer política: aquela que reduz as relações de poder aos canais institucionalizados, fazendo da representação política o mecanismo de expropriação do direito do povo de dirigir seu próprio destino".

Na contra-capa do livro verificam-se as perguntas: "O Partido dos Trabalhadores é um partido de vanguarda? Ou um partido de massas? É grevista? Pacifista? Revolucionário ou Social-democrata?"

A apresentação, como grande parte das proposições do Partido dos Trabalhadores, é ambígua, presta-se a entendimentos opostos. O que se entende por "forma tradicional de fazer política"? A "representação política", os mecanismos da democracia representativa? A democracia representativa é um mecanismo de expropriação do poder popular? Ou o que se condena é o desvirtuamento da representação popular? Pretende-se aperfeiçoar ou romper os mecanismos representativos? E o que se quer dizer por "reduzir as relações de poder aos canais institucionalizados"? O que há além da institucionalidade? Como é a relação entre o não institucional e o institucional? O P.T. aceita a legitimidade do instituído, ou pretende, quando puder, destruí-lo?

Nos artigos de José Dirceu ("Os desafios do P.T.") e de José Genoíno ("A Alternativa do P.T.") verifica-se que não há (havia, pois o livro é de 1986) resposta para diversas questões acerca do caráter, do projeto e da ideologia do P.T.

Segundo José Dirceu, o P.T. "não é o partido marxista-leninista, não é o partido com a proposta programática do socialismo acabado. Mas também não é um partido anti-marxista, nem anti-comunista". Para ele, no P.T. convivem diversas propostas políticas, ideológicas e filosóficas, pois isso corresponde à "necessidade dos trabalhadores neste momento".

O então secretário geral do P.T. no Estado de São Paulo reconhece ser necessário discutir o marxismo-leninismo, a social-democracia, o reformismo, o trotskismo, a "luta revolucionária", "os caminhos e experiências de tomada de poder". Mas entendia ser "inconcebível que o P.T. precise (precisasse) adotar resoluções de curto prazo sobre estas questões".

Genoíno descreve o P.T. como um partido "de massa, amplo, aberto e democrático". Daí porque não ser uma debilidade ou uma limitação, mas positiva e desejável a "diversidade político-ideológica". Afora as diferenças, entre os petistas há (havia), para ele, um "compromisso comum" em "pontos essenciais": a oposição ao governo Sarney, à transição conservadora; o comprometimento prático com a luta dos trabalhadores e do povo em geral; a negação do capitalismo.

Nota-se, porém, o quão são vagos os pontos de consenso entre os petistas. Por trás do "compromisso comum", sugerido por Genoíno, escondem-se diferenças e discordâncias sobre pontos não menos essenciais: a relação com a democracia representativa vigente, o caminho para o socialismo, o caráter do socialismo...

Perguntado sobre as tendências existentes no P.T. (seu artigo consiste na transcrição de uma entrevista concedida a David Ratcov), Genoíno responde que o P.T. não tirou ainda uma definição oficial sobre as questões e pendências políticas e ideológicas existentes entre as várias articulações e grupos partidários. Rejeitando as críticas às organizações clandestinas existentes no partido, acrescenta que é preciso acabar "com essa história de 'duas camisas' e coisas assim". "Eu nunca escondi minhas convicções ideológicas e acho que para enfrentar o vento forte da luta de classes é necessário usar uma camisa e um blusão, são dois trajes que se completam".

A afirmação de Genoíno revela que não havia consenso nem mesmo a respeito da relação entre os diversos agrupamentos ou tendências e o Partido dos Trabalhadores.

A época, Genoíno, que dirigia o (já inexistente) PRC - Partido Revolucionário Comunista, entendia ser necessário um partido clandestino, de vanguarda: "...a tomada do poder político tem que ter um lado clandestino, sob pena de ser desbaratada no momento em que a reação quizer".

Hoje, a despeito de não pertencerem à mesma corrente partidária, tanto José Dirceu, quanto José Genoíno, não reproduziram (reproduzem) o discurso de há cinco anos, racionalizador quanto às indefinições e ambiguidades do partido, leninista nas entrelinhas.

Francisco de Oliveira faz importantes críticas ao P.T. , entre elas à sua proposta política: ao "silogismo" segundo o qual o socialismo petista será definido pelas massas ("se as massas do P.T. carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir"); ao "outro silogismo" em que o socialismo brasileiro não será copiado dos modelos estrangeiros ("uma malandra escusa de criticar... a experiência internacional").

Situando o P.T. na "crise geral da esquerda" defende "a via democrática, aberta e não clandestina: ... não se faz uma cultura política socialista e democrática na clandestinidade". A "via clandestina, quando não é o resultado de um longo processo de fusão de todas as forças populares, que então forjam seu braço armado, com o que, na verdade, não são nada clandestinas...leva inexoravelmente ao modelo soviético-leninista, que hoje é não apenas teoricamente impensável, mas social e politicamente indesejável".

Para ele, é preciso reconhecer "como procedimento estratégico e não apenas tático a necessidade da democracia. Não apenas como 'espaço' de expansão, como liberação temporária do sufoco de regimes repressivos, para preparar-se o 'assalto ao poder'". Além disso, a "velha discussão" entre revolução e reforma "mostrou-se rebarbativa e pouco consistente". O "caminho 'reformista' da experiência social-democrata sueca, por exemplo, mostrou ser capaz de ir mais longe que o caminho 'revolucionário' das experiências do leste".

Marilena Chauí registra que "periodicamente o P.T. é convocado para dizer se é ou não bolchevique, foquista, social-democrata, eurocomunista e se pretende ou não dar início à insurreição armada que conduzirá do capitalismo ao comunismo", o que qualifica de "cansativo". Contudo, entende ser necessário não silenciar e "enfrentar o problema pela raiz debatendo as tradições de esquerda tanto quanto os limites do liberalismo".

Duras críticas são dirigidas às esquerdas "de todos os matizes" (leninista, trotskista, maoísta, guevarista, stalinista), pelo "desserviço" prestado ao socialismo e à democracia, pela recusa de enfrentar o problema do totalitarismo, os limites do socialismo real, pelo "obscurecimento do significado histórico de democracia". Após enumerar a "gênese das determinações que fundam o totalitarismo", Marilena diz que "não cremos que alguém tenha desejado o surgimento do P.T. para levar a isso".

O P.T. é chamado, por Chauí, a responder se pretende se curvar à "identificação feita pela direita entre cidadania dos

trabalhadores e totalitarismo e se pretende deixar-se instrumentalizar por correntes políticas de esquerda dogmáticas e autoritárias que o desfiguram e podem destruí-lo".

Plínio Arruda Sampaio descreve o P.T. como o resultado da união de grupos que se opunham à ditadura mas "não se contentavam em restaurar o Estado de Direito democrático-parlamentar burguês".

Ressalvando que seria ingenuidade exigir que o P.T. "começasse com um acordo total" sobre o caráter do seu socialismo (tal debate "racharia o partido antes de existir"), sugere que hoje (1986) a formulação "vaga, aberta a várias leituras" já não favorece a aglutinação, impede a formulação de "estratégias e táticas coerentes e corretas".

Faz três observações ao socialismo que "deveríamos (os petistas) propor". A primeira quanto à substituição do mercado pela "aferição democrática das necessidades expressas em um plano". A segunda quanto à democracia: o socialismo precisa ser democrático e "uma sociedade democrática é aquela constituída por um Estado de Direito...". A terceira quanto à não inevitabilidade da transição ao socialismo por meio da luta armada, da ruptura institucional.

Em relação à democracia, Plínio entende que "com todos esses meios equitativamente distribuídos, se os burgueses conseguirem convencer a população de que seu regime econômico e político traz mais benefícios do que o socialismo, então é porque este não merece mesmo o poder".

José Alvaro Moisés, ao mesmo tempo em que define o P.T. como uma "proposta de partido aberto, amplo, democrático e de lutas", aponta limitações, como a negação da "política tradicional", sem se apontar uma "alternativa concreta a essa prática". Cita ainda "uma certa esquizofrenia entre o social e o político", a separação entre a "luta social" e a "chamada luta institucional".

Segundo Moisés, para se desenvolver, cabe ao P.T. superar o corporativismo, ser capaz de produzir uma proposta política para o conjunto da sociedade. O corporativismo é definido como uma segunda fase do desenvolvimento dos partidos políticos (a primeira fase é qualificada de "pré-política"), à qual se sucede a terceira fase, hegemônica ou "propriamente política". Nessa última fase, supera-se a simples negação do capitalismo, o que supõe a proposição de uma completa reorganização do Estado e da sociedade, a democratização radical do Estado, uma vinculação indissolúvel entre socialismo e democracia...

Para ele, o P.T. encontra-se "simultaneamente na primeira, na segunda e no início da terceira fase".

Três observações principais devem ser feitas aos textos de Francisco de Oliveira, Marilena Chauí, Plínio Arruda Sampaio e José Alvaro Moisés.

A primeira é que, em suas análises, expressa-se a vertente democrática do Partido dos Trabalhadores: o esforço de conjugação do socialismo com a democracia, a busca de uma teoria que fundamente a sociedade socialista no consenso, na aprovação da maioria; a resistência ao leninismo, igualmente presente no P.T., ao socialismo autoritário e impositivo, hegemônico na tradição marxista.

Em segundo lugar, a despeito da importância da afirmação de uma concepção democrática do socialismo, cada um dos textos não acusa com a necessária clareza, sem rodeios, a presença da concepção oposta (do leninismo), predominante muitas vezes no partido.

Francisco de Oliveira rejeita a vagueza do socialismo petista e também a "via clandestina". Seria necessário tornar explícita a relação entre ambos. A "vagueza" do socialismo petista é uma forma de tornar "clandestina" a opção pela via da ruptura, da imposição. O Partido dos Trabalhadores não é um partido "clandestino", mas suas idéias muitas vezes o são. A afirmação da "via democrática" exige desnudar o seu contrário.

Marilena Chauí fala do "significado democrático das eleições", do "lapso de tempo muito breve em que o poder não se identifica com os governantes (que por isso podem ser mudados)", relacionando-o ao fato do P.T. "apresentar-se às eleições" não como "simples alternância", mas como "alternativa de poder".

Ocorre que o partido sequer reconhece, sem hesitações, o significado democrático das eleições. A construção de uma alternativa, para ser democrática, supõe também a possibilidade da alternância. Muitas vezes o P.T. formula uma sociedade em que não há clareza quanto à necessidade de eleições como meio para a alternância, para a permanente escolha, pelos cidadãos, entre governantes alternativos ...

Plínio Arruda Sampaio tampouco denuncia, no texto, a presença do leninismo no P.T. Por outro lado, ao defender a necessidade da democracia como método para sustentação do socialismo, excepciona situações em que a "ordem socialista não esteja ainda plenamente instaurada", quando "restrições de liberdade... são óbvias e incontestáveis" (são aceitáveis). São dadas, como exemplo, Cuba e

Nicarágua. A afirmação é corpo estranho em um texto que postula a democracia e a via do consentimento.

Moisés fala em três fases de desenvolvimento dos partidos políticos. Mas não se trata apenas de um problema de evolução, de amadurecimento dos partidos. A superação do corporativismo, pelo P.T. , exige também uma ruptura ideológica, com o leninismo; a negação de uma proposta anti-democrática, o que não se dá como decorrência automática de evolução das agremiações partidárias. Ai, no plano da ideologia é que nasce, que se reproduz uma concepção e uma proposta que não se dirigem ao conjunto da sociedade.

Finalmente, e em terceiro lugar, as reflexões dos intelectuais, suas formulações a respeito do socialismo democrático, a condenação ao leninismo têm tido importância secundária no partido, seja porque uns não são militantes assíduos, presentes na rotina partidária, seja porque não costumam explicitar a presença do seu contrário no P.T. Seus textos poderiam analisar também esse problema.

E.2.2 - Gadotti e Pereira

Gadotti e Pereira (1989) têm por finalidade "dar a conhecer o P.T. à grande maioria dos trabalhadores que ainda não tiveram essa oportunidade. O livro se dirige, portanto, mais para fora do que para dentro do partido", mais para o público alvo do que para seus quadros.

Dai, possivelmente, porque o texto seja algo panfletário, benevolente em excesso para com o P.T. ; porque não reconheça (ou não aborde adequadamente) as contradições em suas propostas, as disputas internas ao partido.

Ao tratar das origens do P.T. , tal qual nas análises tendenciosas, apresenta-se o partido como socialista e democrático, que surge superando a social-democracia e o comunismo: "Não tendo como símbolo nem a foice e o martelo, nem a mão direita com o punho cerrado, nem a rosa aberta... mas uma estrela, o PARTIDO DOS TRABALHADORES (grifo no original) não veio dar prosseguimento a lacunas não preenchidas de nossa história".

A afirmação é equivocada, pois, ao contrário de haver uma ruptura clara e explícita, a relação do P.T. com as tradições comunista e social-democrata é ambígua. O partido não formula uma alternativa socialista e democrática distinta e original, que não se confunda ora com o leninismo, ora com a social-democracia.

Quando os autores transcrevem os "documentos básicos" do P.T. , afora breve referência a "calorosos debates" e à polêmica quanto à introdução da expressão "socialismo", não há qualquer apreciação crítica de suas contradições.

O P.T. é tratado por meio dos "chavões": "Nascia assim, no Brasil, o primeiro partido político 'de massas' e 'de baixo para cima', por vontade dos próprios trabalhadores".

Ou: "O P.T., rompendo ao máximo o círculo vicioso da relação entre representantes e representados, critica na prática a delegação de soberania que constitui a proposta liberal-burguesa".

Ou, ainda: "Para o P.T. a visão das esquerdas de cinquenta anos atrás, de que bastava 'tomar o poder', é incorreta. O poder não é um objeto que se toma pura e simplesmente. É uma correlação de forças entre as classes sociais em luta. Não basta ocupar o poder, é preciso transformá-lo, reinventá-lo a favor dos interesses da maioria".

No entanto, dificilmente se poderá sustentar que o Partido dos Trabalhadores posiciona-se claramente perante a contraposição entre a democracia direta e a democracia representativa. O partido nem sempre nega as fórmulas representativas vigentes. O parlamento ora é tido como instância legítima de representação popular, ora é tornado sinónimo de "instituição burguesa". Quando o parlamento é negado, não se apresenta alternativa consistente. A proposta dos "Conselhos Populares", por exemplo, é contraditória, umas vezes complementando o legislativo, outras vezes opondo-se à institucionalidade.

Além disso, já nos documentos básicos há profundas contradições na relação com o poder. Assim como muitas vezes ressalta-se a complementaridade entre o socialismo e a democracia, em outras tantas as afirmações do P.T. confundem-se com a visão das "esquerdas de cinquenta anos atrás" (não no sentido de que "baste tomar o poder", mas de que o poder deva ser obrigatoriamente "tomado").

O mesmo problema verifica-se nas Resoluções do V Encontro Nacional do P.T. - realizado em 1987, expostas como expressão da "coerência ideológica" do partido. No referido Encontro, teriam sido equacionadas diversas questões ainda pendentes, a "política de alianças", ou o "direito de tendência" (grupos organizados internamente ao P.T.), assim como clareado o "socialismo democrático, objetivo estratégico do P.T."

Sabe-se, porém, que não há no P.T., mesmo depois do V Encontro, consenso quanto a um sem número de questões, inclusive as das alianças e das tendências.

Quanto às alianças, pôde-se verificá-lo já nas eleições seguintes: 1988, 1989 e, especialmente, 1990.

O problema das tendências também não foi solucionado no V Encontro, tendo havido, aliás, grande número de votos contrários à resolução aprovada: 204 x 147.

Mas, principalmente: as decisões do V Encontro Nacional, afora serem questionadas por vários grupos do P.T., são ambíguas e contraditórias em seus pontos mais importantes. A começar pela conceituação da democracia e do socialismo, das relações entre eles e das vias e caminhos para atingi-los.

Em algumas passagens, Gadotti e Pereira reconhecem indefinições ou divergências nas proposições do P.T. Mas aí cometem-se

equivocos típicos das análises racionalizadoras.

"Como partido democrático e popular, (o P.T.) não poderia nascer monolítico. Daí a existência, desde seu nascimento, de várias visões de partido".

As divergências são referidas apenas ao "pluralismo do P.T.", a seu "caráter democrático". Não há maior atenção para com as profundas contradições e diferenças de entendimento quanto ao socialismo, ou mesmo, ao pluralismo e à democracia.

O confronto ideológico interno ao P.T. é descrito como oposição entre "uma concepção pronta da ideologia do partido", própria dos "grupos chamados 'radicais' da esquerda oficial, 'tradicional' " e a opção, defendida "por Lula", de "caminhar lenta, mas seguramente na construção do partido", sem "queimar etapas".

Combina-se a perspectiva racionalizadora (as indefinições são naturais) com uma análise simplificadora: a disputa interna se dá entre a "esquerda tradicional" (ortodoxa, autoritária), estranha ao P.T. , e os "socialistas democratas", expressão verdadeira do partido.

Ocorre que a opção de "não queimar etapas" tem se revelado problemática, caracterizando-se mais como uma negativa de enfrentamento das pendências ideológicas. Com isso, a visão da "esquerda tradicional" frequentemente torna-se a assumida pelo P.T.

Cabe registrar que, ao longo do livro, tal contraposição torna-se irrelevante, seja porque Gadotti e Pereira não voltam a referi-la, seja porque, para ilustrar o pensamento do P.T. , reproduzem, de modo mais ou menos aleatório, documentos dos diversos blocos e grupos intrapartidários, como se não houvesse divergência entre eles.

Quanto às indefinições, citando Lula, afirma-se que "enquanto estivermos em fase de crescimento, as questões ideológicas não poderão ser colocadas em sua plenitude no P.T."

E acrescenta-se: "Essa questão fundamental do socialismo do P.T. , portanto, é uma questão dialética e não formal nem dogmática e, se é posta como fim a atingir, sequer deve ser colocada antes que a própria classe trabalhadora se organize para escolher por si própria seus caminhos".

Em decorrência de tais posturas racionalizadoras, até 1990, ao realizar seu VII Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores não havia ainda decidido enfrentar, sem rodeios, as suas indefinições (e contradições) perante a teoria socialista e o socialismo real. Transferiu-se, então, o problema para o I Congresso do partido, em 1991.

Veja-se um exemplo de equívoco na análise do projeto e das propostas do P.T.

Na página 292 (para ilustrar "como funcionam as decisões num partido de participação popular em suas administrações"; para que o leitor "tenha uma idéia"...da "nova práxis político-ideológica democrática e transparente...diante das vias tradicionais de exercício do poder"), transcrevem-se diversas resoluções do IV Encontro Municipal paulistano do P.T., em 1988:

Entre elas: "Os Conselhos Populares adotam posicionamentos sobre os diferentes temas e, portanto, são deliberativos. Outro problema é se a administração municipal petista acata as deliberações".

Existem no P.T. entendimentos divergentes quanto ao caráter dos Conselhos: um deles, propondo que sejam deliberativos; outro que sejam consultivos; e um terceiro que sejam um ou outro, conforme o caso.

A resolução é uma tentativa, mal sucedida e ambígua, de composição entre os diferentes pontos de vista.

Não se trata de discordar da posição expressa na proposição, ainda que se pudesse fazê-lo. Ou de assinalar que os Conselhos Populares inexistem no Município de São Paulo. O problema é que o debate sobre o caráter dos conselhos refere-se justamente a saber se as administrações petistas devem (deveriam), ou não, obrigarse a cumprir as deliberações dos Conselhos.

Se se pode, conforme a resolução, acatá-las, ou não, a critério da administração, a conclusão a se tirar é que os conselhos são consultivos (eles não decidem, apenas propõem). Trata-se de uma questão de lógica e não de posicionamento político.

A confusão na formulação do Encontro Municipal (não apontada por Gadotti e Pereira) explica-se pela combinação, pela mistura entre as perspectivas opostas, irreconciliáveis, que convivem no P.T.

Uma, o leninismo que entende os conselhos como sementes de um contra-poder revolucionário, destinado a destruir a institucionalidade considerada ilegítima (nesse caso, os conselhos devem ser sempre deliberativos).

Outra, a de aperfeiçoamento do regime representativo e parlamentar existente; a busca de canais complementares de consulta e de participação popular, sem negar a institucionalidade (nessa hipótese, os conselhos não se sobrepõem ao mandato do governante).

Ocorre que o leninismo no P.T. nem sempre é explicitado e nunca é claramente rejeitado. Assim como a institucionalidade vigente não é, sem tergiversações, negada ou assumida.

Gadotti e Pereira deixam passar em branco tais problemas. Não apontam, criticam ou explicam as ambiguidades e as contradições nos documentos e nas proposições do P.T.

E.2.3 - Pedrosa

Pedrosa (1980) transcreve os "Documentos Básicos" do P.T. sem uma única linha de apreciação crítica.

Verifica-se, por exemplo, no texto, que "o partido dos trabalhadores tem como primeira virtude a de ter nascido dos próprios trabalhadores. Eis aí uma idéia que veio realmente do seio dos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido ela é ao mesmo tempo um defrontamento vital desse nosso proletariado bronco e novo com o pensamento do maior dos líderes proletários até agora surgido na história moderna: Vladimir Lênin; pois não sustentava ele que as idéias de libertação não provinham dos proletários que as aprendiam de fora?"

A análise do P.T. , e dos documentos básicos, revela que Lênin tinha mais razões do que Pedrosa sugere. O leninismo, "vindo de fora", desde cedo penetrou nos documentos petistas e, não só neles, nas mentes e na ideologia dos sindicalistas "autênticos" e da grande maioria dos trabalhadores militantes do P.T.

O "proletariado bronco", referido por Pedrosa, não tem sido o gestor das idéias e dos caminhos dos petistas para a libertação.

Na introdução, Francisco de Oliveira analisa de modo tendencioso, acrítico, o Partido dos Trabalhadores. Refere-se ao partido como "uma construção inédita na história brasileira e a rigor poucas vezes vista na história mundial, a construção de um partido de massas, nascido nas lutas reais das classes trabalhadoras".

Essas mesmas idéias são afastadas, por Francisco de Oliveira, no artigo constante da coletânea organizada por Sader, Emir (1986).

E.2.4 - Gurgel

Gurgel (1989) propõe-se a "debater algumas questões antigas, porém atuais, da vida do Partido dos Trabalhadores - um partido a caminho do poder": o caráter do partido ("de massas" ou "de quadros"), os grupos internos, a relação entre o partido e seus militantes, o problema da inexistência dos núcleos...

O texto não foge ao enfrentamento da análise do projeto, das propostas, das concepções, da ideologia do P.T. e nem tampouco deixa de ali identificar ambiguidades e problemas.

No capítulo "O socialismo do P.T. e o programa de governo", Gurgel afirma que "por toda a sua existência o P.T. vem convivendo com o que parece ser uma deliberada indefinição de seu conceito de socialismo".

Gurgel cita os documentos básicos do P.T. , mostrando que as dúvidas referentes às idéias do partido estão ali presentes.

Ao mesmo tempo em que, por exemplo, na "Carta de Princípios" encontram-se afirmações do tipo "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" (segundo Gurgel, "uma citação, sem háspas, de Karl Marx"), ou a definição do partido como agremiação que tem por objetivo "acabar com a exploração do homem pelo homem" (conforme Gurgel, "um dístico marxista, quase um emblema"), nos mesmos documentos básicos "o partido introduz conceitos e se propõe atitudes pouco típicas dos partidos comunistas, referências tradicionais do socialismo científico".

Na "Declaração Política" há a "profissão de fé no pluralismo partidário", "estranha à noção de partido socialista clássico".

No "Pontos para a elaboração do Programa" há formulações condenatórias ao caríssimo princípio leninista da organização partidária 'de cima para baixo'".

Para Gurgel, "As relações entre Estado, Parlamento, Sociedade, Trabalhadores e Nação, sugeridas nesse texto ("Pontos..."), ficam a dever, em matéria de confusão conceitual, apenas ao arrevezado estilo".

Tais ambiguidades, "encontradas no conjunto dos textos básicos do P.T. , alimentaram por quase uma década a suspeição interna e externa de que, na melhor das hipóteses, estava-se diante de um partido de caráter indefinido".

A explicação para tais ambiguidades é vinculada às origens do P.T. ou mesmo a dúvidas e questões antecedentes ao partido: a convivência da aversão ao cupulismo, ao peleguismo, ao aparelhismo; da rejeição ao autoritarismo burocrático dos partidos comunistas e do "socialismo real", com a força dos "sinais das concepções marxistas fundamentais, pelos quais tangenciava o partido".

Caracteriza-se por ambígua a relação entre o P.T. e o marxismo.

"O marxismo foi, sem dúvida, referência teórica para o P.T. , seja pela presença das tendências da esquerda organizada, teoricamente referenciadas no 'socialismo científico', seja pela objetividade dos postulados da "teoria da praxis", cujo melhor terreno de desenvolvimento é a classe operária, exatamente a base determinante do P.T. MAS, O MARXISMO DO P.T. FOI UM MARXISMO NÃO ASSUMIDO E CHEIO DE DUVIDAS E REVISÕES. AS PALAVRAS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS...NÃO ESCONDIAM OS PENSAMENTOS, MAS OS REVELAVAM COM TAMANHO VIGOR..." (grifo meu)

O texto de Gurgel, ao contrário da maioria das descrições do P.T. distingue os blocos partidários das tendências (posições) ideológicas.

Os "blocos organizadores" do P.T. são constituídos por a- os que "viam o P.T. como um partido tático, ou frente de esquerda, como uma missão passageira de fazer avançar o processo de redemocratização pela ótica popular e naturalmente alimentar o projeto da vanguarda operária, o partido da revolução" (bloco 1) e; b- os que "como Lula e a maioria dominante do Partido" viam o P.T. "com a missão de 'conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária onde não haja explorados nem exploradores" (bloco 2).

As tendências ideológicas presentes no P.T. correspondem aos "marxistas, marxistas-leninistas, social-democratas,...cristãos, social-liberais, anarquistas...".

O Partido dos Trabalhadores é caracterizado como uma agremiação pluralista, sendo o referido pluralismo garantido pelos "trabalhadores concretos", "aqueles que assumiram, desde o seu nascedouro, o comando político do Partido. Eles constituíram o centro que conformou o pluralismo do P.T."

Gurgel acrescenta que coube ao V Encontro enfrentar a necessidade de "definições mais claras" e de "maior consistência política e

orgânica".

"O V Encontro parece ter desequilibrado o jogo interno em favor de um conceito de partido socialista mais próximo do modelo clássico. Isto se dá simultaneamente à crescente confiança do P.T. nos processos eleitorais, justificada pelos resultados recentes e pelas pesquisas divulgadas. Como conviverão os dois estímulos?".

Apesar do debate "claro e bem demarcado mal ter ainda começado", Gurgel conclui que o V Encontro "pôs a maior parte (das) questões na pauta dos debates e tentou enfrentá-la com mais do que razoável sucesso, no plano da formulação".

Ainda que o texto de Gurgel seja, sob vários aspectos, superior à grande maioria dos demais acerca do P.T., não há a devida percepção da contradição mais importante no partido, o que decorre de insuficiências na análise de seu projeto político.

As ambiguidades nos documentos básicos, por exemplo, poderiam ser mais enfática e mais exaustivamente apontadas. A "confusão conceitual" acusada no "Pontos para a Elaboração do Programa" não é privilégio daquele documento estando presente em todos os textos básicos do P.T.

Além disso, a contradição mais importante naqueles textos não se refere a assumir, ou não, o marxismo, mas ao contraste entre a promessa e o não cumprimento, de se adotar uma proposta democrática clara, consistente, distinta - como se afirma - dos modelos existentes; à incapacidade de se definir uma concepção de "socialismo efetivamente democrático" diferente, tanto da "social-democracia", quanto do "socialismo burocrático" (o qual também não é adequadamente descrito pelo partido; nem tampouco suas divergências para com tal sistema).

Gurgel afirma no capítulo sobre o socialismo do P.T. que chega um momento em que as indefinições "deixa(m) de ter sentido" e passa(m) a ser um expediente nada transparente".

Portanto, durante algum tempo, ao menos, a indefinição teria sentido, não seria problemática. Comete-se equívoco de análise racionalizadora.

Verifica-se, páginas antes, que "a luta social ainda não impôs ao P.T....um limite que ponha em cheque questões como o caráter do Estado socialista, caminho para o poder, ideologia dominante...".

Aumenta o grau de racionalização, pois (em contradição com a afirmação da exigência do V Encontro. enfrentá-las) postula-se que as definições "ainda" não são necessárias. E quando serão?

De qualquer modo, a afirmação de que o V Encontro enfrentou satisfatoriamente as questões e as pendências ideológicas, as ambiguidades e indefinições do partido, também não procede.

A análise, não apenas das "Resoluções Políticas" do V Encontro, mas igualmente dos dois Encontros Nacionais seguintes (VI e VII), revela que o partido continua intrinsecamente contraditório quanto aos temas principais: a democracia, o socialismo, a institucionalidade, a revolução, o parlamento, as eleições...

Não há qualquer definição consistente, por exemplo, acerca da "via para o socialismo": a cada proposição que expresse a aceitação da via institucional corresponde, no mesmo texto, formulação oposta, no sentido da necessidade da ruptura violenta.

As referências de Gurgel às decisões do V Encontro são igualmente ambíguas. Em que haveria contradição entre o "rigor orgânico" (o fortalecimento da coesão partidária) e o respeito às "leis" próprias das eleições? Trata-se do nosso sistema eleitoral, "anti-partidário" (não distrital, sem lista partidária...) ou de uma crítica às eleições, enquanto tais?

E por que "cresce a confiança do P.T. nos caminhos eleitorais"? Pelos resultados, pela pesquisas? Trata-se, portanto, de um interesse instrumental, casuístico e não substantivo? (as eleições valem "se me beneficiarem" e não enquanto procedimento formal...)

Há no livro, por outro lado, grande número de referências do autor (ex-presidente de um diretório do partido) às eleições (aos processos institucionais), profundamente problemáticas. A mais significativa: "O P.T. não tem nenhum plano de assalto ao poder, nenhum campo de treinamento militar, nem a sua proposta prevê isso, a despeito de, nestes casos, caber a máxima de Armando Falcão, para quem o futuro (sempre) a Deus pertence".

A descrição dos blocos "organizadores do P.T." também é questionável. Em primeiro lugar, porque nem todos os grupos do "bloco 1" viam/vêm o P.T. como "partido tático", ou como frente de esquerda. Para várias facções da esquerda organizada, o próprio P.T. é que deveria/deve se constituir no "Partido da Revolução", portanto um partido estratégico, não provisório...

De outra parte, é sugestivo como a definição do "bloco 2" é evasiva e ambígua. Em que a proposição "o Partido com a missão de 'conquistar a liberdade', 'construir a sociedade igualitária, sem explorados ou exploradores'" diferencia-se (ou não) dos projetos revolucionários autoritários que o P.T. (ou o "bloco 2") dizem rejeitar?

Gurgel superestima, como é hábito nos textos sobre o P.T., a hegemonia dos "trabalhadores concretos" (leia-se, dos "sindicalistas autênticos").

Afora a ambiguidade da expressão (a que se opõe: a trabalhadores, abstratos, a não trabalhadores...?), não é fato que, "desde o nascedouro", os "sindicalistas autênticos" e nem mesmo a "Articulação" (que não se compõe apenas de sindicalistas) tenham a hegemonia incontrastada do partido. Muito menos sob o ponto de vista ideológico, havendo um predomínio claro do marxismo, se não do leninismo.

O "pluralismo petista" não se deve, aliás, principalmente às "raízes democráticas" dos sindicalistas. Decorre, de um lado, da inexistência, no P.T., de um projeto ideológico alternativo aos da esquerda organizada; de outro à negativa, dentro do campo do marxismo, de uma discussão efetiva sobre o leninismo. A dificuldade, a indefinição, a recusa ao enfrentamento das contradições ideológicas é racionalizada e mascarada de "pluralismo".

Gurgel, em síntese, não dá o necessário destaque ao principal problema do Partido dos Trabalhadores que se constitui na incapacidade de definir uma via democrática ao socialismo, nova e original, como se pretende.

E.2.5 - Silva

Silva (1987) tem por objeto a esquerda (as "tendências" da esquerda) brasileira. Faz um histórico de sua evolução, desde o final do século XIX, até 1987, data do livro. Há um capítulo específico, dedicado às relações entre "as organizações e o P.T.", com o sub-título de "uma concepção do caráter socialista da revolução brasileira". Nele, Silva analisa a posição dos agrupamentos de esquerda no P.T., em relação ao partido, mostrando que varia de um para outro agrupamento; que vai se alterando com o tempo, em regra evoluindo no sentido de maior envolvimento na agremiação. E, ao mesmo tempo, que permanece, a despeito disso, o questionamento do seu caráter, insuficientemente "revolucionário".

A análise está desatualizada, em parte por ser anterior ao V Encontro Nacional do P.T., quando aumentou significativamente a pressão sobre os agrupamentos e tendências partidárias, forçando-os a não mais se manterem como organizações autônomas ao partido. E também pelo posterior movimento de vários agrupamentos, no mesmo sentido, de maior envolvimento, ou incorporação ao P.T., independente da pressão.

Mas a principal lacuna de Silva é a ausência de apreciação crítica das teses leninistas das "organizações" e das concepções do próprio P.T. O título "concepção do caráter socialista da revolução brasileira", referido ao P.T., contrapõe-se ao anterior, "O PCB, PC do B e MR-8: uma concepção etapista da revolução brasileira". Dá-se por suposto, tal qual nas análises tendenciosas, que o P.T. é socialista e democrático, revolucionário e não reformista, não social-democrata, não stalinista, sem abordar claramente a relação entre o P.T. e o leninismo.

Silva divide as "tendências" do P.T. em "dois blocos: as que se organizam em moldes marxistas-leninistas e a que se organizam de outro modo". De qual modo? Não há esclarecimento.

No capítulo final, dedicado ao Eurocomunismo, afirma-se que "assim, na 'terceira via', como ficaram conhecidas as teses que defendem um socialismo com democracia, não será necessária a implantação da ditadura do proletariado para se chegar ao socialismo, isto nos países de capitalismo avançado"; "os eurocomunistas esperam chegar a essa sociedade através da conquista da maioria do parlamento e da conquista de posições dentro do aparelho de estado"; os eurocomunistas acreditam ser possível chegar ao socialismo por via pacífica, sem ser necessário recorrer à violência revolucionária. Entretanto, eles deixam claro que suas teses e propostas são formuladas dentro de

1/2
Cairé
AVAL
Do PT

uma realidade européia...".

A formulação presta-se a entendimentos variados, suscitando dúvidas: O autor (e o P.T.) aceita(m) ou rejeita(m) a "ditadura do proletariado"? : tal "regime" é democrático? ; nos países do terceiro mundo, como o Brasil, não valem as teses "eurocomunistas", de conjugação do socialismo e da democracia?; o P.T. é "eurocomunista", concorda com suas teses?; o que significa o caráter revolucionário do P.T., que não se contrapõe à democracia?; como afinal deve-se chegar ao socialismo? Não há respostas claras para essas e outra questões.

E.2.6 - Pont

Para Pont (1985), o surgimento do P.T. foi "a confirmação plena dos equívocos populistas e social-democratas. As direções sindicais mais expressivas da classe operária, à revelia das esquerdas tradicionais e da herança populista, tomam (tomaram) consciência da necessidade de ruptura com o reformismo e com a conciliação de classe".

Caberia também "superar o caráter estreito dos grupos de vanguarda que romperam com o populismo e o reformismo na década de 70 sem conseguirem constituir alternativa orgânica para amplos setores sociais"; "romper com o sectarismo e a auto-suficiência de um razoável número de grupos que, apesar da definição classista e socialista que os orienta, são demarcados por anos de propagandismo doutrinário e pelo isolamento do trabalho de massas".

Mas, "os dirigentes sindicais não poderão (poderiam) dar cabo sozinhos da empreitada de construção do P.T. Essa tarefa dependerá muito da dedicação dos núcleos orgânicos, das vanguardas ideológicas, das oposições sindicais que normalmente agrupam aqueles trabalhadores com maior experiência orgânica e formação política...".

Os dirigentes sindicais autênticos realmente não construíram sozinhos o P.T., particularmente a sua proposta político-ideológica. Justamente por isso, pela dependência frente às "vanguardas ideológicas", o P.T. permanece até hoje preso a concepções estreitas e antidemocráticas, não apenas as dos "grupos sectários", mas também as das "vanguardas", sem que ao mesmo tempo "confirme plenamente" os "equívocos da social-democracia".

Pont entende que a despeito de sua "proposta obreirista, marcada por uma visão excessivamente sindicalista, ele (o P.T.) evoluiu (evoluiu), estando hoje, do ponto de vista político-partidário, definido". Apesar das grandes diferenças existentes entre seus componentes (a "vanguarda do movimento sindical brasileiro", "setores independentes", "correntes de esquerda que identificaram-se com a proposta petista...), havia "acordo numa questão: lutar para construir um partido dos trabalhadores, isto é, um partido que pudesse expressar politicamente os interesses dos trabalhadores de maneira independente dos partidos da burguesia, que pudesse organizar os trabalhadores e setores populares para a luta contra a ditadura, contra a opressão e a exploração".

A despeito do "grau de generalidade" dos documentos básicos

do P.T. , Pont os considera "corretos em sua linhas gerais". "O P.T. já possui um patamar programático que é o seu Programa e Manifesto, aprovados nacionalmente, em cima dos quais alcançamos o grau de coesão política e homogeneidade desenvolvidos desde as reuniões de construção do partido...".

O problema é que o grau de generalidade é excessivo, a coesão, o acordo existente entre os petistas, desde suas origens funda-se na necessidade de uma permanente indefinição de seu caráter. Expressões como "partido dos trabalhadores", "luta contra a opressão e a exploração" têm se revelado insuficientes para a configuração clara do perfil ideológico do partido.

O Programa e o Manifesto do P.T. são exemplos de textos que ilustram tais indefinições e insuficiências...

E.2.7 - Fernandes

Fernandes (1989) pergunta-se: "que tipo de socialismo está na mira do P.T.? O reformismo de curto alcance e barato...? O P.T. caminha em busca de sua verdade. Ela nascerá das classes trabalhadoras e das massas populares destituídas e converterá o P.T. no partido de esquerda novo de que o Brasil precisa com urgência!"

A leitura de seus artigos nos leva a perguntar qual seria o significado da novidade pretendida e se ela tem efetivamente "nascido dos trabalhadores e das massa populares destituídas".

Para ele, "como partido socialista democrático e de massa, (o P.T.) busca dirigir o ariete operário para a conquista de posições que permitam instaurar o polo de poder proletário e popular no seio de todas as instâncias do aparelho do vigente Estado autocrático burguês. Em consequência, o P.T. adota uma estratégia que pressupõe a social-democratização, embora, em contraste com a social-democracia européia e o modelo do Welfare State, preserve-se fiel à variante proletária de socialismo...".

As formulações são ambíguas, como são ambíguas as do P.T.

"Social-democratização, em contraste com a social-democracia" ?

E o que há de novo, em se mantendo a fidelidade à "variante proletária de socialismo" ?

As perguntas são pertinentes, pois Fernandes afirma que "a revolução total dentro de uma sociedade capitalista num dado momento tem que se tornar luta armada. A questão é de se considerar a oportunidade da luta armada... Há exemplos, como o da Suécia, de uma reforma social que foi instrumentalizada pelo fortalecimento do capitalismo. Mas a revolução social num dado momento decisivo vai exigir que os antagonismos de classe levem a uma guerra civil a descoberto, a uma guerra civil armada".

A reflexão de Fernandes é a mesma de muitos petistas: ao socialismo se chega não pela via do consenso, mas pela ruptura revolucionária, entendida como a explosão, a destruição da democracia representativa e da institucionalidade vigentes (ainda que deva existir um período intermediário de acúmulo de forças). Posto isso, onde estaria a democrática novidade do P.T.?

E.2.8 - Weffort

Destacam-se em Weffort (1989) as palestras de Carlos Nelson Coutinho (sob o tema "Democracia e Socialismo", comentada por José Arthur Gianotti, Wladimir Pomar e Tarso Genro) e do próprio Francisco Weffort (com o título "Perspectivas Políticas para um Governo dos Trabalhadores", com comentários de Wanderley Guilherme dos Santos e José Dirceu).

Weffort, ao concluir sua exposição, fala da mudança no conceito de socialismo, do "conceito estatal, burocrático de socialismo, para dar lugar a um conceito democrático de socialismo". "O poder socialista dos trabalhadores não pode excluir o pluralismo". Ao mesmo tempo, o socialismo é visto não como um "aniquilamento do mercado", como "regime político... de exclusão das demais forças sociais nem de aniquilamento das outras classes".

Wanderley Guilherme dos Santos refere-se à "questão candente", "apontada por Weffort", "para os partidos de esquerda que são as alternativas de chegada ao poder: ou pela insurreição armada ou pela competição democrática". "Weffort propõe que, na atual conjuntura brasileira, a opção mais realista... seria a competição democrática pelo poder".

O comentário de Santos indica de modo preciso (ainda que ele não dê o devido destaque ao fato) a ambiguidade da formulação de Weffort, a mesma que se verifica nas formulações do próprio P.T. A via insurrecional deve ser rejeitada por ser anti-democrática, ou por uma conjuntura histórica? Não há resposta clara em seu texto.

Weffort reclama a necessidade do P.T. clarear seu "perfil ideológico socialista dos trabalhadores", de "definir a QUESTÃO DA DEMOCRACIA e, em relação com esta, a da INSTITUCIONALIDADE". (grifos no original). Mas ao mesmo tempo, declara-se longe dos que acreditam que o P.T. deva adotar uma linha teórica determinada, uma 'linha oficial', seja o marxismo, o marxismo-leninismo, ou outra qualquer que se imagine. Isso seria deslocar a discussão do terreno da teoria para o de ideologia". Weffort entende que o P.T. deva ser "unitário" em termos ideológicos, mas "pluralista" na teoria.

Teoria e Ideologia, sem dúvida, não são sinônimos e o pluralismo é também um valor positivo. Mas, a proposição de Weffort é evasiva, como tem sido o P.T. O que significa exatamente "unidade ideológica" com "pluralismo teórico"? A relação com o leninismo é uma questão teórica e não um problema (também) ideológico? Há separação absoluta entre teoria e ideologia? A adoção de uma teoria não implica valores ideológicos? Uma ideologia não supõe

uma teoria que a sustente?

Sob a desculpa de que não deva adotar uma teoria (e também uma ideologia!) oficial (o que reputa autoritarismo, stalinismo), o Partido dos Trabalhadores adota uma postura democrática e pluralista apenas na aparência. Se o P.T. pretende ser democrático, não pode omitir-se. E preciso assumir ou rejeitar o leninismo (chame-se a isso um problema teórico e/ou ideológico).

Weffort fala na necessidade de "revisar a noção clássica de revolução", socorrendo-se, em Gramsci, da "metáfora sobre as 'guerras de posição' e as 'de movimento'". Em sendo o Brasil uma sociedade articulada, complexa, onde o Estado não é tudo, "o poder não apenas se toma (no Estado) mas também se cria (na sociedade)".

Outro argumento é que "se as reformas são difíceis, a revolução no sentido clássico, ao estilo da revolução francesa e da revolução russa se acha, no caso do Brasil, fora do horizonte".

Contudo, "o fato de que se possa definir uma política de reformas de sentido democrático (não exclui) a possibilidade de uma quebra, de uma ruptura institucional, em determinado momento da história..." Não se pode "recusar esta possibilidade".

Weffort afirma que o P.T. propõe uma "ruptura de caráter democrático", a "perspectiva de uma revolução democrática".

Ficam sem sentido os significados de "revolução" e de "ruptura". O que é a revolução no sentido "(NAO) clássico"? E ou não confronto com a institucionalidade? A "revolução" deve ser preterida porque não está no horizonte, porque não faz sentido em uma sociedade complexa, ou porque não seria um meio democrático de instituir o socialismo? Se o socialismo deve ser pluralista, o que seria uma transição via ruptura? A aceitação das teses de Gramsci não implica, por extensão, aceitação do leninismo?

Julgo que sim, pois Gramsci não rompe com a via da ruptura institucional, apenas observa que ela não é viável sem o prévio suporte de posições conquistadas na sociedade civil. Em Gramsci não se vai ao socialismo pela via legal, pela via democrática, pelo consenso verificado por eleição, vale dizer, pelo consentimento manifestado explicitamente pela maioria dos cidadãos. Vai-se por uma ruptura, por uma revolução, pela quebra da institucionalidade, apenas que precedida de um "acúmulo de forças". Ocupadas as posições (criado o poder) na sociedade, toma-se o Estado.

José Dirceu, discordando de Weffort - que cita o "espontaneísmo do P.T." , o "distanciamento entre a teoria e a prática" - , defende que o partido "revolucionou a prática das esquerdas no Brasil... , teve a coragem de renunciar às doutrinas socialistas clássicas já no começo da década de 70, muito antes da irrupção da PERESTROIKA e da GLASNOST. Teve também a coragem de assumir uma concepção socialista democrática..." (grifos no original)

As afirmações de Weffort (de que o P.T. seja espontaneísta) e de José Dirceu (de que suas concepções rompam com as concepções clássicas) não são excludentes. Há espontaneísmo no P.T. , reflexo das vertentes sindical e católica, dos movimentos populares, avessos ou incapazes de formular proposições teóricas, especialmente proposições novas, originais, alternativas, como se propõem. Há ainda um esforço efetivo, de diversos setores partidários, no sentido de romper com dogmas e concepções clássicas, não democráticas. Mas há também concepções ideológicas e teóricas, trazidas pelos grupos de esquerda organizada, que reproduzem os modelos leninistas.

Em outras palavras, a contradição principal não é entre o "espontaneísmo" e as "concepções democráticas", mas entre ambos e as concepções anti-democráticas presentes no partido.

A palestra de Carlos Nelson Coutinho revela reflexão lúcida e corajosa, ainda mais pelo contexto em que foi proferida: por um petista recém ingressado no partido, em seminário com a presença dos mais importantes dirigentes e lideranças partidários.

Coutinho cita as incongruências do leninismo; a superioridade, em muitos aspectos, do caminho escolhido pela social-democracia em comparação à via oriental; a necessidade de se adotar o caminho das reformas, por se tratar do único meio adequado para se "revolucionar" o capitalismo.

Afirma que "a estratégia revolucionária proposta no manifesto (comunista de Marx e Engels) é, no mínimo, prova de agudo anacronismo" (e que já eram problemáticas em 1848!); ressalta que "décadas de experiência do "socialismo real" já demonstraram suficientemente que, quando não existem os aspectos "formais" ou "procedimentais" da democracia, perdem-se também os seus elementos substantivos".

Após citar falta de clareza no Manifesto petista quanto à questão da democracia, direta ou representativa, e no discurso de Lula na I Convenção Nacional quanto ao significado da condenação ao "socialismo burocrático", aborda o V Encontro Nacional, considerado marco fundamental na trajetória programática e

ideológica do partido.

Afirma que, "apesar dos progressos teóricos-programáticos realizados a partir de 1980, expressos sobretudo nas resoluções políticas do V Encontro Nacional, permanecem ainda algumas ambiguidades nas definições de democracia e de socialismo e na proposta para articulá-las. Talvez mais ainda que nos documentos partidários, essas ambiguidades estão presentes no imaginário de grande número de militantes do partido".

Mostra, por exemplo, que "as resoluções do V Encontro não esclarecem com a concretude necessária os meios através dos quais" se pretende obter a mudança radical proposta pelo P.T."; que a reafirmação da condenação à "concepção burocrática do socialismo" e "do partido único" implica a "aceitação tácita (mas) apenas parcial do pluralismo".

Segundo Coutinho, o V Encontro deixa em aberto respostas a perguntas cruciais: "O socialismo pelo qual luta o P.T. concederá liberdade de organização para os não-trabalhadores? Quais são os limites do pluralismo proposto? O P.T. aceita ou não a regra democrática da alternância do poder?"

E também apontada ambiguidade no tratamento da democracia, particularmente em formulação ("transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo nas liberdades que devem ser próprias do socialismo") que "parece retomar a falsa antinomia entre 'democracia burguesa' (ou formal) e 'democracia proletária (ou substantiva), com a possível e lastimável conclusão de que deveriam ser eliminados, no socialismo, procedimentos formais de criação da vontade política..."

Coutinho observa que "as reformas são O caminho da revolução, e não UMA das formas alternativas de luta" (grifos no original) e conclui que a superação dessas ambiguidades é uma das principais condições para que o programa petista de 'mudança política radical' ganhe clareza e, desse modo, obtenha o consenso hegemônico necessário para se tornar realidade em nosso país".

Tarso Genro, então vice-prefeito, pelo P.T., da cidade de Porto Alegre, candidato a governador do Rio Grande do Sul em 1990, observa que se "o Brasil não é a Itália ou a França, muito menos é a Guiné Bissau. Quem não introduzir no seu socialismo, MODERNIDADE (ecologia, sexualidade, cultura urbana, crítica do irracionalismo, solidão coletiva) e DEMOCRACIA (grifos no original) (LIBERDADES POLITICAS, PLURALISMO IDEOLOGICO E GARANTIAS INDIVIDUAIS) (grifos meus) vai ficar distraído, na calçada da história, vendo-a passar pela rua..."

A observação de Tarso Genro atesta o quanto há no P.T. , inclusive no bloco das tendências organizadas, a despeito do leninismo que persiste, o seu contraponto, a busca de um socialismo moderno, democrático. (14)

Quanto à exposição de Carlos Nelson Coutinho caberia o reparo de que no V Encontro Nacional do P.T. não "permanecem ALGUMAS (grifo meu) ambiguidades", mas MUITAS, talvez todas que acompanham o partido, desde sua criação. Por outro lado, há tantas ambiguidades nos documentos partidários, quanto no "imaginário dos militantes", ambos se completam, se reforçam e se explicam.

Nesse sentido, há certo exagero de que no V Encontro tenha havido "substantivo avanço no esclarecimento conceitual da opção do P.T. por um socialismo democrático". O problema persistiu nos dois Encontros Nacionais seguintes.

Mas não haveria também ambiguidade na formulação de que "as reformas são O caminho da revolução" ? Na teoria e no imaginário marxista, no vocabulário dos militantes de esquerda, a palavra "revolução" tem um sentido conhecido, referido (inferido) necessariamente à ruptura violenta com a institucionalidade, seja esta última democrática ou não, um caminho portanto não democrático ao socialismo.

As "reformas", por sua vez, correspondem a transformações progressivas, pacíficas, sem violentar a institucionalidade democrática.

Para muitos marxistas, as "reformas" e a "revolução" não se excluem, no sentido de que, em certos contextos históricos, a primeira possa ou deva anteceder a segunda. A via ao socialismo permanece sendo a da revolução, em decorrência de a ruptura ser ainda obrigatória.

Se se pretende, como Coutinho o faz, criticar a "via oriental", é necessário ter claro se a alternativa é a reflexão gramsciana ou a social-democracia. A expressão "via oriental" sugere ser Gramsci. Nesse caso, o caminho também é o da ruptura, o da revolução. Na hipótese da "social-democracia", de uma via democrática, não leninista, a via é a das reformas, EM VEZ DE A DA REVOLUÇÃO. Não "das reformas como caminho da revolução".

E.3 - ENTREVISTAS, BIOGRAFIAS E REPORTAGENS

E.3.1 - Oliveira, Elvira

Oliveira, Elvira (1989), Rebelo (1989) e Nêumane (1990) versam sobre a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais paulistanas de 1988. Oliveira e Nêumane retratam também a trajetória política e pessoal da prefeita eleita, Luiza Erundina.

Afora não haver análise ou apreciação crítica das propostas e das concepções do P.T., ao menos tal qual se expressam na eleição de 1988 - há apenas referência ao "estilo LIGHT e bem humorado que caracterizou a campanha eleitoral de Luiza Erundina ... (e que) não deixou de mostrar a deputada estadual sempre presente nas lutas dos movimentos populares..." - Oliveira faz uma reportagem acrítica e apologética. (grifo no original)

A vitória em São Paulo, por exemplo, é retirada de seu contexto (que levou a igual resultado em outras capitais) e é atribuída ao perfil da candidata ("mulher, nordestina, baixinha enfezada, marxista..."), à "garra" dos militantes...; a disputa interna pela candidatura partidária tratada simplistamente como um problema de avaliação da capacidade ou potencial eleitoral dos postulantes (e não referida a confronto entre propostas e concepções programáticas).

No prefácio, Oliveira reproduz trecho de discurso da prefeita, proferido em visita à sua cidade natal, Uiraúna, logo após a eleição: "Descreveu os modelos de socialismo de outros países e, para o Brasil, advogou um modelo próprio: 'não precisamos e nem queremos modelos importados'".

No capítulo final, aborda "a vitória da filha de camponeses do sertão da Paraíba" que "conseguiu derrotar o poder econômico": "mulher, de origem humilde e nordestina,...agora pretende espalhar, pelos quatro cantos da cidade, uma inédita experiência política, nova forma de exercer o poder, o que ela chama de administração popular e democrática. 'Quero inaugurar uma nova relação do povo com o poder, um mandato popular que evite os gabinetes...'".

Não se sabe (a transcrição do discurso em Uiraúna não o diz) se se explicou ao auditório o que exatamente o P.T. condena nos modelos socialistas conhecidos.

Respeitada a necessidade dos ajustes às especificidades dos países, não há porque afastar modelos e teorias (inclusive os socialistas) pelo simples fato de não serem nacionais. O que for bom e já estiver pronto, o acúmulo da humanidade, deve ser "importado" e não "reinventado". E, aliás, (bem ou mal) o que o P.T. faz referentemente ao marxismo, que não é propriamente uma ideologia de raízes brasileiras...

Quanto à administração "popular e democrática" - expressão adotada pelo P.T. em seu V Encontro Nacional - , as gestões petistas nas diversas prefeituras fizeram com que (reconhecidos os avanços em pontos importantes, como a lisura no trato da coisa pública, o esforço de priorização dos interesses populares) o próprio partido acusasse a distância entre as ações e as intenções.

Nenhuma dessas questões é tratada por Oliveira.

E.3.2 - Rebelo

Rebelo (1989), vereador eleito em 1988, pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil), faz retrospectiva da campanha para a prefeitura de São Paulo naquele ano. (15)

Seu "Diário de Campanha" não aponta as contradições nas propostas e projetos do P.T. e da coligação dos "Partidos do Povo".

Há referências a problemas na estratégia adotada para a T.V.: "Criticamos o programa de T.V. a partir de um dos mais fortes argumentos usados no próprio P.T. para justificar a escolha de Erundina em lugar de Plínio, ou seja, o de que ela faria uma campanha em estilo popular, mais identificada com o povo. Mas o que víamos era a tentativa de fazer Luíza Erundina apresentável à classe média..." ; "A insatisfação com o programa de televisão de Luíza Erundina termina por gerar uma crise dentro da coligação... A própria Luíza Erundina se faz presente na reunião do comando da campanha... quando já é voz corrente que o seu programa no horário gratuito tem ficado à direita do de José Serra...".

Mas, afóra a T.V. (tratada como uma questão de estilo ou de marketing; não como uma questão ideológica...), não se consideram outros problemas nas propostas ou no programa, do P.T. e dos partidos coligados.

E de se destacar o conteúdo do Manifesto - transcrito ao final do livro - , assinado em agosto de 1988, pela coligação. Ali, vê-se a proposição de "Um novo governo, expressão de uma nova política. Transparente, moderna e popular"; "Colocar nas mãos do povo o governo de nossa cidade. Este é o compromisso histórico que mobiliza as forças democráticas reunidas nos PARTIDOS DO POVO"; Os "PARTIDOS DO POVO" propõem a construção da via democrática para mudar as condições de vida da nossa gente"; "Os Conselhos Populares serão organismos atuantes e representativos da comunidade, e não apenas cartórios que carimbam as decisões da Prefeitura...". (grifos no original)

Terminada a eleição, a aliança entre os "partidos do povo" durou muito pouco e logo o vereador Aldo Rebelo transformar-se-ia num dos mais ferrenhos críticos ao governo paulistano. A coligação era menos uma aliança política real, um acordo claro quanto a princípios e propostas, e mais uma troca de alguns segundos na T.V. por vagas na Câmara Municipal...

A tese dos Conselhos Populares não é explicitada de maneira satisfatória, o que ajuda a compreender porque não vingaram nas administrações petistas. Os conselhos não devem ser meros

abonadores das decisões do governo. Mas este deve obediência aos conselhos? O que significa constituírem-se (os Conselhos Populares) em organismos de "poder alternativo dos trabalhadores", como o faz a prefeita em entrevista concedida a Aldo Rebelo, reproduzida no livro? Muitas formulações do Partido dos Trabalhadores parecem ter muito mais apelo simbólico do que significado claro.

Se a "via democrática" constitui expressão ambígua nas formulações do Partido dos Trabalhadores, o que dizer de um texto assinado também pelo Partido Comunista do Brasil, ainda mais preso à ortodoxia leninista do que o P.T.?

E.3.3 - Nêumane

Nêumane (1990) escreve sobre a campanha eleitoral paulistana de 1988 e sobre a prefeita Luíza Erundina, motivado pela circunstância de ser seu conterrâneo, nascido na mesma cidade paraibana de Uiraúna.

No capítulo "A Rosa e o Espinho", descreve o pensamento de Luíza Erundina a partir de comparações com Rosa Luxemburgo, Gramsci, Blanqui, Bakunin e Netchaiev. Nêumane cita o texto dos dois últimos, "CATECISMO DE UM REVOLUCIONARIO": "O revolucionário é um homem perdido. Não tem interesses próprios, nem causa pessoal, sentimentos hábitos ou bens. Não tem nem mesmo um nome. Tudo nele é absorvido por um só interesse único e exclusivo, por um só pensamento e uma só paixão: a revolução". Para o autor, talvez não fosse apropriado comparar a prefeita a Netchaiev, mas "não se pode deixar de perceber que muitas das palavras do "CATECISMO" fazem escola entre os jovens que ajudaram a eleger Luíza Erundina". (grifo no original)

No capítulo seguinte, "A Voz dos Peões", diz-se que "O P.T. é uma frente mais ampla do que o PMDB, pois abriga desde frações trotskistas, refratárias à via democrática para o socialismo, até grupos menos radicais, como o liderado pelo deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, que foi ligado à democracia cristã e que repele a solução violenta pela via armada".

Nêumane divide o P.T. em duas tendências principais, uma "a dos sindicalistas do ABC, os 'obreiristas', e, outra, a dos 'ultra-esquerdistas', quadros oriundos, nas origens do partido das organizações Convergência Socialista, Movimento para a Emancipação do Proletariado (MEP), Liberdade e Luta (Libelu)...".

Mas, ao mesmo tempo em que qualifica o P.T. de uma "salada de siglas", postula que "pode gabar-se de ser o único partido no confuso quadro político nacional"; que é "o único agrupamento de políticos com um claro compromisso ético, ou seja, uma extraordinária coerência entre a prática de seus filiados e o discurso de seus programas".

A afirmação é surpreendente, vinda de um crítico conservador, opositor permanente aos governos petistas, editor do jornal O Estado de São Paulo... A explicação para um texto simpático, ao P.T. e à prefeita, afora a costumeira benevolência para com os vencedores, parece estar na citada conterraneidade, em Uiraúna...

De qualquer modo, há contradição entre, de um lado, a constatação de que o P.T. abriga, desde a "ultra-esquerda" até "grupos menos

radicais", defensores da "solução pela via armada" e "postulantes pela via democrática", e, de outro lado, a afirmação da "extraordinária coerência entre a prática e o discurso". A não ser que Nêumane estivesse se referindo à coerência que possa haver entre discursos ambíguos e práticas ambíguas, ações contraditórias e teorias contraditórias...

O mesmo Nêumane, em artigo de página inteira, publicado posteriormente no "Jornal da Tarde", descreveria o Partido dos Trabalhadores como uma agremiação inspirada no marxismo-leninismo, comparando trechos de Marx, Engels e Lênin com documentos do P.T. , caracterizando-o por partido antidemocrático, autoritário, atrasado... Mas aí o equívoco passa a ser o de desconhecer as, também existentes, raízes e forças democráticas no P.T. , a resistência ao leninismo, a busca de uma conjugação do socialismo com a democracia...

E.3.4 - Betto

Betto (1989) afirma que "em seu Programa, há clareza de que 'o desenvolvimento da estratégia do P.T. depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social'. O objetivo dessa estratégia é, como diz o Manifesto do Partido, 'construir uma sociedade igualitária onde não haja explorados nem exploradores'. Trata-se pois de lutar pela sociedade socialista...".

Contudo, nos diversos documentos oficiais do P.T. - inclusive em seu programa - é pouco clara a sua estratégia política e são ambíguas, genéricas ou contraditórias suas definições a respeito do socialismo.

Segundo Betto, "assim como o P.T. todavia não tem clareza do caráter de sua estrutura partidária, oscilando entre o democratismo basista e o centralismo leninista, ... falta ainda uma discussão mais profunda sobre o perfil do socialismo que ele propõe ao Brasil. Por enquanto, alega-se que esse perfil está sendo elaborado na prática social... Porém, toda prática exige um mínimo de coerência e nenhum partido se sustenta sem referências teóricas que inclusive o impeçam de transformar-se numa Babel ideológica. Coloca-se, pois, a questão da proposta socialista do P.T."

A despeito de, a seguir, citar "o fato de o partido ter um definido perfil ideológico", Betto foge às análises racionalizadoras.

Para ele, o P.T. carrega a "ambiguidade estrutural de ser uma força política potencialmente revolucionária submetida às regras da democracia formal burguesa".

Mas a formulação também é ambígua. O que se entende por "força potencialmente revolucionária"? Que, "dadas as condições" o partido romperá com a legalidade, para a instituição do socialismo?

E por que a clássica formulação "democracia burguesa"? Betto adota a tese leninista de que as eleições são um método "burguês" para seleção dos governantes, portanto não o mais legítimo? E possível, pois, ao tratar da possibilidade da vitória petista nas eleições presidenciais, esclarece que "não se trata de alimentar a ilusão de se chegar ao socialismo pela via eleitoral".

E.3.5 - Morel

Morel (1981) reúne entrevistas com Lula, Frei Betto, Jacó Bittar e Frei Chico (irmão de Lula, militante do PCB).

Segundo Betto, "a fé exige, para entender a realidade, uma mediação sócio-analítica. Essa mediação é dada por uma das teorias sociais existentes. Existe a teoria funcionalista e existe a teoria crítico-dialético-estrutural. Que tem muito a ver com o marxismo de Marx, e não com o de certos grupos ou tendências que existem por aí".

Perguntado se é marxista, prefere dizer que não, "do mesmo modo que por acreditar que dois e dois é igual a quatro, não é chamado de pitagórico".

Jacó Bittar diz que o P.T. "não tem uma proposta pré-determinada, pré-elaborada. Ele quer ser simplesmente um canal de participação política da classe operária. E a classe trabalhadora, a grande massa vai moldando a linha, o posicionamento do partido...".

Frei Chico opina que Lula, quando decidiu fundar o P.T., era "muito mais importante no movimento sindical do que no movimento político". "Eu acho que faltou ao Lula um pouquinho de conhecimento teórico de luta proletária, de luta de classes...".

Em vários momentos, Lula registra tensões entre ele e grupos de esquerda: "Não vou fazer grupinhos, para fazer reunião e discutir bobagens. Isso não ajuda, atrapalha um bocadinho. Meu negócio é público. E tenho falado muito mais do que gente que se diz por aí altamente de esquerda, formado...". "Várias vezes fomos chamados para participar de outros movimentos e a gente ficava com a orelha em pé, com a preocupação de se envolver em movimentos que não fossem próprios de trabalhadores".

"Como dirigente sindical eu sempre fui tido por esses grupos como inimigo deles. Eu fui muito marginalizado por eles. Como dirigente partidário eu sei que continuam não gostando, mas me respeitam... Eu só não permito, enquanto puder evitar, enquanto puder berrar, que ninguém use a classe trabalhadora como massa de manobra. Esse negócio de pregar a revolução na língua e depois estar com o bolso cheio de dinheiro não dá... Hoje tenho uma convivência melhor com esses grupos. Tem alguns deles dentro do P.T. trabalhando na linha do partido e não tenho dúvidas de que na hora em que algum mijar fora do penico vai me ter como inimigo...".

Lula define a sociedade socialista como a sociedade justa: "As vezes digo que podem me chamar de socialista, porque no fundo somos todos socialistas, porque todos queremos uma sociedade justa".

Para ele, mais importante do que os direitos humanos eram as condições materiais dos trabalhadores: "Enfim, o que é liberdade? Nós precisamos mostrar que liberdade não é apenas estar solto. As vezes, o cara que ganha salário mínimo está muito mais preso que o cara que está condenado a cinquenta anos...".

Lula declara-se despreocupado com a questão ideológica: "Olha Mário, o pessoal tem uma preocupação comigo de querer descobrir minha definição ideológica e eu estou cagando um quilo para isso". "Eu não quero saber o que Marx fez, o que Lênin fez, o que Engels fez. Eu não quero saber porra nenhuma disso. O que Trotski fez, eu não quero. Eu quero saber o que eu posso saber. Se às vezes as coisas coincidem, ótimo; se não coincidem, ótimo... Não é pelo fato de um cara chegar para mim e falar: 'Lula, olha, o Marx dizia isso.' Eu quero que ele se foda, ele já morreu...".

Vale o mesmo para o P.T. : "A proposta do P.T. para mim não é uma proposta ideológica, é uma proposta de organização de massa. Tanto é que a gente teve o cuidado de não colocar no programa do partido uma definição ideológica".

"É necessário que se discuta que tipo de socialismo. Se é um socialismo onde teremos de implantar um regime e depois segurar na base da baioneta, na base da tortura, ou se teremos a capacidade de propor um sistema onde isso não seja necessário...". "Mas, colocar no programa uma definição ideológica de uma sociedade, ou uma forma de sociedade, acho impossível. Porque a própria sociedade se encarrega de aperfeiçoar as coisas...".

O livro de Morel foi re-editado em 1990, permanecendo sem apresentação ou posfácio que tecesse considerações críticas a respeito do conteúdo das entrevistas.

Na fala de Betto expressa-se a posição contraditória dos cristãos progressistas perante o marxismo e os partidos. A teologia da libertação, ao postular a necessidade de uma fé comprometida, transformadora, leva os cristãos à política e, no Brasil, em regra, ao P.T. Como não elabora uma teoria política própria, que embase a ação militante dos cristãos, encaminha-os, voluntária ou involuntariamente, para o marxismo. Mas, ao mesmo tempo, os cristãos resistem, tanto ao marxismo, quanto à política e aos partidos - mesmo quando, na prática, os assumem.

Surge aí uma situação paradoxal em que, justamente por não assumirem a política partidária e o marxismo, de modo claro e explícito, os cristãos não os enfrentam. Vêm-se presa, dos políticos e dos marxistas, absorvendo a política e o marxismo sem filtros ou defesas.

Nas declarações de Jacó e de Lula, constata-se ocorrer processo semelhante. Ao mesmo tempo em que se reage aos grupos da esquerda organizada, especialmente aos que viam no P.T. um mero complemento da própria organização; ao mesmo tempo em que se resiste ao leninismo, não se formula uma teoria ou um modelo político alternativo.

Por isso vê-se comprometida a raiz democrática e original do P.T. , intimamente ligada à veia do sindicalismo autêntico.

A idéia de que o Partido dos Trabalhadores não tenha, e não deva ter, definições ideológicas (porque seria "precipitado", "antidemocrático", ou "desnecessário"...) acaba por fazer que, sem crítica, ou até sem consciência do fato, o partido e os sindicalistas absorvam justamente as formulações de Marx, Engels, Lênin, Trotski com que Lula dizia não se importar.

O partido pode não ter definições ideológicas claras, e não as tem, mas isso não o livra da ideologia. Daí resultam contradições e ambiguidades, indefinições em vez de definições.

Frei Chico, irmão de Lula, não estava inteiramente sem razão quando falava da necessidade de maior conhecimento teórico por parte dos sindicalistas autênticos. Mas, tal conhecimento não se destinaria necessariamente à repetição de dogmas marxistas ou leninistas. Prestar-se-ia também a seu questionamento.

E.3.6 - Núcleo dos professores do P.T.

Na apresentação ao livro de entrevistas e discursos de Lula, editado, em 1980, pelo Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores - São Paulo, afirma-se que "mais do que as palavras de Lula, este livro registra alguns momentos significativos da História do Brasil - os acontecimentos vividos pelos operários do ABC. Por isso, este é um livro escrito por trabalhadores... homens que mostraram que a classe trabalhadora é capaz de construir seu próprio destino".

A leitura dos textos permite outras conclusões.

As entrevistas, realizadas nos anos de 1978 e 1980, reforçam e confirmam dois fatos complementares:

a- Que os pensamentos de Lula (vale o mesmo para a maioria dos sindicalistas autênticos) eram, não apenas na década de 70, mas também quando se criou o Partido dos Trabalhadores, em vários pontos, profundamente diferentes dos atuais;

b- Que as lacunas e insuficiências de tais pensamentos já traziam as brechas para a incorporação do leninismo, que no início rejeitavam.

Em março de 1978, Lula declarava ao "Pasquim" ser um homem "apolítico". Em abril do mesmo ano, ao falar da "liberdade como essência da democracia", defendia o "direito de produzir e de lucrar...", criticava a "intervenção estatal que "deve ser mínima, restrita apenas a setores fundamentais...". No programa de TV "Vox Populi", em maio, dizia que "não tenho pretensões políticas, não sou filiado a partido político e tenho certeza de que jamais participaria da vida política, porque eu não sirvo para político...".

Os conflitos com a esquerda também se expressam em suas declarações. No mesmo "Vox Populi", Lula critica a "oposição sindical", aquelas pessoas "bem radicais, que às vezes não querem sequer usar pelo menos um mínimo de bom senso". Lula diz ser "contra o radicalismo tanto de esquerda como de direita. Eu acho que o radicalismo não leva a nada".

Em fevereiro de 1980, Lula declara, em entrevista concedida a Nunzio Brigulio, que "em instante nenhum, grupos radicais de esquerda me fariam desistir da proposta do P.T., muito pelo contrário, só fariam despertar em mim o desejo de vencê-los." "A forma de enfrentar esses grupos extremistas é colocá-los junto à

classe trabalhadora, e ela, classe trabalhadora, se encarregará de fazer com que esses grupos deixem de ser radicais... E tudo muito simples, basta tirá-los do mundo teórico e colocá-los no mundo real."

Lula continua: "NÃO EXISTE PAPEL RESERVADO A ESQUERDA NO P.T. (grifo meu). Primeiro, porque eu duvido que alguém que pega no sono debaixo de livros seja mais esquerda que a classe trabalhadora como um todo. Em segundo lugar, a classe trabalhadora não precisa de rótulos ou dógmas de esquerda, de direita ou de centro para traçar as suas próprias lutas. Do ponto de vista prático, tenho certeza de que todos aqueles que se intitulem teoricamente de esquerda haverão de absorver a necessidade de se curvarem à sabedoria da classe trabalhadora." "O papel dos trabalhadores não é o de se subordinar a extremistas, mas de tê-los como subordinados... a grandeza da classe trabalhadora não permitirá que grupos radicais estreitem a proposta de um partido de massa, como é o P.T."

O tempo demonstraria que Lula estava enganado. Em primeiro lugar, porque não apenas há um papel para a esquerda no P.T., mas esse papel não é o de mero figurante. E de ator principal. Em segundo lugar, porque os próprios sindicalistas, Lula entre eles, passaram a ter como referência e modelo teórico justamente as referências e os modelos da esquerda. Muitas vezes com a mesma radicalidade por eles criticada.

A principal razão é a negativa da necessidade de um modelo ideológico alternativo; ou a incapacidade de construí-lo, quando não a ingênua intenção de dispensar a ideologia.

Em abril de 1979, Lula dizia à Gazeta Mercantil que "a luta que estamos travando demonstra bem o sistema político-econômico que perseguimos. Jamais iria dizer que sou um social-democrata, como jamais diria que me arvorou a socialista ou marxista. Penso que a luta que a gente trava no dia-a-dia demonstra bem o que queremos em termos de sistema político e econômico". "...nossa forma de luta não tem paralelo com nenhum pensador. O nosso negócio é a prática mesmo".

A Revista Playboy falava, em julho do mesmo ano, que "O que nós precisamos é fazer com que a sociedade participe da implantação de um regime que considere melhor. Nem capitalista, nem comunista. Sei lá... Eu acho que a prática vai demonstrar que existe... quem sabe... alguma coisa a mais que possa melhorar a situação do Brasil".... "não convém envolver a categoria em lutas ideológicas...".

Mais tarde (fevereiro de 1980, em entrevista concedida a Antônio

Caetano), o P.T. já criado, admitiria que a ideologia é necessária: "Evidentemente que todo programa partidário deve ter um cunho ideológico. Não pode ser vaselina como é o do PDS, por exemplo...".

Mas, parafraseando Lula, o programa do P.T. não é também escorregadio? "E se você pegar o manifesto do P.T. você vai ver que ele é uma proposta praticamente socialista. Agora, é diferente você fazer uma proposta socialista de você rotular o partido de socialista. Porque a gente não deve levar para a classe trabalhadora o prato feito".

Em abril de 1980, entrevistado por Xênia Bier, Lula afirmava que "quando eu digo socialismo, eu me refiro a uma sociedade justa igualitária, onde não existam exploradores e explorados, aquele negócio todo. Eu sinceramente não saberia dizer que modelo é esse, mas eu acho que o conjunto da sociedade brasileira, se discutisse isso, saberia encontrar uma solução "A forma como vai ser esse socialismo está na cabeça do trabalhador, não está em nenhum livro não".

A experiência do P.T. demonstraria que não havia socialismo suficientemente definido na cabeça dos trabalhadores, ao contrário, as idéias "dos livros" é que aos poucos ali entraram.

E.3.7 - Sampaio

Sampaio (1981) escreve um "romance-reportagem" acerca das greves dos metalúrgicos do ABCD, em 1978 e 1989, em destaque a participação e o papel desempenhado por Lula. Não há qualquer referência ao Partido dos Trabalhadores, apesar do texto ter sido lançado em 1991.

E.3.8 - Barbeiro

Barbeiro (1989), ao entrevistar Lula, por ocasião da disputa presidencial, dez anos depois das entrevistas coletadas pelo Núcleo dos professores petistas, registra os traços novos e os que permanecem, no pensamento de Lula.

A posição quanto ao papel do Estado, ao menos quanto ao sistema financeiro, passa a ser oposta à de dez anos antes: "Veja, nós temos dentro do partido duas correntes. Nós temos uma corrente, à qual eu pertencço, que acha que deveria estatizar o banco, o sistema financeiro".

A relação com a esquerda também é radicalmente distinta. Perguntado se é comunista, Lula diz que "não, mas também não sou anticomunista. A primeira vez que me perguntaram isso eu disse: 'Eu sou torneiro mecânico'. Eu me considero um trabalhador que adquiriu consciência política, me considero um socialista...mas eu acho que o P.T. é um partido que tem comunista, é um partido que tem socialista, é um partido que tem cristãos, é um partido que tem pessoas, sabe, que não são nem comunistas, nem socialistas, nem cristãs. Nós somos um partido de massa, um partido da classe trabalhadora, um partido democrático. Eu respeito os comunistas, eu respeito todas as correntes de pensamento político, porque eu acho que se a pessoa acredita naquilo, a pessoa tem mais é que defender aquilo que acredita".

Lula, nessas entrevistas, e o P.T. em muitos momentos, confundem o direito às idéias e posições políticas, à pluralidade, com a omissão diante das idéias divergentes. Anticomunismo significa a intenção de exclusão, o impedimento da existência dos comunistas e de suas idéias.

O P.T. não é, e nem deve ser, anticomunista. Mas, escuda-se na crítica ao anticomunismo, para não fazer a crítica do comunismo. Porisso, a descrição do socialismo petista, em 1989, continuava tão escorregadia quanto em 1979.

Lula diz a Barbeiro que "...o Brasil não pode importar um modelo, seja ele cubano, soviético, alemão, nicaraguense, japonês...porque as coisas só acontecem de acordo com a cultura de um povo...". "Eu, particularmente, sou favorável ao estabelecimento de uma sociedade socialista, sabe, um socialismo democrático, que ainda estamos elaborando a nível de P.T. ".

A crítica ao socialismo real não é clara quanto ao ponto principal, a ausência da democracia. Ao mesmo tempo em que Lula requer, no socialismo, "que as pessoas possam ter liberdade de

expressão...o direito de ir e vir", diz que "eu não posso permitir que as pessoas falem mal de Cuba tentando criar uma imagem de que Cuba não tem eleição, que não tem sindicato, como se apenas isso fosse sinônimo de democracia".

E.3.9 - Pomar

Pomar (1990) retrata a campanha presidencial de 1989.

Inicia seu texto citando Faoro: "A eleição é um longo e doloroso aprendizado, aprendizado para a democracia...".

Contesta a afirmação de que o P.T. não sobreviveria às disputas internas; de que "não se sustentaria nas pernas" um partido composto por "sindicalistas sem experiência política", "militantes derrotados na luta contra a ditadura" e "ativistas religiosos"...

"O P.T. reúne correntes de oposição com experiências políticas muito variadas, de concepções ideológicas e práticas diferentes". "Vistas as coisas somente por esse ângulo, muito dificilmente elas conseguiriam unificar-se de forma mais consistente". Mas, há em comum pontos importantes, como a "resistência à ditadura", a "atração pelo despertar da luta dos trabalhadores", a descoberta de que questões políticas "não se resolvem por métodos administrativos". E, principalmente, o "leito de vida democrática" que é o Partido dos Trabalhadores, que congrega "unificação política" e "constante luta interna de opiniões"...

Ao contrário de uma agremiação sem identidade definida, o P.T. possui "uma imagem de coerência, combatividade, defensor dos interesses populares, socialista e democrático...". Daí sua consolidação como partido nacional, postulante à presidência, à direção do país.

A despeito do pouco tempo para se viabilizar a participação popular, no nível desejado, em sua confecção, o programa do P.T. para a presidência foi um "programa das maiorias". No "capitalismo reformado do governo Lula, o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição da renda...". As críticas ao programa vinham dos "ouvidos moucos dessa minoria que se acostumou a tudo ter e nada ceder".

As idéias de participação popular, por exemplo, não implicavam qualquer confronto com a ordem democrática, apenas visavam fiscalizar e emendar as instituições, "teses nada novas, parte das doutrinas de Montesquieu e Tocqueville...". O propósito era a "democracia efetiva da maioria", o "poder que fosse expressão da vontade dos trabalhadores e do povo".

A identificação de Lula com métodos violentos, com a luta armada, com o comunismo fez parte dos métodos antiéticos, da manipulação,

do jogo sujo da direita e dos meios de comunicação.

"Ao contrário das diversas hostes do Império, que exigem democracia nos países socialistas mas não a praticam no Brasil, o P.T. tem sido coerente na cobrança de democracia nos outros países, em particular nos socialistas, e na sociedade brasileira...".

Apesar da derrota nas urnas, colheram-se vitórias. Uma delas o fato de que "o Império teve que engulir essa realidade: estava na praça, sem subterfúgios, uma proposta democrática e popular que denunciava a selvageria do capitalismo brasileiro e propunha uma nova sociedade que, através da concordância das maiorias, deveria marchar para o socialismo".

A análise de Pomar é pertinente sob muitos aspectos, inclusive quanto a que, na eleição presidencial de 1989, o confronto principal se deu entre uma proposta de interesse das elites - e, nesse sentido, conservadora - e uma proposta voltada para os interesses populares - e, sob esse ponto de vista, inovadora.

Mas, há uma apreciação tendenciosa do P.T.

A convivência de múltiplas correntes e tendências no Partido dos Trabalhadores não tem permitido um resultado consistente, os pontos em comum não são suficientes para gerar uma proposta política coerente. A tese de que questões políticas não se resolvem por "métodos administrativos" tem se prestado, com frequência, à desculpa para se empurrar "com a barriga", ao repetido adiamento de decisões cruciais. O P.T. escuda-se no "pluralismo" para justificar a omissão perante suas contradições internas.

A imagem do partido no país, sem dúvida, é de uma agremiação combativa e socialista. Mas o adjetivo "democrático" tem sido questionado. Há relação entre isso e o caráter dos programas eleitorais.

Os programas eleitorais petistas, inclusive o de Lula, são ambíguos, ou omissos, quanto à posição frente à institucionalidade democrática e as vias para o socialismo. Daí porque a vinculação do partido com a luta armada, com métodos violentos, com o comunismo, o socialismo real, não se deva apenas ao terrorismo da direita ou à manipulação dos meios de comunicação. E também respaldada por contradições reais do P.T. que não rejeitou explicitamente, inequivocamente, a alternativa da via insurrecional.

A cobrança de democracia nos países socialistas, aludida por Pomar, às vezes tem sido tímida. O que explicaria o fato de, inúmeras vezes, militantes petistas terem ido a países do leste - particularmente Alemanha Oriental - para cursos de "formação política"?

As propostas do P.T. , suas concepções de socialismo e de democracia não são claras, especialmente quando se trata da "necessidade da concordância das maiorias". O próprio Pomar, comentando a exposição de Coutinho (v. Weffort, 1979), manifestava dúvidas quanto a dever existir, no socialismo, "liberdade de organização para os 'não-trabalhadores' ". Para ele, tratava-se de um "problema difícil de responder".

A análise do P.T. acerca das eleições, incluída como anexo ao final do livro, confirma: "As mudanças na Europa Ocidental e na URSS deveriam ter sido expostas na campanha como uma verdadeira revolução popular, com todo o apoio do P.T. e da Frente Brasil Popular. Nossas indefinições ideológicas, a subestimação do anti-comunismo e, em certo sentido, nossa aliança com o PC do B nos levaram para a defensiva. Não nos apresentamos com nitidez para a classe trabalhadora com relação a que tipo de socialismo defendemos para o Brasil".

E.3.10 - Singer

Singer (1990), tratando da eleição presidencial de 1989, afirma, ao apresentar o livro, que "uma análise da campanha mostra que já estavam embutidos nela alguns dos grandes problemas colocados hoje para o P.T." Entre eles, "como enfrentar a crise acentuada da idéia de socialismo a partir das mudanças na Europa do leste?"

Mais à frente, em entrevista com Lula, tendo em vista a premissa de que "o P.T. nunca definiu exatamente o tipo de socialismo pelo qual está lutando", pergunta se "isto é um problema para o partido".

Lula responde que "o que se está questionando na Alemanha Oriental não é o socialismo, mas a forma burocrática e a falta de democracia que se opõem ao socialismo". Segundo Lula, "em 1980, quando nós discutíamos o Manifesto do P.T., a gente já questionava a burocracia, o partido único, a falta de liberdade e autonomia sindical. E nós permitimos (nas eleições de 1989) que os representantes da burguesia trabalhassem contra o socialismo".

No entanto, a separação entre o socialismo e a burocracia é justamente o que cabe ser demonstrado. Não é uma evidência. Os alemães orientais questionam, se não o socialismo, aspectos básicos e fundamentais, como a economia estatizada, a ausência de mercado, a falta de pluralismo e de liberdade política...

O caráter do livro, um documento fotográfico, acrescido de breves textos, com intuito comemorativo, não permite exigir uma profunda ou rigorosa apreciação crítica da campanha presidencial.

Há, de qualquer modo, registros importantes, como o reconhecimento de que "quanto mais pobre a casa, mais estava enfeitada com propaganda colorida" (no artigo de Ricardo Kotscho, assessor de imprensa de Lula). Ou, conforme Lula, de que "a gente não conseguiu ter uma linguagem para este setor mais vulnerável da sociedade"; "a verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos da sociedade...".

Ou o comentário, também de Lula, que evidencia a falta de clareza, ou de realismo, nas propostas do P.T.: "Já é um pouco de gozação, mas quando foi chegando perto de ganhar, eu tive que segurar o pessoal (risos). Então, o negócio de suspender a dívida externa não era bem assim, a dívida interna não era bem assim...".

E - CONCLUSÃO

Quer nos "textos acadêmicos", quer nos "textos militantes", quer igualmente nas "entrevistas, biografias e reportagens", verificaram-se problemas no tratamento conferido ao Partido dos Trabalhadores.

Conforme se expôs ao início do capítulo, há equívocos e lacunas no que se refere à análise da proposta partidária. Equívocos decorrentes de análises tendenciosas, análises racionalizadoras, incompletas, ou simplificadoras; lacunas pela ausência de análise da ideologia petista, o que gera problemas na compreensão de outros aspectos a características do P.T.

A hipótese básica desse trabalho é que o ponto chave para o estudo do Partido dos Trabalhadores é a sua proposta programática, o seu projeto político, a sua ideologia. Afirma-se que ambiguidades e contradições estão presentes na questão central: a promessa de um partido diferente tanto dos "burgueses", quanto dos da "esquerda tradicional"; que conjugue o socialismo e a democracia; que supere a "social-democracia" e o "stalinismo".

Este ponto, não abordado, não enfatizado, ou não adequadamente tratado na bibliografia sobre o P.T. é o tema do capítulo seguinte.

CAPITULO 2

O PENSAMENTO E A IDEOLOGIA DO P.T.:
ANALISE DOS DOCUMENTOS PARTIDARIOS

A - INTRODUÇÃO

O propósito deste capítulo é analisar o projeto político do Partido dos Trabalhadores: as suas idéias, as suas propostas, as suas metas e os meios escolhidos para alcançá-las.

Visa-se, principalmente, identificar como o P.T. formula e justifica o seu objetivo, o "socialismo democrático". O que é o "socialismo democrático", para o P.T.? O que significam cada um dos termos, "socialismo" e "democracia"? Por que o P.T. os deseja? Qual é a relação estabelecida entre eles? Como se pretende atingi-los?

E, ainda: em que medida as formulações do Partido dos Trabalhadores são coerentes e consistentes, em que medida são ambíguas e contraditórias?

A estratégia adotada é pesquisar os documentos do partido, tendo-se selecionado os "documentos básicos" ("Carta de Princípios", "Manifesto", "Programa" etc), produzidos em seu primeiro período (1979-1981), e as "Resoluções Políticas" dos três últimos Encontros Nacionais, ocorridos, respectivamente, em 1987, 1989 e 1990.

Há cinco justificativas para tal procedimento.

Em primeiro lugar, o fato de que o Partido dos Trabalhadores caracteriza-se como um partido ideológico, entendendo-se por isso uma agremiação que busca em idéias e em princípios os fundamentos de sua atuação; dos objetivos, dos métodos e dos caminhos para atingi-los. O P.T., ao contrário da grande maioria dos demais partidos brasileiros, é reconhecido, seja pelos aliados, seja pelos adversários, por ter sua prática ideologicamente embasada.

A segunda razão é que, também diversamente do que costuma ocorrer com as demais agremiações partidárias brasileiras, os documentos do Partido dos Trabalhadores expressam efetivamente as suas posições, opiniões e definições ideológicas.

Conforme declara o partido, os seus documentos são "prá valer".

Em fevereiro de 1980, a "Comissão Nacional Provisória" do "Movimento Pró P.T.", ao apresentar o texto "Pontos para a Elaboração do Programa" (preparatório à redação do programa do P.T.), dizia que "a discussão do programa é uma parte essencial

do processo de construção do P.T. O programa do P.T. não pode ser apenas um programa para o T.S.E.: isso é fácil de fazer. O programa do P.T. deverá surgir das bases sociais sobre as quais se apoiará o partido...".

Na introdução de cartilha distribuída aos filiados e militantes do partido, o Diretório Nacional escreveu, em março de 1986: "Nossos documentos básicos... traduzem as metas reais do P.T. e seus efetivos princípios de organização. Não existem somente 'para inglês ver'... Eles definem pra valer o nosso projeto de sociedade e o método de ação que julgamos mais adequado para concretizá-lo".

As "Resoluções Políticas" do Partido dos Trabalhadores correspondem às manifestações oficiais do partido; contém as teses e definições assumidas em seus Encontros e Convenções; declaram as posições perante os fatos e acontecimentos considerados, pelo P.T., relevantes, no país ou no mundo.

Tanto quanto os "documentos básicos", as "Resoluções" expressam efetivamente as idéias do partido.

Lula, no discurso de encerramento do VII Encontro Nacional, declarou que "a verdade (do P.T.) está na síntese coletiva que fomos capazes de tirar dos nossos congressos, das nossas convenções, dos nossos encontros".

A terceira razão é que o Partido dos Trabalhadores é composto por forças sociais e políticas diversas e heterogêneas, em permanente processo de disputa ideológica. O estudo dos textos ou das teses de uma determinada corrente levaria a se conhecerem as idéias daquele segmento partidário, às quais se opõem as das facções adversárias. Nenhuma das duas, tese e antítese, pode ser tomada, de princípio, pela opinião e posição do partido. (1)

Os documentos oficiais, por sua vez, sejam os "documentos básicos", sejam as "Resoluções Políticas", são o resultado da disputa política e do embate ideológico interno; a síntese das idéias e das posições em confronto; a "média" que pode ser assumida como as idéias e as posições do conjunto da agremiação.

Por essa razão, optou-se pelas "Resoluções" de Encontros Nacionais e não de eventos regionais ou municipais. Nesse caso, haveria a possibilidade de viéses devidos às forças ou tendências ali, ou no momento, predominantes. (Os Encontros Nacionais são a reunião de todo o partido, o resultado da combinação de todas as forças e posições, na proporção de seu peso e representatividade.

Em quarto lugar: preferiu-se pesquisar os "documentos básicos" e as "Resoluções", a analisar programas e propaganda eleitoral, por estarem estes últimos submetidos à necessidade de se optar pela fala que agrada ao eleitor; que não obrigatoriamente corresponde àquela que se adotaria em outra circunstância (os documentos "não eleitorais" podem ser considerados textos "descomprometidos" e, nessa medida, mais fiéis).

Finalmente, e em quinto lugar, a escolha dos "documentos básicos" e das "Resoluções dos três últimos Encontros deve-se à intenção de se compararem as posições partidárias em dois momentos distintos, a fase inicial e o período mais recente. (2) Quais seriam as igualdades, semelhanças e diferenças? O que muda e o que permanece em função das circunstâncias internas e externas; da história partidária e do momento político?

B - OS DOCUMENTOS BASICOS

Os "documentos básicos" do Partido dos Trabalhadores, são textos do período que vai de 1.maio de 1979, quando é lançada a "Carta de Princípios", documento inaugural, ainda officioso, até 27.setembro. de 1981, dia do "Discurso" de Lula na I Convenção do partido, em que se elege o primeiro Diretório Nacional.

Correspondem à fase inicial do P.T. , aos momentos de sua idealização, sua proposição, seu lançamento, organização, até sua oficialização.

Tais documentos dividem-se entre os officiosos ("Carta de Princípios", "Declaração Política", "Plataforma Política" e "Pontos para a Elaboração do Programa"), anteriores à fundação do partido, e os oficiais ("Manifesto", "Programa", "Estatuto" e o "Discurso", de Lula).

A "Carta de Princípios" é assinada pela "Comissão Nacional Provisória", do "Movimento pelo Partido dos Trabalhadores", após discussões acerca do partido nos congressos de trabalhadores realizados em São Paulo, Lins, Porto Alegre e Poços de Caldas.

A "Declaração Política", aprovada em Encontro realizado em São Bernardo, em 13.outubro de 1979, é assumida pela "Comissão Coordenadora Provisória" que a justifica pela necessidade de "dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política... diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando".

Entre os que assinam a "Declaração Política", estão Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar.

A "Plataforma Política" data, igualmente, de outubro de 1979.

Os "Pontos para a Elaboração do Programa", assinados pela "Comissão Nacional Provisória do Movimento pró P.T.", surgem em 10.fevereiro de 1980, objetivando orientar a preparação do programa do partido.

No mesmo 10.fevereiro de 1980, no Colégio Sion, aprova-se o "Manifesto" e se funda o Partido dos Trabalhadores. O "Manifesto" é tornado público em 22.março e a fundação legal, oficial, ocorre em 1.junho de 1980.

O "Manifesto" inaugura os documentos oficiais.

A ele se juntam o "Programa" e os "Estatutos", ambos aprovados na I Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, em 26 e 27. setembro de 1981, quando se profere o "Discurso", de Lula, considerado também um documento oficial do P.T.

C - AS RESOLUÇÕES POLITICAS

As "Resoluções Políticas" do Partido dos Trabalhadores são documentos que registram as deliberações e as decisões oficiais da agremiação. (3)

Os Encontros Nacionais V, VI e VII realizaram-se, respectivamente, em 4,5 e 6. De dezembro de 1987; 16,17 e 18. junho de 1989; e 31. maio, 1,2 e 3. junho de 1990.

O V Encontro ocorreu em Brasília, após quase um ano de processo constituinte, tendo sido votados, pouco antes, na Comissão de Sistematização, quatro anos de mandato para José Sarney, cujo governo à época foi caracterizado pelo P.T. como o "elo fraco da transição burguesa". No ano seguinte, efetuar-se-iam as eleições municipais que levaram o partido a assumir a prefeitura de importantes cidades brasileiras, São Paulo entre elas, o que marcaria uma inflexão na história do P.T.

Conforme a apresentação ao texto das Resoluções, "O V Encontro Nacional é um marco na história da construção do P.T. como partido de classe, democrático e socialista. Além de apreciar corretamente a conjuntura política e lançar a candidatura de Lula à Presidência da República, aprovou o programa democrático popular, precisou nosso objetivo estratégico - o socialismo -, sublinhou a necessidade de uma política de alianças, definiu o momento como sendo de acúmulo de forças".

Realizado em São Paulo, o VI Encontro do Partido dos Trabalhadores se deu em meio à crise da Nova República, e do país, que levaria seis meses depois à disputa entre Lula e Collor pela presidência. Marcou-se, ainda pela crise do próprio partido (parcialmente superada pela posterior vitória no primeiro turno das eleições presidenciais), decorrente das responsabilidades e das dificuldades na gestão dos governos municipais, pouco antes conquistados.

A apresentação ao documento do VI Encontro, assinada pela "Comissão Executiva Nacional", julga ser tal Encontro um "marco na história do país. Não só porque ele assinala o lançamento solene de um operário brasileiro (e um operário socialista) à Presidência da República, mas igualmente porque as resoluções políticas lá aprovadas representam um novo acúmulo na elaboração coletiva do partido. Assim é que...chegamos agora à primeira versão de um Programa de Ação de Governo, de caráter democrático popular, articulado com a luta pelo socialismo".

O VII Encontro Nacional do P.T. , também realizado em São Paulo, marcou-se pela, então recente, derrota no segundo turno das eleições presidenciais; pela proposta de instalação de governo paralelo que se contrapusesse às medidas de Collor, como o plano econômico três meses antes iniciado e, principalmente, a nível internacional, pelo violento furacão que assolou o Leste socialista.

A apresentação ao caderno de teses das chapas inscritas para o VII Encontro Nacional afirma: "Nosso Encontro Nacional deperta notáveis expectativas, tanto pela conjuntura em que se realiza, quanto pela temática inicial que se debaterá. O P.T. adquiriu tal importância na sociedade brasileira que as suas deliberações transcendem a ação do partido, constituindo-se em referência natural para as várias forças de esquerda e para todo o campo democrático popular...somos chamados hoje a explicitar nosso projeto histórico - a utopia concreta de um socialismo radicalmente democrático".

O partido expressa a importância atribuída aos citados documentos e o quanto representam a síntese dos debates e das posições políticas e ideológicas no P.T.

D - A ANALISE

A análise dos documentos do Partido dos Trabalhadores revela contradições e ambiguidade no que se refere às suas promessas e a seus objetivos.

A afirmação se aplica, tanto aos "documentos básicos", de sua primeira fase (1979-1981), "Carta de Princípios", "Manifesto", "Programa" etc, quanto às "Resoluções Políticas" dos mais recentes Encontros Nacionais (1987, 1989 e 1990).

Não é satisfatório, particularmente, o tratamento dado às relações entre a democracia e o socialismo. Não se define o que sejam; se são sinônimos; se são condição um para o outro; se se aceita a hipótese de haver socialismo sem democracia e, principalmente, democracia sem socialismo. Não se clareia, por decorrência, a meta do partido, o socialismo democrático.

O Partido dos Trabalhadores rejeita a social-democracia e o stalinismo, declarando-se um partido de massas, socialista e democrático.

Dai a necessidade de explicar: 1- o que se entende por social-democracia e quais as razões para rejeitá-la; 2- qual a alternativa pretendida, equiparando-a, ou não, ao leninismo; 3- em que a escolha se diferencia do stalinismo.

Sob a perspectiva do requisito "democracia", só há duas vias para o socialismo: uma democrática e a outra autoritária (ou, não democrática).

Isso posto, é preciso explicar se a rejeição da social-democracia é por entendê-la não democrática. Ou, apesar de democrática, desinteressada, ou impotente para realizar a transição; ou para sustentar o socialismo já instituído.

Na hipótese de se negar o caráter democrático da social-democracia, há que esclarecer se a restrição refere-se ao caráter formal da democracia "burguesa", tido como definidor de uma democracia falsa ou ilusória, em contraposição ao caráter "substantivo" da democracia "socialista".

É conhecido o argumento segundo o qual a democracia "burguesa" não é legítima, na medida em que a propriedade privada dos meios de produção impossibilita aos vários indivíduos e classes

competir em pé de igualdade pelo poder político. O Estado estaria a serviço dos grandes proprietários e as eleições seriam um jogo de cartas marcadas. O caráter formal da democracia "burguesa" é equiparado a aparente, artificial, mentiroso.

A tese não é nova. Muito antes de Marx, Rousseau já havia alertado que a democracia depende de uma série de circunstâncias. Entre elas, uma adequada repartição da riqueza.

Mas há que proceder a ressalvas e relativização. O que explica a eleição do P.T. , para prefeituras como São Paulo e Porto Alegre? Como entender a quase eleição de Lula para a presidência, em país capitalista de terceiro mundo com um dos piores perfis de distribuição de renda de todo o planeta? Se as eleições "burguesas" pudessem ser resumidas a falsa disputa, qual razão haveria para os crescentes prestígio e desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores?

Mais grave é a não distinção entre a formalidade da democracia vigente (entendida tal formalidade como limite, insuficiência) e o aspecto formal do sistema político, a existência de mecanismos que disciplinem o jogo e a disputa, garantindo-se que as decisões decorram da manifestação da maioria.

Confundem-se os limites do jogo democrático no capitalismo (ou em país com o poder económico mal distribuído) com um dos pilares da democracia: os procedimentos que regulamentam o processo decisório e o sistema político.

Duas palavras iguais para designar dois significados inteiramente distintos.

O que a crítica do P.T. à social-democracia tem a ver com isso?

Na hipótese de se questionar a intenção socialista dos social-democratas, é preciso diferenciar a social democracia, como projeto que visa "apenas suavizar a exploração, por meio de reformas que não rompem com o capitalismo", da social-democracia, como método para tratamento das questões políticas, fundado na busca do consenso, do consentimento, na autorização explícita da sociedade, na manifestação da maioria, por meio das eleições.

Mesmo admitindo-se que os social-democratas tenham abandonado o objetivo socialista, em que questionar, não o projeto, mas a via de transformação social por eles defendida e a necessidade de

a ela recorrer para a instalação de uma sociedade socialista? Em que, exatamente, difere a via "petista"?

Em se tratando da suposta incapacidade de se chegar ao socialismo, ou de sustentá-lo, pelos procedimentos "social-democráticos", é necessário apontar outro procedimento (igualmente) democrático, ou abandonar o propósito de combinar democracia e socialismo.

Seria possível a separação entre a via pela qual se vai ao socialismo e o método para preservá-lo; ou entre os procedimentos inicialmente adotados, já no socialismo, e aqueles que posteriormente utilizar-se-iam? Estaríamos diante da hipótese de uma transição autoritária (ou não democrática), combinada com um modo democrático de sustentação da nova sociedade; ou de um método autoritário, em fase primeira, sucedido por outro método, então democrático, em fase subsequente do socialismo. Mas haveria que demonstrar tais hipóteses, quer sob a ótica da história, quer, sob a perspectiva da lógica: qual o sentido (ou a viabilidade) de se impor uma situação, tendo-se depois que a manter pela via do consenso?

Assumindo-se como comprovadas as razões para a rejeição da social-democracia, seria necessário equiparar ou distinguir a alternativa escolhida do leninismo.

Também a esse respeito, os documentos petistas não são precisos. Há ambiguidade quanto a em que, exatamente, consista, para o P.T., o "caráter revolucionário da ruptura com o capitalismo".

Afinal, aceita-se a institucionalidade vigente nos países capitalistas? O fato de o partido participar das eleições, e por meio delas disputar o poder, significa que se reconhecem os resultados e a legitimidade dos mandatos conferidos aos governantes?

E o que dizer da estratégia do duplo poder, do poder paralelo destinado a confrontar a institucionalidade e os regimes "burgueses"? Os conselhos populares, propostos pelo partido, constituem mecanismo alternativo (excludente), ou complementar à democracia representativa existente?

A crítica à democracia "burguesa" pode ser equiparada à rejeição da democracia representativa parlamentar? O que significa para o P.T. "assumir a democracia como valor substantivo"?

De que modo pretende-se superar o capitalismo: pela via institucional, pela disputa eleitoral, por meio do consentimento da maioria dos cidadãos? Ou mediante uma ruptura radical e violenta com a correspondente destruição da institucionalidade presente?

E o que se pretende instituir no lugar? Visa-se instaurar um regime político e um sistema econômico mantidos pela força, conforme a tese da "ditadura do proletariado"? Ou haveria, no socialismo do P.T., pluripartidarismo, direito de oposição, Estado de Direito, liberdades políticas e civis, alternância de poder?

Rejeitada a social-democracia, quais seriam a via e o modelo apregoados pelo Partido dos Trabalhadores? Estes, via e modelo, correspondem às estratégias e aos projetos afirmados pelo marxismo da III Internacional? Em que há concordância e discordância relativamente às teses leninistas?

Está em jogo a compatibilidade entre a democracia e o socialismo petistas, pois a essência do leninismo consiste em um método de superação do capitalismo, cujo caráter "revolucionário" é a perspectiva de (necessária) destruição da legalidade e da institucionalidade anteriores, independentemente da aferição da vontade e da concordância da maioria dos cidadãos. Pode-se dizer o mesmo dos procedimentos previstos para a manutenção da subsequente sociedade socialista.

Exige-se, enfim, esclarecer como se vêem as relações entre a democracia e o leninismo. Para o P.T., o leninismo é democrático ou anti-democrático? E por que?

A terceira face do problema é a caracterização do stalinismo.

Desde o discurso de Lula, na primeira Convenção Nacional do partido, em 1981, o P.T. critica o "socialismo burocrático", que "não atende aos trabalhadores", mas a uma "casta de tecnocratas".

Com os acontecimentos do Leste, condena-se o stalinismo: China e União Soviética, Romênia, Albânia e os demais países socialistas europeus, sobrando farpas até para Cuba. A inexistência de democracia, a falta de liberdade, o autoritarismo, o planejamento burocratizado e ineficaz, a estagnação econômica, entre outros, são pontos identificados e condenados no "socialismo real".

Mas, tais problemas circunscrevem-se ao socialismo existente

(praticado), sem estarem referidos à teoria socialista?

E, em se tratando da teoria (o stalinismo não se reduz a atos, corresponde também a uma certa concepção teórica e ideológica), podem-se separar stalinismo e leninismo? O socialismo real pode ser explicado por uma degeneração, por um desvio frente às teorias marxistas?

Que se aceite o stalinismo como uma deturpação, uma usurpação do marxismo (leninismo). Mesmo assim: o que permite ou explica essa degeneração?

Quando o Partido dos Trabalhadores associa o socialismo real ao stalinismo, e ambos à falta de liberdade e de democracia; quando afirma, enfim, a necessidade do socialismo democrático, "condena" o stalinismo, "absolvendo" o leninismo e o marxismo?

Em síntese, qual é o ponto central da crítica ao socialismo existente?

Sendo o objetivo do P.T. o socialismo democrático e, tendo em vista a afirmação de que não há, entre os modelos existentes, modelo a ser seguido, isso significa que os países do leste são socialistas, porém não democráticos? Há, portanto, um socialismo não democrático?

E por que não é democrático? Pela ausência de liberdades políticas? Pelo partido único? Pela ausência do direito de oposição? Pela impossibilidade de alternância no poder? Pela inexistência de Estado de Direito? Pelo Estado ditatorial e autoritário?

Mas, esses problemas não resultaram das formulações leninistas? Stálin não é um fruto do terreno semeado pelo leninismo? Que tipo de partido e de regime permite o surgimento e a sobrevivência de um déspota? A prática stalinista não é o resultado potencial, o risco permanente de uma sociedade desprovida dos instrumentos de controle e de limitação do poder estatal; carente dos mecanismos e das regras formais da democracia, instrumentos e mecanismos esses desprezados, antes de Stálin, por Lênin e Marx?

Por tudo isso, há que se mostrar rigorosamente o que se designa por stalinismo. Para que tal palavra não se constitua em conceito "mágico" que aparentemente explica muito, quando em verdade explica nada.

As respostas para essas questões serão procuradas nos textos do Partido dos Trabalhadores ("documentos básicos" e "Resoluções Políticas"), privilegiando-se a identificação dos seguintes pontos: a- a idéia central, o eixo em torno do qual gira o discurso; b- o pretendido caráter de novidade das propostas e objetivos do partido; c- a definição ou conceito de democracia; d- a negação ou oposto da democracia; e- o modelo de democracia; f- a via de transição ao socialismo; e f- o conceito e o modelo de socialismo.

Ao final, após a análise dos "documentos básicos" e das "Resoluções Políticas", segue-se um balanço das propostas e das concepções do P.T.

E - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS BÁSICOS

E.1 - A IDEIA CENTRAL: A DEMOCRACIA

A democracia, quer como meta, quer como procedimento, é a idéia central, determina o eixo do discurso do P.T. nos documentos básicos. Uma análise atenta desses documentos revelará que ela é referida quase que à exaustão, que neles a democracia é o conceito-chave do pensamento e das propostas petistas.

No primeiro documento, a "Carta de Princípios", diz-se: "não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores"; "o P.T. proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas trabalhadoras".

Há, nesse documento, referência ao socialismo (que não é citado em vários outros textos iniciais do partido): "O P.T. afirma seu compromisso com a democracia...pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo".

Na "Declaração Política", novamente a democracia é a idéia força: "O movimento pelo partido dos trabalhadores não deseja... apenas propor soluções provisórias..., mas criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização da sociedade...".

A origem do P.T. é associada a novo estágio da "resistência democrática". O P.T. "reivindica o direito democrático de se constituir como partido legal" e afirma que "não há democracia sem liberdade de organização política".

Na "Plataforma Política", o primeiro ponto é o das "liberdades democráticas". A "Plataforma" conclui-se com uma nota contra a reforma partidária, em que se acusa o governo de procurar barrar "as aspirações de real democratização do país".

Conforme o texto "Pontos para a Elaboração do Programa", "os movimentos sociais que deram origem ao P.T. mostraram em vários momentos que a iniciativa dos trabalhadores pode CRIAR DEMOCRACIA (grifo no original)...o P.T. é, ele próprio, um passo concreto para a concretização da democracia".

Há um ponto dirigido à democracia, o de número três, em que consta: "ao nível político-institucional, da luta pela

democracia..., o programa do P.T. não deve ficar aquém do de nenhum outro partido...a democracia interessa fundamentalmente aos trabalhadores".

O "Manifesto" do Partido dos Trabalhadores é não menos categórico, no sentido de destacar a centralidade da democracia: "a mais importante lição que o trabalhador aprendeu é que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói por suas mãos, ou não virá". E conclui afirmando que o P.T. "pretende chegar ao governo para realizar uma política democrática".

Segundo o "Programa" do P.T. , o "partido é diferente por que é democrático"; "lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas de nosso país".

Consta ainda do Programa: "O P.T. nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira". E, "o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira".

No discurso de Lula, afirma-se que "cabe...ao P.T. incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular".

Utiliza-se e se repete, ao limite do exagero, quase que obsessivamente, a expressão "democracia".

E.2 - A NOVIDADE DA DEMOCRACIA PETISTA

Percebe-se, nos "documentos básicos", que o Partido dos Trabalhadores objetiva uma democracia nova, diferente, peculiar.

Na "Carta de Princípios", acusa-se o regime (militar) de tentar "impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, a sua concepção de democracia".

Conforme a "Declaração Política", o P.T. surgiu pela necessidade de "conquistar a política como uma atividade própria das massas populares...(visando) a construção de uma nova concepção de democracia".

Na "Plataforma Política", propugna-se "por um governo dos trabalhadores".

Os "Pontos para a Elaboração do Programa" referem-se à democracia como "obra dos próprios trabalhadores"; "o P.T. começa a construir, aqui e agora, as formas democráticas de organização e representação dos trabalhadores"; "Democratizar realmente a Sociedade e o Estado significa criar formas de organização e mecanismos de representação para que as grandes maiorias da população possam de fato mandar no país".

O "Manifesto" reafirma: "O P.T. quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia".

Em seu "Programa", o Partido dos Trabalhadores postula que "a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente". Visa-se a "construção de uma democracia efetiva"... "uma democracia que não seja palavra vazia para os trabalhadores... um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados". (tal formulação, "sem exploradores e sem explorados", passa a ser posteriormente utilizada para descrever a sociedade socialista desejada pelo partido).

No discurso de Lula, não há referência explícita ao caráter novo e original da democracia idealizada pelo P.T. Mas, o partido é citado como "uma inovação histórica ... uma inovação na vida política... a ferramenta que... permitirá atuar e transformar o poder neste país".

Os problemas começam quando se busca entender em que consista tal "democracia efetiva"; a "concepção de democracia do partido"; a "democracia que os trabalhadores propõem"; a democracia que não seja "palavra vazia"; as "novas formas de democracia"; as "formas de organização e de representação" que garantam o mando das "grandes maiorias da população".

O primeiro deles refere-se ao conceito de democracia.

E.3 - O CONCEITO DE DEMOCRACIA

Em sua definição mínima (4), a democracia é o "poder do povo", em oposição ao poder da elite; ou, por derivação, o "governo da maioria", em contraposição ao governo da minoria.

Para o P.T. , contudo, há dois conceitos de democracia: um primeiro em que se trata da democracia, propriamente dita, sem quaisquer adjetivos, e um segundo em que ela precisa ser adjetivada.

No primeiro parágrafo do "Manifesto", afirma-se que a democracia conquista-se pelos trabalhadores, "ou não virá". (Deduz-se, portanto, que é desnecessário adjetivá-la. A democracia é o governo dos trabalhadores, o governo popular).

Porém, na "Carta de Princípios", havia-se admitido a hipótese do regime autoritário ser substituído por uma democracia "fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua (excluisse) a participação organizada do povo".

A contradição salta aos olhos: se a democracia só vem como conquista dos trabalhadores, não há como admitir democracia gestada pelas elites. Um dentre os dois argumentos é obrigatoriamente falso. A não ser que se pense na existência de mais de uma democracia, uma democracia "dos trabalhadores" e uma democracia "das elites". Daí a necessidade de adjetivação.

Tal hipótese reforça-se por formulações do "Programa" do P.T. , como: "uma democracia que garanta aos trabalhadores... a direção das decisões políticas e econômicas", ou, quando se associa, à existência de discriminações sociais, a democracia como "palavra vazia para os trabalhadores".

Haveria, portanto, uma outra democracia que não garante poder aos trabalhadores? Uma democracia vazia?

No texto "Pontos para a Elaboração do Programa", trata-se a democracia do primeiro modo, como idéia que dispensa adjetivações: "a iniciativa dos trabalhadores pode criar democracia"; "a democracia interessa fundamentalmente aos trabalhadores"; "Democratizar realmente a Sociedade e o Estado significa" que "as maiorias da população possam mandar no país".

Mas, na "Declaração Política", ao tratar da "nova concepção de democracia", definia-se tal nova concepção pelas "raízes nas bases da sociedade", pela democracia ser "sustentada pelas decisões da maioria". Haveria, deduz-se, uma "velha concepção" de democracia em que a mesma estaria baseada na minoria?

A ambiguidade no tratamento da democracia é frequente.

A "confusão" nos textos do P.T. seria decorrente da influência do leninismo?

E verdade que, nos primeiros momentos do partido, os grupos da esquerda organizada, de ideologia marxista, tinham ainda pequena expressão e influência restrita.

Mas, é sintomático. O leninismo desqualifica de duas maneiras a democracia, ambas conseqüentes da adjetivação. Uma, ao se postular a "democracia burguesa" (trata-se de contradição nos termos: há uma democracia, um "poder do povo", que não seja do povo, mas da elite, da burguesia?). Outra ao se denominar o regime vigente (que vigia) no Leste por "democracia popular". Nesse caso, o equívoco é duplo. Primeiro, porque não é (era) democracia, "governo do povo". Segundo, porque a expressão é redundante: "poder do povo" popular?.

E.4 - O OPOSTO DA DEMOCRACIA

Encontram-se também dificuldades, ao se procurar o significado da democracia "do P.T.", investigando-se o seu oposto, a "não-democracia".

Na "Declaração Política", o avesso da democracia é o regime militar, a ditadura, pois a resistência ao "regime ditatorial" é denominada de "resistência democrática". Não se admite, em qualquer parte, que o período da ditadura militar possa ser nomeado democracia.

Mas, por que? Admitindo-se a tese da adjetivação (que por vezes o P.T. admite), não se poderia falar do período 64-85 como uma "democracia militar", uma "democracia relativa"? (Afim, não há uma democracia "das elites", uma democracia "burguesa"? Além disso, para o pensamento leninista, ditadura e democracia não são sinônimos?).

Na "Carta de Princípios", pouco antes da passagem em que se admite o risco da "democracia acordada entre as elites", qualificada de um regime débil, define-se que a "democracia é participação organizada e consciente" e que "a classe explorada jamais deve esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas".

Duas constatações contraditórias: uma, que a democracia débil, da elite, opõe-se à democracia estável, fiada pelas massas

exploradas; outra, que a transição seria mais, ou menos, democrática, conforme a abertura política fosse, ou não, promovida "pelos mesmos grupos que... até então sustentavam e defendiam o regime". Estes grupos "pretendiam reformar o regime de cima para baixo".

Na primeira hipótese, o significado da democracia depende do adjetivo. Ela se opõe a ela mesma (a democracia da elite à democracia de massa).

Na segunda hipótese, contrapõe-se a democracia (sem adjetivos) à transição "lenta, segura e gradual" (não democrática); a democracia à não-democracia. A proposta "de algumas lideranças populares, de tomar de assalto o MDB" seria "fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes".

Há, nos documentos básicos, momentos em que a democracia (o regime político visado pelo P.T.) não é confrontada à ditadura ou à transição e sim ao próprio capitalismo.

Conforme a "Declaração Política", o P.T. surgiu pela necessidade de um canal de expressão dos "setores explorados do capitalismo". No início do "Manifesto", encontra-se quase idêntica formulação, a de que o P.T. é "ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo".

Os "Pontos para a Elaboração do Programa" explicitam: "O P.T. NEM PODE NEM DEVE ter em seu programa algo que se assemelhe a UM PROGRAMA DE GOVERNO para quando o partido chegue ao poder. Precisamente por que a proposta do P.T. NAO E ADMINISTRAR O CAPITALISMO E SUAS CRISES supostamente em nome da classe trabalhadora. O P.T. sabe - seus militantes sabem e as bases sociais que lhe dão apoio sabem - que na atual correlação de forças não chegará ao poder; e quem chegue ao poder nesse contexto terá a tarefa de tentar perpetuar o regime de dominação de classes" (grifos no original). (5)

Destaca-se a contradição entre o significado da democracia contraposta ao regime militar, ou à transição, e o da democracia como negação do próprio capitalismo. No primeiro caso, admitia-se que a transição pudesse ser modificada, de modo a que se chegasse a uma democracia, ainda numa sociedade capitalista. Admitia-se também o desejo de "participar, legal e legitimamente de todas as esferas de poder na sociedade", de "chegar ao governo e a direção do Estado para realizar uma política democrática..., tanto no plano econômico, quanto no plano social", igualmente no regime capitalista.

No segundo, não existe a possibilidade de democracia no capitalismo (independentemente, portanto, do ritmo e do caráter da transição) e, tampouco, de o partido assumir o poder.

Tratar-se-ia de dois momentos distintos, o de curto prazo, em que a "correlação de forças" excluiria a hipótese do P.T. chegar ao poder e o de médio prazo em que outro contexto permitiria exercer o governo, ainda "no capitalismo"?

Os "Pontos para a Elaboração do Programa" não autorizam tal entendimento. Assumindo-se o governo, mesmo a médio prazo, mesmo com outra correlação de forças, não se teria que gerir a sociedade capitalista (e suas crises)?

Além das negativas da democracia, associadas à ditadura (militar), à transição conservadora e ao capitalismo, encontra-se uma quarta.

No mesmo texto, "Pontos...", criticam-se "os gulags em todas as latitudes, na União Soviética como em qualquer parte". No discurso de Lula, na primeira Convenção Nacional, rejeita-se "este ou aquele modelo (de socialismo), adotado neste ou naquele país".

O contraponto da democracia, além do capitalismo, passa a ser o socialismo real, o socialismo "burocrático". Mas, o Partido dos Trabalhadores não tinha anteriormente afirmado, na "Carta de Princípios", que não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo?

Considerando-se a premissa de que socialismo e democracia são inseparáveis, como é possível falar em um socialismo "burocrático", não democrático?

O socialismo "burocrático" seria democrático? Não seria socialismo? Ou admite-se a separação entre socialismo e democracia?

A que se opõe a democracia, afinal? A ditadura militar? A transição conservadora? Ao sistema capitalista? Ao socialismo real? A todos?

E.5 - O CONCEITO DE SOCIALISMO

Nos documentos básicos, a ênfase não está no socialismo e sim na democracia. Ele aparece apenas em alguns documentos, às vezes tangencialmente.

Tal qual no tocante à democracia, nos "documentos básicos", encontram-se dois conceitos de socialismo: um, em que é referido sem adjetivos (o socialismo é a sociedade democrática); e outro, em que o socialismo precisa ser adjetivado (existem o socialismo "dos trabalhadores", e o socialismo "dos tecnocratas").

Há, com isso, nova ambiguidade e contradição, a confusão gerada pela convivência de tratamentos excludentes (incompatíveis), ao mesmo termo.

A própria relação do Partido dos Trabalhadores com o socialismo não é clara. A começar, pelo fato de que uns documentos fazem referência ao socialismo ("Carta de Princípios", "Pontos para a Elaboração do Programa" e o "Discurso de Lula") e outros não ("Declaração Política", a "Plataforma Política", o "Manifesto" e até o "Programa"). Teria o P.T. dúvida quanto a se tratar de partido socialista, ou quanto a ter o socialismo como objetivo?

Sabe-se que se discutiu, à época, a conveniência de utilizar a palavra, de assumir o caráter socialista do partido; se seria prematuro ou anti-democrático fazê-lo.

E, quando se fala do socialismo, mais se confunde do que se esclarece. No "Pontos...", diz-se que "O Programa (do P.T.) deve...expressar...as aspirações comuns de liberdade, o desejo comum de eliminar a exploração, a vontade de construir uma nova sociedade. Todas essas aspirações apontam na direção do socialismo". Mas, logo a seguir, emenda-se que "o programa do P.T. não pode ser um programa socialista porque isso não refletiria, seria falsear, sua relação com as bases sociais da qual emana".

O que significaria um "programa não socialista" que "aponta na direção do socialismo"?

Cabe registrar que, desde muito antes, a "Carta de Princípios" havia postulado o compromisso com o socialismo, tido como inseparável da democracia.

O "Discurso de Lula", que encerra a fase dos documentos básicos, também assume, sem rodeios, ser o socialismo objetivo do P.T. "Nós, do P.T., sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do P.T. já sabiam disso muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido..."queremos, com todas as forças,...uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?"

A afirmação de Lula é, certamente, inverídica no que concerne ao caráter desde cedo socialista dos trabalhadores que vieram a fundar o P.T. Reside aí, inclusive, um dos vários pontos de atrito entre Lula e parte das esquerdas petistas, que o denominavam pequeno-burguês, ou social democrata.

E a elas que Lula se refere no discurso quando diz: "Preocupamos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa... Não aceitaremos jamais que os interesses destas tendências se sobreponham, dentro do P.T., aos interesses do partido".

O discurso rejeita o "socialismo burocrático", ao mesmo tempo em que afasta a possibilidade de o Partido dos Trabalhadores ser "apenas um partido trabalhista a mais...apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo".

Mas, não esclarece o que seja o socialismo petista: "O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém... O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o P.T."

Uma definição mínima (afora a qualificação "sociedade sem explorados e sem exploradores", que pouco define) não seria necessária, para se fundamentar o fato de se visar o socialismo, e não outro sistema? Por que não se tem como meta, em vez do socialismo ("democrático" em oposição ao "burocrático"), o "capitalismo dos trabalhadores"?

Quais seriam as razões para não se explicitar o socialismo "petista"?

O tópico do "Discurso" de Lula, em que se trata do socialismo, intitula-se "Rumo ao Socialismo Democrático". Pode-se daí inferir que a pretendida marca diferenciadora do socialismo petista é o fato de ser democrático.

Mas, não se fazem claros, nem o socialismo, nem a "democracia petista".

E.6 - O MODELO DE DEMOCRACIA

Além do conceito de democracia; da definição de seu oposto; da relação entre a democracia e o socialismo, é também problemática a caracterização do modelo de democracia proposto pelo P.T.

Quando o Partido dos Trabalhadores anuncia uma "nova" democracia, trata-se do questionamento da democracia liberal, tal qual formulado pelo leninismo? O que se tem em vista (ou como meta) é a substituição da chamada democracia burguesa pela democracia dita proletária?

Dois pontos são fundamentais: o confronto entre a democracia representativa e a democracia direta; e entre a democracia formal e a democracia substantiva.

Na "Carta de Princípios", ao se falar de uma concepção de democracia própria das massas exploradas, efetiva, de um regime democrático de verdadeira participação popular, critica-se o MDB, em razão das "limitações que impõe (impunha) às lutas populares"; por se tratar de "partido de exclusiva atuação parlamentar".

Pouco depois, reafirma-se a necessidade de "não somente uma ação parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional".

A "Declaração Política" reforça a preocupação com os limites do sistema político existente: o P.T. luta pela "democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas".

O fato de o P.T. apontar limitações na atividade parlamentar significa que não reconhece a legitimidade do parlamento, questiona ser o fórum adequado para as decisões da vida nacional?

Ou trata-se, sem negá-lo, de completar a atuação no parlamento? De buscar a organização popular que exerça pressão e dê o respaldo necessário para as decisões que interessem ao povo? De acrescentar mecanismos de participação popular e outras instâncias, diretas ou representativas?

Os "Pontos para a Elaboração do Programa" explicitam ser o Parlamento fórmula e meio democráticos para a representação popular: "Os trabalhadores já perceberam que a burguesia abandonou há muito tempo a instituição do parlamento, desviando dele, na medida mesma em que a representação popular crescia": o Partido dos Trabalhadores lutará pela "recuperação agora para os fins populares de uma instância como o parlamento que representará o conjunto da nação".

E inquestionável estar se afirmando a importância do parlamento e a necessidade de se recuperar o papel do legislativo, aviltado pelo regime militar.

Mas, o "Manifesto" "proclama que (a) participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas".

Seria o caso de participar do parlamento (burguês) apenas enquanto não estão dadas as condições para a ruptura com a institucionalidade?

O "Programa" também restringe a importância do parlamento, pois "o P.T. afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é e continuará sendo travada não apenas no parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo".

De que modo e de que maneira poderiam os sindicatos, as fábricas, os bairros e os campos substituírem a função precípua do parlamento que é a representação dos interesses coletivos?

A "Carta de Princípios" confirma que a posição do P.T. frente ao parlamento é contraditória, na medida em que a democracia pretendida pelas elites é descrita como "uma democracia formal e parlamentar".

Não fica claro se o que se questiona é o débil parlamento brasileiro, (nessa hipótese o que se critica é a insuficiência de um parlamento determinado), ou o parlamento, enquanto instituição.

Os "Pontos..." antecipam a tese que mais tarde o partido desenvolverá acerca dos "Conselhos Populares": "o P.T. deve propor que os gastos sociais a serem custeados pelo Estado sejam decididos e administrados pelas próprias comunidades: isto significa, de um lado, construir simultaneamente a democracia e o

P.T. e de outro, já começar pela base a futura "des-necessidade" do Estado. O P.T. deve estimular a criação e/ou transformação dos comitês setoriais de transportes, de creches, de legalização dos lotes, do custo de vida, em verdadeiros conselhos de bairro, não nomeados pelo poder burguês como pretende a Prefeitura de São Paulo, mas eleitos pelos próprios moradores: aí será o lugar privilegiado de crescimento do movimento popular, da auto-gestão do social do Estado, e de crescimento e enraizamento do P.T."

Seriam tais conselhos as sementes do duplo poder, do contrapoder revolucionário destinado a substituir o poder parlamentar "burguês", quando este for destruído? Ou os "conselhos de bairro" teriam função complementar ao poder legalmente instituído? A formulação do documento petista é ambígua e não permite opção segura por qualquer das duas alternativas.

E quanto ao problema da democracia representativa? A novidade propugnada pelo P.T. corresponde à tese de sua substituição pela democracia direta, esta sim autêntica e popular?

E o que se conclui, por exemplo, do "Manifesto", quando se declara que "o P.T. afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas".

Ou o que se deduz do "Programa", ao se ler que as conquistas dos trabalhadores só poderão ser efetivadas "através de sua própria participação política no processo de decisão": que a direção do país, "segundo os interesses dos trabalhadores" se dá "através de seus organismos de base".

Mas no "Pontos..." que prenuncia a tese dos conselhos, falava-se de "formas democráticas de organização e de representação dos trabalhadores"; dos "parlamentares futuramente eleitos pelo P.T. como verdadeiros REPRESENTANTES" (grifo no original).

Atinge-se o máximo da contradição na "Carta de Princípios": "Afirma (o P.T.) que buscará apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos Trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta".

Como seria tal "primordial" democracia direta, baseada nos órgãos de representação?

Quanto à questão do caráter formal da democracia e de seus dois distintos significados (falsidade e regras procedimentais), os documentos básicos do Partido dos Trabalhadores não são

diferentes na ambiguidade.

Em várias passagens, como na "Plataforma Política", postulam-se as eleições livres e diretas: no "Manifesto" promete-se lutar por "todas as liberdades civis, pelas franquias que garantam, efetivamente, os direitos dos cidadãos..."; no "Pontos...", requer-se o "Estado de Direito, a autonomia dos poderes, a ampla total e irrestrita liberdade de organização e expressão política e partidária, para todas as correntes ideológicas".

De que se trata, senão do caráter formal, dos procedimentos, das regras que suportam a democracia?

Por que, então, a restrição, constante da "Carta de Princípios", ao MDB por apegar-se a uma crítica "formalista e jurisdicista" ao regime autoritário? Não há uma dimensão da crítica à ditadura, cuja importância é precisamente ser formal e jurídica?

E o que se pode deduzir do entendimento de que o regime militar poderia ser substituído por "uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites"?

A democracia "petista" não se diferenciaria dos regimes de exceção, pelos procedimentos e pela legalidade que marcam o Estado de Direito?

Teria como modelo as "democracias populares" do Leste? Quais críticas se fazem à "democracia liberal"? Há a intenção de rejeitar ambos os paradigmas e se construir uma terceira forma de democracia que não se confunda com nenhuma delas? Os documentos básicos do P.T., não respondem conclusivamente a qualquer dessas indagações.

A depender de tais documentos não há como saber onde se situa o Partido dos Trabalhadores.

Por que a rejeição à social-democracia? Pelos métodos por ela defendidos? Pela proposta de sociedade? Mas, quais seriam os métodos adequados para o P.T.? E como é a sociedade que se deseja construir?

Quanto aos métodos, se se aceita o Estado de Direito, o pluralismo político, a liberdade de organização e de expressão, o parlamento como instância apropriada para a representação dos interesses nacionais, não se verifica diferença da proposta do P.T. em relação à social-democracia.

O fato de se insistir na necessidade da participação popular, na organização da classe trabalhadora; na importância dos sindicatos, da luta nos bairros ou no campo em nada altera a proposição anterior. O que importa saber é por meio de quais métodos se pretende transformar a sociedade: pela aceitação ou pela confrontação da institucionalidade? Pela disputa eleitoral, pela progressiva ocupação de espaços no parlamento (ainda que repaldada por posições na sociedade civil), ou por uma revolução que quebre a institucionalidade e provoque uma ruptura violenta?

Quanto à tese de que a social-democracia deseje apenas maquiar o capitalismo, atenuando a exploração, tornando-o menos insuportável aos trabalhadores, o que dizer, se o Partido dos Trabalhadores não explicita como seria o seu socialismo?

Por outro lado, em que o socialismo petista seria diferente do socialismo burocrático, dos tecnocratas, dos gulags de todas as latitudes? De que modo se diferencia do socialismo real sem se confundir com as sociedades governadas pelos partidos social-democratas? Não há resposta também para essas questões.

Os documentos básicos do P.T. prometem um partido diferente, tanto dos burgueses, quanto dos da esquerda tradicional, vanguardista. O "Discurso" de Lula é o mais contundente: "É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária.": "Denunciaremos... o politicismo, que, de cima para baixo, quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária: o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social...".

Mas, o discurso do P.T. é, por vezes, muito semelhante ao que Lula critica: politicista, colonialista, esquerdista, voluntarista... como se pode ver nas seguintes transcrições.

No "Pontos para a Elaboração do Programa", define-se o P.T. como um "partido revolucionário": E, afirma-se: "Um programa do P.T., portanto, não pode apresentar pretensão 'programa de governo' porque isso significaria descaracterizar sua proposta: na correlação atual de forças ELE não é alternativa de poder e, por outro lado, seu nível de abrangência, organização e articulação

não o credencia, AINDA como portador da vontade da hegemonia da classe trabalhadora". (grifos no original)

Na "Carta de Princípios", "o P.T. define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores".

Na "Plataforma Política", propõe-se a "estatização das empresas que prestem serviço de transporte, educação, saúde, energia; nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras; estatização das grandes empresas e bancos...".

Não há contradição entre o discurso de Lula e formulações como essas?

Afinal, de que modo o Partido dos Trabalhadores se diferencia dos partidos e das propostas social-democratas, sem se confundir com os partidos de esquerda tradicionais? Em que medida suas propostas distinguem-se das propostas leninistas?

E - DOS DOCUMENTOS BÁSICOS AS RESOLUÇÕES POLÍTICAS

Os documentos básicos do Partido dos Trabalhadores registram sua primeira fase, de surgimento e de afirmação (1979-1981). São textos breves, sintéticos, que, em parte por isso, expressam falta de clareza na ideologia e nos modelos ou paradigmas teóricos adotados pelo P.T.

Outra explicação para a imprecisão é a hegemonia dos sindicalistas autênticos. Ainda não tinham maior força e influência no partido os grupos e a ideologia leninista da esquerda organizada. (6)

As circunstâncias históricas em que surgiram os documentos básicos e o próprio partido são também determinantes do discurso adotado.

A nível nacional, a transição e o processo de abertura em fase preliminar: a falta de liberdade partidária, especialmente para os partidos comunistas, as restrições às liberdades de expressão, de organização...

A nível internacional, os países socialistas distantes da profunda crise que sobre eles se abateria, dez anos depois. E servindo, ainda, senão de modelos, de referências que não poderiam ser criticadas pela própria esquerda, pela suposição de que fazê-lo significaria prestar desserviço ao socialismo.

As circunstâncias nacionais impediam afirmações categóricas no sentido da adoção do marxismo: do socialismo e mais ainda do comunismo. O contexto externo inibia a crítica mais vigorosa das experiências e dos modelos socialistas.

Ha, entre os documentos básicos e as "Resoluções" dos V, VI e VII Encontros Nacionais (1987, 1989 e 1990), um intervalo de seis anos em que o partido produziu documentos diversos como propostas e planos de governo, plataformas eleitorais, resoluções políticas, cartilhas, teses etc.

A marca desse período é o crescimento da influência ideológica e o avanço organizacional da esquerda organizada, com o conseqüente aumento da presença no partido, do discurso e dos paradigmas leninistas.

Há uma tensão crescente entre, de um lado, a intenção original de

buscar prática, discurso e objetivos democráticos - diferentes dos da esquerda organizada, ortodoxa - e, de outro, a ação, a linguagem e as metas determinadas pelo leninismo incorporado ao P.T.

Não há, nesse intervalo, nesse período intermediário, documento oficial significativo que expresse o reconhecimento do problema, ou que vise enfrentar a ambiguidade e a indefinição apontadas.

O V Encontro Nacional (1987) demarca o início do período em que o Partido dos Trabalhadores assume a necessidade de definir seu discurso, sua tática, sua estratégia, sua ideologia, seus objetivos...

A partir de então, nas "Resoluções Políticas", verifica-se o esforço de se fazer balanço e (auto) crítica da experiência partidária, quer interna, quer externa. O P.T. ocupa parcelas progressivas de poder, pela via eleitoral, institucional; possui bancadas de vereadores, deputados estaduais e federais; assume a gestão de diversos municípios, inclusive prefeituras de capitais.(7)

Não se trata mais de afirmação do partido, já consolidado, mas de fase madura em que se passam a enfrentar problemas e dificuldades antes desconsiderados, ou relevados, particularmente a indefinição ou imprecisão ideológica.

As "Resoluções" são textos longos, prolixos, em que se verifica predominância de discurso, conceitos e pensamento marxistas, ocorrência da hegemonia conquistada pela esquerda, ao longo dos anos, quer sob o aspecto organizacional, quer sob o aspecto ideológico. Os sindicalistas não perderam sua importância, mas passaram a dividir a liderança e o comando do partido.

Os contextos históricos, nacional e internacional, são distintos daqueles vividos à época dos documentos básicos.

Ao longo da década de 80, mudanças institucionais significativas ocorreram no país. Encerrou-se a ditadura e a transição, retornaram as liberdades formais (a livre expressão, a liberdade partidária, o direito de oposição...), voltou-se a eleger os chefes dos executivos estaduais, os prefeitos das capitais, promulgou-se novo texto constitucional, assumiu o primeiro presidente eleito por voto direto. O Partido dos Trabalhadores torna-se sigla partidária importante, expressiva, governa pequenas, médias e grandes cidades, disputa, com chances de vitória, governos estaduais e a Presidência do país.

A nível internacional, ocorre o fim da guerra fria, a perestroika, a glasnot e, destacadamente, a implosão dos regimes socialistas reais.

O Partido dos Trabalhadores é compelido a definir e explicitar seu projeto, sua ideologia e as vias para atingir suas metas.

Qual seria o resultado do esforço dispendido pelo Partido dos Trabalhadores, no sentido de eliminar as contradições em seu discurso, a indefinição em seus objetivos, a ambiguidade nos métodos e nos procedimentos assumidos e/ou declarados?

6 - ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES POLÍTICAS

6.1 - A IDEIA CENTRAL: O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Enquanto nos documentos básicos, da primeira fase, a idéia central era a democracia, nas Resoluções Políticas dos Encontros Nacionais V, VI e VII do Partido dos Trabalhadores, a questão central são as relações entre o socialismo e a democracia.

As Resoluções do V Encontro dizem que "A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do P.T.". E que o socialismo almejado pelo Partido dos Trabalhadores é um socialismo democrático: "A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos".

A democracia ocupa lugar de destaque não apenas nos objetivos de longo prazo, mas também nas tarefas imediatas do P.T.: "O que está em questão (a curto prazo) é a possibilidade de conquista de um governo democrático-popular, com tarefas eminentemente antimonopolistas, anti-imperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do espaço e da sociedade...".

Verifica-se afirmação idêntica no documento do VI Encontro: "Na conjuntura, o objetivo imediato da tática dos trabalhadores é a conquista de um governo democrático-popular com a eleição de Lula...; "Um governo do P.T. e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no país de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista".

E, ainda: "No debate político ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização...".

As Resoluções do VII Encontro vão no mesmo sentido: "Para atualizar a sua tática e definir as tarefas para enfrentar o Governo Collor e as mudanças de conjuntura, o P.T. precisa, de um lado, reafirmar as Resoluções do V e VI Encontros - que analisaram o momento histórico, precisaram nossa política de acúmulo de forças, demarcaram nossas alianças e desenvolveram o programa democrático popular -, e, de outro, uma reflexão sobre nosso partido, sobre o caráter do Governo Collor e, particularmente, sobre o socialismo".

"Diante do autoritarismo de Collor e dos riscos de retrocesso institucional, o P.T. e a frente oposicionista devem colocar com ênfase ainda maior a questão democrática..."; "O P.T. deve contrapor à política neo-liberal um programa democrático popular articulado com nossa proposta socialista...".

Para o P.T. , " (o partido) já nasceu com propósitos radicalmente democráticos": "Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anti-capitalistas - assim como a opção anti-capitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática".

§.2 - A NOVIDADE DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Tal qual os documentos básicos, as "Resoluções Políticas" afirmam o caráter de novidade dos objetivos do Partido dos Trabalhadores.

Conforme o V Encontro, "Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo".

A novidade não é apenas a substituição do capitalismo pelo socialismo, mas o conteúdo do próprio socialismo: o Partido dos Trabalhadores visa um "socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome"; "O P.T. rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único...".

O P.T. pretende-se também um partido diferente: "O P.T. surgiu marcando um rompimento com as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira...".

As Resoluções do VI Encontro são igualmente enfáticas quanto às novidades trazidas pelo P.T. , pois "O primeiro compromisso do P.T. é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade; é dar origem a um poder que seja a expressão dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo".

O Partido dos Trabalhadores recusa "qualquer tipo de pacto com o campo dominante", pois tem em vista "a construção de embriões de novos organismos de controle e de poder popular".

Reitera-se que o socialismo petista difere do socialismo real e que tal distinção está em seu caráter democrático: "As experiências de construção do socialismo - em particular onde as burocracias se apoderaram do poder político em nome dos trabalhadores e os alijaram do seu exercício - demonstram que não pode haver um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia".

Conforme os documentos do VII Encontro, o papel do P.T. é o de "dirigir todos os oprimidos pelo capitalismo brasileiro na luta por uma nova sociedade"; "...o mais importante é que nosso caminho socialista não obedece a modelos, a concepção e a forma do Partido dos Trabalhadores não obedecem a fórmulas partidárias que tiveram origem em outros lugares e momentos históricos".

No discurso de Lula, ao final do evento, diz-se que é a diversidade existente entre os petistas "que vai permitir a construção de um outro tipo de socialismo real".

O Texto "O Socialismo Petista", aprovado no VII Encontro, afirma que a "convicção anti-capitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas". E que "ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia - a identidade democrática do P.T. - levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado 'socialismo real'".

O P.T. explicita "a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem para o P.T. um valor estratégico".

O que seria o socialismo petista, o socialismo efetivamente democrático, diferente tanto das propostas social-democratas, quanto do socialismo real? Qual seria a via para o socialismo que não obedece a modelos conhecidos? Em que consistiriam os embriões dos novos organismos de controle e de poder popular? Quais organismos seriam esses? De que se trata a democracia digna desse nome, a democracia efetiva da maioria? O que significaria para o P.T. o aprofundamento e a defesa integral da democracia, condição para o autêntico socialismo?

As Resoluções Políticas fornecem respostas insatisfatórias para tais questões.

§.3 - O CONCEITO DE DEMOCRACIA

Há, também nas "Resoluções", problemas no modo como se conceitua

a democracia, ora referida de modo adjetivado, ora enquanto tal, poder do povo, governo da maioria.

O V Encontro qualifica a luta dos trabalhadores de uma "luta democrática"; cabe ao P.T. "buscar medidas democráticas radicais"; lutar por "um programa municipal com medidas de democratização política"; o pretendido Estado socialista "deverá estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída".

Para o VI Encontro, "o binômio mudanças econômico-sociais radicais e democracia é a chave capaz de levar Lula à presidência"; "o nosso governo será o mais democrático da história do país"; "Não encaramos a democracia como uma concessão das classes dominantes"; "A democracia é uma conquista dos trabalhadores"; "O P.T. quer a democracia...".

Conforme as Resoluções Políticas do VII Encontro, "a relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da democracia quando lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores".

As transcrições expressam o entendimento da democracia sem adjetivos, como governo do povo, da maioria, dos trabalhadores.

Mas, nos mesmos documentos, o Partido dos Trabalhadores trata a democracia de modo diverso, adjetivando-a.

O documento do V Encontro refere-se à necessidade de "transformar as liberdades políticas e a democracia formais próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo".

Ao mesmo tempo critica-se a social-democracia e o sindicalismo reformista pela "adaptação às democracias parlamentares, em particular na Europa...".

O VI Encontro fala que o P.T. pretende um poder alternativo que "faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política"; "O P.T. defende a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada".

As Resoluções do VII Encontro apontam a necessidade de "uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista".

Há, portanto, dois tipos de democracia, uma delas superior, efetiva e real e outra truncada, alienante e formal.

Rejeita-se, tal qual na concepção leninista, a premissa de que a democracia é, por natureza, e obrigatoriamente, o governo popular.

Por que, e em que, o aspecto formal da democracia contradiria sua efetividade? Para o P.T., a democracia não supõe mecanismos formais que garantam e legitimem as decisões tomadas pela maioria?

O Partido dos Trabalhadores rejeita a democracia formal, qualificando-a de burguesa? Desconsidera a necessidade de regras e mecanismos que disciplinem e regulem o sistema político, assegurando direitos iguais a todos os cidadãos?

No V Encontro, o Partido dos Trabalhadores associava o caráter formal da liberdade e da democracia ao capitalismo, valorando negativamente tal formalidade.

O VI Encontro repetiu a formulação, substituindo-se o capitalismo pela Nova República. Tratava-se, então, de "transformar as liberdades políticas e formais da 'Nova República' em valores democráticos reais, permanentes, apropriados pelos trabalhadores".

Já no VII Encontro, realiza-se dupla inversão. De um lado, volta-se a relacionar a democracia (e seu caráter formal) ao capitalismo. De outro, passa-se à valoração positiva: "...lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las e radicalizá-las".

Não se trata mais de substituir a liberdade e a democracia (formais) por outras liberdade e democracia reais, mas de aprofundá-las, confirmá-las, generalizá-las...

Mas, no mesmo VII Encontro, observa-se, ao final do texto que trata da "Nova Conjuntura", a formulação de que a reforma agrária perdeu seu "antigo caráter democrático-burguês" e que "ela passa a ter um caráter eminentemente democrático e popular, anticapitalista...".

Novamente há duas democracias, uma "burguesa" e outra "popular".

Afinal, o que é a democracia, para o P.T.? Uma forma de governo em que o poder pertence ao povo? Ou trata-se de um governo qualquer, que tanto pode ser do povo, quanto da burguesia?

Na primeira hipótese, desde que se julgue apropriado o governo da maioria, é decorrência automática valorar-se positivamente a democracia. Na segunda, não há democracia, propriamente dita, apenas democracia com tais e quais adjetivos. A democracia será positiva ou negativa a depender de sua qualificação.

O Partido dos Trabalhadores oscila entre uma e outra formas de tratamento da democracia.

6.4 - O OPOSTO DA DEMOCRACIA

E também oscilante a definição do P.T. , para o inverso, o oposto da democracia. Ora ela se opõe à transição conservadora, ora à "Nova República", ora ao governo Collor, ora ao capitalismo, ora ao socialismo existente, ora a ela mesma...

Nem sempre são compatíveis tais negativas da democracia, ao menos tal qual são formuladas.

Em seu V Encontro, o P.T. postula a necessidade de "engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição conservadora e pela instalação de um governo democrático e popular". O P.T. "deve apresentar-se como uma opção real de governo... com propostas de real democratização do país, que se expressarão na luta por uma Constituição progressista, na luta por autonomia e por liberdade sindical, por Diretas Já etc".

O VI Encontro afirma que a resolução "da crise (vivida à época, na "Nova República") do ponto de vista dos trabalhadores... é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar na direção do socialismo...".

Ao analisar a "nova conjuntura", o VII Encontro diz que "Collor de Mello apresentou-se à burguesia brasileira como alternativa ao fracassado governo Sarney, ao mesmo tempo em que a livrou de uma derrota frente aos setores populares: um governo democrático popular, encabeçado por Lula".

Não há contradição necessária entre opor-se a democracia ao mesmo tempo à transição conservadora, ao governo Sarney e a Collor. Mas, a forma como se constrói a negativa gera dúvidas e ambiguidades.

Note-se, preliminarmente, que a crítica formulada no V Encontro funda-se na reivindicação de mecanismos formais (Constituição, liberdades, eleição...). A do VI Encontro baseia-se em aspectos substantivos (não pagamento da dívida externa, reforma agrária, combate aos monopólios...), bem como na idéia de hegemonia de uma classe, a trabalhadora. Já a do VII Encontro refere-se à presença do P.T. no governo.

Quanto à primeira hipótese, ao final da transição não se conseguiu uma Constituição progressista, a liberdade e a autonomia sindicais, a eleição direta para presidente? Por que então não se chegou à democracia? Se tais elementos não são suficientes para caracterizar a democracia por que foram citados pelo partido para marcar sua inexistência, à época do V Encontro?

Por outro lado, são distintas a ausência de tais liberdades e a inexistência de um governo "democrático-popular" que se proponha os objetivos descritos pelo P.T., conforme a afirmação do VI Encontro. Além disso, a democracia corresponde ao fato do P.T. estar no governo, ou à possibilidade dos cidadãos elegerem os governantes?

Afirmar que a democracia e o capitalismo são excludentes é incompatível com a proposição de um governo democrático na sociedade capitalista. Mais ainda se a justificativa para tal conteúdo democrático assenta na premissa de que não é ainda possível instituir o socialismo. Se a democracia só existe na sociedade socialista, por que a fundamentação da "proposta democrático-popular" está na impossibilidade de se transitar ao socialismo?

O Partido dos Trabalhadores, ao enunciar a Estratégia democrático-popular, em seu V Encontro, justifica-a por "não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo".

No VI Encontro, diz-se que a "Tática de concorrer à Presidência da República com a candidatura do companheiro Lula está associada à nossa política de acúmulo de forças...". Logo (supõe-se) não se creê ser possível confrontar já o capitalismo.

Mas, vem a seguir: "Um governo do P.T. e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares... (as quais) chocam-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente...". Esclarece-se que "o P.T. não acredita na possibilidade de uma etapa de "Capitalismo Popular no país...". Diz-se que "um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando-se uma etapa democrático popular...".

Há contradição entre as duas formulações, pois ou se acumulam forças, ou se confronta o capitalismo.

Além disso, se não se coloca (ainda) a possibilidade do socialismo, não se está em um período, um momento, uma fase, portanto uma etapa, do capitalismo?

Por que, então, há incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo? O governo petista não configuraria a "democracia-popular", efetivada no capitalismo? Ou teríamos um governo "democrático-popular" em um regime não democrático?

De qualquer modo, ora o governo "democrático-popular" se justifica pela inexistência de condições para instituição do socialismo, ora ele se caracteriza pela negação do capitalismo. Ao mesmo tempo, em que se nega haver uma etapa de "capitalismo popular", afirma-se que as tarefas atuais do governo petista, no capitalismo, são democrático-populares.

O VI Encontro explica que, "embora não exista uma crise de tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, devemos conquistar o Executivo, a Presidência da República, inaugurando um novo período...".

Mas, ao mesmo tempo, a "implementação da globalidade de um Programa Democrático Popular só poderá ocorrer com a revolução socialista".

A razão para a proposta "democrático-popular" não assentava na impossibilidade do socialismo? O governo "democrático-popular" precede ou realiza-se no socialismo?

Em algumas passagens, afirma-se que democracia e socialismo são inseparáveis.

O Partido dos Trabalhadores declara, em seu VII Encontro, que "o

socialismo, para o P.T., "ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo...".

Contudo, no mesmo VII Encontro, o documento denominado "O Socialismo Petista" (título que antecipadamente admite o socialismo "não petista"), critica-se "a profunda carência de democracia, tanto política, quanto econômica e social" do socialismo real.

Seria o "socialismo real" não socialista?

Talvez, pois o P.T. acusa a falácia do termo, utilizado pela "mídia conservadora" e pelos "detratores do socialismo".

Mas Lula, em seu discurso, também no VII Encontro, fala: "As vezes analisamos o Lesta Europeu e, às vezes o criticamos com muita força. Mas é importante sempre que o criticamos do ponto de vista da ação política, lembrarmos as conquistas que o socialismo deu àqueles países... (8)

Afinal, a que se opõe a democracia: a um governo ilegítimo por sua origem? A um governo autoritário por suas ações? Ao capitalismo, ao socialismo real, a ambos? É possível haver democracia no capitalismo? Admite-se a democracia apenas no socialismo? As sociedades não socialistas são todas anti-democráticas? As sociedades não capitalistas (o "socialismo real") não são socialistas, por serem anti-democráticas?

6.5 - O MODELO DE DEMOCRACIA

Afora as ambiguidades, já apontadas, na conceituação e no tratamento da democracia, assim como no que seja, para o P.T., o seu inverso, há, ainda, outras (ambiguidades) referentes ao sistema ou modelo político democrático.

É contraditória a relação estabelecida com a institucionalidade vigente, particularmente com o parlamento.

Encontra-se, no V Encontro, a afirmação de que é necessária a "devolução das prerrogativas do Legislativo", o que sugere o reconhecimento de sua importância.

No VI Encontro, exige-se "aperfeiçoar o sistema de representação política e os mecanismos eleitorais..."; a "eliminação da

desigualdade do voto na representação da cidadania através da proporcionalidade idêntica para todo o país na composição da Câmara Federal"; para o P.T. , "não há democracia...se o sistema de representação parlamentar é profundamente deformado...".

O Partido dos Trabalhadores, no VII Encontro, critica Collor por lançar "seu pacote econômico...,sem negociar com a sociedade, sem consulta ao Congresso e em claro desrespeito à Constituição e à legalidade vigente".

Acredita o P.T. na legitimidade do parlamento, reconhece-o por instituição onde estão (democraticamente) representados os interesses dos cidadãos? Aceita a constitucionalidade existente e a legalidade que dela decorre?

Apesar das transcrições anteriores, não há clareza nesse ponto, posto que, conforme o V Encontro, "as eleições, a conquista de Governos municipais e o exercício de mandatos de vereadores devem ser vistos como partes integrantes dessa luta coletiva e como frentes da luta de classes..."; "...as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa...são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas...e de controle popular nos bairros. Essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de autoorganização...".

A participação na institucionalidade seria um expediente tático, provisório, ao qual se recorre apenas enquanto não se substitui a legalidade "burguesa" pela "proletária"? Seria necessário, para o P.T. , substituir o parlamento por outra forma de representação (ou por suposta democracia direta)?

No VI Encontro, citam-se os "embriões de novos organismos de controle e de poder popular..."; é objetivo do Plano de Ação Governamental "estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores"; "O P.T. assume a candidatura Lula, convencido de que, nas condições brasileiras atuais, a luta institucional precisa ser assumida com espírito ofensivo e corajoso, abandonando-se qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais...".

Por que as afirmações estão referidas às "condições atuais"? Em quais condições deixariam de ser válidas, de modo que o P.T. não mais se disporia a participar da institucionalidade? Se houver um retrocesso a uma situação ditatorial? Ou quando estiverem dadas as condições para a ruptura com a legalidade vigente?

Os organismos de controle e de poder popular, a auto-organização dos trabalhadores, correspondem a mecanismos complementares ou excludentes a representação parlamentar? A institucionalidade deve ser aperfeiçoada ou destruída?

Tais organismos devem se somar às instituições e aos canais de representação existentes, acrescentando formas de participação popular, tornando mais perfeito (menos imperfeito) o sistema político? Ou devem conviver com a institucionalidade provisoriamente, enquanto se constrói um duplo-poder, um contrapoder destinado a destruir a "democracia parlamentar"?

Não há, nas Resoluções Políticas dos Encontros Nacionais, esclarecimentos suficientes a respeito da tese dos "Conselhos Populares".

Em seu discurso, no VII Encontro, Lula afirma: "Vejam que engraçado: a gente defendia nas prefeituras, em 88, os conselhos populares e, até agora, não conseguimos criar os conselhos populares como sonhávamos. Não é culpa dos nossos prefeitos, ou não é culpa da direção do partido de tal estado ou de tal cidade. A culpa é de todos nós que não amadurecemos corretamente o que é o conselho popular".

Outras dúvidas persistem nos textos do VII Encontro. Lula, ao comentar sua decisão de não concorrer a Câmara Federal, justifica que desistiu de sua candidatura a deputado federal, "embora eu jamais venha a negar o Parlamento como instrumento de luta a ser utilizado pela classe trabalhadora...".

O que se quer dizer por utilizar o parlamento como instrumento de luta? Que, apesar de não ser o fórum mais legítimo para as decisões acerca dos destinos da sociedade, não se deve deixar de utilizá-lo na disputa pelo poder?

Lula diz, ainda: "...é importante que a gente queira ganhar as eleições, é importante que a gente queira ter muitos votos, é importante que a gente queira eleger todos os candidatos, mas é importante, é quase sagrado que o nosso partido não veja as eleições como um fim em si mesmo (palmas)...".

Isso significa que as eleições não devem ser vencidas a qualquer preço, por quaisquer meios; ou que legitimar-se por meio do procedimento eleitoral não é condição indispensável para se chegar ao poder?

O texto do VII Encontro que trata da "Reconstrução Partidária" refere-se ao parlamento e aos executivos como "locais reservados pelas classes dominantes para a disputa do poder...": o "plano institucional" é "uma frente de luta": "Fizemos uma opção de ocupar espaços institucionais e devemos elaborar uma correta política de nossa presença nessa frente, sua relação com as demais frentes...": "O detentor de um mandato desempenha transitoriamente uma função semelhante, do ponto de vista da construção partidária, ao papel desempenhado por um sindicalista ou militante do movimento popular".

O legislativo e os executivos serem "reservados pelas classes dominantes" equivale dizer que elas não fazem política fora desses espaços: que elas não permitem que as classes dominadas neles ingressem: que os trabalhadores devem rejeitá-los e substituí-los por outras formas de organização do poder?

Haver várias frentes de luta, os "espaços institucionais" uma delas, é sinônimo de que o acesso ao poder deve estar embasado/respalhado por uma interação do partido com a sociedade civil: que a disputa eleitoral é apenas mais uma alternativa dentre as várias a que se recorre na disputa pelo poder: que a conquista do governo não se dá obrigatoriamente pela via institucional?

Em que sentido o parlamentar é igual a um sindicalista ou a um participante do movimento popular? O parlamentar não é um representante do povo, selecionado por meio do caminho legítimo, por excelência? O sindicalista ou o militante do movimento popular representam o partido perante a sociedade, tanto quanto os parlamentares ou os chefes dos executivos eleitos pelo P.T.?

Fazer a "opção por ocupar espaços institucionais" não é uma formulação que induz à conclusão de que se trata de expediente tático e não de efetivo reconhecimento da legitimidade da constitucionalidade e dos mecanismos institucionais existentes?

§.6 - A VIA PARA O SOCIALISMO

A falta de clareza na posição do Partido dos Trabalhadores frente à institucionalidade e aos modelos políticos, existente e proposto: frente aos mecanismos eleitorais e ao parlamento, casar-se com a existência de declarações contraditórias quanto à via pretendida para se chegar ao socialismo.

O V Encontro afirma que "...no processo de construção do

socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também ...as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição".

Fala-se igualmente de "manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade" na construção socialista.

"Ao vanguardismo, o P.T. contrapõe a política de organização aberta, democrática e de massas, ligada à luta social..."

No VI Encontro, o P.T. declara o "esforço de transformação socialista do Brasil por parte das amplas massas": "Do nosso ponto de vista, nossa intenção, nossa vontade política, nossos propósitos programáticos vão no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada do poder através de um golpe de mão, de um "putsch" da vanguarda".

E mais: "Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação": "... estamos dispostos a disputar em todos os campos a hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores...".

E ainda: "O pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo. Sabemos que não se farão reformas sociais indispensáveis sem luta social, sem mobilização, sem greves... Mas, queremos fazê-lo de forma democrática".

No documento "O Socialismo Petista", do VII Encontro, consta que a democracia, para o P.T., "é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada".

Ao analisar a conjuntura, o Partido dos Trabalhadores toma "a defesa intransigente do Estado de Direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas das sociedade".

Estaria caracterizado que o P.T. pretende o socialismo pela via democrática e não por uma ruptura violenta, impositiva, à revelia

da maioria dos cidadãos, sem consulta e anuência dos interessados?

Não necessariamente, pois, nas mesmas Resoluções Políticas, encontram-se formulações que sugerem ou até explicitam rigorosamente o inverso.

O P.T., no V Encontro, expressa o reconhecimento de "não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo". Daí a alternativa democrática e popular.

"A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise de tipo revolucionário".

Distinguem-se dois momentos na luta pelo socialismo: "O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições... deixadas pelo socialismo".

"Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder do Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político, o Estado a seu serviço".

São frequentes, no documento, expressões como "a conquista do poder", "a tomada do poder", "a destruição do capitalismo", "a liquidação da burguesia como classe", "golpear os pilares da dominação burguesa", "a burguesia é a inimiga principal", "combinar reforma e revolução".

Não fica caracterizada a via leninista clássica de transição ao socialismo? Tendo em vista a inexistência de condições para, neste momento, promover a ruptura socialista, assume-se a estratégia democrático-popular que corresponde a participar da legalidade (burguesa) vigente, ocupando espaços no parlamento, nos executivos utilizando-os como instrumentos de luta. Ao mesmo tempo, o partido constrói o futuro poder proletário, implanta seus embriões, semeia o duplo-poder, o poder paralelo, o poder que contraposto à legalidade presente irá destruí-la, golpeá-la, implodi-la, por meio de uma revolução em que se toma, arremata, assalta o Estado capitalista, burguês, a serviço da classe dominante, os proprietários, a burguesia...

Além disso, ao se separar a luta pelo socialismo em "tomada do poder" (primeiro momento) e "construção do socialismo" (segundo momento), não se põem a perder as intenções democráticas relativas à construção do socialismo? Afinal, este "momento" não é posterior à tomada do poder, que se dá por meios não democráticos? Ou a tomada do poder também se daria por meios democráticos? Mas que meios seriam esses, que correspondem a destruir, tomar, liquidar, romper, conquistar?

De qualquer modo, qual o sentido da separação entre esses dois momentos? Se a "construção do socialismo" pretende-se democrática, ela pode ser precedida por um ato impositivo?

Haveria mudança programática, do V para o VI Encontro?

Não. Reitera-se que "não há hoje instalada no cenário político do país uma situação revolucionária ou pré-revolucionária, pois para tanto é necessário que estejam diretamente questionadas as estruturas vertebrais do Estado, as Forças Armadas, o poder econômico do capital. E também que a estas estruturas se oponha um processo aberto de constituição de um poder popular alternativo".

"...neste momento a dominação da burguesia brasileira não está em xeque.": "Mas também é certo que o período atual se caracteriza pela retomada da luta social... Nesse sentido é que se fala de uma política de acúmulo de forças e de uma mudança na correlação...".

Trata-se de impulsionar "as formas de auto-organização dos trabalhadores e preparar as condições políticas e acumular forças para a revolução socialista".

O P.T. fundamenta a estratégia "democrático-popular", a política de acúmulo de forças, esclarecendo que evita a "aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo".

A participação do partido no parlamento e nos executivos, "a ocupação de espaços institucionais e a construção de um projeto socialista dizem respeito à disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças".

Para o P.T., "a experiência histórica tem demonstrado que...os trabalhadores...desenvolvem lutas apropriadas a cada momento

histórico e conformam seus programas de transformação".

O VII Encontro ratifica os anteriores. "O P.T. precisa reafirmar as Resoluções dos V e VI Encontros". "O V Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder do Estado".

Ao contrário da social-democracia, o P.T. não confia na "neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social".

"Nosso caminho para o socialismo não obedece a modelos": o P.T. tem por estratégia "organizar a militância para a construção de uma alternativa de poder que abarca a ação institucional mas que não se restringe nem se subordina a ela".

"Dentro de nossa política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços, para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública...".

O partido preocupa-se pelo fato de que muitos "setores do partido" incorrem em uma "acomodação, adaptação exagerada aos trâmites, usos e costumes da vida institucional. Registra-se uma certa perda do ardor revolucionário...".

E preciso "conseguir utilizar de maneira correta e adequada os instrumentos que a prática institucional nos coloca à disposição. E preciso não ter medo e ter a ousadia revolucionária de propor novas políticas, novas saídas, sempre que limites externos ameacarem a realização de nosso projeto".

O partido "deve estar atento para construir, desde agora um acúmulo de forças e de experiências que além da institucionalidade vigente, nos assegurem a continuidade da construção de nosso projeto...".

Caso não consiga pelas vias legais, o P.T. romperá com a institucionalidade, para assegurar o projeto socialista?

A forma como o P.T. pretende levar a sociedade brasileira ao socialismo não é clara. Há tanto passagens em que se afirma, com todas as letras, que ao socialismo só se vai com o apoio e a

concordância da maioria dos cidadãos. quanto outras em que está não menos explícita a concepção leninista segundo a qual a via é obrigatoriamente a da ruptura alheia aos processos eleitorais.

6.7 - O CONCEITO DE SOCIALISMO

A via ao socialismo depende da sua definição: o caminho, do lugar aonde se vai. Como seria o "socialismo petista"?

Assim como nos documentos básicos, ou no que se refere à democracia, as Resoluções Políticas contém tratamentos excludentes do conceito de socialismo. Por vezes tomam-no por substantivo que exige adjetivação para fazer sentido. E outras vezes por palavra que dispensa ou mesmo exclui qualificação.

No V Encontro, há expressões como "o socialismo pelo qual lutamos", "o tipo de socialismo que queremos", "um socialismo efetivamente democrático", as quais se opõem à "concepção burocrática do socialismo". Ou, deduz-se, ao socialismo por que não lutamos, que não queremos, não efetivamente democrático...

Mas o "objetivo estratégico" do P.T. é "o socialismo". Sem adjetivos.

Diz-se, no VI Encontro, que "o P.T. (não) acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores"; "o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo"; "não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia". Há um só socialismo, portanto. A sociedade democrática, construída pelos trabalhadores. Conclui-se que os países socialistas "reais" não são socialistas. A não ser que os consideremos democráticos...

O VI Encontro, porém, fala na opção por um "socialismo com democracia", ao qual se opõem a "concepção burocrática e o partido único"; e as "experiências de construção do socialismo...onde as burocracias se apoderaram do poder político em nome dos trabalhadores e os alijaram do seu exercício...". O P.T. "defende o socialismo com liberdade". Acusa o governo chinês de ter "manchado de sangue o socialismo". Novamente há dois socialismos: um democrático e libertador, outro autocrático e coercitivo...

Convivem tratamentos contraditórios ao socialismo também no VII Encontro: o P.T. nunca "ignorou a falácia do termo socialismo real" que, "em sua generalidade abstrata, desconsidera as

particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc...". "O socialismo, para o P.T. , ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo". Há um só socialismo, por definição, democrático...

O mesmo VII Encontro, fala dos "países socialistas do Leste Europeu"; dos "Estados socialistas do Leste"; do "Desabamento dos regimes autoritários do Leste Europeu"... Lula, em seu discurso, cita a possibilidade de "um outro tipo de socialismo real" (e é aplaudido). O Texto "O Socialismo Petista" refere-se ao "socialismo que almejamos": à necessidade de "restabelecer a unidade entre socialismo e humanismo": aos "desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo...".

Outra vez, há dois socialismos, o existente, autoritário, e o desejado, democrático. Tais ambiguidades de conceituação parecem ser consequência da dificuldade de superar as concepções antidemocráticas a respeito do socialismo. Sugerem que a ruptura com o "socialismo real" exige mudanças mais radicais do que as que se esteja disposto a assumir. Não basta criticar o socialismo existente. É preciso romper com as teorias que o geraram. O P.T. rejeita o socialismo real, sem romper com o leninismo.

O Partido dos Trabalhadores alterna tratamentos contraditórios, conceituações divergentes do socialismo, adjetivando-o, ou não; admitindo, ou não, haver mais de um tipo de socialismo.

6.2 - O MODELO DE SOCIALISMO

Afora a ambiguidade no próprio conceito de socialismo, há poucas pistas, ou pistas não claras, quanto a como seria o socialismo democrático petista. Mesmo sendo o principal objetivo do partido.

Em que o socialismo visado pelo P.T. se diferencia do socialismo real? Por que, ao contrário desse, pode-se dizê-lo democrático? E de que modo o caráter democrático do socialismo petista o diferencia das sociedades geridas pela social-democracia? Há, nas Resoluções, respostas insatisfatórias para essas questões.

Uma dificuldade preliminar é a já referida separação entre a "tomada do poder" e a "construção do socialismo".

Seria socialista a sociedade, desde o momento em que os trabalhadores "conquistassem o poder"? E o que significa, de qualquer modo, conquistar/tomar o poder? Vencer sucessivas eleições? Conquistar a hegemonia ideológica e o apoio da maioria dos cidadãos para as teses socialistas? Ou equivale a assaltar o

Estado, arrebatando o governo, por via não institucional?

Seria socialista, não a sociedade imediatamente pós "tomada do poder", mas apenas aquela gerada/construída a partir das transformações promovidas pelos trabalhadores já no poder? Nesse caso, tratar-se-ia, com outros nomes, do mesmo esquema marxista que prevê a sucessão capitalismo-socialismo-comunismo?

A passagem do capitalismo ao socialismo (a revolução socialista, no esquema marxista clássico) corresponderia, para o P.T. , à "tomada do poder". O socialismo (ou primeira etapa do comunismo), no esquema petista, equivaleria à "construção do socialismo". E, finalmente, o comunismo (ou etapa superior do comunismo, a sociedade "sem classes") corresponderia, para o P.T. , ao socialismo propriamente dito, a sociedade "sem explorados e sem exploradores". Seria, repetimos, a mesma formulação de Marx, com outros nomes?

A rigor, sem tais respostas, que não se encontram nas Resoluções, não haveria como identificar as características do socialismo petista, pois as poucas pistas existentes parecem se referir ao período da "construção do socialismo". Este momento já é, ou não, para o P.T. , socialista?

No V Encontro, fala-se que o "início da construção do socialismo" corresponde à mudança radical que "transforma os trabalhadores em classe hegemônica" e "extingue o capitalismo". Bastaria os trabalhadores tomarem o poder, para extinguir-se o capitalismo? É suficiente, para caracterizar o socialismo, a extinção do capitalismo, a "conquista do poder pelos trabalhadores"? Ou haveria um período intermediário, nem capitalista, nem socialista?

O socialismo é, em certo momento, referido por "almejada sociedade igualitária, sem opressão e sem dominação...". Com isso, o período da "construção do socialismo", que já não é capitalista, parece também não ser ainda socialista...

Novamente parece haver uma "fase inferior" (a "construção do socialismo") e uma "fase superior" do socialismo (o socialismo, propriamente dito).

Ao mesmo tempo, o Partido dos Trabalhadores afirma que ocorrerá, no processo de construção do socialismo, a "permanência de diferentes classes e camadas sociais... por um tempo difícil de prever de antemão". Daí a "necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista".

Nessa passagem, o período de construção do socialismo é entendido como já socialista.

Haveria pluralismo no socialismo petista?

No V Encontro, o P.T. "rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão partidos que representarão interesse de classes diferentes da classe trabalhadora". As disputas não serão "entre inimigos", mas "dentro do mesmo campo socialista".

A afirmação do pluralismo é encontrada também no VI e no VII Encontros.

No VI Encontro, encontra-se a afirmação de que o socialismo petista supõe "liberdade de expressão, liberdade de organização dos trabalhadores"; o P.T. rejeita "a concepção burocrática", o partido único; afirma o "pluralismo partidário" no processo de construção do socialismo...

O VII Encontro explicita os critérios para escolha das alianças partidárias nas eleições de 1990 e entre elas está a "concepção de socialismo democrático a partir de pressupostos mínimos: pluralidade partidária, respeito aos direitos humanos, liberdade sindical e direito de greve, direitos civis básicos".

No texto "O Socialismo Petista", "o pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades". O pluralismo parece ser uma das características do socialismo visado pelo P.T. Mas que tipo de pluralismo?

Não são necessariamente "entre inimigos" as disputas políticas, daí a necessidade do pluralismo. Mas quem são "os inimigos" e quem são os "amigos"? A "burguesia" está no campo do "inimigo"? Apenas a burguesia? E como se identificam os burgueses? A quem caberia definir "amigos" e "inimigos", permitindo, ou não, a inscrição partidária, concedendo, ou não os direitos políticos?

Em uma democracia, é pertinente a expressão "inimigos", para denominar os que defendem interesses distintos? As disputas não se dão entre "adversários"? Aqueles que se opuserem ao socialismo

(que não estiverem "no campo socialista") serão tratados como "inimigos" (aos quais não se concedem direitos) ou reconhecidos como "adversários" (que possuem liberdade e direitos)?

A crítica formulada pelo P.T. a tese de relação simplista entre partidos e interesses representados é ainda simplista.

Não há um único partido a representar os interesses de uma classe social, os partidos que surgirem após a revolução não serão obrigatoriamente "inimigos" dos trabalhadores... Deixa-se de afirmar que a cada classe corresponde um único partido, mas a cada partido corresponde uma única classe. Pode-se dizer que os partidos políticos representam, de modo claro, direto, apenas uma ou outra classe, a burguesia ou os trabalhadores? Os interesses podem ser sempre associados a uma certa classe social? Ainda que se pudesse, os partidos que representarem (representassem) a burguesia teriam sua existência proibida? "Apenas" os partidos "burgueses"?

Mas que pluralismo seria esse em que só se permitiria a oposição dos que não se opõem (da "oposição" "no campo socialista")? A liberdade existiria apenas aos que pensam igual? Haveria em tal socialismo a possibilidade de real alternância do poder? Como checar a anuência sem a possibilidade de discordância? Como denominar democrático o socialismo e ao mesmo tempo o impor?

O VI Encontro suscita as mesmas dúvidas. A tese do partido único é rejeitada em favor da liberdade de organização "dos trabalhadores". Só dos trabalhadores? E quem são os "trabalhadores"? Todos os cidadãos? A quem caberia definir os que são e os que não são trabalhadores? Aos "não trabalhadores" seriam assegurados direitos políticos, a cidadania? Todos teriam liberdade de organização?

No VII Encontro, o Partido dos Trabalhadores preocupa-se com a caracterização do socialismo petista: "Mas qual socialismo? Qual sociedade lutamos com tanto empenho para construir? Como deverá ser organizada sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados do plano da política prática os fantasmas ardilosos do autoritarismo?"

O P.T. responde que para apenas algumas dessas perguntas pode "avançar respostas". "Outros aspectos de nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que possamos dar respostas imediatas".

Apesar de declarar que "deverá conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista...

liberdades válidas para todos os cidadãos". O P.T. reafirma as teses do V Encontro: "O V Encontro Nacional já apontou o caminho... será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemónica...". O mesmo V Encontro que postula a liberdade para os amigos...

Não há nas Resoluções dos Encontros Nacionais outros esclarecimentos a respeito das instituições políticas que deveriam vigir no socialismo. Haveria um parlamento? Eleito por voto direto, secreto e universal? Disputariam o poder partidos socialistas e partidos que questionassem o socialismo? Haveria direito de oposição e de alternância no poder? Haveria "Conselhos Populares"? Estes complementaríamos ou substituiríamos o parlamento? Seriam compostos por representantes eleitos pelo povo? Pela totalidade dos cidadãos? Teriam poderes legislativos, executivos? Sua jurisdição seria territorial, setorial? Os mandatos seriam imperativos? O que significa a tão repetida autoorganização dos trabalhadores? Quais mecanismos de participação existiriam? Plebiscitos? Referendos? Iniciativas populares de lei? O poder judiciário seria composto por juizes eleitos, ou escolhidos por concurso público?

Quanto à estrutura produtiva, há também lacunas e contradições.

Nas Resoluções do VI Encontro, não se aborda a questão.

No VII Encontro, postula-se a necessidade da "democracia económica", da "propriedade social dos meios de produção"; "Propriedade social que não se confunda com a propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc) que a própria sociedade democraticamente decidir. Democracia económica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planeamento autocrático-estatal de tantas economias ditas 'socialistas' ".

A afirmação do P.T. não é esclarecedora.: dizer que a propriedade socialista é "social" equivale a uma simples redundância: que ela poderá ser "individual", "cooperativa", "estatal", "ETC" (grifo meu) nada define, todas as possibilidades permanecem em aberto.

É verdade que se diferencia a "propriedade social" da "estatal", afasta-se o "mercado capitalista". Mas, se a própria sociedade é quem democraticamente vai decidir as formas de propriedade, como seria possível antecipar a escolha? Se os cidadãos é que vão decidir não poderão optar pela propriedade estatal? E se os eleitores/cidadãos escolherem a "propriedade privada dos meios de produção"? Se preferirem o regime de mercado? Os acontecimentos do Leste Europeu não implicam tal possibilidade? O que significa, nesse caso, "propriedade social dos meios de produção"?

A sociedade será ainda socialista se houver predominância do mercado sobre o planejamento? Ou os cidadãos não poderiam assim escolher? E como seria um mercado diferente, socialista, que não tivesse a lógica perversa do mercado capitalista? Como seria um planejamento democrático, não impositivo, diverso do autocrático planejamento burocrático das economias "ditas socialistas"?

Por fim, a combinação entre o mercado e o planejamento em que se distinguiria das sociedades geridas pela social-democracia? Tratar-se-ia de uma fórmula que "superasse a prioridade da acumulação capitalista", da "lógica da reprodução do capital"? Mas, concretamente, o que isso significa? Como se verifica?

O V Encontro, não negado, ao contrário confirmado nos Encontros posteriores, fala que "um dos aspectos chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia, o seu setor socialista, estatal ou coletivo, consiste em atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente de forma integral aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos".

O V Encontro choca-se com o VII, de modo frontal. Haverá, ou não, a possibilidade de os cidadãos escolherem as formas de propriedade e de produção? No VII Encontro há quase que total indefinição. No V Encontro há uma formulação impositiva.

Se os cidadãos decidem as formas de propriedade, o que significa "permitir que a economia mercantil ainda se desenvolva em certa escala..."? Quem permite? Qual seria essa "certa escala"?

Se a "propriedade social dos meios de produção" não é igual à estatal, se se condena o "planejamento burocrático", por que se rejeita (ao menos no longo prazo) a economia mercantil? E o que quer dizer "transformação socialista por meios administrativos"?

A economia socialista, para o P.T., é a do V ou do VII Encontro?

Nas Resoluções Políticas não há clareza a respeito das estruturas econômicas e instituições políticas do socialismo.

H - CONCLUSÃO

Tanto nos documentos básicos, quanto nas "Resoluções Políticas", verificaram-se contradições e ambiguidades nos pontos centrais das propostas e concepções do Partido dos Trabalhadores. Não há clareza quanto a o que sejam a "democracia", o "socialismo" e, assim, o "socialismo democrático".

A democracia ora é referida sem adjetivos, ora é forma de governo que requer adjetivação. Não é necessariamente o governo do povo ou da maioria. Com isso descaracteriza-se o significado da democracia e, a depender da maneira como é referida, torna-se, ora um valor positivo, que se deseja; ora valor negativo, que se rejeita.

O oposto da democracia também é ambíguo. Por vezes, é a ditadura militar; ou a transição conservadora; outras vezes, o governo Sarney, a "Nova" República; ou o governo Collor. Outras vezes, ainda, a democracia opõe-se ao capitalismo, negando-se a possibilidade de convivência entre eles. Mas, em certas passagens, o P.T. afirma a necessidade e pleiteia um governo democrático, a curto prazo. Ainda no capitalismo.

Há também momentos em que a democracia contrapõe-se ao socialismo real, "burocrático". E momentos em que socialismo e democracia são inseparáveis. Rejeita-se, então, haver socialismo real.

A crítica aos países do leste torna-se incompleta, na medida em que seja desvinculada do questionamento da falta de democracia no socialismo (existente). Se socialismo e democracia forem/fossem inseparáveis os países do leste não são/seriam socialistas. Mas, o próprio P.T. admite que sejam socialistas. Com isso, cria-se uma ambiguidade que não permite ir à raiz do problema que consiste justamente na concreta separação (e não superposição) entre a democracia e o socialismo. Se se pretende juntá-los é preciso reconhecer a distância existente entre eles.

O modelo de democracia petista é igualmente obscuro. Tanto se criticam, quanto se valorizam os procedimentos formais da democracia. Há, de um lado, equiparação da formalidade democrática ao caráter dito "burguês" da democracia vigente que é assim rejeitada. E há, de outro lado, o reconhecimento da necessidade de regras formais que disciplinem o jogo democrático.

Não se sabe ao certo o que o P.T. entende por "valor substantivo" da democracia. Se se opõe, ou não, ao aspecto formal. Em certas afirmações o Partido dos Trabalhadores questiona a democracia

representativa, a ela contrapondo mecanismos de participação e a democracia direta. Outras afirmações valorizam e reconhecem os canais e mecanismos representativos.

Não se clareia se os "Conselhos Populares" completam ou substituem as instituições existentes; se aperfeiçoam a institucionalidade, ou a confrontam; se a reforçam ou desafiam. E, tampouco, o que sejam os conselhos, se são tidos por mecanismos diretos ou representativos.

A relação com o parlamento é não menos contraditória. Convivem declarações em que se aceita e se assume a participação no legislativo, tendo-o por legítimo, com declarações de questionamento de sua legitimidade. Nesse caso, a participação não é rejeitada, mas torna-se instrumental, provisória...

O socialismo, tanto quanto a democracia, é conceituado de modos diversos e incompatíveis. Há momentos em que o socialismo rejeita adjetivações e é tomado pela sociedade obrigatoriamente justa e democrática, mas há também referências ao socialismo adjetivando-o. Contrapõe-se, então, o socialismo "democrático", dos trabalhadores, ao socialismo real, dos burocratas.

Na forma não adjetivada não se esclarece se são, ou não, socialistas os países do "socialismo real". E, quando se recorre à adjetivação, não se explica porque consideram-se socialistas os países do leste, tanto quanto o socialismo que se pretende democrático. Ou, sendo aqueles socialistas, em que se diferenciariam do socialismo petista: particularmente, porque este seria democrático e aqueles não.

Mas, principalmente, há profundas contradições e dúvidas quanto à via petista para a pretendida transformação da sociedade no sentido do socialismo. Uma delas é a separação entre os momentos de "tomada do poder" e o de "construção do socialismo", incompatível com a idéia da via democrática ao socialismo. (9)

As formulações do Partido dos Trabalhadores alternam-se entre declarações de compromisso radical com a transformação socialista via procedimentos democráticos, por meio da institucionalidade, com declarações de intenção de se alterar a sociedade por meio de ruptura revolucionária, do assalto ao Estado, da destruição da legalidade e da constitucionalidade.

Na primeira hipótese, não se apresentam diferenças convincentes entre a via petista e o caminho social-democrático. Na segunda, não se verificam divergências suficientes em relação à via revolucionária clássica, leninista.

CAPITULO 3

MAPEAMENTO DO P.T.: GRUPOS CONSTITUINTES.
BLOCOS PARTIDARIOS E CLIVAGEM IDEOLOGICA

A - INTRODUÇÃO

Faz-se neste capítulo o mapeamento do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de se apontarem as razões para as insuficiências e as contradições em suas propostas e concepções programáticas.

O P.T. é descrito a partir de três variáveis: grupos constituintes, blocos partidários e clivagem ideológica. Os grupos constituintes correspondem às forças sociais que fundaram e compõem o P.T.; os blocos partidários à (com)posição das facções partidárias; a clivagem ideológica ao corte político interno.

Busca-se demonstrar as relações entre os três tipos de mapeamento. E, especialmente, que a clivagem ideológica é o critério chave para se compreender o partido, não se confundindo quer com os grupos constituintes, quer com os blocos partidários.

Sugere-se, ainda, um quarto mapeamento - construído a partir da superposição dos três anteriores - que permite visualizar simultaneamente os grupos constituintes, os blocos partidários, as relações entre eles, e as relações de ambos com a clivagem ideológica.

O corte fundamental, político-ideológico, corresponde à contraposição entre uma concepção autoritária (o leninismo) e outra concepção democrática (a social-democracia). As duas concepções convivem, tanto nos vários grupos constituintes, como nos blocos partidários, ao contrário do que afirma a quase totalidade das análises sobre o P.T. Tal convivência, que não gera uma síntese coerente e consistente, faz com que o "socialismo democrático" - objetivo expresso do partido - se torne pouco claro e palpável.

B - MAPEAMENTO DO P.T. (I): GRUPOS CONSTITUINTES

B.1 - SINDICALISTAS

O Partido dos Trabalhadores resulta de três processos que envolvem, respectivamente, cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, cristãos progressistas e militantes de esquerda. (1)

A expressão "sindicalistas combativos" - que se contrapõe a "sindicalismo pelego" - referia-se, no final da década de 70, conforme a análise de Isabel, Oliveira (1988), a 4 sub-grupos: "unidade sindical", "sindicalistas autênticos", "oposições sindicais" e "radicais". Ainda segundo a autora, o que reunia as quatro correntes sindicais era o fato de que "partilhavam o mesmo desejo ou disposição em modificar a estrutura sindical vigente e questionar a política salarial e trabalhista", o que acabou conduzindo à idéia da necessidade de um partido dos trabalhadores. (2)

No que se refere à estrutura sindical, questionava-se o modelo implantado no "Estado Novo", por Getúlio Vargas, e desde então vigente, baseado no atrelamento e na dependência dos sindicatos em relação ao Estado, por meio do Ministério do Trabalho, modelo este agravado pela violenta repressão e pelas constantes intervenções a partir de 1964.

Quanto à política salarial e trabalhista, lutava-se, especialmente, pelo direito de greve e pela reposição das perdas salariais provocadas pelo modelo econômico concentrador, em vigor desde o golpe militar.

Mas os quatro sub-grupos componentes do "sindicalismo combativo" não caminharam todos juntos até a fundação do Partido dos Trabalhadores. A "unidade sindical", formada basicamente por sindicalistas vinculados ao PCB - Partido Comunista Brasileiro, tendo como principal porta-voz Joaquim dos Santos Andrade (O "Joaquinzão", então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Município de São Paulo), participou apenas das primeiras reuniões em que se discutia o "partido dos trabalhadores", retirando-se do processo por visar um partido de perfil mais moderado.

O P.T. formou-se abrigando os "radicais" (sindicalistas militantes da "esquerda organizada"), a maior parte das "oposições sindicais" e os "sindicalistas autênticos". Estes, liderados por Luis Inácio (Lula) da Silva, os principais criadores do P.T., distinguiram-se das "oposições sindicais" por

estarem na direção de seus respectivos sindicatos e a partir daí evoluírem para uma perspectiva combativa. (3)

As "oposições sindicais" dividiam-se entre as que não estavam na direção dos sindicatos de sua categoria por não terem vencido as correspondentes eleições (obviamente, portanto, delas participando) e aquelas que permaneciam como oposição sindical por recusarem-se a assumir a gestão de sindicatos oficiais, atrelados ao Ministério do Trabalho, submetidos à legislação trabalhista e sindical.

É conhecido o trajeto que levou os "sindicalistas autênticos", das greves no final dos anos 70 ao Partido dos Trabalhadores, em decorrência do entendimento de que as conquistas sindicais seriam insuficientes enquanto não fossem acompanhadas de mudanças ao nível institucional. Tal insuficiência resultava, em parte, da necessidade de mudanças legais que consolidassem e garantissem os avanços obtidos pelos sindicatos e pelos movimentos grevistas; em parte, da falta de respaldo parlamentar e partidário às lutas dos trabalhadores contra o Estado e o empresariado; e em parte ainda do esgotamento da própria luta sindical, ou mais particularmente da eficácia das greves, que já não vinham obtendo os mesmos avanços e vitórias anteriores. Isso exigia um novo partido já que, segundo a avaliação dos sindicalistas, nem o MDB - Movimento Democrático Brasileiro - e muito menos a ARENA - Aliança Renovadora Nacional - estavam efetivamente comprometidos com a causa dos trabalhadores. (4)

As "oposições sindicais" que aderiram ao Partido dos Trabalhadores o fizeram por motivos e razões semelhantes aos dos "sindicalistas autênticos". Alguns grupos das "oposições sindicais" ingressaram no partido apenas uns anos mais tarde, seja por suas diferenças com os autênticos (quanto a participar da gestão de sindicatos atrelados ao Estado), seja por privilegiarem a ação sindical em relação à partidária. Não aderiram ao P.T. as oposições sindicais vinculadas ao PC do B - Partido Comunista do Brasil, à época clandestino e ligado ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

Quanto aos "radicais", seu trajeto em direção ao Partido dos Trabalhadores é o mesmo dos grupos e organizações de esquerda dos quais fazem/faziam parte, o que será tratado mais à frente.

B.2 - CRISTÃOS

O segundo processo, ao qual se refere a constituição do P.T., é a mudança de orientação dos setores (já, ou partir de então) progressistas da Igreja brasileira (assim como de boa parte da Igreja latino-americana), ao final dos anos 60, no sentido da

adoção da "Teologia da Libertação".

A Igreja, que tradicionalmente mantinha-se em (suposta) neutralidade perante a esfera política, mais especificamente, a político-partidária; ou que se posicionava, em regra, ao lado dos grupos e classes sociais dominantes, assume a "opção preferencial pelos pobres", caracterizada, quer pelo envolvimento explícito nas questões políticas e sociais, quer pelo posicionamento em favor dos "oprimidos" e "dominados".

As referências históricas dessa mudança são as conclusões do Concílio Vaticano II, em 1965, e a Conferência Episcopal de Medellín, em 1968.

Nas palavras de Gustavo Gutiérrez (1983), um dos principais teólogos da libertação, o novo posicionamento da Igreja poderia ser sintetizado pelo reconhecimento de que "o fato mais importante (da presença do homem na história), mormente nos países subdesenvolvidos e oprimidos, é a luta por construir uma sociedade justa e fraterna, na qual os homens possam viver com dignidade e ser agentes do próprio destino".

Segundo Frei Betto (1981), "a salvação não é alguma coisa que se restrinja ao outro mundo ou a outra vida. Ela começa a se efetuar aqui, onde o Reino de Deus já se fez presente em Jesus e permanece entre os povos. No tecido da história, a salvação de Deus se traduz em libertação dos homens. Não basta uma libertação pessoal e interior do homem que não transforme as estruturas eivadas de pecado em que ele vive e pelas quais se sente condicionado. Por isso esta libertação tem necessariamente um alcance político, dentro de um contexto econômico e social".

No Brasil, particularmente em São Paulo, e principalmente a partir de 1970 - quando D. Paulo Evaristo Arns assume o Arcebispado - o processo aqui descrito tem como correspondência a presença maciça de religiosos e militantes cristãos nos movimentos sociais, nas organizações populares, bem como a generalização das CEB's - comunidades eclesiais de base. (5)

Ao longo de vários anos, a Igreja manteve-se como um dos poucos, senão o único, espaço para a resistência à ditadura militar, desempenhando papel de inestimável importância na defesa dos direitos humanos, na proteção aos perseguidos políticos, na luta contra a carestia, no apoio aos sindicalistas combativos.

Com a evolução do processo de "abertura", a relativa liberalização do regime, a reforma partidária e, posteriormente, com o retorno das eleições para governador e prefeito das

capitais, muitos militantes cristãos progressistas. ingressaram ou passaram a apoiar partidos políticos.

Segundo Betto, que estimava, ao final da década de 70, 80.000 CEB's no Brasil, "do trabalho de organização popular feito em torno das comunidades eclesiais de base é necessário passar à mobilização política centrada num instrumento de representação dotado de uma proposta programática menos genérica que a da pastoral e mais imediatamente vinculada à mudança de poder na sociedade. Esse instrumento é o partido político... Interessa-nos aqui o papel que ele desempenha de conduto entre a sociedade civil e a sociedade política - o aparelho de Estado".

Em sua dissertação Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil, Galetta (1986) mostra como a grande maioria dos cristãos que ingressou em partidos políticos convergiu para o Partido dos Trabalhadores. Em sua pesquisa, Galetta verificou que os membros da pastoral popular faziam uma "opção 'natural' pelo P.T." por verem uma "afinidade entre a pastoral popular e o P.T. , seja na prática, seja na proposta política de mudança social, seja na 'opção pelos pobres' ".

São destacadas como razões para tal escolha, o caráter classista do P.T. (correspondente ao esquema 'opressor x oprimido' , da Teologia da Libertação); a proposta de construção de um partido "de baixo para cima" (a semelhança entre os núcleos de base, do P.T. , e as comunidades eclesiais de base); a recusa ao padrão tradicional dos partidos (então) clandestinos de esquerda (PCB e PC do B etc) com os quais diversos grupos da pastoral tiveram contatos e aproximações problemáticos; e experiências anteriores negativas com "políticos profissionais" e com o MDB (a outra alternativa progressista).

B.3 - MILITANTES DE ESQUERDA

A terceira vertente constituinte do Partido dos Trabalhadores compõe-se, de um lado, por organizações ou partidos clandestinos (não institucionais, não legais) de esquerda; de outro por militantes de esquerda independentes. (6)

O caminho da esquerda ao P.T. é complexo e desigual, marcado por diferenças, seja de uma organização para outra, seja entre os organizados e os independentes, seja dentro da própria esquerda não organizada.

Em comum, há a (auto)crítica, seja por razões ideológicas, seja por motivos pragmáticos, ao caminho da guerrilha; a rejeição da luta armada, tal qual se deu na ditadura, que resultou na

dizimação, no massacre da grande maioria dos grupos clandestinos, pelas forças repressivas. Nenhuma organização, ou militante de esquerda, acreditava mais na possibilidade de superação, quer da ditadura, quer do capitalismo, por meio de um enfrentamento, um choque frontal entre pequeno(s) grupo(s) clandestino(s) e o poderoso Estado "burguês" existente no Brasil. Outros criticavam a experiência, mais do que por razões pragmáticas, por imperativos éticos; por uma revisão, um questionamento da legitimidade de tal forma de luta política.

Há também, vinculada ao problema anterior, a condenação ao "vanguardismo", às organizações que haviam se "afastado do trabalho com as massas", que não tinham enraizamento e base operária e popular. Novamente as posições, as razões para a condenação, não são idênticas. A atuação junto às massas, em alguns casos, seria necessária a partir de uma nova e democrática concepção segundo a qual as transformações sociais e políticas, para serem legítimas, requerem não só apoio e aprovação da maioria, mas a participação popular no processo. Para outros, não se tratava de uma questão de legitimidade, mas do fato de que a revolução, o enfrentamento, a "tomada do poder burguês", ainda dirigida por uma vanguarda (um partido de vanguarda), requereria sustentação de massas, para garantia de sua eficácia.

A opção pelo Partido dos Trabalhadores resulta também de uma crítica ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro - e aos partidos comunistas tradicionais, PCB - Partido Comunista Brasileiro - e PC do B - Partido Comunista do Brasil.

De um lado, a avaliação que o MDB, ainda que tivesse cumprido importante papel como frente contra a ditadura, estava superado enquanto alternativa de luta e enquanto instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores. Seria necessário, a partir de então, um partido composto e dirigido "pelos próprios trabalhadores", sem a presença das oposições liberais ou mesmo de forças conservadoras.

De outro lado, o entendimento que o PCB e o PC do B eram (ou teriam se tornado) partidos, ora reformistas (associados à burguesia, submetidos à institucionalidade burguesa), ora stalinistas (autoritários, portadores de um modelo burocrático de socialismo). Estes, também destituídos do necessário enraizamento e base popular, seriam (ou teriam se tornado) organizações desviadas das exigências para um partido verdadeira e autenticamente socialista e democrático.

Praticamente todas as organizações de esquerda brasileiras (à exceção do PCB, PC do B e MR-8) ingressaram no P.T., algumas desde sua fundação (por exemplo, os agrupamentos trotskistas "Convergência Socialista" e "Democracia Socialista"), outras ao

longo dos primeiros anos da década de 60 (por exemplo, o PRC - Partido Revolucionário Comunista).

De uma organização para outra verificavam-se diferentes níveis de aceitação da participação na política partidária "oficial", da atuação no parlamento, mas há (havia) em todas o questionamento da legitimidade da institucionalidade vigente, ou da própria democracia formal "burguesa". Concordava-se com a necessidade de um partido (que atuasse; ou por meio do qual a organização atuasse na esfera) institucional, mas sempre em caráter complementar à organização que se manteria clandestina ou paralela ao P.T. Para algumas organizações, o P.T. deveria, com o tempo, tornar-se um/o partido revolucionário, admitindo-se, então, a eventual dissolução da organização paralela; para outras, o P.T. era apenas o partido reformista no qual preferiam, ou teria se tornado conveniente, se abrigar.

Já os militantes de esquerda independentes filiaram-se ao Partido dos Trabalhadores individualmente, abandonando a organização à qual pertenciam, ou a dissolvendo (caso já não a tivessem abandonado ou já não estivesse dissolvida). Nessa segunda hipótese, assumia-se o P.T., desde o início, como um "partido estratégico" e não um "partido tático". Ou seja, o Partido dos Trabalhadores é que seria a agremiação socialista e democrática a ser construída, sem a existência de uma organização paralela ou para-partidária.

Na esquerda independente, não (ou não mais) organizada, ao contrário dos agrupamentos, da esquerda (ainda) organizada, verificava-se, em graus variados, a crítica ao leninismo, a aceitação e reconhecimento da legitimidade do sistema político institucional, da democracia representativa. Entre a esquerda não organizada há, desde os que fizeram uma crítica radical da ortodoxia, até os que mantinham as mesmas teorias e concepções clássicas, vinculadas ao leninismo. Os primeiros entendiam ser necessária e legítima a atuação em um partido legal, visando a construção do socialismo por meios democráticos, não insurreccionais, sendo essa a razão do ingresso no Partido dos Trabalhadores. Os últimos concebiam o P.T. como o partido que (deveria se tornar) revolucionário, entendendo-se por isso o instrumento da futura "tomada do poder" por meio do confronto com a institucionalidade.

B.4 - LIMITAÇÕES DO ESQUEMA

Existem três limitações no mapeamento que divide o Partido dos Trabalhadores conforme as suas vertentes principais.

a- Não há necessariamente exclusão entre as categorias

"sindicalistas combativos", "cristãos progressistas" e "militantes de esquerda". Na vertente dos sindicalistas encontram-se os "radicais" que são membros de organizações de esquerda e que, assim, pertencem também à vertente ou categoria "esquerda". Outros sindicalistas "autênticos", ou das "oposições sindicais" são também militantes cristãos, participam de comunidades eclesiais de base, de Pastorais, como a Pastoral Operária, e desse modo fazem parte também da categoria "cristãos progressistas". Há ainda cristãos que se filiam a grupos ou organizações de esquerda. Nesse caso, são tanto "militantes de esquerda", quanto "cristãos progressistas".

Evidentemente, existem sindicalistas que não são militantes cristãos, nem tampouco membros de grupos de esquerda; militantes cristãos que não são sindicalistas e não se vinculam à esquerda organizada; militantes de esquerda não sindicalistas e não cristãos.

Mas há também a hipótese oposta, que combina as três categorias: cristãos progressistas, que são líderes sindicais, vinculados à esquerda organizada.

Muitas análises referem-se a conflitos no P.T. , entre os "sindicalistas" e a "esquerda", desconhecendo a superposição, o espaço comum, que existe entre as categorias. Comete-se o equívoco de reduzir a categoria "sindicalistas" aos "autênticos", ao grupo liderado por Lula, que efetivamente teve muitos e tem ainda problemas com grupos da esquerda organizada. Ocorre que as organizações de esquerda são também compostas por sindicalistas, os "radicais", que muitas vezes são omitidos ou subestimados nas análises, como se não fizessem parte do grupo "sindicalistas". O conflito entre "autênticos" ("sindicalistas") e organizações de esquerda ("esquerda") dá-se, também sob a forma de um confronto entre sindicalistas, "autênticos" x "radicais". Tais embates já se verificavam ao final da década de 70, confrontando-se, hoje, na CUT - Central Única dos trabalhadores, o grupo da "Articulação" (formado pelos "autênticos") e outros grupos sindicais (onde estão os "radicais"), formados por sindicalistas das demais tendências do P.T.

b- Não há correspondência entre cada um das categorias (sindicalistas-cristãos-esquerda) e uma determinada ideologia ou posicionamento político. As mesmas análises que apontam confronto entre "sindicalistas" e "esquerda" caracterizam tal confronto como entre uma perspectiva "reformista", ou "democrática" dos "sindicalistas" e outra perspectiva "revolucionária" ou "radical" da "esquerda". Há, todavia, os sindicalistas "radicais", alinhados à linha dita "revolucionária", o que desfaz o caráter necessário do vínculo entre perspectiva "reformista" e grupo sindical; e há, no grupo da esquerda, militantes que passaram a uma perspectiva não ortodoxa, que, se não reformista, distingue-

se, ao menos, do leninismo.

Faz-se generalização incorreta, ao se apontar conflito de postura e concepções "democráticas dos cristãos" - das comunidades de base, das pastorais populares, com prática e idéias "autoritárias da esquerda". Há contradição entre diferentes leituras ou teologias ("progressistas" e "conservadoras"). Mas, no campo progressista, mesmo dentre não filiados a uma organização de esquerda, há cristãos que se posicionam pela ideologia "revolucionária" ou "autoritária". Existem reformistas e revolucionários: ideologias democráticas e ideologias autoritárias, quer entre militantes de esquerda, quer entre sindicalistas, quer entre cristãos.

Há uma tensão entre o meio sindical, o religioso e o político; ou entre o sindicato, a Igreja e o partido; contradição entre concepções sindicais, visões religiosas e ideologias políticas, assim como entre as práticas de cristãos, de políticos e de sindicalistas.

São de naturezas distintas as ideologias políticas, as visões religiosas e as concepções sindicais. Elas disputam visões e valores alternativos (sob diferentes pontos de vista) a respeito de objetos comuns, como o homem, a sociedade, as instituições...

Mas, tal contradição é diferente daquela que existe (existiria) entre ideologias políticas "dos sindicalistas", ideologias políticas "dos cristãos" e ideologias políticas "dos militantes de esquerda".

Nada impede, em tese ao menos, que políticos ou sindicalistas formulem uma teologia; cristãos ou políticos uma concepção sindical; sindicalistas e cristãos uma ideologia política.

Porém, dentre as vertentes constituintes do Partido dos Trabalhadores, não há, a rigor, uma concepção política alternativa à "da esquerda", quer da parte "dos cristãos", quer "dos sindicalistas".

Isto se dá em três sentidos:

1- não há amadurecimento político-ideológico dentre os sindicalistas ("autênticos") e dentre os cristãos não militantes de grupos de esquerda; os sindicalistas "autênticos" tendiam/tendem para uma concepção economicista, pré-política e os cristãos não vinculados a organizações de esquerda permanecem em uma análise moral, ética, das questões políticas (nesse

sentido também pré-política). (7)

2- não há uma concepção reformista, ou democrática, suficientemente consolidada e desenvolvida, dentre cristãos não vinculados a organizações de esquerda e sindicalistas "autênticos" que pudesse fazer frente ao leninismo, que se origina "na esquerda" organizada. Na verdade, tanto os "sindicalistas autênticos", quanto os cristãos não organizados, ambos inicialmente reformistas, muitas vezes absorvem as concepções e a ideologia revolucionária "da esquerda" leninista:

3- o campo das disputas das idéias políticas não é o sindical, nem o religioso, é o da esquerda: enquanto categoria política e enquanto, no campo político, perspectiva ideológica de um partido com o perfil, as características e os objetivos do P.T.

c- As categorias "sindicalistas", "cristãos" e "esquerda" não correspondem aos blocos partidários. Muitas análises acerca do P.T. identificam no partido dois grandes blocos: um composto por sindicalistas, cristãos e intelectuais; outro composto por grupos de esquerda. Haveria, assim, coincidência entre os blocos que disputam o controle e a direção do P.T. e as categorias, ou as vertentes que o constituíram.

É correta a identificação dos dois grandes blocos partidários. Contudo, o movimento interno do P.T. não é de conflitos, de disputas, entre, de um lado, sindicalistas, cristãos e intelectuais, e, de outro, a esquerda, quer porque as categorias não são excludentes, quer ainda porque as tendências, chapas e coligações partidárias não se formam a partir desse critério. No bloco da "Articulação", por exemplo, ao contrário do que se costuma afirmar, não há apenas sindicalistas, cristãos e intelectuais, mas também militantes de esquerda, cuja importância ali, aliás, é enorme, apesar de muitas vezes desconsiderada. No outro bloco ocorre o mesmo: não há somente militantes de esquerda, mas igualmente cristãos e sindicalistas.

Poder-se-ia admitir uma certa relativização. Há no P.T. um espaço próprio dos sindicalistas "autênticos"; agregação de cristãos (não organizados); sub-facções de intelectuais; e uma certa dinâmica conflitiva entre eles e grupos ou organizações de esquerda. Mas, como se disse, as tendências, os agrupamentos mais importantes, as facções principais, as chapas e os blocos partidários, não respeitam esse critério. É necessário, portanto, passar a um segundo tipo de mapeamento do Partido dos Trabalhadores.

C - MAPEAMENTO DO P.T. (II): BLOCOS PARTIDARIOS

Trata-se agora de identificar, não as vertentes constituintes do partido ou os "processos sociais" que o geraram, mas os grupos e as articulações que concretamente ali se formam para as disputas partidárias.

C.1 - ARTICULAÇÃO

No Partido dos Trabalhadores, desde 1983, convivem dois grandes blocos. De um lado, a "Articulação", reunindo militantes não (ou não mais) vinculados a grupos organizados: "sindicalistas autênticos"; cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes; bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta ALN - Aliança Libertadora Nacional e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista "O Trabalho". Conforme seu manifesto de lançamento, a "Articulação" foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas (as organizações para-partidárias) e da tendência que via o P.T. como uma frente parlamentar à semelhança do MDB. (8)

Vinculam-se à "Articulação", entre outros, o presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva; o deputado federal paulista José Dirceu de Oliveira e Silva, secretário-geral do P.T.; o prefeito de Porto Alegre, ex-presidente do P.T., Olívio Dutra; o deputado federal e também ex-presidente do partido, Luís Gushiken; o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli; o deputado federal Aloísio Mercadante; o candidato a governador de São Paulo, em 1990, Plínio Arruda Sampaio...

C.2 - TENDENCIAS MINORITARIAS

De outro lado, o bloco composto pelas "Tendências Minoritárias", que se divide em três sub-conjuntos:

a- O primeiro, composto por agrupamentos originados a partir de organizações comunistas clandestinas: a "Nova Esquerda", tendência partidária em que se transformou, em 1989, ao se dissolver, o PRC - Partido Revolucionário Comunista, este surgido de uma cisão do PC do B - Partido Comunista do Brasil, em 1984. E o grupo liderado pelo deputado federal José Genoíno Neto e pelo candidato a governador do Rio Grande do Sul, em 1990, Tarso Genro; e a "Força Socialista", liderada pelo deputado estadual paulista Ivan Valente, nome adotado pela tendência partidária em que se transformou o "Movimento Revolucionário Comunista", formado em 1985, pela reunião de ex-militantes da "Ala Vermelha" do PC do B, do MEP - Movimento de Emancipação do

Proletariado e OCDP - Organização Comunista Democrático Proletária, esta última originada a partir da da AP - Ação Popular. (9)

b- O segundo, formado por organizações trotskistas, sendo as mais importantes a "ORM - DS, Organização Marxista Revolucionária - Democracia Socialista", anteriormente conhecida por Em Tempo, formada em 1979, tendo como referência o grupo trotskista internacional "Secretariado Unificado" e o pensador belga Ernst Mandel, liderada pelo paulista João Machado, membro do diretório nacional do P.T. , e pelo deputado federal gaúcho Raul Pont; o grupo "O Trabalho", ex OSI - Organização Socialista Internacionalista, formado em 1976, reunindo militantes de outras organizações trotskistas (Organização Marxista Brasileira e Grupo 1 de Maio), referido no plano internacional ao QI-CIR Quarta Internacional - Comitê Internacional de Reconstrução, liderado pelo paulista, membro do diretório nacional do P.T. , Markus Sokol; a CS - Convergência Socialista, formada em 1978, por ex-militantes do PST - Partido Socialista dos Trabalhadores, clandestino, tendo por referências o partido trotskista argentino de mesmo nome e a L.I.T. - Liga Internacionalista Trotskista, dirigida (a CS) pelo paulista, membro do diretório nacional do P.T. , Valério Arcari; e a Causa Operária, uma cisão da OSI (mais tarde "O Trabalho"), ocorrida em 1979, vinculada ao Partido Obrero da Argentina e à TQI - Tendência Quarta Internacional, liderada (a CO) pelo paulista Rui Costa Pimenta, pré-candidato a deputado federal, em 1990, cassado pelo próprio partido. (10)

c- O terceiro, constituído pelo grupo "Vertente Socialista", ex PPS -Poder Popular e Socialismo, saído da "Articulação", em 1987, formado principalmente por militantes da área de saúde na zona leste de São Paulo, por membros da Pastoral Operária, dirigido pelo deputado federal paulista Eduardo Jorge, pelo candidato a governador de Minas Gerais, em 1990, Virgílio Guimarães e pelo goiano, membro do diretório nacional do P.T. , Augusto de Franco; o grupo paulistano "P.T. Vivo", dirigido pelo deputado estadual paulista Pedro Dallari (11)

A vantagem de se proceder à descrição do Partido dos Trabalhadores, tendo-se por critério os agrupamentos e blocos partidários é que ela permite melhor do que o mapeamento anterior (sindicalistas, cristãos e esquerda) visualizar a disputa por cargos, pela direção e pelas decisões do partido; por fornecer a base para as chapas que concorrem às eleições internas.

A regra geral é a "Articulação" formar uma chapa, sozinha, e os demais agrupamentos formarem uma ou mais chapas de oposição. No VII Encontro Nacional, em 1990, por exemplo, concorreram quatro chapas: a "Articulação de Luta Socialista", a própria "Articulação"; a chapa "Socialismo e Liberdade", constituída pela

"Nova Esquerda" e pela "Vertente Socialista": a "Alternativa Socialista e Revolucionária", composta pela "Democracia Socialista", pela "Força Socialista" e pelo "Movimento por uma tendência Marxista": é, finalmente, a chapa "P.T. de Lutas e de Massas", formada pela "Convergência Socialista" e pelo "O Trabalho".

Já no sexto Encontro Estadual Paulista, também ocorrido em 1990, concorreram três chapas: a chapa "Articulação" (a própria "Articulação"); a chapa "Construção", formada pela "Nova Esquerda" (então, PRC), pela "Vertente Socialista", pela "Democracia Socialista", pela "Força Socialista" (então, MCR) e pelo "P.T. Vivo"; e a chapa "P.T. de Lutas e de Massas", composta pela "Convergência Socialista", pelo "O Trabalho" e por grupos menos importantes como o LPS - Luta Popular Socialista.

Esse segundo mapeamento permite conhecer não apenas as chapas e os agrupamentos formados para as disputas no Partido dos Trabalhadores, mas também as disputas sindicais. No terceiro Concut - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizado em setembro de 1988, as chapas concorrentes eram formadas pelos mesmos agrupamentos internos ao partido: a chapa "Pela CUT classista, de massas, democrática, de luta e pela base" composta pela "Articulação", apoiada pela "Força Socialista"; a chapa "Construir a CUT pela Base, formada pela "Nova Esquerda" (então PRC), "Vertente Socialista", "Democracia Socialista", apoiada pelo "O Trabalho"; e a chapa "CUT é prá lutar", composta pela "Convergência Socialista", apoiada pela "Causa Operária" e pelo PCBR - "Partido Comunista Brasileiro Revolucionário".

C.3 - LIMITAÇÃO DO ESQUEMA

O esquema que divide o Partido dos Trabalhadores nos dois grandes blocos, um constituído pela "Articulação", o outro pelas "Tendências Minoritárias", tem uma limitação básica.

Apesar de haver diversidade na composição dos blocos, das tendências e agrupamentos, assim como das sub-facções internas à "Articulação"; apesar dos posicionamentos distintos entre os agrupamentos e entre os blocos a respeito de várias questões importantes; apesar das disputas entre os blocos, desde a fundação do partido e especialmente a partir de 1983; apesar inclusive das diferenças de concepções, a contradição entre a "Articulação" e as "Tendências Minoritárias" não equivale à contradição estrutural básica do P.T., referida a seu projeto político.

Muitas análises imputam à "Articulação" uma concepção reformista, ou moderada e às "Tendências Minoritárias" uma concepção revolucionária, radical. No entanto, sempre houve reformistas e revolucionários na "Articulação" assim como, hoje, verifica-se nas "Tendências Minoritárias" mais expressivas um importante movimento de revisão da ortodoxia. Em outras palavras, os blocos partidários não são homogêneos ideologicamente. Internamente a cada um deles contrapõem-se o leninismo e a social-democracia (ou socialismo democrático): uma faceta autoritária e outra democrática; uma vertente revolucionária e outra reformista, o que faz com que o corte ideológico no P.T. não corresponda à disputa entre os blocos. Finalmente há uma dimensão temporal que altera, não apenas a composição e as relações entre os blocos e as tendências, mas também a própria contradição entre as ideologias que ali existem.

Para ilustrar o afirmado, cabe verificar as idéias e as concepções da "Articulação" (tendência majoritária, que controla aproximadamente metade do partido) e das "Tendências Minoritárias" mais importantes, "Nova Esquerda", "Democracia Socialista" e "Vertente Socialista" que reunidas somam aproximadamente outros quarenta por cento do P.T. Somados os quatro grupos abrange-se noventa por cento do partido, o que torna dispensável analisar todas as tendências e agrupamentos internos.

D - O PENSAMENTO E A IDEOLOGIA DOS BLOCOS PARTIDARIOS

D.1 - ARTICULACAO

A "Articulação" (conhecida inicialmente por "Articulação dos 113") surgiu em 1983, em São Paulo, reunindo "sindicalistas autênticos", intelectuais, setores cristãos e militantes de esquerda independentes ou não (mais) vinculados a grupos organizados, formando uma chapa com o objetivo de disputar, em agosto daquele ano, a direção do partido no Estado de São Paulo.

Segundo a "Edição resumida dos textos com as propostas políticas da Articulação", divulgada à época de seu surgimento, o partido vivia uma crise relacionada a "resultados eleitorais, divergências internas, falta de propostas, desmobilização das bases etc", sendo necessário, para vencer a citada crise, superar duas "tendências" que então se verificavam no partido. "Uma tendência reúne companheiros que não dão muito peso ao que o P.T. representa de NOVO na história das lutas sociais e políticas do Brasil. Sem dizer claramente, colocam em questão, muitas vezes, a própria necessidade de um partido como o P.T.; dissolvem a proposta original do P.T. num projeto de frente oposicionista sob hegemonia liberal como o MDB; dão PREFERENCIA PELA AÇÃO POLITICA INSTITUCIONAL-PARLAMENTAR e não reconhecem a capacidade que os trabalhadores têm de fazerem política por suas próprias organizações". (12)

"A outra tendência é formada pelos companheiros que entendem a autonomia política dos trabalhadores em termos abstratos... Encerram-se, assim, na maior parte das vezes, numa proposta estreita, VANGUARDISTA E TRADICIONAL de 'partido da classe operária', confundindo o P.T. com os pequenos agrupamentos que habitualmente se intitulam 'representantes das massas exploradas'. Entre esses há também os que, se sentindo intérpretes da única proposta válida de organização da classe trabalhadora, incrustam-se na estrutura do P.T., mas, no lugar de ajudar os trabalhadores a construir uma organização política forte, coesa, democrática e de massas, preferem montar seus 'aparelhos' à parte do P.T. ... Alguns chegam a condenar a luta político-parlamentar como uma 'traição aos trabalhadores'... Na maior parte das vezes, esses companheiros IMAGINAM PARA JA UM CONFRONTO FINAL E TOTAL COM O REGIME, e porisso acabam ficando sem alternativas concretas na conjuntura".

A "Articulação" não "nega(va) a tais tendências o direito de existirem no P.T. e de disputarem com clareza a direção do partido... Mas, com toda a clareza, também queremos reafirmar nosso direito de nos diferenciar dessas tendências, e de demonstrar o quanto elas se apoiam em princípios que podem

inviabilizar o projeto do Partido dos Trabalhadores".

No documento inicial da "Articulação", além de nos trechos transcritos acima, critica-se a ortodoxia em passagens como: "O P.T. não se criou a partir de alguns iluminados, nem de DOCTRINAS FECHADAS"; "Não temos FORMULAS PRONTAS"; "Não aceitaremos reduzir o P.T. a mera frente, com CONCEPÇÕES SECTARIAS"; "As soluções para os problemas do P.T. também não se encontram em propostas VANGUARDISTAS dos que querem resolver tudo com 'palavras de ordem' e que não querem trabalho de massas"...

Mas já nesse texto, cujo tom não é ostensivamente marxista ou leninista, encontram-se ambiguidades. Qual exatamente seria a crítica à tendência "vanguardista"? Assim como as organizações que constituíam "aparelhos à parte do P.T.", a "Articulação" via com suspeitas a institucionalidade: "O Partido não deve iludir os trabalhadores quanto às possibilidades do trabalho parlamentar, esclarecendo os LIMITES DO PARLAMENTO e de sua própria atuação no interior dele"; "Sem subestimar a atuação legislativa, nossos deputados e vereadores devem basear sua atuação principalmente nas lutas e reivindicações do movimento sindical e popular"; "O PARLAMENTAR do P.T. , embora exerça funções públicas, é um filiado do Partido com os MESMOS DIREITOS E DEVERES DOS DEMAIS FILIADOS. Não deve ter privilégios nem ser discriminado".

Dizia a "Articulação" que "não basta TOMAR O PODER DO ESTADO para transformar a sociedade". A afirmação pareceria uma crítica ao leninismo, à tese de que o socialismo deve ser instituído pela "tomada do poder do Estado", se a frase seguinte não fosse: "Para nós o poder não é algo que apenas se toma, mas também que se constrói". O poder não apenas se toma, significa que se toma, ainda que "não apenas". Constrói-se, mas também se toma. A idéia fica mais clara agregada ao fato de que a crítica aos "vanguardistas" se dá não por conceberem um "confronto final e total com o regime", mas pela oportunidade do embate, para a "Articulação" ainda não possível (não é "PARA JÁ").

No mesmo texto-manifesto já se antecipam teses do V Encontro Nacional do P.T. , como a "de ACUMULAÇÃO DE FORÇAS". A via ao socialismo não parece ser a das eleições, a democrática, pois "os Conselhos Populares devem significar fontes de PODER AUTÔNOMO, capaz de levar a classe trabalhadora à hegemonia na sociedade. Isso define de antemão a busca do poder de controle e decisão desses órgãos sobre o Estado".

E, principalmente, ao final, no tópico intitulado "Plano de Ação", diz-se que são três as frentes de luta, a sindical, a popular e a institucional, devendo a luta por eleições livres subordinar-se à luta contra o desemprego e pela reforma agrária. A "Articulação" esclarecia que "combater a crise não significa

GERIR O CAPITALISMO": que "a greve geral não se trata, aqui, de uma GREVE GERAL PRE-INSURREICIONAL, capaz de botar abaixo o regime...".

Trata-se do "regime militar" ou do "regime capitalista"? Um ou outro supera(m)-se por uma insurreição? No texto da "Articulação", ao mesmo tempo em que se criticam os projetos "vanguardistas", distanciados "das massas", que imaginam "para já" o confronto como regime, mantém-se o esquema básico de que a transição ao socialismo se dá por meio de uma ruptura, de uma insurreição que destrua a institucionalidade "burguesa", o Parlamento, a democracia formal... A diferença apenas é que a ruptura ainda não é possível.

O desenvolvimento do pensamento da "Articulação" é mais complexo do que o dos demais agrupamentos partidários, seja porque o agrupamento é maior e mais fluido, seja pelo seu grau de heterogeneidade, seja porque - por se tratar (em regra) do grupo majoritário no partido - às vezes mistura-se com o pensamento do próprio P.T., seja ainda por não ter a "Articulação" uma imprensa ou meio de comunicação alternativo regular como as demais tendências partidárias. Pode-se, contudo, acompanhá-lo por meio dos representantes mais expressivos de seus veios básicos: o sindical, cristão, intelectual e a esquerda.

É de particular importância, por exemplo, controvertida entrevista concedida por Lula ao jornal "Folha de São Paulo", em 29 de dezembro de 1985. Nela, Lula declarava, entre outras coisas, que é preciso "ter um sistema socialista e ao mesmo tempo você MANTER UM SISTEMA DEMOCRATICO no país..., permitir que haja os contrários..., CONVIVER COM AQUELES QUE SÃO CONTRA, que não concordam, com aqueles que querem falar e ser OPOSIÇÃO..., onde a sociedade, a classe trabalhadora detenha os meios de produção... mas ao mesmo tempo você permita que as pessoas tenham direito à LIBERDADE DE EXPRESSÃO, à liberdade de ser contrárias ao governo que está no poder"; "Eu não admito a palavra DITADURA do proletariado, porque na medida em que o proletariado chega ao governo nós estaremos tendo a DEMOCRACIA levada às suas últimas consequências...".

Mas na mesma entrevista, ao lado de declarações democráticas, há outras nem tanto. Diz, por exemplo, Lula que "NAO TENHO EXPECTATIVAS SOBRE A VIA ELEITORAL... acho que a via eleitoral, por si só, não permitirá que o modelo seja implantado, transformando o regime de um sistema capitalista para socialista... precisamos fazer todo e qualquer sacrificio para conseguirmos esse novo sistema de uma forma tranquila e pacifica. Agora precisamos estar preparados para reagir às imposições do que pensam de outra forma".

A fala é ambígua, pois, sem diferenciar as situações, sem distinguir as várias hipóteses, ora Lula refere-se ao direito de reação, de defesa de um governo de esquerda legalmente constituído (um direito democrático) frente a tentativa de ação armada "da direita", da "burguesia" ("sempre haverá restrições do poder económico, da classe dominante, daqueles que não acreditam no socialismo como alternativa"); ora Lula refere-se ao direito (também democrático) de "derrubar" uma ditadura ("não posso admitir que a direita queira se manter no poder através das armas"), ora ele se refere à imposição do socialismo por via anti-democrática: "Estou querendo mostrar que É FALSA A DEMOCRACIA FORMAL"; "Primeiro estamos tentando cumprir as regras do jogo. Não achamos que o Parlamento é um fim, ele é um meio. E vamos tentar utilizá-lo até onde for possível. Na medida em que a gente perceber que pela via parlamentar, pela via puramente eleitoral, você não conseguirá o poder eu assumo a responsabilidade de dizer à classe trabalhadora que ela TEM DE PROCURAR OUTRA VIA". (13)

A pergunta a se fazer é: quem é a classe trabalhadora a quem se vai sugerir a "outra via"? A maioria dos cidadãos? Se ela "ouviria Lula" para derrubar o governo, por que não elegeria o P.T. pela via eleitoral? Ou Lula refere-se a uma situação em que inexistem eleições (democráticas)? Mas nesse caso, trata-se de questionar a "via parlamentar" ou a sua ausência?

A resposta vem pouco mais à frente, quando Lula afirma que "tranquilamente", "eu acho que (a DEMOCRACIA) PRESCINDE DE ELEIÇÕES (diretas)". É verdade que vem a seguir a ressalva ("se bem que as eleições são um indício da democratização de qualquer país"). Mas Lula repete: "(a democracia) pode prescindir das eleições". Elas poderiam ser substituídas, "você pode criar uma coisa chamada conselhos populares, conselhos comunitários, o que você quiser...".

Salta aos olhos, senão o desprezo, ao menos a dúvida quanto à democracia representativa. A explicação pode ser encontrada na fala do próprio Lula: "Alguns dizem que sim (que o P.T. é um partido que pode se considerar marxista), outros dizem que não. Nós temos no P.T. algumas centenas, quem sabe alguns milhares de marxistas". "Pela sua prática eu ACHO QUE É UM PARTIDO MARXISTA. Isso pelo que a gente tem lido do marxismo. Eu prefiro que pela sua prática seja UM PARTIDO PETISTA". Verifica-se o reconhecimento, por Lula, da presença expressiva da esquerda no P.T. ; que a esquerda é hegemónica ideologicamente: que os "autênticos", Lula inclusive, não tinham concepções consolidadas, consistentes (o que afinal significa ser petista em vez de marxista?), alternativas ao marxismo, ao leninismo: que absorvem parte significativa desse referencial político-ideológico, o que traz elementos anti-democráticos para suas concepções. (13)

No mesmo mês de dezembro de 1985, Francisco Weffort, uma das lideranças mais importantes dentre os intelectuais, então secretário geral do P.T., concedia entrevista ao Jornal do Brasil, intitulada "O sonho agora é a democracia", em que declarava: "Hoje no Brasil, penso que o sonho da REVOLUÇÃO COINCIDE COM A LUTA PELA DEMOCRACIA. A luta pela democracia tem caráter extremamente radical, ou seja, a idéia essencialmente democrática de que o povo, os de baixo, são a fonte do poder". "A rigor, a DEMOCRACIA não é, nem nunca foi o sonho da classe média, da burguesia. Historicamente, a DEMOCRACIA é, pelo contrário, a reivindicação dos movimentos populares, sobretudo da classe operária... Acho que a grande novidade na época atual, no Brasil, e em muitas partes do mundo, é precisamente a RETOMADA DO SENTIDO POPULAR DA DEMOCRACIA".

Vê-se mais à frente: "E assim que vejo o P.T. (como o partido político com melhores condições de acenar com a bandeira da democracia). O que não significa que seja visto dessa maneira por todos os petistas. Vejo o P.T. como um partido que, se ainda não foi capaz de definir a ideologia do tipo socialista, é certamente possuidor de uma IDEOLOGIA DEMOCRÁTICO-RADICAL".

Em sua entrevista, Weffort reconhece que o P.T. caminhou pouco no sentido de definir sua concepção de socialismo: "Temos, até agora, apenas duas definições negativas: uma de que não queremos um socialismo burocrático, imposto por decreto; e outra, a de que não queremos socialismo água de laranja, que a nosso ver é apenas uma fórmula para garantir o domínio moderno das grandes empresas de economia capitalista". Mas, incorre no equívoco da racionalização, pois entende que não teria sido adequado definir o socialismo, antes do P.T. testar-se como partido nacional: "estariamos repetindo o erro dos que imaginam uma ideologia socialista por decreto". "O socialismo, no Brasil, tem sido apresentado ao povo como um prato feito. Enquanto, ao contrário, é preciso fazer um socialismo do qual o povo participe desde o primeiro momento".

O caráter democrático do argumento é relativo, pois não se trata de definir, no detalhe, o regime socialista, mas, no mínimo, o que significaria seu caráter democrático, em oposição ao caráter não democrático dos regimes e teorias existentes, no mundo e no Brasil, fora e dentro do P.T.

Weffort, a exemplo de vários outros intelectuais petistas, expõe idéias, não ortodoxas, de apego à democracia. Mas, não critica, com a ênfase necessária, o leninismo presente no P.T. Weffort, aliás, chega a desconsiderar a presença da esquerda no P.T.: "O P.T. se diferencia dos partidos comunistas basicamente porque tem origem nos movimentos sociais - em particular um segmento de vanguarda do movimento operário - e NÃO EM UM SEGMENTO DA HISTÓRIA DA ESQUERDA brasileira".

Ao contrário do que afirmava, a esquerda é uma das vigas mestras do P.T. E é sempre no diálogo com a esquerda, e tendo em vista sua evolução, ou seja, no campo das idéias do marxismo que se concebe e se transforma a ideologia petista e da "Articulação".

Em janeiro de 1986, José Dirceu de Oliveira e Silva, uma das lideranças mais importantes da esquerda na "Articulação", à época Secretário Geral do P.T. em São Paulo, assinava juntamente com Wladimir Pomar, também dirigente da "Articulação", do grupo da esquerda, um livreto sob o título "Algumas considerações sobre as tendências organizadas no P.T.". O texto iniciava-se com a pergunta se o P.T. iria aplicar "seu programa socialista", caso vencesse naquele ano as eleições para os governos estaduais. "Ou correrá o risco de se transformar num partido de tipo SOCIAL-DEMOCRATA? Temos quadros e competência para governar?" E ainda: "Como aplicar um programa socialista se nem sabemos ainda que socialismo queremos?"

Segundo José Dirceu e Wladimir Pomar, havia a necessidade de um "debate aberto, sincero e franco" no sentido de se responder essas indagações. "Se esse debate não acontecer, o P.T. corre o risco de muitos de seus militantes abraçarem as respostas prontas e acabadas dos grupos políticos sectários... (que) possuem uma concepção da construção do P.T. que, na realidade, consiste em sua construção própria". "Em termos gerais, todas elas consideram-se COMUNISTAS REVOLUCIONARIAS e polos concretos de unificação dos comunistas para a construção de um partido de vanguarda da classe operária". "Os dirigentes dessas organizações abusam do direito de acusar de ANTICOMUNISTAS aqueles que dentro do P.T. as criticam".

O texto conclui-se com a afirmação de que "ao contrário do que afirmam os grupos organizados, o marxismo não é propriedade sua nem de ninguém. E, muito menos, não é obrigatório estar integrado a uma seita que se auto proclama MARXISTA E LENINISTA, COMUNISTA E REVOLUCIONARIA, para ser tudo isso na verdadeira acepção da palavra... E, em lugar de viver afirmando que o P.T. está hegemônico por posições REFORMISTAS, seria preferível que substituíssem esses chavões por uma discussão em torno do conteúdo dessas proposições que consideram reformistas".

Verifica-se no texto que as divergências com relação aos grupos organizados no P.T. eram essencialmente duas. Uma, o fato de que mantinham organizações paralelas e prioritárias em relação ao partido - quer financeiramente, quer em tempo disponível para trabalho e militância, quer no que concerne à soberania das decisões (as decisões do P.T. eram secundárias em relação às das organizações). Outra divergência, no plano ideológico. Todas as tendências "até há pouco, imaginavam que o país vivia uma

SITUAÇÃO PRE-REVOLUCIONARIA": "todas elas, indefectivamente, criticam as insuficientes definições programáticas do P.T. entre as quais a definição sobre o socialismo... (mas)... são incapazes de sair dos princípios ou definições gerais sobre o socialismo válidos para todos os países do mundo... transformam em fórmulas gerais alguns conceitos marxistas e consideram-se prontos para aplicá-los em qualquer situação e em qualquer tempo".

As diferenças ideológicas em relação às "tendências" não consistem em questionamento do caráter autoritário do marxismo-leninismo, quer no que toca à via para o socialismo, quer quanto ao próprio regime socialista. Não há palavra referente ao modelo insurrecional, impositivo, salvo a divergência quanto à oportunidade, ao amadurecimento da "crise pré-revolucionária".

No que toca ao caráter opressivo dos regimes socialistas, e da teoria leninista, vale dizer do problema da cisão entre o socialismo e a democracia, há apenas um parágrafo: "Esses problemas (do ritmo e da conveniência de o Estado socialista promover a estatização de toda a economia, da relação entre o Estado revolucionário e as classes de pequenos proprietários, de modo a que não derrubem o novo regime) colocam, por seu turno a questão da DEMOCRACIA NO SOCIALISMO E certo que as questões relacionadas com a superestrutura do socialismo, com as formas institucionais da democracia socialista e com as formas legais que devem conformá-la, DEPENDEM MAIS DIRETAMENTE DAS INJUNÇÕES E DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS políticas. Uma resistência maior ou menor da burguesia, interna e internacional, pode conduzir a processos de centralização que prejudicam a implantação e a continuidade plena da democracia".

Não há margem a dúvida, expressa-se uma concepção autoritária do socialismo. A existência da democracia depende não de um juízo de valor (um regime que se deseja, que se quer), mas "de INJUNÇÕES". Se houver maior resistência das oposições, não haverá democracia; se não houver resistência, haverá democracia. Em outras palavras, não haverá democracia. O direito de oposição depende de não haver oposição.

Para verificação do pensamento da vertente cristã, pode-se tomar por exemplo Frei Betto e Plínio Arruda Sampaio. Em seu livro "Fidel e a Religião", lançado em 1985, Betto transcrevia, sem reprovacão ou discordância, a opinião de Fidel de que "o conteúdo da BIBLIA é um conteúdo altamente REVOLUCIONARIO; acredito que os ensinamentos de Cristo são altamente revolucionários e coincidem totalmente com o objetivo de um socialista, de um MARXISTA-LENINISTA". Que se possa (ou deva) fazer uma leitura progressista, ou engajada, do cristianismo está aí a Teologia da Libertacão para comprová-lo, mas o "marxismo-leninismo" tem um sentido claro, inclusive para Betto. Entrevistado pela revista do P.T. , "Teoria e Debate", algum tempo mais tarde, em setembro de

1988, respondendo a uma questão referente ao pluralismo, Betto diria: "NÃO CREIO QUE NECESSARIAMENTE A FORMULA DOS VARIOS PARTIDOS SEJA A UNICA EXPRESSAO DA DEMOCRACIA. O que defendo é que deve haver, em qualquer país, um alto índice de democracia e de expressão das formas de pensamento, DESDE QUE ELAS NÃO SEJAM EXPLICITA E DECLARADAMENTE CONTRA os interesses da maioria da população. Por exemplo, alguém que defendesse a reintrodução dos mecanismos de exploração nos países socialistas. Isso como cristão e revolucionário, não posso aceitar".

A declaração casa-se com a tese, autoritária, da "ditadura do proletariado". Não há pluralismo partidário, não há direito real e concreto à livre expressão, não há direito à oposição. Vale a pena observar: obviamente, ninguém propõe às claras, assim formulando, um "mecanismo de exploração". Há proposições que assim podem ser entendidas, ou avaliadas, do que, aliás, pode-se discordar, entendendo-se não serem proposições autoritárias. Quem seria o dono da verdade? Quem decidiria o que se pode ou não aceitar? Em havendo tal ditador, haveria democracia?

Plínio Arruda Sampaio, então pré-candidato a governador de São Paulo, em 1986 divulgava documento intitulado "P.T. no Poder". No tópico "Afirmacão Ideológica", lê-se contundente defesa do regime democrático, como fórmula institucional do socialismo; da "democracia como condição para o socialismo": "O P.T. afirma-se, portanto, como partido democrático. E, para desmascarar os que pretendem confundir o povo, dizendo que atribuímos à palavra "democracia" significados distintos daqueles incorporados na nossa cultura política, deveríamos explicitar claramente o que é democracia para o P.T. Nesse sentido deveríamos deixar bem claro que, para nós, a sociedade democrática consiste em um ESTADO DE DIREITO, no qual as autoridades atuam rigorosamente dentro das leis, LEIS QUE VALEM PARA TODOS - sem exceção - e que são elaboradas por representantes eleitos pelo povo expressando a vontade da maioria. Na construção desse Estado democrático, a humanidade foi descobrindo e institucionalizando (não sem muitas lutas) normas que visam garantir esse governo do povo e que hoje são inerentes ao conceito de democracia: a separação e autonomia dos poderes do Estado; a LIBERDADE DE ORGANIZACAO DOS PARTIDOS; o sistema de eleições periódicas (mediante SUFRAGIO UNIVERSAL e secreto) para constituição do poder; o direito de reunião e associação; o direito de livre expressão do pensamento; a liberdade de imprensa; o 'habeas corpus'. Tudo isto NÃO CONSTITUI PARA O P.T. MEROS INSTRUMENTOS DE TOMADA DO PODER, mas conquista da humanidade, a respeito da qual não se transige".

Plínio acrescenta "que essas garantias não bastam", "daí a necessidade de completar esse processo de construção da democracia, introduzindo no edifício democrático mecanismos que assegurem a participação direta das pessoas nos sistemas de decisão do governo... combinar 'democracia representativa' com 'democracia direta' constitui o desafio atual".

"Devemos afirmar o P.T. como um partido democrático que pretende CHEGAR AO PODER DEMOCRATICAMENTE E EXERCE-LO DENTRO DOS PRINCÍPIOS DA DEMOCRACIA, sem permitir a confusão entre este conceito amplo socialista de democracia com a imagem da democracia BURGUESA, HIPOCRITA E FORMAL".

Contudo, o que seria a "democracia burguesa" senão um nome indevido, concebido pelo marxismo, para definir justamente o aparato formal que Plínio tão bem definiu?

Há uma segunda ressalva a fazer quanto a questão da via ao socialismo. No texto, lê-se: "Expostos os traços essenciais do socialismo e da democracia, surgirá inevitavelmente a questão de como se dará essa passagem. Ela será colocada de maneira honesta pela população e provocativamente pelos nossos adversários. Nossa resposta precisará ser clara. Primeiro, precisaremos aproveitar a campanha para mostrar que essa passagem só será possível se o povo ACUMULAR FORÇAS suficientes para vencer as forças da burguesia... devemos responder que o P.T. pretende mesmo implantar uma república socialista no Brasil. Mas que, enquanto as condições para essa RUPTURA não estiverem dadas, o governo do P.T. em São Paulo encontrará formas (dentro da legalidade e da correlação de forças) de exercer o poder no interesse das classes populares".

"Finalmente, precisamos ter uma resposta clara para as provocações... a respeito do emprego da violência na passagem do capitalismo ao socialismo.

A história mostra que as passagens de um regime social a outro exigem, muitas vezes, RUPTURAS VIOLENTAS.

Mas a história mostra igualmente que a hora da IRRUPÇÃO DA VIOLENCIA NÃO É PROGRAMAVEL e, por isso, não se pode constituir em um objetivo estratégico, em torno do qual se formule a tática de construção do socialismo".

A formulação é ambígua, pois o problema não é a (im)previsibilidade da "irrupção da violência", mas a legitimidade de seu emprego. Se se está submetido a uma ditadura, a um regime de opressão e coação, sem liberdades formais, em que inexistam mecanismos de substituição pacífica dos governantes, a resistência pela força é um ato legítimo com o qual todos concordam, inclusive os não marxistas. Contudo, se se trata de uma situação em que, ainda que não haja democracia plena, há liberdades democráticas suficientes para se aceitar a participação no jogo institucional, a violência, o rompimento com

as regras do processo cuja legitimidade se aceitou não é um ato democrático. Qual é a avaliação pelo P.T. de sua inserção na institucionalidade? Ela é substantiva ou instrumental? Quando Plínio fala do "edifício democrático" refere-se à necessidade de seu aperfeiçoamento e não de rompê-lo, de destruí-lo. Logo a via violenta deve ser rejeitada e não ser considerada um recurso "apenas" eventual, posto que não programável.

Em setembro de 1987, a "Articulação" editou um caderno denominado "Caderno da Articulação: Teses Nacionais" o qual foi apresentado aos Encontros Estaduais daquele ano e serviu de texto base para o V Encontro Nacional do P.T.

Verificam-se nos textos do "Caderno da Articulação" ambiguidades semelhantes as que, no capítulo anterior, apontaram-se nas Resoluções do V Encontro Nacional, realizado em dezembro daquele ano. Lê-se, por exemplo, no tópico "Por uma política de alianças petista" que "Somos... favoráveis ao PLURALISMO no socialismo, onde a organização social e política da sociedade deve abrir espaços para as diferentes expressões sociais se organizarem politicamente ao nível do Estado e das instituições. A nova legalidade estabelecerá os LIMITES da atuação daqueles que se opõem ao socialismo, mas NÃO PROIBIRA QUE HAJA OPOSIÇÃO LEGAL AO PRÓPRIO SOCIALISMO".

O problema é a definição de quais sejam esses limites e de quem vá (iria) estabelecê-los. Há regimes em que se proíbe a existência de um partido nazista, ou que defenda teses racistas, sem que isso impeça serem tais regimes democráticos. Em outras circunstâncias, a proibição de partidos comunistas ou socialistas, a existência apenas de oposição consentida obriga a qualificar um regime de autoritário (não democrático). Quais seriam os limites da "oposição ao socialismo"?

Outra questão é o que é "o socialismo"? Sem defini-lo não há como saber o que significa oposição "ao socialismo". Significa um regime não de mercado? Estatização? Formas várias de "propriedade social dos meios de produção"? Uma "sociedade sem explorados e exploradores"? O P.T. não definiu ainda o "seu" socialismo (a "Articulação" também não), o que faz com que a expressão "oposição ao socialismo" seja uma frase destituída de significado. Os atributos conferidos ao socialismo pelo P.T. (e pela "Articulação") dependem de avaliações éticas, morais, de juízos de valor ("sociedade sem exploração", por exemplo); ou são expressões genéricas, vagas, insuficientemente definidas ("propriedade social dos meios de produção", por exemplo); ou então características que não se podem conhecer de antemão, posto que dependem de decisões a serem submetidas à maioria da sociedade, se é que o regime pretende ser democrático (as formas de propriedade e de circulação dos produtos, por exemplo).

Ve-se no -texto da "Articulação" a frase "transformar as liberdades políticas e a democracia FORMAIS próprias do capitalismo nas liberdades e na democracia REAL que deve ser própria do socialismo", incorporada ao texto do V Encontro Nacional. A dúvida que suscita é: trata-se de negar o aspecto formal da democracia, ou de apontar sua insuficiência no que toca o problema da igualdade material, da justiça social?

No tópico "A luta pelo socialismo", a "Articulação" apresenta a formulação, também aprovada no Encontro Nacional, dos "DOIS MOMENTOS ESTRATEGICOS" "na luta pelo socialismo". No texto da "Articulação", o primeiro momento aparecia como "extinção do capitalismo como ordem dominante... e a consequente conquista do socialismo". No texto do V Encontro, foi substituído por "TOMADA DO PODER político". O segundo momento manteve-se como "construção da sociedade socialista".

Cabem as mesmas observações formuladas no capítulo anterior, a respeito das Resoluções dos Encontros Nacionais, (qual o sentido dos "dois momentos"? Trata-se de um raciocínio equivalente às etapas "capitalismo -> socialismo -> comunismo"? O que é exatamente a "mudança radical" que caracteriza a primeira passagem, o primeiro momento? etc) Acrescenta-se o registro da substituição da formulação inicial "extinção do capitalismo", pela expressão "TOMADA DO PODER", de resto utilizada pela própria "Articulação" em seu manifesto de lançamento.

Para a "Articulação é "pretensamente revolucionário" o discurso dos "companheiros" que são incapazes de "distinguir as atividades... que procuram fazer com que os trabalhadores tomem CONSCIENCIA DA NECESSIDADE da conquista do poder, das atividades que se destinam à CONQUISTA IMEDIATA DO PRÓPRIO PODER". Esse erro leva a outro "muito sério, que é tentar determinar desde já, com base na transposição mecânica de uma ou outra experiência internacional, a tática e a via principal de conquista do poder político. Alguns companheiros, baseados na experiência da SOCIAL-DEMOCRACIA europeia, defendem firmemente a tática de conquista do poder por VIA ELEITORAL OU PARLAMENTAR ou, ainda do DIALOGO DEMOCRATICO permanente. Nesse sentido, não podemos nos negar a reconhecer que vários partidos social-democratas europeus chegaram ao poder político por ESSA VIA e empregando diferentes táticas eleitorais, embora nem sempre isso tenha sido tranquilo. O grande problema que eles enfrentam, levando inclusive alguns (a) abandonar seus objetivos, é que não conseguem implantar as transformações socialistas em seus países. Transformaram-se, na realidade, em administradores de um capitalismo 'civilizado'...".

"As transformações socialistas, em especial as transformações económicas e sociais, só foram implantadas naqueles países cujos

trabalhadores e seus partidos conquistaram o poder pela VIA REVOLUCIONARIA, seja através da tática da INSURREIÇÃO, seja pela tática da GUERRA revolucionária, seja ainda por uma tática que combinava formas variadas de luta revolucionária. A escolha de uma dessas táticas e da via principal de conquista do poder não depende da vontade de um partido ou de um líder.

Se a burguesia e seu aparelho não impuserem a violência repressiva contra os trabalhadores e o povo, A VIA PODERÁ SER MENOS TRAUMÁTICA. Entretanto, quem quer que almeje o poder político para realizar as transformações profundas na sociedade, deve se preparar para EMPREGAR AS TÁTICAS DE LUTA QUE A SITUAÇÃO REQUEIRA".

O trecho é de particular importância. Em primeiro lugar, porque se admite que há uma via possível, eleitoral e parlamentar, pacífica, ao poder; porque não se afirma que todos os partidos social-democratas tenham abandonado o socialismo como objetivo; e, principalmente, porque ESSA VIA é qualificada DEMOCRÁTICA.

Deuz-se daí que a OUTRA VIA, a REVOLUCIONARIA, não é a democrática, a do diálogo. Além disso, destaca-se que a expressão "revolucionário" adquire sentido preciso, o de uma insurreição, uma guerra, um choque frontal, violento.

É necessário observar também que não há, para a "Articulação", prioridade para uma ou outra via (a "democrática", ou a "revolucionária"). Ela poderá ser "mais, ou menos, traumática". A depender da "violência repressiva" imposta "pela burguesia", deve-se recorrer aquela tática e à via que a situação requeira.

Também nesse texto, não há qualquer distinção entre diferentes "pontos de partida" (um regime <minimamente> democrático, ou um regime autocrático), o que torna o argumento (recorrer ao "que a situação requeira") ambíguo.

Ainda assim, a afirmação relativa à social-democracia, à via democrática, foi forte demais para o partido, tendo sido retirada no texto do V Encontro Nacional.

Desde sua fundação, a "Articulação" passou por três fases, duas mudanças em seu discurso e em suas formulações. A fase inicial é de supremacia dos sindicalistas "autênticos" e de participação ainda destacada de intelectuais. A primeira mudança é no sentido de configuração e consolidação da hegemonia ideológica da esquerda. Tal movimento é descrito pela DS (Democracia Socialista) - em "Caderno de Teses" lançado em 1998 - como "uma importante evolução à esquerda com relação ao que eram os '113'";

"A 'Corrente' (diz a DS, referindo-se à "Articulação") assimilou algumas idéias que defendemos há muito, como por exemplo que o P.T. deve ser um partido revolucionário"; "Se acrescentamos a estas posições (aqui a DS refere-se ao texto 'Caderno da Articulação: Teses Nacionais') o tipo de formação marxista que vem sendo dada no instituto Cajamar, que é o centro formador da 'Corrente' (leia-se, 'Articulação'), chegamos à conclusão de que estamos diante de uma mudança significativa no núcleo dirigente do P.T., com a assimilação de um peso muito maior do marxismo, com uma clara evolução à esquerda, pelo menos no que diz respeito às formulações políticas.

Isso não é uma completa surpresa para nós que já havíamos identificado em 1986 o peso importante que quadros marxistas, principalmente identificados com o castrismo, tinham na 'articulação dos 113'; e havíamos também destacado o caráter à esquerda das posições defendidas no IV Encontro Nacional do P.T., tanto nos textos escritos quanto na apresentação oral feita por José Dirceu... Mas o peso de posições marxistas, no grau que encontramos agora, são sem dúvida novidades".

A segunda mudança sofrida pela "Articulação", que leva ao terceiro momento, caracteriza-se por um movimento, inclusive pela esquerda, de revisão e questionamento da ortodoxia, do leninismo; de reabertura e problematização das relações entre o socialismo e a democracia. Isso se dá pela influência da institucionalização e consolidação de um regime político (minimamente) democrático no Brasil, do qual o P.T. participa: em função de o partido estar à testa de governos expressivos como São Paulo, Porto Alegre, Vitória...; pela perspectiva de governar o país, com Lula, pela via legal, eleitoral; e, principalmente, pelos acontecimentos do Leste.

Em entrevista concedida à revista Isto É/ Senhor, de 29 de novembro de 1989, Lula declarava que o P.T. não pretendia "estatizar tudo", mas por o Estado a serviço da sociedade, "desprivatizá-lo". Em defesa do argumento, fazia referência à Itália, França, Alemanha (e não a Cuba, por exemplo), onde a saúde é estatizada e de excelente qualidade. E completava, "coisa de país DEMOCRÁTICO, OCIDENTAL...". Admite-se, portanto, que as democracias ditas formais não são "falsas", conforme se fazia na entrevista de dezembro de 1985. Poder-se-ia argumentar que se trata de um discurso "de campanha" e nessa medida enfiado, suavizado. Contudo, já derrotado por Collor, em março do ano seguinte, por ocasião da visita de Fidel Castro ao Brasil, Lula DEFENDIA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES EM CUBA, logo após almoçar com o dirigente cubano.

Francisco Weffort, em entrevista concedida à "Folha de São Paulo", em agosto de 1990, por sua vez, questionava a atualidade do conceito de "LUTA DE CLASSES", causando grande agitação (e

algumas reações indignadas) no Partido dos trabalhadores.

José Alvaro Moisés, em junho de 1988, afirmava ao "Jornal da Tarde" que, apesar dos "avanços do V Encontro, é preciso explicitar o que significa para o partido a construção da democracia neste momento, em relação aos objetivos socialistas. O P.T. tem que definir SE A DEMOCRACIA É IMPORTANTE OU NÃO, E EM QUE SENTIDO".

Em palestra proferida durante reunião do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio, em maio de 1989, publicada como encarte da revista "Problemas Brasileiros", Moisés reclamava a necessidade de "a democracia (ser) reconhecida como um VALOR EM SI MESMO, e não mais com um sentido instrumental". "Esta VISÃO INSTRUMENTAL DECORRE... DAS ANÁLISES QUE FIZERAM MARX, ENGELS e os dirigentes originários do socialismo da organização dos trabalhadores no seu tempo - análises que podem estar SUPERADAS HOJE...".

Retornando de viagem ao Leste, em 1990, Moisés escreveu texto intitulado "Duas ou três coisas para entender a crise dos países socialistas do Leste Europeu, em que afirma: "o sentido mais profundo das mudanças do Leste Europeu é o da conquista da democracia plena, da DEMOCRACIA SEM ADJETIVAÇÕES: da democracia simplesmente"; "estamos diante de um processo de construção da democracia... concebida como um conjunto de DIREITOS humanos e de LIBERDADES individuais, como o sistema parlamentarista e como o PLURALISMO político. É uma mudança brutal: significa a introdução do ESTADO DE DIREITO...".

Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores, em artigo com o título "A social-democracia e o P.T.", publicado no número 12 (setembro/dezembro de 1990) da revista "Teoria e Debate", do P.T., diz que o P.T. é um partido "pós comunista" e "pós social-democrata". Mas afirma também, após criticar "uma ideologia difusa na esquerda, que enfatiza a conquista do poder através de métodos insurrecionais, numa visão instrumental da democracia", que "a democracia é um fim em si. SE ESSA TESE É SOCIAL-DEMOCRATA, ENTÃO SEJAMOS SOCIAL-DEMOCRATAS".

Plínio Arruda Sampaio, entrevistado pelo "Jornal do Brasil", em novembro de 1989, afirmava: "Nossa concepção democrática de socialismo é a tomada e a permanência no poder ATRAVÉS DA DISPUTA ELEITORAL... As duras lições da história... estão nos ensinando a IMPORTANCIA DO CAMINHÓ PACIFICO. Tudo indica que a esquerda assimilou estes ensinamentos e busca sinceramente a VIA DEMOCRATICA"; "Nosso conceito de democracia está absoluta e rigorosamente DENTRO DO CONCEITO CLASSICO DE DEMOCRACIA... é falsa a questão de opor a democracia direta à democracia

indireta".

Em julho de 1990, declarava à "Folha de São Paulo" que "o que está acontecendo lá (no Leste) prova a nossa tese: a de que o socialismo tem que ser construído com a participação popular, de baixo para cima, SEM ABRIR MAO DA DEMOCRACIA".

Frei Betto, retornando da Alemanha Oriental, escreve no número 10 da revista "Teoria e Debate" (maio/junho de 1990) que "as mudanças no Leste Europeu obrigam a esquerda brasileira, inclusive a Teologia da Libertação, a REVISAR SUA CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO E A REVER OS FUNDAMENTOS DO MARXISMO... redefinir o próprio conceito de socialismo". Com relação à questão da liberdade, Betto pergunta-se: "Não teria o socialismo real desprezado a fome de beleza, supondo que o pão fosse suficiente para saciar a voracidade humana?" Quanto à democracia, escreve que "a crise do socialismo real coloca a concepção de democracia no centro do debate do que se entende por socialismo. A concepção de DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL é legítima enquanto supõe a síntese da democracia formal com a democracia substancial"; "Nenhum país jamais construiu um regime político que reúna a DEMOCRACIA COMO VALOR E COMO METODO". Não há no artigo de Betto uma crítica explícita ao leninismo, mas há um evidente avanço em relação às declarações de alguns anos antes.

Hélio Bicudo, deputado federal, eleito em 1990, em boletim de campanha afirmava que não iria se "afastar do ESTADO DE DIREITO, que me parece ser o verdadeiro caminho para o socialismo".

No campo da esquerda há também uma nítida evolução, ainda que desigual. Wladimir Pomar, um dos coordenadores da campanha Lula a presidente, no seminário realizado em abril de 1989, preparatório ao programa de governo, reconhecia ambiguidades, "CONTRADIÇÕES inclusive", nos textos do V Encontro Nacional do P.T. Mas defendia a manutenção da necessidade de adjetivação da democracia: "não é gratuitamente que num determinado momento histórico, se antepôs a democracia burguesa à democracia proletária, ou vice-versa... do ponto de vista prático, político-prático, ficou sempre muito DIFÍCIL DEIXAR DE ADJETIVAR A DEMOCRACIA".

Comentando pergunta proposta no seminário, por Carlos Nelson Coutinho, quanto a se no socialismo petista haveria liberdade para os "não-trabalhadores" Wladimir recorria a argumento semelhante ao do texto de 1986 sobre as "tendências organizadas no P.T.": "Haverá liberdade de organização para os não-trabalhadores? Eu acho que este é um problema sério para nós..." Wladimir afirma que "não vai depender só de nós a disposição ao pluralismo (mas também da resistência oposta pela burguesia)..."; "às vezes se coloca uma distinção entre revolução e meios

democráticos. Para mim, este antagonismo não existe. O que pode ocorrer é você realizar o processo de transformações, seja de reformas, seja de transformações revolucionárias, POR MEIOS DEMOCRATICOS PACIFICOS OU POR MEIOS DEMOCRATICOS VIOLENTOS, DEPENDENDO DO CONTRA-ATAQUE e da disposição de luta do inimigo, da burguesia, no nosso caso". Tal qual no texto de 1986, haverá democracia (direito de oposição, respeito à vontade majoritária verificada por processos eleitorais, alternância no poder, pluralismo, Estado de Direito...) se o inimigo não se opuser "ao socialismo". Não há, portanto, democracia. O que significam "meios democráticos violentos", senão o uso da violência com base na presunção de uma vontade popular não verificada, não comprovada de modo livre?

No mesmo seminário, José Dirceu ironizava, perguntando-se se "em vez de comandar uma coluna guerrilheira - o grande sonho de minha vida - vou ter de comandar uma COLUNA DE CARROS OFICIAIS em Brasília?" Para ele, as reformas que o P.T. viria a fazer, se conquistasse o governo federal, teriam que ser entendidas como revolucionárias. E fazia referência as "pessoas em certos países socialistas que dizem PREFERIR VIVER NUM país capitalista como a Itália. Eu achava isso uma heresia tremenda até que acabei conhecendo os países socialistas e conheci a Itália e acabei fazendo propaganda dela".

Em entrevista concedida à "Teoria e Debate" número 9 (janeiro/março de 1990), sob o título "O pluralismo é inevitável" José Dirceu faz afirmações surpreendentes. Entre elas que "o papel dos partidos comunistas na construção do socialismo esgotou essa visão de projetar como deve ser o socialismo, de preconceber a sociedade - uma visão que não tem perspectivas no próximo século. E preciso REPENSAR ESSAS SOCIEDADES, REPENSAR O SOCIALISMO, REPENSAR A TEORIA." "A inexistência de uma Teoria Geral do Estado Socialista tem um peso fundamental no fracasso das experiências socialistas. FALTA A CONCEPÇÃO DE ESTADO DEMOCRATICO a concepção de Estado que tenha absoluta obediência à lei, à LEGALIDADE. O problema real é que ao não se elaborar uma teoria democrática e ao não se conceber o exercício do poder através de MECANISMOS DE CONSULTA E DE REPRESENTAÇÃO, ao não se conceber a sociedade como uma sociedade diferente PLURAL, foi-se paulatinamente substituindo a legitimidade do poder... pelo recurso da força bruta".

Diz ainda José Dirceu que "para SUPERAR A TEORIA LENINISTA de Estado (é preciso) ter um Estado democrático": No socialismo "a oposição tem (precisa ter) direito de existir. A OPOSICAO TEM QUE EXERCER TODOS OS DIREITOS individuais e coletivos, que devem estar escritos na constituição. E a ela deve ser garantida até mesmo a LIBERDADE DE PREGAR A VOLTA AO CAPITALISMO... E um erro descartar a democracia representativa... E um erro dos socialistas deixar de lado um INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA A LEGITIMIDADE E PARA O CONSENSO: O VOTO numa delegação, numa

representação... O desenvolvimento de uma sociedade socialista pressupõe negociação. Tem que haver diferenciação e pluralismo".

Voltando à legalidade, reafirma: "não se pode transigir nessa matéria. NADA SE PODE FAZER A MARGEM DA LEI: não pode existir na sociedade nenhum organismo, nenhum partido, nenhuma instância que esteja acima da lei. Isso precisa ser transparente e público... estar acima da lei é abrir caminho para a TIRANIA e para a DITADURA".

A entrevista, para o próprio José Dirceu, tem especial importância. Tanto é que, em sua campanha a deputado federal, em 1990, transformou-a em um texto, com o título "A democracia é fundamental" que mereceu destacado espaço em jornal distribuído à militância petista. Ao texto acrescentou-se comentário de Marco Aurélio Garcia, que observa ser a entrevista de José Dirceu "um saudável exemplo do clima de efervescência em que vive o Partido dos Trabalhadores neste momento em que a militância discute com paixão nosso projeto de socialismo... O aspecto que mais chama a atenção é... a articulação que estabelece entre socialismo e democracia... Mostra que os ITENS CENTRAIS DO IDEÁRIO DEMOCRÁTICO - liberdade de organização sindical e partidária; eleições livres e sufrágio universal; pluralismo; alternância; respeito aos direitos e garantias individuais etc - precisam ser não só preservados como aprofundados".

Marco Aurélio ressalta "a preocupação de José Dirceu em construir um novo tipo de articulação entre socialismo e democracia... a ênfase que ele dá - pouco comum entre militantes de esquerda - à importância da construção do socialismo nos marcos do Estado de Direito, o que afasta toda e qualquer idéia de uma manipulação instrumental do conceito de democracia...". O comentário mostra, ao mesmo tempo, as idéias de Marco Aurélio e de José Dirceu, o modo como este último deseja que sua entrevista seja lida.

Essa inflexão porque passa a "Articulação", e que em certa medida se verifica também nos demais agrupamentos partidários, reflete-se nos documentos por ela apresentados ao VI Encontro estadual paulista bem como ao VII Encontro Nacional.

Diz a "Articulação", nas Teses para o VI Encontro Estadual paulista: "para o P.T., LIBERDADE sindical, PLURALISMO de partidos políticos, ELEIÇÕES DIRETAS, liberdade de imprensa, liberdades de organização e de expressão não são instituições e valores da 'democracia burguesa', passíveis de abolição sobre o socialismo. Ao contrário, devem ser afirmados permanentemente e combinados com novas formas de representação, de organização e de expressão resultantes da ação das grandes massa em movimento. A história mostra que o DIREITO DE VOTO, só para ficar nesse único exemplo foi não uma concessão da burguesia

mas resultado de uma luta social imensa".

Também nessas Teses lê-se: "Ao contrário de serem vistos como ameaça ao socialismo, o pluralismo e a diversidade são assumidos pelo P.T. como fontes de solução para os problemas que enfrentaremos no dia-a-dia. Não ignoramos os riscos desse caminho, como ficou demonstrado nas recentes eleições nicaraguenses... MESMO SABENDO DESSES RISCOS O P.T. DECLARA-SE DISPOSTO A CORRE-LOS".

No primeiro parágrafo, há uma incontestável profissão de fé na democracia representativa, nas regras formais do jogo político. No segundo, afirmação de que é pela via democrática que se busca(rá) e conservará o socialismo.

Nas Teses para o VII Encontro Nacional, a "Articulação" retoma a questão das relações entre o socialismo e a democracia. "Os episódios que sacodem o chamado 'mundo socialista' provocam aguda perplexidade em nossa militância... Não tenhamos ilusão: a fábula fala de nós". "Nenhuma das experiências revolucionárias até hoje vividas pela humanidade foi capaz de construir, desenvolver e sustentar uma democracia real de tipo superior". E preciso rejeitar "VELHAS CONCEITUAÇÕES DISTINGUINDO DEMOCRACIA BURGUESA DE DEMOCRACIA OPERARIA". "E preciso reconhecer, sem subterfúgios, que estamos vivendo, nessa crise do 'socialismo real', o COLAPSO DE TODO UM MODELO E DE TODA UMA CONCEPÇÃO profundamente autoritária que marcou a caracterização do Estado, do partido político e da sociedade civil, em todos esses países, por longos e longos anos".

A "Articulação" apesar dos conhecidos vínculos entre muitos de seus dirigentes e Cuba, dirige pesada críticas àquele país: "MESMO EM CUBA que seguramente pode ser apresentada como experiência revolucionária internacionalista e inovadora, com realizações e conquistas altamente elogiáveis, comete-se o ABSURDO DE IMPEDIR A DIVULGAÇÃO DE TEXTOS de Gramsci, de Trotski, de Mao-Tse-Tung e de inúmeros outros pensadores socialistas...". "Os mecanismos formais de representação política, por mais que sejam apresentados como instâncias que garantem o direito de voto, quando existem, existem com funções que uma análise sempre apontará como meramente homologatória". A fusão entre o Estado e o partido é denominada de "promiscua"...

A "Articulação" transparece, assim como outras tendências partidárias, a influência gramsciana: "Em ligação estreita com o entendimento da luta de massa como noção estratégica para o P.T. da disputa de hegemonia como um dos eixos fundamentais de nossa estratégia... , no Brasil, o Estado não é a soma de simples soma dos aparelhos coercitivos... o Estado brasileiro se ampliou."

E, assim como nos dos demais agrupamentos partidários, há, contradições e ambiguidades nos documentos da "Articulação", apesar das novidades.

No texto do VI Encontro Estadual mantém-se a recusa à "social-democracia". A adoção da via democrática, eleitoral, "NÃO SIGNIFICA A INCORPORAÇÃO DE UMA VISÃO GRADUALISTA ao socialismo". "Não é suficiente, ainda que seja necessário, que a maioria da população expresse seu desejo por mudanças através do sufrágio universal. As classes dominantes nunca se inclinaram voluntariamente diante do resultado das urnas, particularmente quando este representava um perigo real para suas posições. Por isso mesmo, a maioria eleitoral, para valer, terá que ser uma força orgânica". O argumento é ineficaz para justificar a rejeição à tese gradualista. Em que a necessidade de uma "maioria orgânica" contradiz um caminho gradual, processual, progressivo? Ao contrário, não é precisamente essa a via para se constituir/expressar tal consenso, a base social, essa hegemonia ideológica necessária para um socialismo não imposto, não autoritário?

Nas Teses para o VII Encontro Nacional, retornam frases e parágrafos de documentos antigos, que deveriam ter sido abandonados por coerência à (suposta) nova postura da "Articulação". Ressurge ali a defesa da "política de ACUMULO DE FORÇAS, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas NA ORDEM DO DIA... nem a LUTA PELA TOMADA DO PODER, nem a luta pelo socialismo". Tal estratégia é incompatível com a via democrática ao socialismo. Repete-se também a afirmação do documento-manifesto da "Articulação" de que "O PODER NÃO APENAS SE TOMA, mas se constrói na luta concreta do dia-a-dia". Ou seja, o poder se toma, quando as condições estiverem dadas, ainda que seja também previamente construído no dia-a-dia. Trata-se novamente da tese da ruptura, da insurreição (a tomada do poder), quando houver forças suficientes.

A Articulação adverte para o perigo da "DEGENERACAO REFORMISTA", o que também contradiz a afirmação da via eleitoral-democrática, pois esta não é revolucionária, é reformista. O caminho das eleições não se baseia em uma grande ruptura, um momento de rompimento com a institucionalidade democrática e a "tomada do poder" pelas forças socialistas que então instaurariam nova ordem, nova institucionalidade, novo regime.

A "Articulação" propõe um conceito ampliado "de ruptura revolucionária", que supere a que "predomina em certas frações da esquerda": "entendemos a RUPTURA REVOLUCIONARIA NÃO APENAS COMO UM MOMENTO, MAS COMO UM PROCESSO. Isto significa dizer que episódios como a greve do ABC em 78/80, o nascimento do P.T., a construção da CUT, a vitória eleitoral de 68 e a campanha

presidencial de 89 e muitos outros, nos quais a correlação de forças foi alterada em favor dos trabalhadores, são por nós considerados, nesse sentido, como rupturas revolucionárias".

Pergunta-se: qual seria a diferença entre "via processual" e "visão (via) gradual(ista)"? E o que significam "rupturas processuais"? Haveria também "rupturas graduais"?

Pior a emenda que o soneto. Os conceitos de ruptura e de revolução tem significados precisos. Referem-se a um rompimento não pacífico com a ordem social e institucional e sua substituição por novo regime. Não importa se a ruptura é precedida, ou não, por construção de poder paralelo, por construção de hegemonia, por atuação no "nível institucional", por guerrilhas, por guerra prolongada... O essencial é que há rompimento e se destrói a institucionalidade anteriormente vigente.

A "Articulação" torna tão ampla a significação de "ruptura revolucionária", a expressão engloba tantos episódios que perde o caráter distintivo em relação a via processual, gradual, reformista. Deixa dúvidas quanto a se aceita, ou não, a legitimidade do regime institucional vigente, "pre-socialista". Se é por via institucional, ou arrebatando-se o poder, que se pretende uma nova ordem social.

D.2 - TENDENCIAS MINORITARIAS

D.2.1 - NOVA ESQUERDA

"Nova Esquerda" é a denominação adotada, desde 6 de agosto de 1989, pelo PRC - Partido Revolucionário Comunista, quando a organização decidiu extinguir-se como partido e transformar-se em tendência do Partido dos Trabalhadores.

Surgido em 1984, a partir de uma cisão do PC do B - Partido Comunista do Brasil, o PRC criticava os demais partidos comunistas. Para Ozeas Duarte, dirigente do PRC, o PC do B - Partido Comunista do Brasil - caracterizava-se, desde 1962, por um "movimento pendular" que ia do "foquismo" da luta armada no Araguaia até a "direita", com o apoio ao Colégio Eleitoral e a "Nova República". Já o PCB - Partido Comunista Brasileiro - era também criticado pelo apoio à "Nova República" e caracterizado como um partido reformista, que "abandonou teses como o internacionalismo proletário, a DITADURA DO PROLETARIADO e até a LUTA ARMADA".

Em seu I Congresso, ocorrido em janeiro de 1984, o PRC definia o PT como um "partido de REFORMAS" que "prega a ascensão das massas trabalhadoras ao poder passo a passo, por dentro da ORDEM BURGUESA...".

Adelmo Genro Filho, também militante do PRC, criticando a DS (Democracia Socialista, organização trotskista que tinha por objetivo transformar o P.T. em um partido revolucionário) dizia, em artigo publicado em 1984 na revista "Teoria Política", que "o P.T. não é - e nem poderá vir a ser - o partido revolucionário da classe operária no Brasil" e que os "supostos teórico-filosóficos que alimentam a ilusão dessa metamorfose são alheios ao MARXISMO-LENINISMO".

Em entrevista à revista Socialismo & Democracia, em Julho/Setembro de 1985, José Genoíno Neto, deputado federal e dirigente do então PRC considerava "o P.T. o leito privilegiado (para a união das esquerdas)... mas não... com exclusividade".

Em seu II Congresso, em outubro de 1985, o PRC, ao mesmo tempo em que decidia pela participação exclusiva de seus membros no P.T., "por ser o único partido não integrado à transição burguesa", ressaltava que "o PRC não alimenta falsas expectativas em relação ao papel estratégico revolucionário do P.T. Trata-se de uma organização político-frentista hegemônica por POSIÇÕES REFORMISTAS, aprisionada nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade e com a qual só uma ideologia

revolucionária pode romper. Não esperamos tampouco que o P.T. venha a se transformar em um partido revolucionário MARXISTA-LENINISTA...".

O PRC, por sua vez, é definido como "uma organização política REVOLUCIONARIA CLANDESTINA, com existência própria, autônoma", "em função de uma concepção estratégica e tática da revolução brasileira. Não está previsto assumirmos a condição de PARTIDO LEGAL". Para a organização, não havia contradição entre ela e o P.T., pois "a participação em uma organização partidária de tipo leninista e em um partido de massa pluralista podem ser complementares por envolverem esferas distintas da atividade política"; "para o PRC, a revolução socialista não se efetivará sem a existência de um partido desse tipo ('CLANDESTINO, de tipo LENINISTA'), articulado com o fortalecimento de organizações de massa de tipo anti-capitalista".

As transcrições falam por si mesmas, atestando as concepções leninistas, ortodoxas, do PRC.

Jose Genoíno Neto, em 1986, em texto intitulado "Nossas Exigências na Constituinte", afirmava que "não acreditamos, e a experiência dos trabalhadores já o demonstrou à exaustão, que o socialismo possa germinar no solo árido das instituições do Estado burguês": "o socialismo de que somos partidários...só poderá ser construído sob os escombros da ordem burguesa. Como não somos adeptos de um certo 'SOCIALISMO' LEGAL, 'CIVILIZADO' E BURGUES, está fora de cogitação pretender acabar com o capital e seu Estado pela via constitucional". Em junho do mesmo ano dizia que "não partilhamos a idéia de que se deva propor uma constituinte socialista. Isso apenas confundiria as perspectivas: passaria a idéia de que é possível chegar ao socialismo pela VIA DAS ELEIÇÕES".

O mesmo Genoíno, em 1987, declarava em texto intitulado "Contribuição ao debate preparatório: Encontro Estadual" (trata-se do V Encontro Estadual paulista do P.T.): "A conquista do socialismo pressupõe uma ruptura política, com a DERRUBADA DO PODER do Estado e demais aparatos de hegemonia da burguesia, instaurando-se em seu lugar um novo poder, a partir do qual são implantadas revolucionariamente as relações de produção e as instituições políticas novas": "deverão haver AMPLAS LIBERDADES políticas, partidárias, sindicais, de greve, culturais, artísticas e de pensamento para os trabalhadores. A legalidade socialista deverá COIBIR, porém, AS ATIVIDADES CONTRA-REVOLUCIONARIAS".

A afirmação, como muitas que se encontram em textos e documentos de grupos petistas ou do próprio P.T., atesta que as liberdades são PARA OS TRABALHADORES, logo não para os outros. Mas quem são

eles, os não trabalhadores? Quem os define? Quem teria o poder de separar uns e outros? Trata-se, conforme Rosa Luxemburgo, da não liberdade, pois ela é "para nós" e não "para os outros". Mas, mesmo para os trabalhadores, as citadas liberdades seriam parciais, relativas, pois seriam coibidas as atividades contra-revolucionárias. E o que é "contra-revolucionário"? Quem o define? Não se reproduz aí o "stalinismo" que o PRC e Genoíno condenavam?

Em junho de 1988, Genoíno e Maurício Faria Pinto, este eleito vereador naquele ano em São Paulo, assinavam texto denominado "Crítica à proposta Plínio" (por ocasião da disputa à candidatura a prefeito pelo P.T. com a outra então pré-candidata Luíza Erundina). No texto lê-se: "a proposta Plínio defende a chamada democracia representativa como um valor fundamental, restringindo o democratismo dos trabalhadores aos princípios da ordem burguesa. Entende que os Conselhos Populares 'não deverão ser confundidos com uma estratégia de duplo poder'... No momento histórico que estamos vivendo, dada a correlação de forças, não está posta uma realidade de DUPLA PODER (em relação ao poder de Estado da burguesia). No entanto, os Conselhos, sendo de fato uma forma de exercício da democracia direta, questionam o FORMALISMO da democracia burguesa. Só assim serão uma forma de acumulação de forças para LUTAS MAIORES": "se absolutizarmos o papel legitimador das ELEIÇÕES BURGUESAS, estaremos dando margem, inclusive, a que instituições e governantes antipopulares, como um Jânio ou um Quêrcia, reivindicuem legitimidade para seus atos pelo fato de terem sido eleitos". A "proposta Erundina...toma uma posição boa ao caracterizar a Prefeitura como uma 'instituição do Estado burguês'... a proposta Erundina tem ainda uma posição de sentido correto ao fazer constar que 'NAO ACREDITAMOS NA VIA ELEITORAL como o caminho para a construção do socialismo'".

O PRC, hoje Nova Esquerda, é certamente o agrupamento ou tendência petista que mais mudou no que toca a suas concepções e ideologia. Em 1989, o vice-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, ex-deputado federal, candidato a governador do Estado em 1990, dirigente do PRC, em texto intitulado "Uma Política para o Governo Popular", afirmava que, além de não haver "uma crise revolucionária na sociedade brasileira", há "uma crise aberta" no "movimento socialista como generalidade abstrata": que os "valores que se recuperam na URSS... revitalizam os pressupostos da democracia burguesa clássica e recolocam a questão democrática como uma questão de fundo para o socialismo"; que "destaca-se a VITALIDADE DA DEMOCRACIA BURGUESA CLASSICA debochando do canto fúnebre da III Internacional".

Dizia ainda que "não basta, pela sua pobreza teórica e consequente insuficiência política, a afirmação clássica de esquerda, que se trata de 'administrar (fala-se da prefeitura de Porto Alegre) uma parcela do Estado Burguês, colocando-o parcialmente a serviço dos trabalhadores'... trata-se de apanhar,

aqui e agora, o movimento de Estado pela sua AUTONOMIA RELATIVA e não mais pela sua dependência de classe".

No mesmo ano de 1989, José Genoíno, pós-faciando Gadotti (1989), falava que certas "formulações teóricas do marxismo encontram-se hoje contestadas ou insuficientes para dar conta de determinadas realidades": "nem tudo o que reluz no marxismo é verdadeiro"; "DEMOCRACIA E ETICA INFELIZMENTE NÃO OCUPARAM UM LUGAR CENTRAL NAS ELABORAÇÕES TEÓRICAS DO MARXISMO. Talvez resida aí, no não comparecimento desses valores nos movimentos socialistas, as causas fundamentais de sua crises".

Na revista Teoria e Debate, do Partido dos Trabalhadores, em seu número 9 (jan/mar. 1990), Ozeas Duarte escreve que "uma crítica ao socialismo real que não se sustente numa CRÍTICA AO MARXISMO ORTODOXO será inevitavelmente limitada e insuficiente para efeito de reconstituição do projeto socialista". O mesmo Ozeas que criticava o PCB pelo abandono de "teses como a da Ditadura do Proletariado e até a luta armada" condena agora as mesmas teses: "Lênin não deixa lugar para dúvida: 'A ditadura do proletariado é a dominação do proletariado sobre a burguesia, dominação NÃO LIMITADA PELA LEI e que se baseia na violência e goza da simpatia e do apoio das massas trabalhadoras e exploradas'. Eis aí a evidência do EQUIVOCO que se comete quando se pretende que o conceito de ditadura do proletariado se refere estritamente ao CONTEUDO (grifo no original) (de classe) do Estado, sendo portanto compatibilizável com a democracia. Ao contrário, a literatura e a prática marxistas ortodoxas consagravam esse conceito como significando, mais do que o conteúdo, uma FORMA (grifo no original) de Estado ANTIDEMOCRÁTICA e, por definição, IRRECONCILIÁVEL COM O ESTADO DE DIREITO"; em tal marxismo ortodoxo, "a consagração dos direitos individuais e sociais em lei (é) classificada pejorativamente na categoria das liberdades formais, seria uma concessão inadmissível à democracia burguesa".

Para Ozeas, "o novo Estado, aquele que deverá emergir da superação do Estado capitalista, precisará ser concebido como um Estado socialista necessariamente democrático e DE DIREITO, submetido a uma sociedade civil autônoma e plural, bem desenvolvida e articulada..."

No número seguinte da mesma revista, Teoria e Debate (n.10, mai/jun 1990), Tarso Genro assina artigo em que condena as "respostas DOGMÁTICAS E SECTARIAS características do positivismo de esquerda do marxismo ortodoxo"; é necessário "UM NOVO MOVIMENTO DE ESQUERDA (grifo no original), amplo e radical, que reconstrua a idéia do socialismo em conexão com a questão democrática e se aproprie, de forma nova, dos VALORES DEMOCRÁTICOS constituídos pela humanidade como PATRIMÔNIOS IRRENUNCIÁVEIS".

Em decorrência desse movimento de revisão crítica da ortodoxia anterior, em agosto de 1989, o PRC se dissolve e passa a se constituir como uma tendência interna ao P.T.

Estranhamente, porém, em seu manifesto de lançamento, a "Nova Esquerda" afirmava que "o ato de fundação de um novo Estado caracteriza uma RUPTURA INSTITUCIONAL precedida por uma DUALIDADE DE PODERES"; "a revolução é um projeto que pressupõe ATOS DE FORÇA, ou seja, a capacidade política de induzir alguém a fazer o que não deseja ou renunciar a algo que deseja". A análise é ambígua, pois se a "Nova Esquerda" recusa "a visão tradicional presente no movimento comunista segundo a qual os fins justificam os meios", recusa também a "VISÃO PACIFISTA E INGENUA segundo a qual o acúmulo, a concentração de hegemonia são garantias suficientes para a conquista do socialismo".

A "Nova Esquerda", influenciada por Gramsci, passa a utilizar os conceitos de "guerra de posição" e de "guerra de movimento". Para a "Nova Esquerda" trata-se, de modo explícito, de dois momentos complementares: "coloca-se...a necessidade de se empreender um ATAQUE FRONTAL AO ESTADO BURGUES, visando DESTRUI-lo... Paralelamente, é necessário que uma nova sociedade civil, articulada e complexa, ampla e plural, expressão da hegemonia política e ideológica, ética e cultural, das forças socialistas subordiné esse novo Estado". "A estratégia revolucionária socialista no Brasil deverá articular basicamente dois grandes momentos: um momento (fundamentalmente) de luta pela hegemonia na sociedade, outro (fundamentalmente) de preparação e EXERCÍCIO DA FORÇA revolucionária".

O primeiro momento ("guerra de posição") é condição para o segundo ("guerra de movimento"). Sem o primeiro, "as forças revolucionárias não se capacitarão para fazer frente ao Estado burguês no momento em que A RUPTURA colocar-se como possibilidade histórica. Para efeito dessa ruptura, será indispensável compreender que a passagem à guerra de movimento só se colocará como possibilidade no quadro de uma CRISE REVOLUCIONÁRIA GERAL" que supõe "a conformação efetiva de uma DUALIDADE DE PODERES".

Na tese apresentada ao VII Encontro Nacional do P.T., a "Nova Esquerda" mantém as concepções de "dualidade de poderes", "negação das concepções pacifistas e ingênuas", "ataque frontal ao estado burguês", sucessão dos "momentos de 'guerra de posição' e de 'guerra de movimento'", o que configura a manutenção de um entendimento ortodoxo e antidemocrático da via ao socialismo.

Mas, ao mesmo tempo, a tese inicia-se por um tópico intitulado "Por um socialismo democrático e humanístico" em que se critica o socialismo real e requer-se "uma sociedade onde estejam

asseguradas a cada um, na mesma medida, as condições para o exercício da LIBERDADE POLITICA, ou seja, as condições para a participação na tomada de todas as decisões que digam respeito à esfera pública". Além disso, a "Nova Esquerda" define a "democracia socialista" pela "existência de um ESTADO DE DIREITO crescente... que... institua uma efetiva igualdade de direitos; presença de uma sociedade civil de massas, PLURAL, autônoma e superposta ao Estado; combinação de FORMAS REPRESENTATIVAS de constituição dos órgãos do poder com a democracia direta através dos conselhos..."

Diz ainda a "Nova Esquerda" que "o aspecto decisivo da nova sociedade" é "a HEGEMONIA ético-moral-político-ideológica e cultural" EM VEZ DA "COERÇÃO burocrática e policial-militar e da exclusão dos partidos adversários"; "A função coercitiva do Estado... terá que ser estritamente circunscrita à defesa da LEGALIDADE... O contrário significaria a capitulação dos próprios sujeitos revolucionários a algum... tipo de particularismo (burocrático, de classe, de partido etc) até mesmo em nome do socialismo".

Em março de 1990, antecipando a revisão conceitual e ideológica da "Nova Esquerda", em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, reproduzida por seu gabinete em impresso da Câmara Federal, Genoíno reconsidera a apreciação a respeito da "democracia burguesa": "Temos que ter uma CONCEPÇÃO DEMOCRATICA baseada em valores que vigorem para nós e também para o adversário. A esquerda quando está no jogo tem que saber que A REGRA QUE VALE PARA ELA, VALE IGUALMENTE PARA O ADVERSARIO. A questão democrática não pode ser utilizada na base do só vale quando me favorece. Acho que a eleição do Collor foi uma vitória conservadora e as armas utilizadas no segundo turno foram aéticas. Mas O PROCESSO ELEITORAL FOI LEGITIMO. Nós somos oposição ao governo Collor. Vamos questionar sua administração, mas nunca o processo eleitoral. Se o Lula fosse eleito, nós não aceitaríamos que se questionasse sua vitória. A eleição de Collor foi tão legítima quanto a eleição de Luíza Erundina em São Paulo, em 1988".

D.2.2 - DEMOCRACIA SOCIALISTA

A DS, Democracia Socialista, participante do P.T. desde a fundação do partido é, dentre os agrupamentos trotskistas componentes do P.T. , o mais importante, particularmente sob o critério de peso e expressão na estrutura partidária.

Em caderno lançado em 1981, pelo coletivo do Jornal EM TEMPO (denominação à época também utilizada pela DS), com o título "O P.T. e o partido revolucionário no Brasil", em que tratava de sua relação com o partido, a DS falava da necessidade de "construção do P.T. e (de) uma política revolucionária em seu interior".

No documento criticava o PCB, o PC do B, o MR-8 e os outros (além da DS) setores da esquerda que aderiram ao P.T. Parte deles, tem "tentado compatibilizar a sua participação no P.T. com a sua visão anterior, dogmática e estreita do leninismo. De modo geral procuram caracterizar o P.T. como uma frente...insistem em chamar o P.T. de partido tático..." Outros, "desiludidos com o leninismo, em geral estreito que praticavam, ... optaram por barrar o caminho do P.T. até o MARKISMO REVOLUCIONARIO QUE TEM NO LENINISMO UM DE SEUS ELEMENTOS ESSENCIAIS". Entendia também a DS que os setores "não originários da esquerda organizada, os mais expressivos no P.T. , como os 'sindicalistas autênticos', e como setores de base e de esquerda da Igreja, pela falta de tradição marxista, só podem ter uma aproximação empírica com o P.T. Em geral caminham para o economicismo..."

A Democracia Socialista esclarecia não haver contradição entre a sua entrada no P.T. e sua permanência como organização paralela: para "TOMAR O PODER", "DESTRUIR O CAPITALISMO", os revolucionários vestem uma só "camisa", "a da REVOLUÇÃO PROLETARIA...isto exige hoje tanto construir o P.T. quanto construir uma organização marxista revolucionária. São duas maneiras complementares de chegar ao mesmo objetivo, isto é, o partido marxista-revolucionário, de massas, necessário para a derrocada do poder burguês". Caso o P.T. viesse a se transformar em tal partido, a DS se dissolveria, caso contrário, "seria necessário definir uma outra tática..."

As transcrições ilustram a perspectiva ortodoxa da organização, à época, sem quaisquer concessões para a crítica democrática ao leninismo. Seu objetivo é o de construir um partido revolucionário, leninista, para "destruir o capitalismo", "tomar o poder"...

Três anos depois, em 1984, o dirigente da DS, João Machado, ao mesmo tempo em que elogiava a "oficialização" pelo P.T. , já em 1981, de seu "caráter de partido socialista (com uma visão)

distinta tanto da concepção estalinista, quanto da social-democracia", criticava a "proposta de plataforma (das eleições de 1982) que se centrava na idéia de construção do socialismo passo a passo, isto é em uma VISÃO REFORMISTA". Mas, dizia J.Machado, "nosso horizonte imediato continua não sendo transformar JA o P.T. em um partido revolucionário no sentido pleno; isto não é (ainda) possível".

Poder-se-ia observar: se o Partido dos Trabalhadores não era "plenamente revolucionário", e nem poderia, conforme a DS, (ainda) sê-lo, o partido não seria necessariamente, ainda que "não plenamente", reformista?

O elogio da DS à negação, pelo P.T., do "stalinismo", à primeira vista, soa como declaração de conteúdo democrático. Mas, a crítica à plataforma eleitoral, em que as eleições são tomadas por instrumento (ainda que não o único) para construção do socialismo, revela que o leninismo permanece como modelo. Deduz-se que a negação da "social-democracia" significa a rejeição da via institucional, consentida, não impositiva, ao socialismo. O entendimento de que o P.T. permanecia um partido não "plenamente revolucionário" tem como contrapartida a preservação da DS como organização paralela ao partido, paralela à própria institucionalidade...

Em 1988, precedendo a queda dos regimes do Leste (que exerceu forte influência inclusive nos grupos trotskistas, desde antes já críticos do socialismo real), Raul Pont e João Machado, dirigentes da DS, em texto intitulado "O P.T. e a luta pelo socialismo", afirmam: "Queremos UM SOCIALISMO CABALMENTE DEMOCRATICO; consideramos a questão democrática uma questão chave na luta atual"; "...REJEITAMOS energeticamente a concepção de PARTIDO UNICO da classe operária..."; "...é fundamental que o P.T. defenda para o processo de construção do socialismo, os seguintes aspectos: a defesa do PLURIPARTIDARISMO entendendo que diferentes partidos podem expressar a defesa dos interesses de classe do proletariado, inclusive com a aceitação de partidos não proletários que não atentem contra a legalidade criada pela revolução, negando a idéia estalinista do partido único"...,"defesa da AUTONOMIA DOS SINDICATOS e organizações de massa e populares em relação aos partidos e ao Estado revolucionário"...,"defesa das LIBERDADES DEMOCRATICAS e dos direitos humanos"...,"da liberdade de expressão artística"...,"da liberdade de crença religiosa..."

É clara a afirmação de princípios democráticos, o que poderia configurar a rejeição da ortodoxia leninista. Mas, no mesmo texto vê-se: "...aumenta a capacidade do P.T. de ir desde já construindo o BLOCO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO e a aliança entre as classes e setores de classe sob hegemonia do proletariado necessária para POR ABAIXO O PODER político da burguesia"; "a

construção do socialismo exigirá todo um período histórico, durante o qual persistirão traços políticos, econômicos, culturais do antigo regime social. A DITADURA DO PROLETARIADO e a existência de um estado operário, concebido como o auto governo dos trabalhadores e do povo organizado seria (será) então necessária...para fazer frente a toda sorte de obstáculos à construção do socialismo"; "seria completamente ILUSÓRIO E RETROGRADO PRETENDER QUE A REVOLUÇÃO brasileira se faça NO LIMITE DAS INSTITUIÇÕES POLITICAS e do domínio econômico da BURGUESIA...a revolução deve ter o caráter de uma revolução socialista. Seu eixo é justamente a quebra do poder econômico dos monopólios e a QUEBRA DO PODER político burguês, concentrado no Estado".

No mesmo ano, mais precisamente em setembro de 1938, a "Democracia Socialista" divulgava caderno intitulado "Teses - A Construção do P.T. como Partido Revolucionário". Nele afirma-se que "nosso objetivo é construir O PARTIDO DA REVOLUÇÃO brasileira"... "Queremos construir um partido capaz de dirigir a revolução brasileira"; "desde antes de se colocar a LUTA PELA TOMADA DO PODER NA ORDEM DO DIA, o partido revolucionário deverá ter a capacidade de tomar iniciativas que tenham ampla repercussão na luta de classes..."

Mais à frente lê-se que "O partido revolucionário é um partido de VANGUARDA. Não se forma pelo movimento espontâneo da classe, mas exige um esforço consciente, OBSTINADO nesse sentido. Um partido revolucionário deve se basear em INDIVIDUOS QUE SE DISPOEM A SUBORDINAR SUA VIDA à colaboração organizada com outros que partilham os mesmos fins e objetivos revolucionários"

Aqui a perspectiva leninista é clara, inclusive porque elogiam-se os avanços do P.T. no sentido de se transformar em um partido revolucionário, significando isso, para a DS, "a clareza na definição do PAPEL SUBORDINADO DA LUTA INSTITUCIONAL diante da luta de massas e na questão correlata da NECESSIDADE DE UMA RUPTURA REVOLUCIONARIA e da DESTRUIÇÃO do Estado burguês". Contrastando com as afirmações do texto de Raul Pont e João Machado, em que se aponta para a necessidade de um socialismo democrático (pluripartidário, com eleições livres, liberdade de expressão, autonomia sindical...), fala-se em UM partido revolucionário, no caráter secundário da institucionalidade vigente, na destruição do Estado burguês, na ditadura do proletariado...

No mesmo documento (nas "Teses"), retornam afirmações democráticas: requer-se a "compreensão do socialismo não apenas como um regime econômico e social, mas como uma forma de democracia qualitativamente superior ao (sic) do capitalismo, que assegure LIBERDADES DEMOCRATICAS E DIREITOS POLITICOS MAIS AMPLOS do que a sociedade burguesa (e não mais restritos como na

maioria das sociedades de transição): rejeição e denúncia do regime de partido único e defesa da mais ampla liberdade para todos os partidos que aceitem a legalidade socialista".

Dois anos depois, na tese apresentada ao VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1990, a "Democracia Socialista" analisava a crise do Leste, com observações, ainda uma vez, inequivocamente democráticas: "fracassou um sistema político dominado por um partido único, sem democracia interna, que passou a controlar o Estado, os sindicatos e todas as formas de organização social exercendo o poder através de SIMULACROS DE ELEIÇÕES, sem LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO". As reivindicações "que movem a massa no processo (de derrocada dos regimes do Leste) são, em primeiro lugar, contra as polícias políticas, por ELEIÇÕES LIVRES, pelo PLURIPARTIDARISMO, pela liberdade sindical...".

Por essa razão, novamente a DS postulava "uma sociedade que não apenas preserve todas as CONQUISTAS DEMOCRATICAS OBTIDAS PELOS TRABALHADORES AO LONGO DESSES DOIS SECULOS como as estende também ao campo social e econômico...": "um socialismo RADICALMENTE DEMOCRATICO, pluralista... deve contar com uma série de MECANISMOS INSTITUCIONAIS de tomada de decisão e de resoluções de conflito na sociedade. Organismos baseados na democracia direta... são a base do novo poder. Mas eles devem se combinar com mecanismos de DEMOCRACIA REPRESENTATIVA PLURALISTA, como o SUFRAGIO UNIVERSAL, com consultas sistemáticas, plebiscitos etc".

Não fica claro quais seriam exatamente os mecanismos e fórmulas institucionais da democracia direta, tida como "base do novo poder" (fala-se apenas em "organismos... do tipo conselhos populares, comites de empresa etc"), o que é lacuna não sem importância.

De qualquer modo, os ventos do Leste parecem ter arejado o grupo, reforçando a importância da democracia como par do socialismo.

Mas, contradizendo o fato, encontra-se na mesma tese: "E preciso evitar impressionismos esquerdistas e DESVIOS DE ADAPTAÇÃO A INSTITUCIONALIDADE... é preciso distinguir entre crise de governo e crise de poder ou revolucionária". "Uma CRISE REVOLUCIONARIA OU DE PODER (grifo no original) se define por uma contestação dos próprios centros de dominação das classes dominantes...ela se expressa exatamente por um nível agudo de luta de classes - que extravasa a institucionalidade do regime vigente..., pelo início da criação de uma DUALIDADE DE PODERES". E, finalmente: "A criação dessa possibilidade de RUPTURA com o estado burguês deve ser entendida como o processo consciente de construção de uma dualidade de poderes..., PELA COMBINAÇÃO DO AVANÇO SOBRE A INSTITUCIONALIDADE COM A CRIAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PODER POPULAR

(grifo no original): ...o desafio está em AVANÇAR SOBRE A INSTITUCIONALIDADE burguesa e exercer sobre ela seu poder desagregador".

A despeito da defesa enérgica de que o socialismo seja democrático, das eleições livres, do pluralismo, do sufrágio universal, das liberdades de expressão e organização, da autonomia sindical, da crítica contundente ao "socialismo real", a "Democracia Socialista" mantém uma concepção radicalmente ortodoxa no que se refere à superação do capitalismo. Se o socialismo deve ser democrático, não parece ser democrática a forma, a via para a ele se chegar. Teria a DS superado a concepção anterior quanto à ditadura do proletariado, sem que tenha ocorrido evolução correspondente quanto à avaliação do regime capitalista, que permanece entendido como uma ditadura burguesa que precisa ser quebrada, destruída?

É possível, pois a via para o socialismo é a da ruptura, da quebra da institucionalidade, da tomada do poder, da construção de um contra-poder, de uma dualidade que se contraponha à ordem "burguesa". Mas, faz sentido tal formulação? Qual a razão para se "tomar o poder burguês" em vez de disputá-lo pelas eleições? Pretende-se impor o socialismo e depois abrir o regime? Haveria então as mesmas eleições das quais não se aceita a legitimidade? Que motivos há para que a "voz das urnas" não seja a mesma do regime anterior? Ou haveria primeiro a destruição do Estado burguês, a instauração de uma nova legalidade e apenas então a iniciação do livre jogo político? Mas, com que legitimidade? Isso não significaria, de qualquer maneira, um período preliminar, já no socialismo, autoritário, impositivo, uma ditadura (entendida não como a hegemonia de uma classe, mas como um regime político autoritário)?

A "Democracia Socialista", na tese ao VII Encontro Nacional, fala das "conquistas democráticas obtidas pelos trabalhadores ao LONGO DESSES DOIS SECULOS", sendo estas as que devem ser mantidas e alargadas no socialismo. O primeiro país socialista é de 1917, há menos de um século. Logo, tais conquistas necessariamente são as dos regimes políticos ocidentais, os mesmos direitos que são tidos como burgueses, formais, fictícios, conforme a análise leninista. O reconhecimento de sua legitimidade não obrigaria rever a estratégia leninista de ruptura revolucionária, de dualidade, de quebra do poder?

1.2.2.3 - VERTENTE SOCIALISTA

A "Vertente Socialista" surgiu em maio de 1987, como uma dissidência da "Articulação", sob o nome, posteriormente abandonado, de "PPS - Poder Popular e Socialismo". Segundo o então PPS, era necessário se "perguntar em que medida a prática do partido vem (vinha) acompanhando ou não o seu discurso inovador". Entendia o grupo que o P.T. tinha "ANALISES INSUFICIENTES" e "POUCAS INICIATIVAS POLITICAS"; que a direção partidária afastava-o "do ideal de um partido de massas, não (conseguia) mobilizar nem organizar as bases partidárias"; que os "núcleos estão (estavam) desprestigiados"; que o P.T. sofria pela "despolitização" e pela "falta de democracia" internas.

O PPS criticava a "Articulação" pela sua "transitoriedade" (reuniões esporádicas voltadas apenas para as eleições de renovação da direção partidária) e pela "existência de um núcleo dirigente que passou a moldar a 'Articulação' e, conseqüentemente, o partido em São Paulo segundo as suas concepções políticas; e (por) um discurso carregado de preconceitos contra todos aqueles que ousavam discordar desse núcleo...".

"Quanto à (outra) articulação (que reunia demais tendências partidárias opositoras à "Articulação", entre elas a DS - Democracia Socialista e o PRC - Partido Revolucionário Comunista), 'Alternativa Operário Popular'..., apresenta características semelhantes à 'Articulação dos 113' no que diz respeito a seu caráter transitório... No interior dessa articulação transitam com frequência as posições que consideram o P.T. como partido tático, conjuntural, frente política ou mero partido legal e institucional, decorrendo daí o peso dado por elas à necessidade de fortalecer organizações paralelas ao P.T.".

O PPS concluiu seu manifesto dizendo que o "avanço da democracia interna do partido, o ascenso dos movimentos de massas e a capacidade de luta e organização da classe trabalhadora permitirão chegarmos ao socialismo, COM A MAIORIA DO POVO BRASILEIRO".

Destacam-se no texto preocupações e formulações democráticas no tocante às relações internas ao P.T., na crítica aos dois blocos constituintes do partido. São também formulações democráticas a crítica aos que entendem o P.T. como "MERO partido legal e institucional"; a que é necessário aprofundar o seu "caráter de massas", que é preciso "fortalecer as bases partidárias" e, principalmente, que se deve chegar ao socialismo "COM A MAIORIA DO POVO". O manifesto do PPS sugere rompimentos com a ortodoxia, declara acreditar ser o P.T. "viável como um partido de massas, democrático e socialista".

Manifestações com conteúdo democrático repetem-se em documentos divulgados pelo PPS, no ano seguinte. Respectivamente em abril e em agosto de 1988, denominando-se "Por um P.T. Socialista (movimento interno ao P.T.)", o PPS editou dois cadernos de "Teses", intitulados "A construção do P.T." e "A democracia interna". Neles, afirmava princípios como a "busca de um caminho, para o socialismo que se afaste dos erros da social-democracia, do burocratismo ou estalinismo"; "política internacionalista sem subordinação a qualquer partido ou Estado".

Nos mesmos documentos, o PPS criticava a "HERANÇA AUTORITARIA DA ESQUERDA TRADICIONAL", presente na esquerda brasileira que "não renunciou (ao autoritarismo e ao dogmatismo) das estruturas partidárias de onde é originária". MESMO A " 'NOVA ESQUERDA', QUE SE EXPRESSA NO P.T. não conseguiu se desvencilhar totalmente dessa herança" que pressupõe um "partido monolítico", o "partido único", uma "matriz ideológica que, no terreno da luta interna, aponta para a eliminação das divergências que passa pela ELIMINAÇÃO DOS QUE DIVERGEM". A essa "matriz tradicional" é preciso opor uma "matriz democrática". (a "Nova Esquerda" a que o PPS se refere não se trata do grupo em que mais tarde se transformou o PRC).

Para o "Poder Popular e Socialismo", tal herança dogmática e autoritária corresponde à da III Internacional. Criticando a noção de "ditadura do proletariado", acrescentava que a "democracia só pode ser entendida como prevalência da vontade da maioria se forem respeitados os DIREITOS DEMOCRATICOS DAS MINORIAS". "Não há um só exemplo na história onde um movimento social ou político revolucionário fracassou por 'excesso' de democracia, mas há muitos exemplos de derrotas devidas a falta de democracia". "As classes trabalhadoras nos países industrializados não poderão ser ganhas para o socialismo se não estiverem convictas QUE NO SOCIALISMO TERAO MAIS E NAO MENOS DIREITOS DEMOCRATICOS do que no capitalismo".

Contudo, lado a lado com as afirmações anteriores, que expressam uma vertente democrática, encontram-se outras analisando a "GEOPOLITICA das principais concentrações do proletariado urbano e rural, das áreas camponesas", a fim de que se possam identificar os "ELEMENTOS DETONADORES DA REVOLTA social", para que se possa formular "a estratégia da revolução brasileira", da "destruição da supremacia burguesa", da "TOMADA DO PODER".

Quando se faz o questionamento do "partido monolítico" (e da universalização do modelado partido bolchevique), o PPS ressalva que "em momentos críticos do enfrentamento com o Estado burguês poderá ser necessário adotar a DISCIPLINA DE GUERRA, o sigilo e

a delegação de poderes". Ao se defender o pluripartidarismo na "sociedade pós-burguesa", não se fala de quaisquer partidos mas da "existência de vários partidos PROLETARIOS no processo de construção do socialismo". Há ambiguidade quer pela adjetivação (e os partidos não proletários: seriam admitidos?), quer pela utilização, aparentemente ao menos, como sinônimos, das expressões "sociedade pós-burguesa" e "processo de construção do socialismo". Quando inicia-se a construção do socialismo? Apenas depois da "tomada do poder", de uma revolução que arranque o poder "da burguesia"? O convencimento da maioria para a causa socialista exige, de qualquer modo, detonar-se a "revolta social"?

No início de 1990, ainda sob a denominação PPS, o grupo registra os princípios mínimos que o norteiam. Entre eles a "defesa do caráter classista do P.T. e (a luta) pela sua transformação num partido claramente socialista revolucionário e de massa que combate em cada momento as ILUSÕES DO REFORMISMO e da colaboração de classes COMO A VIA PACIFICA E ELEITORAL AO SOCIALISMO "; e também a "SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO PARLAMENTAR E INSTITUCIONAL às necessidades dos movimentos de massa".

Ao lado de afirmações que "como a ideologia não é formada apenas por idéias, mas também por hábitos, costumes e até sentimentos, os símbolos, as músicas, as histórias dos heróis e mártires das lutas revolucionárias cumprem um papel insubstituível na formação ideológica" há outras que também atestam a concepção leninista, a via insurrecional ao socialismo: "Devemos ter clareza de em qual PATAMAR DA CRISE nos encontramos. Se temos uma fantástica crise econômica, uma inédita crise de governo e uma parcial crise de regime político, não temos os elementos essenciais de uma crise mais profunda de dominação, onde o capitalismo seja questionado como um sistema social como um todo. Seria preciso que tivéssemos uma alta decomposição da máquina repressiva do aparelho estatal... Seria necessária uma generalização dos órgãos de poder popular a contestar o poder burguês, a CONTESTAR A LEGITIMIDADE DA BURGUESIA E DE SUAS INSTITUIÇÕES e uma alternativa política global representada em um partido (ou coligação de vários partidos de orientação socialista) para caracterizar a crise atual como do sistema, pré-revolucionário ou revolucionária".

Quais são afinal as instituições "burguesas": o parlamento, as eleições, o sufrágio universal, a democracia representativa, o pluripartidarismo (significando não apenas haver mais de um partido "proletário", mas liberdade efetiva para todos os partidos), as regras e os procedimentos formais do jogo político que garantam a vontade da maioria dos cidadãos? O regime político existente no Brasil só pode ser transformado confrontando-se as instituições vigentes? Pela construção de um poder "alternativo", pelo "duplo-poder"?

O socialismo deve ser instaurado por que meios? De que modo aferir a concordância da maioria do povo brasileiro com relação às propostas do PPS, do P.T.?

Já com a atual denominação, a "Vertente Socialista" apresentou ao VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1990, uma proposta de "Tese" que não eliminou as ambiguidades verificadas em textos, manifestos e documentos anteriores.

Na apresentação, requer-se a crítica não só da "ortodoxia stalinista", mas também das "contribuições teórico políticas de Lênin, formuladas para a situação concreta da Rússia e da Europa das duas primeiras metades do século ... e que não podem mais ser generalizadas". A "Vertente Socialista" critica sistemas que se baseiam nos mesmos pressupostos do stalinismo, as "codificações generalizantes das contribuições lenineanas e do 'modelo' russo". Trata-se de uma "MESMA CONCEPÇÃO DE ESTADO (que restringe a supremacia burguesa ao exercício da coerção), uma idéia muito semelhante da revolução social (como 'TOMADA DO PODER' político - do Estado -, para implantar 'medidas econômicas socialistas') e uma visão análoga de organização revolucionária (baseada na hipótese kautskiana de que é o partido que leva de fora para dentro do proletariado a consciência e que cria a ideologia revolucionária)".

Para a tendência petista há uma crise do socialismo em "três dimensões: a crise dos modelos do socialismo real, a crise dos fundamentos filosóficos do socialismo científico e a crise DAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE ESTADO DE REVOLUÇÃO E DE PARTIDO DO MARXISMO-LENINISMO E DE OUTROS LENINISMOS"

Porém, ao mesmo tempo em que postula uma "nova filosofia da história, uma nova ideologia revolucionária, uma nova teoria da sociedade ou da revolução", a VS passa a uma análise gramsciana (e portanto leninista), em que o cerne da ortodoxia é mantido. Há um tópico no texto das "Teses" intitulado "UMA POLÍTICA DE ACUMULAÇÃO DE FORÇAS E DE HEGEMONIA TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE PREPARAÇÃO PARA A RUPTURA". Nele fala-se que a "opção pelo caminho estratégico de construção do poder popular e da hegemonia dos trabalhadores como CONTRA-PODER e como contra-hegemonia estabelece a necessidade de articular uma política de acumulação de forças e de construção de hegemonia com a PREPARAÇÃO PARA A RUPTURA com a dominação burguesa". É necessário combinar "guerra de posição" com "guerra de movimento", mas prevalece (em última instância é também o que resulta ou fica subentendido no próprio Gramsci) o entendimento de "(o) Estado constituir trincheira decisiva das classes dominantes também nas sociedades complexas como a brasileira, sendo ALVO INATINGÍVEL ATRAVÉS DA DISPUTA INSTITUCIONAL (OU LEGAL)".

Dai porque a "Vertente Socialista" entende ser indispensável a construção de um "contra-poder que possa ser convertido em forças para a ruptura", de "embriões de contra-poder em escala significativa": é preciso "PREPARAR-SE PARA O ENFRENTAMENTO", "ARMAR-SE PARA A RUPTURA". Para a VS, os Conselhos Populares são tais embriões de poder popular, portanto seu destino é confrontar a institucionalidade ("burguesa").

Ao final da "Tese", consta um sub-item intitulado "Preparação para a luta extra-institucional". Lê-se ali: "O P.T. deve OCUPAR POSIÇÕES na institucionalidade burguesa, conquistar parcelas do Estado através da disputa eleitoral, controlar velhos aparelhos de hegemonia na sociedade civil... Entretanto, tal caminho é insuficiente do ponto de vista estratégico, se ao lado das posições conquistadas pela luta institucional na sociedade política e na sociedade civil, não existir uma EXTENSA REDE DE ORGANISMOS EXTRA-INSTITUCIONAIS".

"Um amplo movimento de massa que seja capaz de CONVOCAR A DESOBEDIENCIA CIVIL EM LARGA ESCALA, ORGANIZAR A AUTO-DEFESA e preparar-se para CONFRONTOS TATICOS contra a ordem jurídico estatal vigente - condição fundamental para a ruptura revolucionária no Brasil - terá que estar BASEADO NESSA REDE DE ORGANISMOS EXTRA-INSTITUCIONAIS capazes de interferir na sociedade política através da disputa na esfera pública e capazes de intervir sistematicamente na sociedade civil através do funcionamento de aparelho de produção e difusão ideológica. O P.T. deverá estar preparado para isso".

D.2.4 - DEMAIS GRUPOS

A "Articulação" controla pouco mais de 50% do Partido dos Trabalhadores, o que faz com que seja denominada, pelos outros grupos partidários, como "tendência majoritária". Tal denominação, de um lado, expressa a maioria que ela tem no P.T.; de outro, é uma forma das agremiações adversárias a caracterizarem como uma tendência - como as demais - que se difere apenas pelo número de votos ou delegados, pelo controle do partido.

No bloco das "tendências minoritárias", as mais importantes - pelo critério de peso e expressão na estrutura partidária - são a "Nova Esquerda", a "Democracia Socialista" e a "Vertente Socialista". Tais grupos, como se afirmou anteriormente, controlam em torno de 40% do P.T. Somados à "Articulação", totaliza-se 90% do partido. Daí a desnecessidade de se analisar o pensamento e a ideologia dos grupos de menor peso, para compreender e explicar a síntese, a resultante, o pensamento, a ideologia do P.T.

Vale a pena, contudo, rápida referência a algumas das demais tendências.

A primeira observação é que, à exceção da "Força Socialista" e do "PT Vivo", não há nos grupos de menor expressão qualquer preocupação de revisão ou questionamento do leninismo.

A "Força Socialista", na Tese apresentada ao VII Encontro Nacional do P.T., dizia a respeito do Leste europeu que ali vige uma "gestão da economia (que) é em tudo burocraticamente centralizada, sustentada em um regime ditatorial das camadas dirigentes dessa burocracia, mantendo-se basicamente a alienação do proletariado ao trabalho".

Ao mesmo tempo em que se refere à necessidade de "denúncia contundente do despotismo albanês ou chinês", a "Força Socialista" afirma que "deve-se lutar por buscar o Estado Socialista de Direito, a ampliação das liberdades políticas..."; ou que é preciso "solidariedade às medidas democráticas e pluralistas, às lutas e gestões dos trabalhadores pelo efetivo controle da economia...".

Mas, também nas Teses ao VII Encontro, lê-se que a transição ao socialismo se faz pela via autoritária: "O conjunto das ações da guerra de desgaste da hegemonia burguesa deve levar à articulação de uma rede de organização, direção comunicação e defesas paralelas na sociedade apta a fundar a estrutura de poder a ser

institucionalizada após a ruptura com a dominação burguesa"; "...afirmamos a necessidade de uma 'teoria do duplo poder ampliado', que articula a conquista de posições de invasão do Estado Burguês com o desenvolvimento dos organismos populares autônomos na Sociedade civil, decisivos para o choque com o poder antidemocrático da burguesia".

Nas palavras da "Força Socialista", tal "visão estratégica" vai "desde a 'guerra de desgaste' até a constituição da duplicidade do poder e a ruptura socialista"; "é o resultado buscado através de uma direção consciente que se constitui como partido dirigente da revolução".

O "PT Vivo", na Tese apresentada ao VI Encontro Estadual paulista, em 1990, faz diversas afirmações que poderiam ser consideradas como democráticas: "a queda rápida dos regimes autoritários constituídos no Leste Europeu traz para as disputas políticas o debate entre o socialismo e o capitalismo. O P.T. deve assumir a ofensiva nesse terreno, pois o P.T. surgiu defendendo o socialismo com democracia, com pluralismo, com liberdade sindical"; "O próprio debate sobre o socialismo terá que ter efeito concreto na intervenção do Partido, onde não será mais possível aos dirigentes afirmar que o P.T. não tem nada a ver com o Leste Europeu quando até recentemente para lá mandava dirigentes para Cursos de formação política".

E, principalmente: "...a crise do socialismo não pode ser reduzida ao combate ao stalinismo. Da mesma forma que é preciso examinar o conjunto da produção teórica de Marx e Engels, é preciso rever as teses de Lênin...".

Ocorre que o "PT Vivo" não tem maior expressão no P.T. E nas disputas internas alia-se permanentemente à "Vertente Socialista", subscrevendo assim as propostas e as idéias do aliado, cujo conteúdo foi analisado em tópico anterior. Resulta daí a cumplicidade com formulações leninistas, antidemocráticas.

Dentre os demais grupos, cabe também destacar "O Trabalho" e a "Convergência Socialista", esta ameaçada de expulsão do partido - em meados de 1990 - para uns pelas "posições radicais", para outros pela "indisciplina partidária" (desobediência a decisões oficiais do P.T.).

Para a "Convergência Socialista", a crise do Leste não é uma crise do socialismo e muito menos do marxismo, do leninismo. As "revoluções políticas antiburocráticas do Leste", conforme as Teses apresentadas para o VII Encontro Nacional, são uma "gigantesca vitória dos trabalhadores de todo o mundo e uma derrota da frente contra-revolucionária que unia o imperialismo à

burocracia stalinista".

A "Convergência Socialista" afirma que "nos países que se auto proclamavam socialistas, as liberdades sindicais e políticas para a classe operária eram inferiores às conquistadas nos regimes democráticos burgueses". A afirmação não se confunde com qualquer revisão dos postulados leninistas. A "burocracia" e o "imperialismo" referem-se ao stalinismo, não têm qualquer relação com o socialismo.

"A democracia formal logo demonstra seus limites. As instituições desse regime capitalista se colocam contra os trabalhadores..."; "a democracia parlamentar está cada vez mais desmoralizada..."; "a inevitabilidade de um confronto não pode ser escamoteada... (é preciso) preparar a revolução... , o processo insurrecional da classe"; "renunciar à via revolucionária seria inexoravelmente abraçar a via das reformas... , a nossa participação nas instituições do estado, como os parlamentos visa um trabalho de desmascaramento permanente...".

A tendência "O Trabalho" tem posições semelhantes. A crise do Leste não se refere ao socialismo. Lê-se no texto levado ao VII Encontro Nacional: "A CRISE NÃO É DO SOCIALISMO, A CRISE É DOS PC'S E DO STALINISMO (grifos no original), que, debaixo de diferentes rótulos e se adaptando a mudanças na situação mundial, desde o final dos anos 20 tem sido um freio no movimento revolucionário internacional".

Não há portanto revisões a fazer na ortodoxia. Os problemas do Leste e do "socialismo real" decorrem de desvios dos PC's.

Diz "O Trabalho" que "é preciso a violência revolucionária para enfrentar as forças armadas..., as polícias..., os grupos paramilitares que buscam eliminar as organizações da classe trabalhadora"; "é preciso dismantelar (o Estado burguês)"; "buscamos construir o partido operário arrancando as massas da sua (dos partidos burgueses) influência 'democrática' legalista".

O grupo critica ainda, nas mesmas Teses ao VII Encontro, as Resoluções do V Encontro Nacional do P.T. , não pela sua faceta autoritária, mas em razão do lado democrático. "O Trabalho" questiona a estratégia "democrático-popular" por entender que rompe com a via da ruptura revolucionária; com o PAG (Plano de Ação Governamental da campanha Lula presidente), por ser um programa de respeito à Constituição, à legalidade...": "Nosso partido transformar-se-ia num apêndice dos setores liberais e dissidentes da burguesia".

As tendências "PCBR", "PRO", "Ala Vermelha" e "Movimento por uma Tendência Marxista", dentre as de origem comunista: "LPS", "POR" e "Luta de Classes", dentre as trotskistas... têm importância secundária, salvo no que se refere a episódios como o assalto a banco em Salvador (por membros do PCBR, em 1987); os problemas na prefeitura de Fortaleza (no caso do "PRO"); as brigas na escolha do candidato do P.T. a governador do Distrito Federal, em 1990, (no caso da "Ala Vermelha"); a resistência ao processo de revisão da "Nova Esquerda" (no caso do "Movimento por uma Tendência Marxista"); cisões na DS (no caso da "LPS"); e pelos conflitos entre petistas em Diadema (no caso do "POR" e da "Luta de Classes")...

Todos esses grupos, e também a "Causa Operária", expulsa do P.T. em 1990, têm posicionamentos autoritários sem qualquer concessão à crítica democrática que se faz aos dogmas e à ortodoxia leninista.

E - MAPEAMENTO DO P.T. (III): CLIVAGEM IDEOLÓGICA

Ao longo deste trabalho insistiu-se em que o Partido dos Trabalhadores divide-se entre uma concepção política e ideológica autoritária e outra democrática. A primeira denominou-se "Leninismo"; a segunda "Social-Democracia". Faz-se necessário, portanto, esclarecer, ainda que esquematicamente, o que se entende por eles.

E.1 - LENINISMO

Segundo Norberto Bobbio, em entrevista concedida à revista *Veja*, em novembro de 1979, a estratégia leninista corresponde à "tomada do poder por um partido que, uma vez tomado o poder, elimina os demais partidos. Pode parecer um pouco simplificador o que estou dizendo, mas reduzindo o leninismo ao essencial é isso mesmo. O essencial do leninismo é a conquista do poder por uma parte da ala revolucionária - não por parte dos partidos de esquerda - que se considera a vanguarda do movimento operário. Uma vez tomado o poder, elimina-se toda a oposição. Mais: o leninismo considera que a tomada do poder por parte de um partido seja a condição necessária e até suficiente para transformar a sociedade".

Para Sartori (1965), "a idéia de democracia estava associada, em Lênin, com a existência do Estado. A democracia, escreveu ele (Lênin), é uma 'forma de Estado, uma de suas variedades'. Que forma? Qual variedade? isso não importava. Para ele o Estado, qualquer Estado, era uma 'organização de violência para supressão de uma classe', constituía um 'aparato especial para compulsão' ou uma 'máquina especial para repressão'. Isso importa em dizer que para Lênin qualquer Estado era única e simplesmente uma ditadura. Mas se tal se dá, então democracia não qualifica qualquer tipo de Estado: todos os Estados são iguais, todos eles oprimem o demos, todos são anti-democratas. Seguir-se-ia então, logicamente, que nessa condição é inútil interessar-se com o conceito de democracia".

Nas palavras do próprio Lênin (1975), "O Estado, mesmo na República mais democrática e não apenas numa Monarquia, é simplesmente uma máquina de repressão de uma classe sobre outra."

"É pura e simplesmente fazer pouco dos trabalhadores explorados falar de Democracia pura, de Democracia em geral, de igualdade, liberdade e direitos universais, quando os operários e todos os trabalhadores andam mal alimentados e mal vestidos".

Para ele, é preciso "substituir o que é de fato a ditadura da

burguesia (uma ditadura hipocritamente embuçada com as formas da república burguesa democrática) pela ditadura do proletariado. Isso significa substituir a democracia para os ricos pela democracia para os pobres. Isso significa substituir a liberdade de reunião e de imprensa para a minoria, para os exploradores, pela liberdade de reunião e de imprensa para a maioria da população, os trabalhadores...".

São os seguintes os elementos básicos do que tomo por leninismo:

a) O capitalismo e o socialismo são entendidos como realidades claramente definidas e estanques, organizações sociais excludentes. O primeiro é o regime da propriedade privada, da acumulação do capital, da exploração, do sistema de mercado, do sistema político de liberdades formais, fictícias, para as minorias, a burguesia.... O segundo é o seu contrário, a propriedade é estatizada - ou socializada, a acumulação não se dá sob a ótica/a lógica do capital, faz-se em nome dos interesses coletivos, não há exploração, a economia é planificada, vigem as liberdades substantivas, reais, da maioria, do proletariado...

b) A transição do capitalismo ao socialismo dá-se por meio de uma ruptura, de um salto, quer porque trata-se de sistemas antagônicos, opostos, excludentes, quer principalmente porque é necessária a tomada do poder burguês. A passagem ao socialismo ocorre por via insurrecional, violenta, revolucionária, arrancando-se o Estado das mãos da burguesia. (14)

c) Tal tomada do poder - que se contrapõe à disputa dentro dos marcos da democracia representativa parlamentar vigente - é necessária porque rejeita-se a legitimidade da institucionalidade dita burguesa, mesmo os regimes "mais democráticos"; ou porque questiona-se a possibilidade de chegar ao poder por essa via; ou ainda porque não se acredita na possibilidade de mantê-lo, ou de realizar as transformações socialistas nos marcos de tal legalidade.

d) A ruptura ocorre sob a direção de um partido revolucionário sob o controle de militantes profissionais, a vanguarda a quem cabe dirigir, conduzir, orientar a massa de proletários, de trabalhadores.

e) Tomado o poder, consumada a revolução, instaura-se novo regime político, a "Ditadura do Proletariado", em que não há livre competição pelo poder, mas seu controle de modo impositivo, autoritário, pelas forças revolucionárias. Não há liberdades e sufrágio universais, direitos de expressão, oposição e organização, pluripartidarismo, alternância no poder. Não há Estado de Direito. (15)

f) Democracia e Ditadura são sinónimos, no sentido de que - se todo Estado é um aparelho repressivo de uma classe, logo uma ditadura de classe - não existe democracia ou ditadura em geral, em si mesma, propriamente dita. Existe a democracia burguesa e a democracia socialista, a ditadura dos capitalistas e a ditadura proletária.

g) Por decorrência, a democracia tem apenas valor relativo, particularmente as formas assumidas nos regimes burgueses. O acesso aos parlamentos, a participação nas eleições, o uso e a exigência das liberdades formais, dos direitos civis e políticos para todos os cidadãos, do próprio Estado de Direito, justificam-se por razões instrumentais, não substantivas.

h) Por meio da "Ditadura do Proletariado", do regime forte que vige no socialismo, garante-se a passagem à etapa superior, o comunismo, quando então estarão extintas as classes sociais, tornando-se inúteis e inexistentes a dominação e, portanto, o Estado.

E.2 - SOCIAL-DEMOCRACIA

Przeworski (1989) afirma que "a escolha crucial foi entre participar ou não". "A questão perturbadora... era se esse partido (o partido da classe operária) deveria ou não fazer uso das instituições já existentes em sua busca do poder político. A democracia política era uma arma já pronta, à disposição da classe trabalhadora. Tal arma deveria ser rejeitada ou empunhada...?"

"A resposta dos anarquistas foi uma veemente negativa...; os que se tornaram socialistas foram aqueles que decidiram utilizar os direitos políticos dos trabalhadores...".

Tal decisão, contudo, ressalva Przeworski, dá-se de uma maneira ambivalente. O uso dos direitos políticos instituídos significa o reconhecimento da legitimidade do sistema político vigente?

Os socialistas dividem-se em duas respostas. Para uns, "ao usarmos nossos direitos constitucionais e os meios legais à nossa disposição não renunciamos ao direito à revolução".

Já para os social-democratas, "a democracia representativa... tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo".

No pós-escrito ao texto, Przeworski escreve: "Os reformistas, especificamente Bernstein, acabaram por interpretar essa tarefa (a de conquista do poder, definida por Marx) como resumindo-se na competição pelo controle das instituições governamentais existentes, ao passo que os revolucionários, notadamente Lênin, pretenderam conquistar o poder a fim de destruir essas instituições".

Conforme Duverger (1980), "pode-se descrever a social-democracia alemã como instrumento de integração da classe operária na democracia burguesa, mas também como um instrumento de transformação dessa. O desenvolvimento de um grande partido dos trabalhadores mudou a natureza do sufrágio universal e dos parlamentos...".

Cita-se Engels, para quem, em 1895, negando posições anteriores, "nós os 'revolucionários', os 'devastadores', prosperamos muito mais pelos meios legais do que pelos meios ilegais...".

Afirma ainda Duverger: "O pensamento marxista hesita a respeito do uso que os partidos operários podem fazer do sufrágio universal. Dizer que ele é um 'instrumento de emancipação' pode recobrir estratégias bem diferentes. Lenine ordenou que se utilizasse esse instrumento entre outros (para conquistar)... pontos de apoio no interior do aparelho do Estado... (enquanto não se faz) o assalto final"; "Engels foi mais longe. O sufrágio universal não é somente um meio de conquistar alguns lugares fortes de onde se poderá lançar melhor, em seguida, o ataque revolucionário: substitui-se a ele".

Kautski (1979) defende a tese de que "O socialismo sem democracia não é digno de consideração. E, por socialismo moderno, não entendemos somente a organização coletiva da produção, mas, igualmente, a organização democrática da sociedade. Por conseguinte, consideramos que o socialismo está indissolivelmente ligado à democracia".

"Do que se trata é da tomada do poder político. Diz-se que ela é possível se os social-democratas conseguem maioria, numa eleição parlamentar, em um país democrático, onde, até então, um governo burguês detinha o poder, e que as classes dominantes não hesitariam em recorrer a todos os meios de repressão à sua disposição para impedir o advento da democracia. Essa seria a razão pela qual o proletariado não poderia tomar o poder político pela via democrática, mas unicamente pela revolução".

"As consequências dessas tentativas previsíveis da classe dirigente no sentido de abolir a democracia não provam, pois, a inutilidade da democracia para o proletariado, mas demonstram a necessidade de defendê-la, em qualquer parte, de forma tenaz".

São as seguintes as características do que considero social-democracia:

a) Capitalismo e Socialismo são tidos por formas distintas de organização social, porém isso não significa desconhecer que, assim como há planejamento e estatização em regimes capitalistas, é possível (e em certa medida necessário) haver propriedade privada e mercado em uma sociedade socialista. Reconhece-se (mesmo que em certos limites) a possibilidade de um regime democrático e a melhoria das condições de vida nos países capitalistas, assim como não se separa radicalmente a crítica ao socialismo real da crítica ao socialismo como modelo teórico. (16)

b) A transição ao socialismo não se configura como um salto, uma

ruptura abrupta, seja porque socialismo e capitalismo não são modelos polares, inteiramente distintos - o que faz com que a passagem seja processual, seja, principalmente, porque a conquista do socialismo deve se dar nos marcos da legalidade democrática, respaldada pelo consentimento popular.

c) A conquista do poder e a instituição do socialismo dentro da legalidade implicam a aceitação da legitimidade da democracia representativa parlamentar, o abandono da via insurrecional, da tomada do poder por meios violentos.

d) A passagem ao socialismo não se faz pelas mãos de um partido revolucionário, de vanguarda, mas por um governo eleito, por um ou mais partidos de massas que aceitam as regras do jogo, entre elas as eleições, a institucionalidade, os mecanismos constitucionais de decisão.

e) Não há posse definitiva e irreversível do poder, por forças socialistas ou "revolucionárias". Há a disputa democrática permanente, periódica, renovada, que implica a possibilidade, ou o risco, de transmiti-lo a outro(s) partido(s), que seja(m), inclusive, contrário(s) ao socialismo.

f) Democracia e Ditadura são termos opostos. Ditadura é um regime autocrático, impositivo, autoritário, fundado na vontade incontrastada de alguns. Democracia é um regime em que prevalece a vontade da maioria dos eleitores - respeitadas as minorias - o que exige os direitos civis e políticos para todos os cidadãos, as liberdades de organização, expressão, o pluripartidarismo, o Estado de Direito.

g) A democracia tem, portanto, valor substantivo. Tem validade não por razões táticas ou instrumentais ("ela serve, provisoriamente, para outros fins"), mas enquanto o método mais legítimo para verificação da vontade popular, para seleção dos governantes, para tomada das decisões que afetam à coletividade.

h) Não há um objetivo último e final, uma perspectiva milenarista, de uma sociedade sem conflitos, sem contradições, sem disputas políticas, portanto sem Estado ou governo.

E.3 - SOCIALISMO DEMOCRÁTICO?

O Partido dos Trabalhadores anuncia um socialismo democrático, distinto tanto do "stalinismo" quanto da "social-democracia". Não cumpre, contudo, a promessa.

Não se trata (apenas) de superar o stalinismo. Mesmo dentre a esquerda comunista não há hoje dificuldades em rejeitar as atrocidades cometidas por Stálin, as formulações políticas, a ideologia dogmatizada, as deformações, o autoritarismo, a falta de liberdade e de democracia do regime soviético, ou dos demais, a ele assemelhados.

A questão é que o socialismo real não se explica por um desvio em relação às formulações leninistas. É a decorrência de uma concepção política antidemocrática. Stalinismo e leninismo certamente não são sinônimos, mas o stalinismo é o resultado potencial, o desenvolvimento sempre possível de uma ideologia autoritária de esquerda.

O Partido dos Trabalhadores afasta o stalinismo, mas não há em qualquer documento oficial a rejeição do leninismo.

Ao contrário, em muitos momentos, seja nos Documentos Básicos, seja nas Resoluções Políticas - demonstrou-se no capítulo anterior - o Partido dos Trabalhadores adota concepções e teses do leninismo, a respeito da institucionalidade presente, da via ao socialismo, da sociedade futura.

Tais concepções e teses são antidemocráticas, pois o núcleo essencial, irredutível, do leninismo é a rejeição da legitimidade da democracia parlamentar representativa, seja a vigente, seja enquanto modelo político. A transição ao socialismo não se dá, portanto, pelas vias legais existentes, assim como não se condiciona à vontade expressa dos eleitores. Do mesmo modo, o regime político a ser instaurado na futura sociedade socialista não tem por base a livre competição pelo poder, a convivência de forças e partidos políticos com propostas e objetivos alternativos que devam ser submetidos à maioria dos cidadãos.

Quanto à "social-democracia", assim como no tocante ao "stalinismo", há impropriedade na utilização do conceito. Para o P.T., a social-democracia é uma concepção e um modelo submetidos ao capitalismo, logo burgueses, que devem ser excluídos por quem tenha por objetivo o socialismo. Há, porém, social-democracias e social-democracias. Afora o fato de que os primeiros partidos operários, até a III Internacional, também demoninavam-se social-

democratas, a cisão que separou os partidos operários, em comunistas e social-democratas não correspondeu à oposição entre defensores do socialismo e adeptos do capitalismo.

Desde o começo do século, há diferenças importantes entre comunistas e social-democratas, como a posição frente a primeira guerra mundial (apoiar, ou não, a participação de seu país no conflito), a postura frente à revolução soviética, ou a avaliação de estar, ou não, o capitalismo em crise terminal (e, portanto, a revolução na ordem do dia). Mais tarde, certos partidos social-democratas aliaram-se a governos conservadores. Outros passaram a ter por objetivo não mais o socialismo, mas uma sociedade capitalista em que se conquistassem certos direitos sociais, houvesse maior distribuição de renda, participação dos trabalhadores na gestão das empresas e onde os partidos operários no governo promovessem as políticas de bem-estar social (Welfare State).

Mas, a questão essencial sempre foi - e assim permanece - a opção diante das vias ao socialismo. Os partidos social-democratas separaram-se dos partidos comunistas pela escolha do caminho eleitoral, pelo entendimento de que a disputa do poder deve se dar nos marcos da democracia parlamentar, pela participação nos sufrágios.

A democracia parlamentar vigente é completa? Certamente não, mesmo nos países capitalistas mais democráticos, o que não significa que o regime político existente não seja suficientemente democrático para ser legítimo. Aí se dividem os leninistas e os social-democratas. Para os primeiros, os regimes vigentes nas sociedades capitalistas nunca são legítimos, por mais democráticos que sejam; para os últimos, é possível um regime legítimo (suficientemente democrático) no capitalismo.

Partidos leninistas muitas vezes participam da "democracia burguesa", mas sempre com ressalvas essenciais; ou optam exclusivamente por ações anti ou para-institucionais. Ora condenam frontalmente o regime "burguês", ora nele aceitam e defendem certos aspectos. Mesmo quando se participa, mesmo quando se reconhece alguma legitimidade na democracia representativa vigente, permanece a necessidade de uma ruptura, uma insurreição, uma revolução que destrua a institucionalidade e a substitua.

Os social-democratas, ao contrário, aceitam a legitimidade da democracia parlamentar representativa existente; participam das eleições reconhecendo-as como o método para seleção dos governantes e, por consequência, para definição dos objetivos e das metas sociais. Abandona-se assim a revolução - entendida por destruição da ordem - como via para o socialismo. O novo regime - seja sua instituição, seja sua preservação - condiciona-se ao

consentimento da maioria dos cidadãos, à aprovação dos eleitores.

E preciso assim separar a social-democracia como projeto político "não socialista", da social-democracia como método para a conquista do socialismo. Para os social-democratas, o socialismo condiciona-se à democracia - a existência do socialismo só é legítima se por meios democráticos; para os leninistas dá-se o inverso, a democracia só seria legítima se não ameaçasse o socialismo.

Argumentam também os leninistas (nessa hora, admitindo a democracia como um valor substantivo) que o regime existente não é uma democracia, logo que não há caminho democrático na institucionalidade capitalista. Daí a necessidade de destruí-la. O problema é que, se o regime existente não é democrático; ou, mais propriamente, se não é suficientemente democrático para que a ele se submeta, a participação dos partidos leninistas na democracia representativa torna-se falsa. Travestida de aceitação, é uma farsa, uma atitude ambígua: usam-se as regras do jogo, ao mesmo tempo em que se tem por objetivo aboli-las.

Há, é claro, sistemas opressivos, ditaduras, governos ilegítimos que se impõem e/ou mantêm pela força; regimes que, pela absoluta inexistência de canais institucionais livres e competitivos para substituição do governante, podem exigir o recurso à violência para se por fim à opressão. Nesse caso, é legítimo o direito de resistência pela força se é o único ou último recurso.

Uma vez mais há diferenças, o direito de resistência não se confunde com o uso indiscriminário da violência. A uma ditadura derrubada pela força, para os social-democratas, deve suceder o Estado de Direito; para os leninistas, o socialismo, pois é irrelevante a diferença entre as ditaduras e as democracias.

De qualquer modo, o reconhecimento do direito à resistência não é privilégio do marxismo ou do leninismo. Todas (ou quase todas) as correntes políticas e ideológicas admitem o recurso à violência, como defesa para superação de uma tirania.

A tradição liberal, por exemplo, já registrava, em Locke, no "Segundo Tratado sobre o Governo", (1690), o direito à dissolução dos governos ilegítimos: "Quem quer que use força sem direito, como o faz todo aquele que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais a emprega: e nesse estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor".

A questão reside na diferenciação dos regimes, se dentre os regimes autoritários, dentre as ditaduras, se incluem os regimes representativos, as democracias parlamentares existentes nos países capitalistas.

Veja-se, por exemplo, até mesmo o Brasil, um país de terceiro mundo, sem tradição democrática, onde recém superado o regime militar, entendido como uma ditadura, vige um frágil sistema político. O Partido dos Trabalhadores reconhece, ou não, a legitimidade das eleições de que participa?

Ou a Itália... Não é uma democracia consolidada, uma sociedade pluralista, aberta, livre? E não é um país capitalista? Deveria um partido socialista negar a legitimidade do regime político ali vigente?

A atitude leninista típica rejeita a institucionalidade "não socialista"; ou dela participa, buscando forças e tempo para posteriormente rompê-la. A postura social-democrata visa alargar progressivamente a democracia, consolidando-a, fortalecendo-a, ao mesmo tempo em que se constrói e conquista uma sociedade organizada em moldes socialistas.

Em muitas passagens, tanto nos documentos básicos, quanto nas Resoluções Políticas - verificou-se no capítulo 2 - , ao fazer o elogio do caminho democrático ao socialismo, o Partido dos Trabalhadores defende um método que em nada se distingue do social-democrático. Qual outra forma existiria de aferir a vontade da maioria, que não as eleições? E, se o socialismo deve ser verdadeiramente pluripartidário, como diz o P.T. , em que se diferenciaria do regime democrático conhecido?

Apesar de rejeitar a social-democracia, em nenhuma parte o Partido dos Trabalhadores apresenta outra via (salvo a leninista, que não é democrática) para o socialismo.

As propostas do P.T. não resultam em um projeto que se distinga do leninismo e da social-democracia, mas constituem uma mistura inconsistente, uma combinação contraditória de teses ora leninistas, ora social-democratas, seja sobre questões diferentes, seja às vezes sobre a mesma questão.

a) O P.T. , em regra, trata capitalismo e socialismo como organizações sociais claramente configuradas: a sociedade fundada na exploração e a "sociedade sem exploradores e sem explorados". Mas, ao mesmo tempo, não define claramente o socialismo. E admite democracia no capitalismo, autoritarismo no socialismo e - mesmo que em certos limites - o mercado, a propriedade

privada - e a democracia representativa parlamentar no socialismo.

b) O P.T. alterna a proposição de passagem ao socialismo pela via da ruptura revolucionária (leninista) com a de via parlamentar, reformista (social-democrata).

c) Na primeira hipótese, rejeita a legitimidade da institucionalidade vigente. Na segunda, o P.T. a aceita.

d) Ora o Partido dos Trabalhadores se propõe partido revolucionário que fará a revolução socialista (eventualmente em aliança com outros partidos e forças revolucionárias), ora assume a condição de um partido legal, que disputa o poder pela via eleitoral, que se submete à vontade da maioria dos cidadãos.

e) O socialismo apregoado pelo P.T. é uma sociedade que se diz livre, onde há Estado de Direito, eleições, parlamento, pluripartidarismo... Nesse caso, o regime político é o da democracia dita burguesa, social-democrata. Haver instâncias de participação e mecanismos de democracia direta associados às formas representativas não contradiz o afirmado, inclusive porque há combinação de formas diretas e formas representativas também nos regimes capitalistas vigentes. Mas, em certas passagens, as liberdades no socialismo não se estendem aos que estão no "campo capitalista", as liberdades são "para os trabalhadores", os partidos aceitos são apenas os que não questionam a institucionalidade socialista. Adota-se aí, na prática, um regime assemelhado à "ditadura do proletariado", em que o socialismo não admite oposição efetiva.

f) Em nenhum momento o P.T. utiliza explicitamente o conceito de ditadura nos moldes leninistas, equiparando-o ao de democracia. Mas, ao tratar o Estado por uma organização a serviço de uma classe, entende-o como uma ditadura de classe. Daí porque a construção do socialismo, para o P.T., dependa de prévia colocação do Estado a serviço dos trabalhadores; porque não aceite, sem rodeios, a democracia vigente; porque não assuma, sempre, claramente, a competição democrática no socialismo. Ao mesmo tempo, o P.T. propugna um regime livre, aberto, não impositivo, pluralista. Democrático e não ditatorial.

g) A democracia tem valor substantivo, afirma o P.T. Reiteradas vezes repete-se que ela não é um objetivo provisório, instrumental. Porém, muitas vezes condenam-se os regimes parlamentares, a via pacífica ao socialismo, o aspecto formal ou procedimental, as regras do jogo democrático. Abandona-se a legalidade democrática para imposição e preservação do socialismo. Nessa hipótese, a democracia não é incondicional.

h) Ao se tratar o socialismo como a sociedade "sem exploradores e sem explorados", adota-se, (in)voluntariamente, uma definição ambígua. Se se trata do modelo marxista clássico da sociedade sem contradições, sem Estado, sem governo, sem política, tal definição é contraditória com a busca de uma sociedade socialista democrática. Nesta, deve vigir um Estado, um sistema político, um regime apto a fazer conviverem várias forças e classes sociais, com interesses e objetivos distintos, com propostas e perspectivas diferenciadas. A democracia é a convivência dos diferentes e não a dos iguais, uma sociedade onde convivem os contraditórios.

Em síntese não há "socialismo democrático" original nas propostas do Partido dos Trabalhadores, mas convivência do leninismo e da social-democracia. O primeiro é socialista, mas não é democrático. A segunda, entendida como método, é democrática. Nada impede que por esse método busque-se o socialismo. Haverá (haveria) então um socialismo democrático. Mas o que teria de original?

E - CONCLUSÃO

A partir dos três mapeamentos do Partido dos Trabalhadores, baseados, respectivamente, nos critérios dos grupos constituintes (sindicalistas, cristãos e esquerda), blocos partidários (Articulação e Tendências Minoritárias) e clivagem ideológica (leninismo e social-democracia) é possível construir-se um quarto mapeamento que reúne os três anteriores e que fornece uma visão mais completa do partido.

Nas páginas seguintes estão representados tais mapeamentos.

Inicialmente (pag.229), os grupos constituintes: três círculos correspondendo às matrizes sindicalista, cristã e de esquerda. Observe-se que há um espaço comum a cada par de matrizes (sindicalistas e cristãos, cristãos e esquerda, esquerda e sindicalistas), bem como um espaço central, comum às três (sindicalistas, cristãos e esquerda), que representa a coincidência entre elas. (ver item E, deste capítulo).

A seguir, (pág.230), um retângulo que, dividido em corte vertical, representa os dois grandes blocos partidários: à esquerda, a Articulação; à direita, as Tendências Minoritárias. Observe-se que a metade correspondente às Tendências Minoritárias foi subdividida, conforme a classificação proposta no sub-item C.2, deste capítulo: agrupamentos oriundos de organizações comunistas, grupos trotskistas e os grupos Vertente Socialista e PT Vivo.

A junção dos mapeamentos I e II está representada na página n.231 e ilustra o fato de que, tanto na Articulação, quanto nas Tendências Minoritárias, há sindicalistas, cristãos e militantes de esquerda.

Na página seguinte (n.232), representa-se, em corte horizontal, o mapeamento III, que divide o Partido dos Trabalhadores conforme a clivagem ideológica: na parte superior do retângulo, a social-democracia; abaixo, o leninismo.

Nas páginas n.233 e n.234, respectivamente, representa-se a junção dos mapeamentos III e I (clivagem ideológica x grupos constituintes) e dos mapeamentos III e II (clivagem ideológica x blocos partidários). Observe-se a presença, seja do leninismo, seja da social-democracia, tanto em cada um dos três grupos constituintes, quanto nos dois blocos partidários.

Finalmente, na página n.235, superpõem-se os três mapeamentos.

O Partido dos Trabalhadores é representado por um retângulo, cortado vertical e horizontalmente, conforme os blocos partidários e a clivagem ideológica. Em cada uma das quatro subdivisões constam os grupos constituintes (e as suas interfaces).

Conforme o mapeamento IV, no Partido dos Trabalhadores:

a- há sindicalistas, cristãos e esquerda;

b- há sindicalistas cristãos; cristãos da esquerda; militantes de esquerda sindicalistas; sindicalistas cristãos militantes de esquerda;

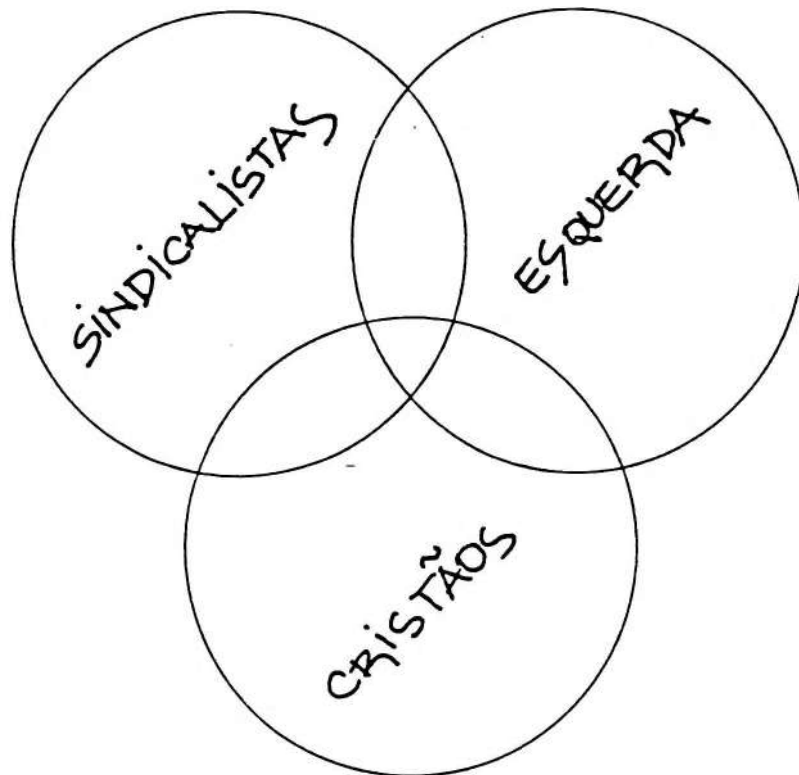
c- cada uma dessas combinações (em "a" e em "b") ocorrem em ambos os blocos partidários: há sindicalistas, cristãos e esquerda - e as suas interfaces - tanto na Articulação, quanto nas Tendências Minoritárias;

d- ocorre o mesmo frente à clivagem ideológica: há social-democracia e leninismo dentre sindicalistas, cristãos e esquerda, bem como em suas interfaces;

e- há social-democracia e leninismo, tanto na Articulação, quanto nas Tendências Minoritárias;

f- sindicalistas, cristãos e esquerda; Articulação e Tendências Minoritárias; social-democracia e leninismo entrecruzam-se, formando uma complexa análise combinatória que compõe o Partido dos Trabalhadores.

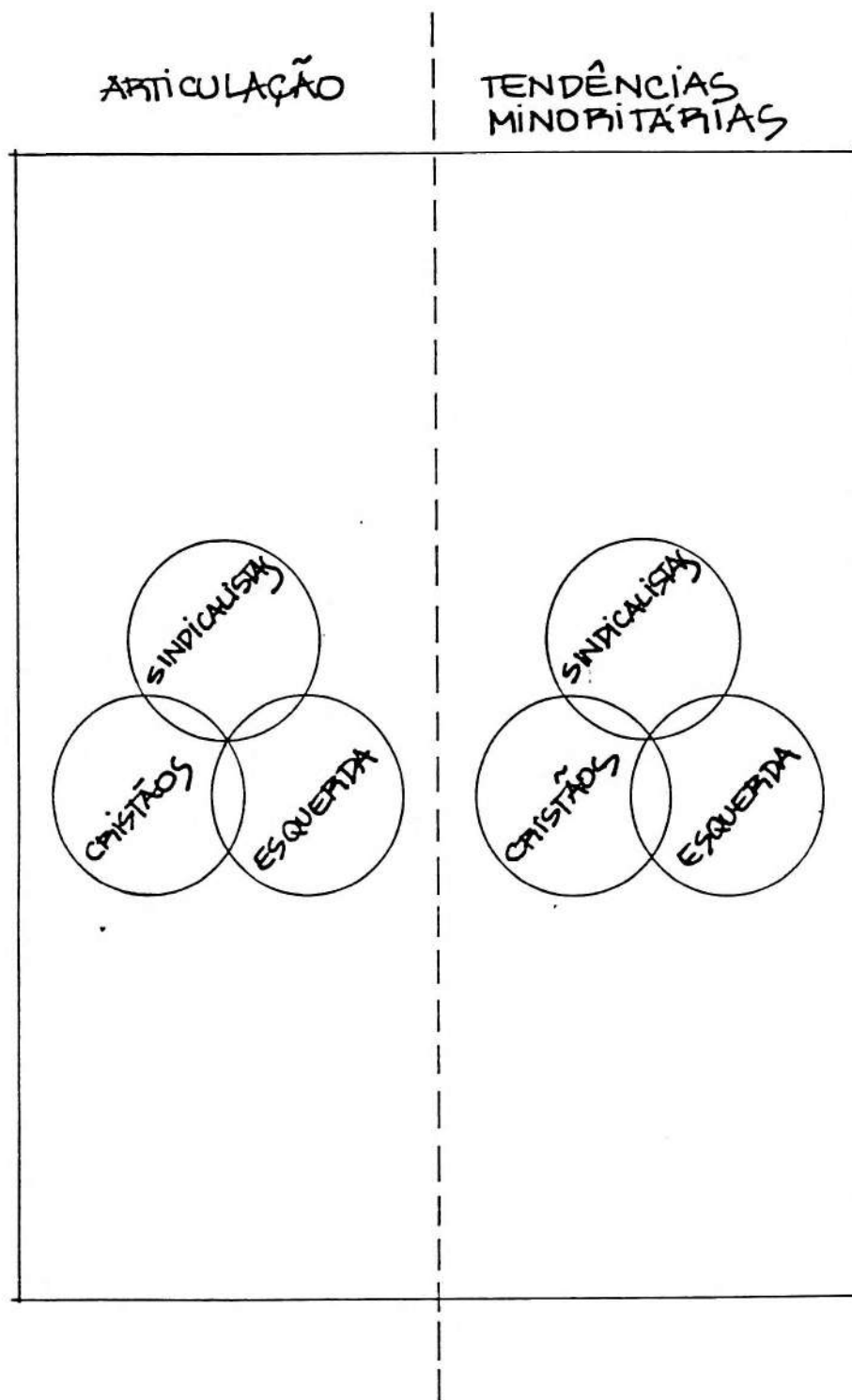
MAPEAMENTO I : GRUPOS CONSTITUINTES



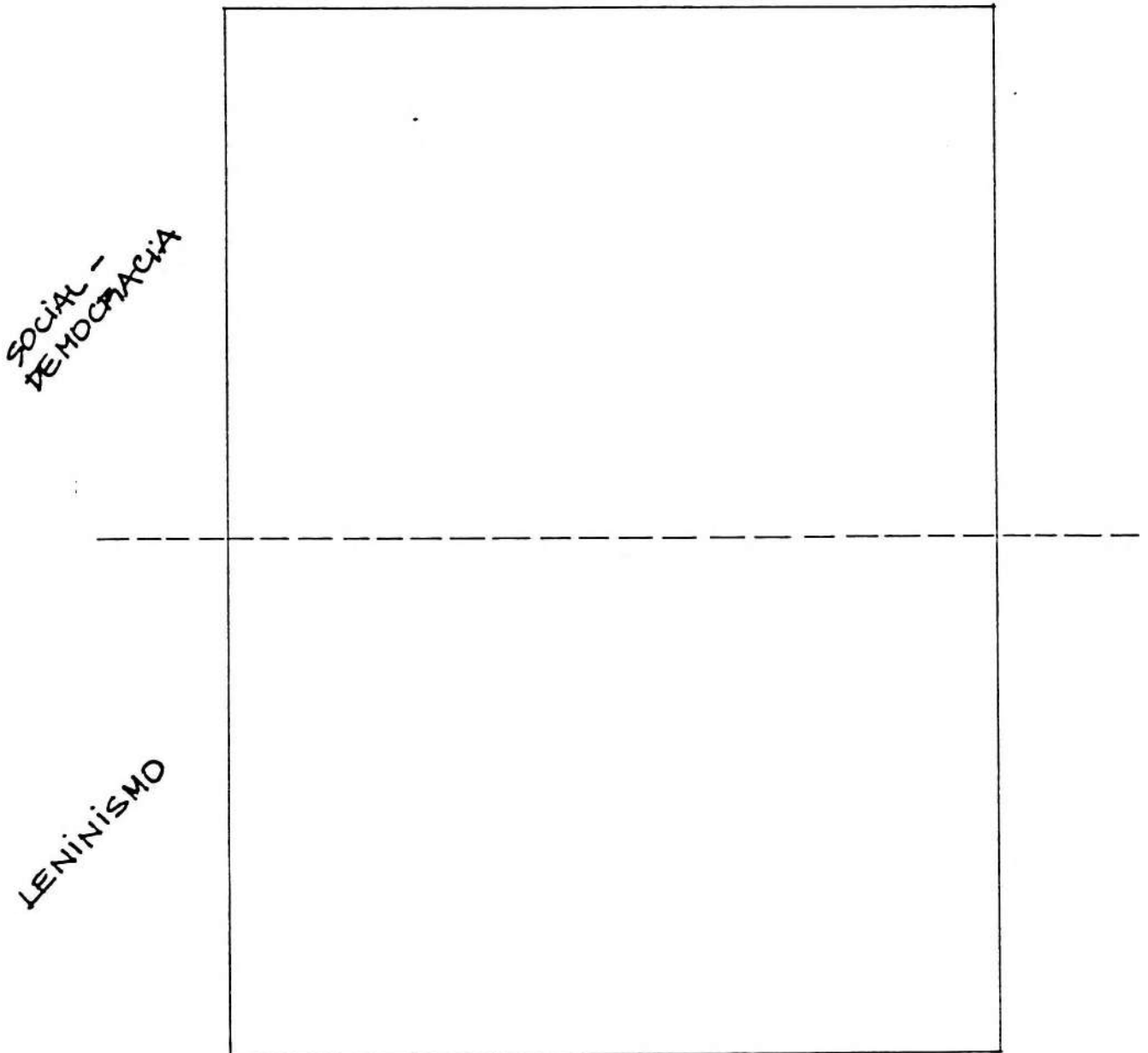
MAPEAMENTO II : BLOCOS PARTIDARIOS

TENDÊNCIA MAJORITÁRIA	TENDÊNCIAS MINORITÁRIAS		
ARTICULAÇÃO	NOVA ESQUERDA	DEMOCRACIA SOCIALISTA	VERTENTE SOCIALISTA
	FORÇA SOCIALISTA	O TRABALHO	
	PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NACIONALISTA	CONVERGÊNCIA SOCIALISTA	
	PARTIDO OPERÁRIO	LUTA PELO SOCIALISMO	
	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO NACIONALISTA	PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO NACIONALISTA	PT. VIVO
	ALA VERMELHA	LUTA DE CLASSES	
	MOVIMENTO POR UMA TENDÊNCIA MARXISTA	CAUSA OPERÁRIA	

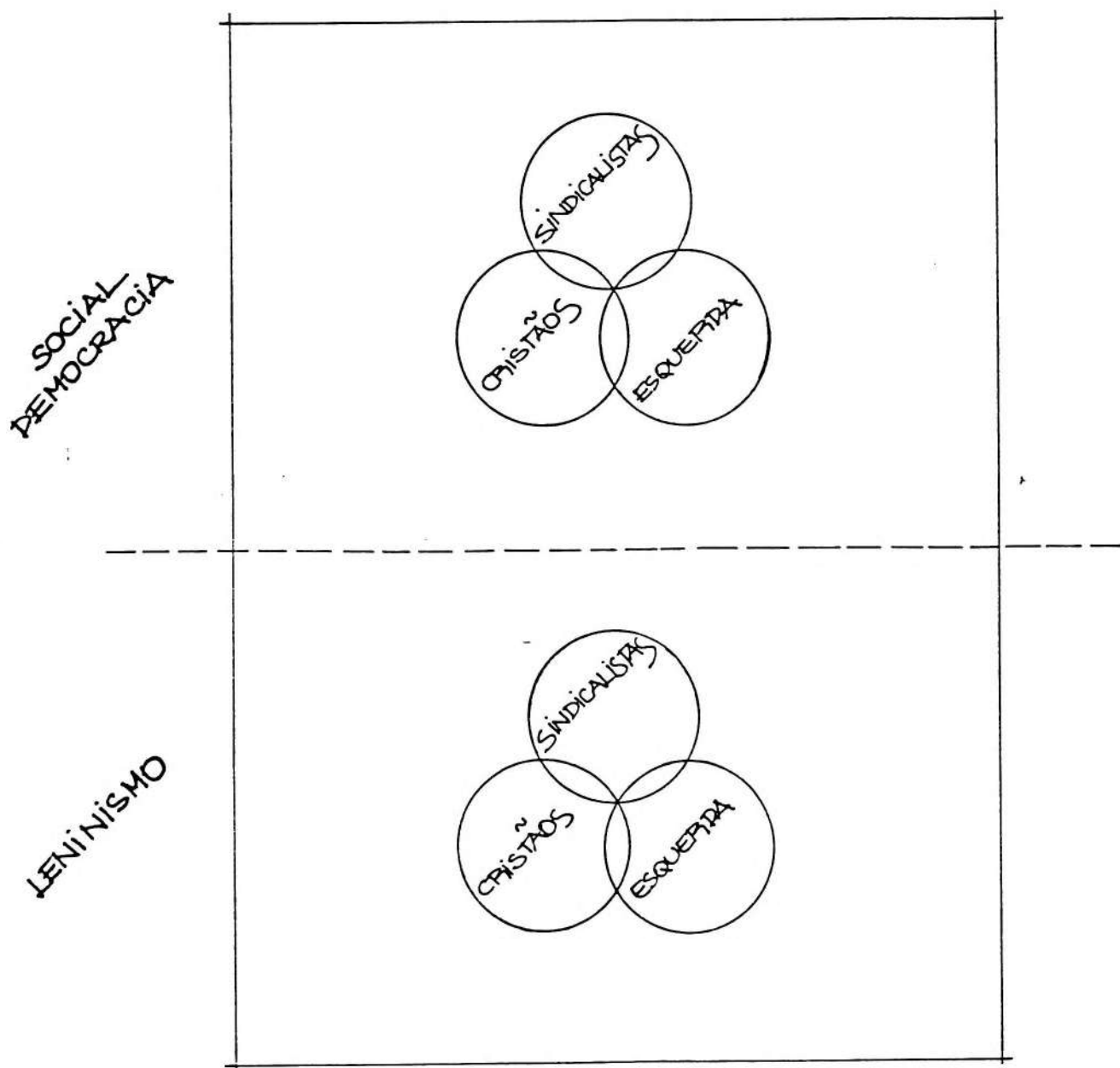
MAPEAMENTOS I + II : (GRUPOS CONSTITUINTES X BLOCOS PARTIDARIOS)



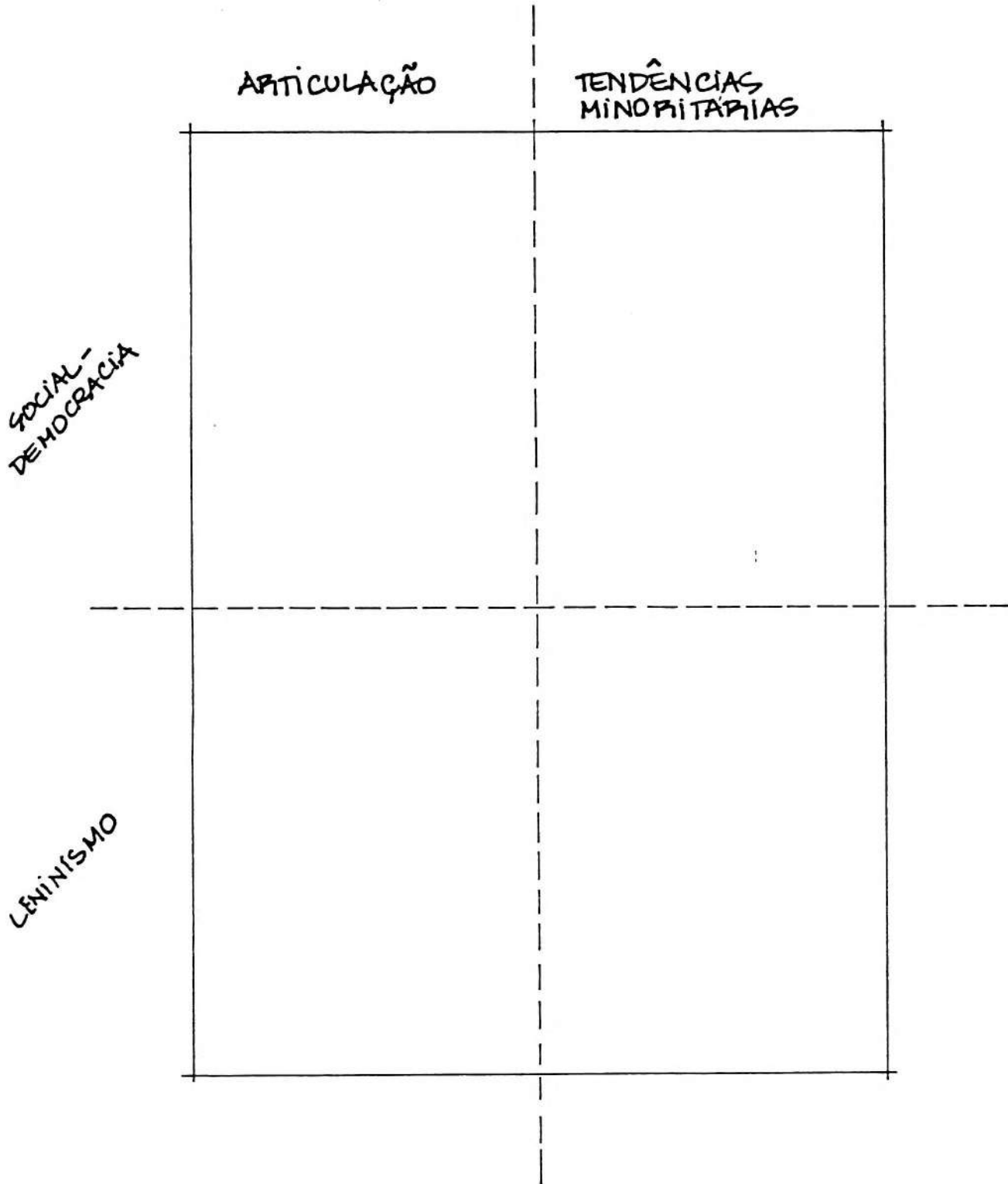
MAPEAMENTO III : CLIVAGEM IDEOLOGICA



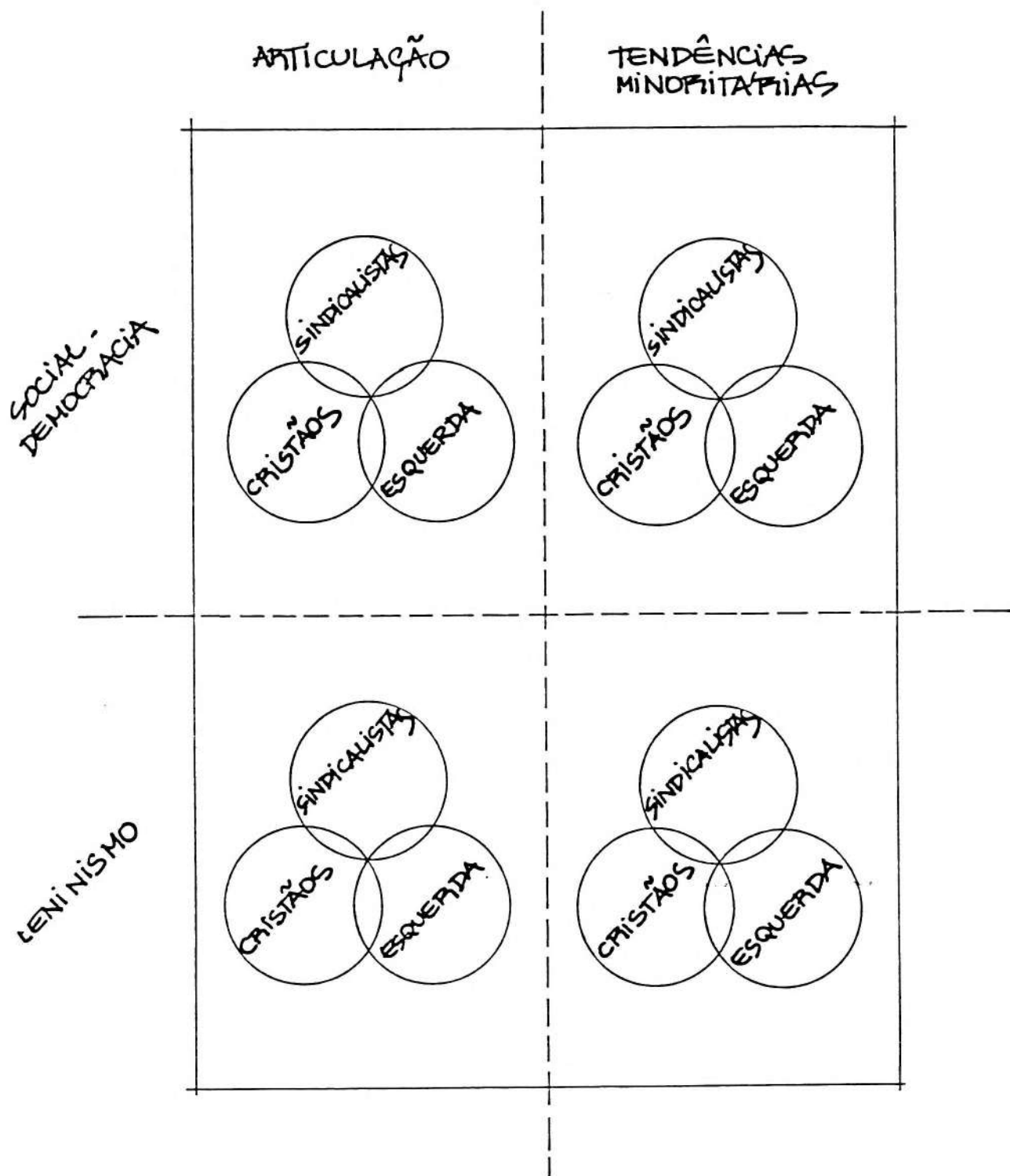
MAPEAMENTOS III + I : (CLIVAGEM IDEOLOGICA X GRUPOS CONSTITUINTES)



MAPEAMENTOS III + II : (CLIVAGEM IDEOLOGICA X BLOCOS PARTIDARIOS)



MAPEAMENTO IV (I + II + III) : (GRUPOS CONSTITUINTES X BLOCOS PARTIDARIOS X CLIVAGEM IDEOLOGICA)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando elaborei o projeto desta tese, utilizei a expressão "socialismo democrático", para designar a vertente ideológica que, no Partido dos Trabalhadores, se opõe ao leninismo. Ao redigi-la, optei por "social-democracia", um termo que não é do agrado de grande parte dos que se consideram socialistas, mesmo os mais preocupados com a democracia.

Há três razões para tal:

a- "Socialismo democrático" é uma expressão vazia, na medida em que todos os socialistas se pretendem democráticos e se vêem por ela abrangidos. Isto não significa dizer que inexistam concepções autoritárias e concepções democráticas sobre o socialismo, logo um socialismo autoritário e um socialismo democrático. Mas, sem definir claramente a linha demarcatória, não é possível identificá-los.

b- "Social-democracia", entendida como método, fundado na disputa pelo consentimento dos cidadãos-eleitores, designa, a meu ver, claramente, a condição si ne qua non do caráter democrático do socialismo: a submissão à vontade da maioria. Em outras palavras, para a perspectiva social-democrata, o socialismo só será democrático se não for imposto.

c- O fato de "social-democracia" ser uma expressão incômoda (que poderia suscitar preconceitos), para mim, constitui uma vantagem: a expressão, sem rodeios, sem tergiversações, contrapõe-se ao "leninismo", cuja superação é imprescindível para tornar democrático o socialismo. Não acredito em meias palavras a esse respeito. Ou se descobre um método mais eficaz do que o sufrágio universal - em um sistema pluripartidário livre e competitivo - para expressão da voz majoritária, ou então o regime mais democrático permanece sendo aquele que os leninistas rejeitam e que os social-democratas defendem: a democracia representativa parlamentar. Pode-se (ou, deve-se) completá-la com instâncias de participação, de democracia direta? Sem dúvida, sim, mas isso não a substitui. Para o leninismo, ao contrário, trata-se de destruir os frágeis (mas os únicos que temos) mecanismos de consulta à vontade popular. Em seu lugar vem a pretensão da posse da verdade, o suposto de que o povo não sabe o que quer, o entendimento de que quem pense diferente obrigatoriamente representa interesses das classes dominantes. Dai, não deve haver democracia quando se puder impor a vontade "socialista", por definição a melhor e a mais justa.

Ao longo dos cinco anos em que fiz meu mestrado, tive intenso contato com o Partido dos Trabalhadores, um ano coordenando uma campanha a deputado federal constituinte, dois anos na chefia de um gabinete parlamentar; os dois anos seguintes na chefia de um gabinete de secretaria da prefeitura do município de São Paulo. A convivência dos estudos com o sempre intenso trabalho implicou um sobre-esforço permanente e, certamente, viézes por meu envolvimento com o partido. Mas foi largamente compensada pela possibilidade de vivenciar e ver de perto meu objeto de investigação. Minhas atividades muito me ajudaram em meus estudos e, principalmente, estes me permitiram conhecer e entender melhor o P.T. e os petistas. Tenho hoje uma forte convicção de que o Partido dos Trabalhadores continua ainda cindido entre uma forte intenção democrática e a incapacidade de se desligar de concepções autoritárias que compõem a cultura vigente na esquerda. O I Congresso do P.T. , a se realizar ao final deste ano, é uma boa oportunidade para definições, mas eu não poderia apostar que elas virão. O PDS - Partido Democrático da Esquerda (ex-PCI - Partido Comunista Italiano) demorou 70 anos para superar o leninismo. Fará o P.T. em uma década?

NOTAS DO CAPÍTULO 1

(1) LAMOUNIER, Bolivar e MENEGUELLO, Rachel, Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro, São Paulo, Brasiliense, 1986.

(2) LAMOUNIER e MENEGUELLO (1986), p. 15

(3) LAMOUNIER e MENEGUELLO (1986), pp. 15-16

(4) PRZEWORSKI, Adam, Capitalismo e Social-Democracia, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

(5) DUVERGER, Maurice, Os Partidos Políticos, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

(6) Sobre as eleições de 1985, ver especialmente LAMOUNIER (org) (1986).

(7) Além dos textos de Sader, Eder e Galetta, há a pesquisa de Rodrigues (1990), intitulada "CUT : os militantes e a ideologia", que traz importantes informações e análises, direta ou indiretamente ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Rodrigues constata, por exemplo, que 90,9% dos delegados presentes ao III CONCUT (Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores) pertencem ao P.T.; e que os grupos que disputam o controle da CUT são os mesmos que o fazem no P.T. ("Articulação", "Nova Esquerda", "Democracia Socialista", "Vertente Socialista", "Convergência Socialista" etc).

Rodrigues verifica também as disputas internas à CUT, a presença do leninismo, as contradições entre o projeto "revolucionário" das facções mais radicais ("disfuncionais" pela "consolidação do processo democrático e da competição eleitoral") e as propostas reformistas, mais adequadas às condições atuais que exigem "menos dogmatismo e mais pragmatismo".

Para Rodrigues, "nem os grupos mais à esquerda acreditam mais seriamente que de tais palavras de ordem (as mais radicais) resulta alguma ação concreta". A manutenção de tal discurso dar-se-ia como forma de "desmascarar" os reformistas, os vacilantes e, como consequência, aumentar o poder das lideranças mais radicais...".

A linguagem radical certamente é um (importante) recurso na disputa política, particularmente em uma arena de esquerda. Entendemos, contudo, que o leninismo, por disfuncional que seja, faz parte das crenças dos grupos políticos da CUT e do P.T.

(8) Encontram-se, muitas vezes, em um mesmo texto análises tendenciosas e análises racionalizadoras, análises tendenciosas e análises simplificadoras e outras combinações possíveis.

(9) Esta questão será tratada, com maior ênfase, no capítulo 3.

(10) Esta questão será tratada no capítulo 2.

(11) Przeworski (1989) inicia o artigo "A Social-democracia como Fenômeno Histórico" com a afirmação de que "A escolha crucial foi entre participar ou não... entre ação 'direta' e ação 'política': um confronto direto entre o mundo dos trabalhadores e o mundo do capital ou uma luta via instituições políticas".

(12) Caberia também observar o fato de que, por ter sido redigido antes de 1987, o trabalho de Keck não considera o período mais recente do Partido dos Trabalhadores, que se inicia com o V Encontro Nacional, realizado naquele ano.

(13) Quanto à subestimação da esquerda no P.T. , é ilustrativa a seguinte citação: "... para desespero dos teóricos e da esquerda dogmática, herdeira de um iluminismo moderno e ateu, o povo brasileiro mistura movimento popular com CEB, metalúrgicos em greve rezam o Pai-Nosso no Estádio de Vila Euclides (em vez de cantarem a Internacional)".

O povo continua certamente fazendo misturas. Os petistas e o P.T. também, combinando cristãos, sindicalistas, intelectuais, marxistas... Mas o comício de Lula, no Estádio do Pacaembu, ao encerramento da campanha presidencial, foi marcado não pela reza do Pai-Nosso e sim por se tocar a Internacional, o que atesta o avanço da esquerda "dogmática".

(14) Tarso Genro é dirigente da tendência petista "Nova Esquerda", à qual vincula-se também o deputado federal José Genoíno Neto, grupo político que evoluiu de posições extremamente radicais para posições mais democráticas, extinguindo-se, inclusive como organização clandestina que era até 1989. (ver tópico D.2.1, do capítulo 3).

(15) Nas eleições para a Prefeitura e Câmara Municipal de São Paulo, em 1988, concorreram coligados o P.T. , o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

NOTAS DO CAPÍTULO 2

(1) Do mesmo modo, a análise de uma entrevista, de uma declaração, ou de um artigo de um de seus representantes permite conhecer as posições do indivíduo ou do grupo ao qual pertence, mas não necessariamente as do partido. Isso vale inclusive para o grupo partidário Articulação, que apesar de ser o de maior peso no P.T., em diversas vezes foi "derrotado" pelas demais forças partidárias.

(2) O objetivo é verificar se há e qual é a evolução do pensamento do P.T., analisando e contrapondo suas fases primeira (1979-1981), logo após o surgimento, e a madura, a partir do V Encontro Nacional, em 1987, quando, pretende-se, seu projeto político foi clareado. Para o próprio partido, o período intermediário, de 1982 a 1986, é de importância secundária no que se refere à definição da proposta partidária.

(3) As Resoluções dos Encontros Nacionais são resultantes de um processo formal, oficial, pelo qual, a partir de textos apresentados pela diversas chapas inscritas (compostas por uma ou mais tendências partidárias), e de um texto-base selecionado entre eles, chega-se a um documento final, discutido, votado e aprovado pelos delegados presentes ao Encontro. Estes delegados são eleitos em Convenções realizadas nos diversos Estados e Municípios, a partir do número de filiados e do número de votos obtidos por chapa inscrita. Apesar do questionamento que, às vezes se faz, da qualidade da discussão, as deliberações dos Encontros Nacionais são representativas do pensamento partidário, expressam a síntese das idéias e propostas em confronto, proporcional ao peso de cada grupo ou facção.

(4) Há diversas definições de "democracia". Para Hayek, é um "convenio que permite a la mayoría de los ciudadanos verse libre de los gobiernos, que no les gustan". Para Popper, "o que distingue essencialmente um governo democrático de um não democrático é que no primeiro os cidadãos podem livrar-se de seu governantes sem derramamento de sangue". Schumpeter vai na mesma direção associando a democracia à possibilidade de "aceitar ou recusar os homens chamados a governar".

Outro tipo de conceituação é a de Kelsen que define a democracia pela "autonomia", em contraste com a "heteronomia". Ou de Gaetano Mosca que fala em poder que "vem de baixo" em oposição ao que "vem de cima". Ou ainda de Robert Dahl que destaca a dispersão do poder, a "poliarquia".

Há, finalmente, as definições que distinguem a "democracia" pela origem, pela fonte do poder, mais comprometidas com a etimologia, "governo" ou "poder do povo". Sartori em seu "Teoria Democrática" adverte para os riscos e as insuficiências desse caminho, quer porque a expressão "povo" sujeita-se a muitos entendimentos (grande número, todas as pessoas, uma entidade orgânica, maioria absoluta, maioria limitada), quer porque, STRICTU SENSU, nas democracias representativas o povo não governa, mas é governado (daí as expressões "democracias

governantes e governadas", propostas por Bourdieu). O próprio Sartori, contudo, define a democracia ora EX-ADVERSO, contrapondo-a à "autocracia", ora como o "sistema político no qual o POVO (grifo meu) exerce poder suficiente para ser capaz de mudar os dirigentes, mas não para se governar ele próprio". Ou como um "sistema no qual é a MAIORIA que designa e que apoia a MINORIA que governa". (grifos meus)

A definição de Sartori ficaria melhor se substituisse o "mas" por "ainda que", pois um governo exercido de modo direto não deixaria de ser democrático. De qualquer modo, quer quando se fala em possibilidade de escolha ou substituição (pacífica) dos governantes, quer quando se recorre a características do poder (vindo de baixo, exercido pelos interessados, disperso), quer quando se aponta a liberdade como elemento diferenciador, a democracia, independentemente de ser direta ou indireta, necessariamente vincula-se à idéia de POVO, entendido como a MAIORIA dos cidadãos. Maioria enquanto origem da soberania ou do poder, maioria enquanto forma e procedimento para a tomada de decisões.

Bobbio, por exemplo, entende que "acredita-se que o conceito de democracia seja um conceito elástico, que se pode puxar de um lado e de outro à vontade. Desde que o mundo é mundo democracia significa governo de todos, ou de muitos ou da maioria, contra o governo de um só, ou de poucos, ou de uma minoria". Para ele, "o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabeleçam QUEM está autorizado a tomar as decisões coletivas e por quais PROCEDIMENTOS"; "a regra fundamental da democracia é a da MAIORIA". (grifo meu) Daí Bobbio extrai uma "DEFINIÇÃO MINIMA de democracia (grifo meu), segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados".

Apenas na literatura marxista, a democracia, ainda hoje, na sua forma "burguesa" é associada ao poder que não é do POVO, mas da burguesia, e, portanto, não ao governo (direto ou indireto) da maioria, mas da minoria.

(5) Proposições desse tipo, que se encontram ao longo de toda a trajetória do P.T., permitem entender, anos depois, certas vacilações perante a perspectiva e a situação de poder, "ainda no capitalismo", quando um programa de governo é indispensável e a sua ausência (ou insuficiência) um desastre.

Carlos Eduardo de Carvalho, coordenador do PAG - Plano de Ação Governamental da candidatura Lula a presidente, em artigo publicado no número 10, da revista "Teoria e Debate", do Partido dos Trabalhadores, afirma que havia uma contradição nítida nas posições partidárias perante a questão do programa. Segundo ele, na primeira versão do programa estava contida "uma concepção a respeito do governo que ... avançava sobre o documento do V Encontro e entrava em choque com ele em diversos pontos importantes. No meu entendimento particular, esse choque pode ser

resumido na questão crucial de saber se o programa estaria voltado para assegurar a governabilidade, para ser cumprido de fato e atingir os objetivos do governo, ou se seria um programa sabidamente irrealizável, que apenas ajudaria a mobilizar as massas e preparar o governo e os trabalhadores para a ruptura que inevitavelmente iria acontecer". Ainda segundo Carlos Eduardo, questões essenciais como se o P.T. iria ou não, afinal, "administrar o capitalismo", não foram devidamente solucionadas: "a síntese que acabou permitindo aprovação da linha geral do PAG não resolveu nenhuma dessas discussões de fundo, que não se aprofundaram a ponto de atingir seus fundamentos teóricos e políticos".

(6) Os diversos grupos componentes do P.T. serão discutidos no capítulo 3. Entre outras hipóteses, defender-se-á a que, comparativamente aos grupos da esquerda organizada, é pequena a influência, no partido, dos intelectuais e acadêmicos, em tese mais sensibilizados para a coerência programática e ideológica, bem como para a definição de um socialismo democrático, não ortodoxo. Quanto aos documentos iniciais, afora a importância ainda secundária da esquerda leninista (que contudo já se fazia expressar), optou-se, inclusive os intelectuais, por um conteúdo relativamente vago e indefinido, postergando-se definições e decisões por deverem vir "com o tempo, democraticamente, dos próprios trabalhadores". Os equívocos de tal postura foram abordados no capítulo 1.

(7) No Estado de São Paulo, por exemplo, o mais importante do país, o Partido dos Trabalhadores elegeu, em 1986, 10 deputados estaduais e 8 deputados federais. A bancada no Congresso era de 16 deputados. Em 1990, em São Paulo, apesar da votação do P.T. ficar aquém das expectativas, cresceram as bancadas. Elegeram-se 14 deputados estaduais, 10 deputados federais e a bancada nacional cresceu para 35 deputados federais e 1 senador por São Paulo. Nas eleições municipais de 1988 o P.T. fez 36 prefeituras, entre elas as capitais São Paulo, Porto Alegre e Vitória e cidades importantes como Santos, Campinas, Santo André, São Bernardo, Diadema, Piracicaba, em São Paulo; Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; Ipatinga, João Monlevade e Timóteo, em Minas Gerais. Ainda em 1988, o Partido dos Trabalhadores sextuplicou o número de vereadores eleitos no país em 1982, elevando-o de 179 para 1007. (dados a respeito do número de prefeituras e vereadores extraídos de Gadotti e Pereira (1989), que citam como fonte o "Boletim Nacional", número 41, e a Revista "Teoria e Debate", número 5, ambos do P.T.).

(8) A opinião expressa sobre o socialismo real não é exclusiva do orador. A transcrição do discurso registra palmas.

(9) A separação em "dois momentos", "tomada do poder" e "construção do socialismo", formulada no V Encontro Nacional do P.T. e não abandonada nos dois Encontros seguintes, é de particular importância, apesar de passar despercebida ou subestimada, quer pelos petistas, quer pelos analistas. Reiteramos que a formulação é, no mínimo, ambígua, para não dizer

que atesta a-intenção partidária de que ao socialismo se chega pelo assalto à institucionalidade e não por meio da disputa dentro dos marcos legais.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

(1) Convergiram também para o P.T. parlamentares progressistas do MDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações e movimentos populares etc... O "tripé" sindicalistas - cristãos - esquerda, corresponde a um esquema (como todo esquema) simplificador que tem, contudo, a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu o partido. Outros limites de tal esquema serão apontados ao longo desse capítulo.

(2) Conforme os "sindicalistas autênticos", as "oposições sindicais" e os "radicais", todos hoje vinculados à CUT - Central Única dos Trabalhadores, os sindicalistas da "unidade sindical", vinculados atualmente à CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, não deveriam ser excluídos da condição de "pelegos". Quanto à denominação "radicais", utilizada por Isabel, por encerrar um juízo de valor a respeito das concepções desses sindicalistas (do qual, aliás, não discordamos), talvez fosse mais adequado utilizar "sindicalistas vinculados a organizações de esquerda". O mesmo argumento, do juízo de valor, aplicar-se-ia aos "autênticos", mas ao contrário de "radicais", a denominação é aquela utilizada por todos os analistas.

(3) A afirmação de que os "sindicalistas autênticos" sejam os "principais criadores do P.T." não deve ser entendida como uma subestimação da importância da "esquerda", organizada ou não, equívoco costumeiramente cometido nas análises sobre o partido. Hoje, a hegemonia no P.T. está dividida entre os "sindicalistas autênticos" e a "esquerda", podendo-se dizer que, no plano ideológico, a supremacia é da "esquerda".

(4) Sobre a evolução dos sindicalistas ao P.T., ver, especialmente, Keck (1986) e Oliveira, Isabel (1988).

(5) Sobre as CEB's, ver, por exemplo, Betto (1981).

(6) Sobre os grupos organizados de esquerda, ver Silva, Antonio (1987). A divisão aqui proposta, entre esquerda organizada e esquerda independente (não organizada) refere-se ao momento inicial, de constituição do Partido dos Trabalhadores. Com o tempo, a situação foi se alterando, ocorrendo a extinção de agrupamentos para-partidários e sua dissolução no partido, ou em tendências partidárias: a transformação de partidos clandestinos em tendências partidárias; a constituição, por militantes independentes, de tendências ou agrupamentos internos...

Ao contrário do momento inicial, quando se fundou o P.T., em que havia apenas, de um lado, organizações paralelas ao partido e, de outro, militantes independentes, hoje a situação é bem mais complexa. A distinção entre partidos clandestinos, ou paralelos ao P.T., agrupamentos ou organizações para-partidários, facções ou tendências internas (no P.T. ou do P.T., a depender da análise) varia conforme a ênfase que se dá a uma ou outra característica de cada grupo. Pode-se dizer que há uma linha

continua que vai desde os filiados que não se vinculam a qualquer grupo ou facção, passando pelas tendências ou facções do partido, os agrupamentos que mantêm maior grau de funcionamento independente e autônomo - as tendências no partido, até os partidos ou grupos ostensivamente concorrentes, que se utilizam do partido para atingir seus próprios objetivos.

A respeito das tendências no/do Partido dos Trabalhadores, há um rico debate travado desde vários anos que culminou com a regulamentação do "direito de tendências" no V Encontro Nacional, em 1987, sem que, contudo, se conseguisse consenso a respeito da questão.

Em 1990, praticamente todos os militantes mais assíduos do P.T., particularmente os que ocupam cargos diretivos, estão vinculados a alguma tendência ou facção partidária, de tal modo que a questão, de certo modo, passa a ser não mais o "direito de tendências", mas o direito de não ser/não pertencer a tendência.

(7) Oliveira, Isabel (1988) mostra como, a despeito da combatividade e do vigor de suas lideranças, os autênticos adotavam modelos precários (às vezes, inclusive ingênuos) de ação e projeto político. Daí porque "o que os 'radicais' pensam acaba sendo de alguma forma introduzido no estoque de conhecimento dos outros líderes. A idéia de 'luta de classes' por exemplo não fazia parte do imaginário político dos 'autênticos', onde, ao contrário, enfatizava-se uma harmonia ou complementaridade entre as classes".

Em relação aos cristãos progressistas, Plínio Arruda Sampaio, em texto intitulado "Os Cristãos na Política", analisa as dificuldades da passagem da "luta na base" para o campo político strictu sensu, bem como uma de suas principais razões, o baixo nível de informação política dos cristãos.

Conforme Plínio, "os textos da doutrina social da Igreja fazem análises históricas, oferecem explicações para certos fenômenos, trabalham enfim categorias que já se incluem no campo das teorias políticas. Isto, contudo, não faz dela uma teoria política no sentido estrito do termo". Ainda segundo Plínio, "a doutrina social da Igreja não é automaticamente operacional. Ela inspira, orienta, fixa parâmetros, mas não oferece elementos para prever o desenvolvimento dos processos políticos concretos nem para intervir neles".

Frei Betto (1981) é de opinião idêntica. Para ele, "o discurso religioso é, por natureza, um discurso genérico, simbólico, ético que estabelece uma meta, um projeto, aquilo que deve ser. Não propõe mediações dentro de uma estratégia definida. Não é um discurso analítico. Assim, o discurso religioso enuncia princípios mas não desce aos detalhes da aplicação; estabelece normas mas não determina um plano de ação; aspira à justiça, mas não diz com que meios alcançá-la dentro de uma circunstância concreta".

Tanto Plínio, quanto Betto apontam a necessidade do estudo do marxismo, pelos cristãos, para superar a insuficiente formação política.

(8) Discute-se no Partido dos Trabalhadores, e na própria "Articulação", se o grupo deve ser considerado uma tendência

partidária. Depende, é claro, do que se considere uma tendência (ver nota n.6). A "Articulação" é de qualquer modo uma facção, dentre outras existentes no P.T.

(9) Existem agrupamentos comunistas secundários e de menor expressão como o PRO - Partido Revolucionário Operário, cisão do PRC que possui certa expressão no Ceará e ao qual vincula(va)-se a ex-prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenele; a "Ala Vermelha", liderada pelo pré-candidato a governador do Distrito Federal, em 1989, Orlando Cariello; grupos ligados ao PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; o "Movimento por uma Tendência Marxista", uma cisão do PRC no momento em que se dissolveu...

(10) Há também grupos trotskistas menos importantes como o LPS - Luta Pelo Socialismo, saído da DS - Democracia Socialista; o POR - Partido Operário Revolucionário, dirigido pelo vereador de Diadema, Manoel Boni (expulso do P.T.); o grupo "Luta de Classes", liderado pelo vice-prefeito de Diadema, Antonio Justino...

(11) O "PT Vivo" não tem expressão no Partido dos Trabalhadores pelo critério de número de votos ou delegados nas convenções partidárias. É formado, contudo, por (ex) assessores da prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, que ocupam posições e cargos estratégicos na Prefeitura do Município de São Paulo. Daí a importância do grupo.

(12) Este e os grifos seguintes, nas transcrições relativas aos agrupamentos do partido, são meus, exceto os que forem indicados como constantes no original.

(13) A entrevista de Lula provocou diversas reações no Partido dos Trabalhadores, quase todas exclusivamente voltadas para o jornal "Folha de São Paulo", acusado de deturpar as declarações de Lula. Paul Singer, atualmente Secretário do Planejamento do Município de São Paulo, em artigo publicado no mesmo jornal, em janeiro de 1986, não deixou de registrar as contradições e os problemas na fala do presidente do P.T. : "A questão perde clareza, no entanto, quando Lula procura demonstrar que a democracia formal é falsa... Lula embaralha os planos políticos e econômicos e contrapõe dois tipos de democracia que na realidade não são alternativas históricas. O dilema hoje no Brasil, como em Cuba e em qualquer outro país não é o dilema entre democracia formal e democracia real, mas entre democracia (sem adjetivos) e autoritarismo...".

Singer conclui o artigo afirmando: "Convém notar ainda que as tentativas de chegar ao socialismo mediante a 'suspensão' da democracia 'formal' sempre fracassaram. Trata-se agora de repensar o socialismo em outros termos, isto é como extensão da democracia às instituições que afetam diretamente a vida do povo...".

(14) O leninismo, tal qual aqui caracterizado, não exige ser suficiente (como afirma Bobbio), mas sim que seja necessária

a "tomada do poder", para a instituição do socialismo. Gramsci, desde as primeiras décadas do século, havia advertido que a conquista da hegemonia na sociedade civil é condição para o sucesso do socialismo, tendo em vista a complexidade das sociedades e dos Estados Ocidentais, em que a dominação não se baseia exclusivamente na coerção. Gramsci, porém, não deixa de ser leninista (e assim ele se via) na medida em que julgava ser ainda preciso a "tomada do poder", a revolução, o rompimento com a ordem "burguesa", para se chegar ao socialismo.

(15) É correta a constatação de que, na "democracia" concebida por Lênin, oprime-se o povo. Porém, no raciocínio de Lênin (que Sartori segue na exposição), a democracia não necessariamente "opprime o demos". Se se tratar da "democracia socialista", oprime "a burguesia".

(16) No Dicionário de Política, de Bobbio, Matteucci e Pasquino, lê-se no verbete "social-democracia", assinado por Domenico Settembrini: "Na prática, usa-se (o conceito de social-democracia) para designar os movimentos socialistas que pretendem mover-se rigorosa e exclusivamente no âmbito das instituições liberal-democráticas, aceitando, dentro de certos limites, a função positiva do mercado e mesmo a propriedade privada. Renunciam assim a estabelecer, quando quer que seja, 'um novo céu e uma nova terra'".

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental, Porto, Edições Afrontamento, 1976.
- BARBEIRO, Heródoto (Entrevistador). O que Pensam os Presidenciáveis: Lula, São Paulo, Editora Harbra, 1989.
- BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- . Fidel e a Religião, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- . Lula: Biografia Política de um Operário, São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- BOBBIO, Norberto. O Conceito de Sociedade Civil, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982.
- . Qual Socialismo?, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- . O Futuro da Democracia, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.
- . As Ideologias e o Poder em Crise, Brasília, Editora Universidade de Brasília / Editora Polis, 1988.
- . Liberalismo e Democracia, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- BOTTOMORE, Tom (org). Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- BOURDEAU, Georges. La Democracia, Barcelona, Ediciones Ariel, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam (orgs). Política e Sociedade, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1983.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas, São Paulo, Editora Moderna, 1981.
- COLLETTI, Lúcio. Ultrapassando o Marxismo, Rio de Janeiro, Editora Universitária, 1983.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- . Dualidade de Poderes: Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

- DAHL, Robert. Um Prefácio à Teoria Democrática, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1989.
- DALLARI, Pedro (org). Política Municipal, Porto Alegre, Mercado Aberto / Fundação Wilson Pinheiro, 1985.
- DJILAS, Milovan. A Nova Classe, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1958.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- . Os Laranjais do Lago Balaton, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980
- ECO, Humberto. Como se Faz uma Tese, São Paulo, Editora Perspectiva, 1985.
- FERNANDES, Florestan. Pensamento e Ação: O P.T. e os Rumos do Socialismo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. Pra que P.T. : Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- GALETTA, Ricardo. Pastoral Popular e Política Partidária no Brasil, Universidade Metodista de Piracicaba, mimeo, 1984.
- GARCIA, Marco Aurélio (org). As Esquerdas e a Democracia, São Paulo, Paz e Terra / CEDEC, 1986
- GORBACHEV, Mihail. Perestroika: Novas Idéias para meu País e o Mundo, São Paulo, Editora Best Seller, 1987.
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira das Ilusões Perdidas à Luta Armada, São Paulo, Editora Atica, 1987.
- GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel: As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci, Porto Alegre, L & PM Editores, 1983.
- GURGEL, Claudio. Estrelas e Borboletas: Origens e Questões de um Partido a Caminho do Poder, Rio de Janeiro, Editora Papagaio, 1989.
- GUTIERREZ, Gustavo. Teologia da Libertação, Petrópolis, Editora Vozes, 1983.
- HAYEK, Friederich A. O Caminho da Servidão, Porto Alegre, Livraria Globo, 1946.
- . Democracia, Justicia y Socialismo, Mexico, Editorial Diana, 1978.

- HOBBSBAWN, Eric. Historia del Marxismo. Barcelona, Editorial Bruguera, 1979.
- KECK, Margareth Elizabeth. From Movement to Politics: The Formation of the Worker's Party in Brazil, Columbia University, mimeo, 1986.
- KELSEN, Hans. Esencia y Valor de la Democracia, Barcelona, Editorial Labor, 1934.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil, São Paulo, Edições Símbolo, 1980.
- KONDER, Leandro. A Democracia e os Comunistas no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980
- LAMOUNIER, Bolivar (org). 1985: O voto em São Paulo, São Paulo, IDESP, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar e MENEQUELLO, Rachel. Partidos Políticos e Consolidação Democrática, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEFEVRE, Henri. O Pensamento de Lenine, Lisboa, Moraes Editores, 1969.
- LENIN, V.I. Democracia Socialista, Lisboa, Edições Avanti, 1975.
- . O Estado e a Revolução, São Paulo, Global Editora, 1987.
- MACPHERSON, C.B. A Democracia Liberal: Origens e Evolução, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- MARTINS, Carlos Estevam (org). Estado e Capitalismo no Brasil, São Paulo, Editora Hucitec, 1977.
- . "As três Democracias e o Marxismo dos Contemporâneos", in Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1981.
- MARX, Karl. "O XVIII Brumário de Luís Bonaparte", in Coleção 'Os Pensadores', Vol.36: Marx, São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- . Le Capital, Paris, Editions Sociales, 1976.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. "Manifesto do Partido Comunista", in Obras Escolhidas, São Paulo, Editora Alfa Omega, s/ data.
- MATTICK, Paul e outros. Karl Kautsky e o Marxismo, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.
- MENEQUELLO, Rachel. P.T. : A Formação de um Partido, Rio de Janeiro, 1989.

- MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MOISES, José Alvaro. Transição, Democracia e Socialismo: Resgate da Utopia, São Paulo, mimeo, 1986.
- MOREL, Mário. Lula, O Metalúrgico: Anatomia de uma Liderança, São Paulo, Nova Fronteira, 1981.
- MUSZYNSKI, Judith. As Razões de um resultado surpreendente: a vitória de Luiza Erundina, São Paulo, IDESP / FGV, 1989.
- NAPOLITANO, Giorgio. O Partido Comunista Italiano, O Socialismo e a Democracia, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- NEUMANE, José. Erundina: a Mulher que veio com a Chuva, Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1989.
- NUCLEO Ampliado de Professores do Partido dos trabalhadores. Lula: Entrevistas e Discursos, São Paulo, ABCD Sociedade Cultural, 1980.
- OLIVEIRA, Elvira. Luiza Erundina: Uma Graúna a caminho do Ibirapuera, São Paulo, Editora Busca Vida, 1988.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Trabalho e Política: As Origens do Partido dos Trabalhadores, Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- PEDROSA, Mário. Sobre o P.T., São Paulo, Ched Editorial, 1980.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "Crise e Renovação da Esquerda na América Latina", in Lua Nova Revista de Cultura e Política, n.21, São Paulo, CEDEC, 1990.
- POMAR, Vladimir. Quase Lá: Lula, o Susto das Elites, São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1990.
- PONT, Raul Anglada. Da Crítica do Populismo à Construção do P.T., Porto Alegre, Editora Siriema, 1985.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social Democracia, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- REBELO, Aldo. No Olho do Furacão: Luiza Erundina, a Campanha e a Vitória, São Paulo, Editora Alfa Omega, 1989.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. Partidos e Sindicatos, São Paulo, Editora Atica, 1990.
- . CUT: os Militantes, e a Ideologia, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1990.

SADER, Eder. Marxismo e Teoria da Revolução Proletária, São Paulo, Editora Atica, 1986.

----- . Quando Novos Personagens entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org). E agora P.T. : Caráter e Identidade, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

SAMPAIO, Antonio Possidônio. Lula e a Greve dos Peões, São Paulo, Escrita, 1982.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e Castigo, Rio de Janeiro, Edições Vértice e IUPERJ, 1987.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Maria Antonia: Uma rua na Contra Mão, São Paulo, Editora Nobel, 1988.

SARTORI, Giovanni. A Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno, Belo Horizonte, RBEP, 1962

----- . Teoria Democrática, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

SILVA, Antonio Ozai da. História das Tendências no Brasil: Origens e Propostas, Editado pelo Autor, 1981.

SINGER, André (org). Sem medo de ser Feliz: Cenas de Campanha, São Paulo, Scritta Oficina Editorial, 1990.

SINGER, Paul. O que é Socialismo Hoje, Petrópolis, Vozes, 1980.

SOUKI, Léa Guimarães. Um estudo exploratório sobre Autoritarismo num Partido político, Belo Horizonte, mimeo, 1986.

TOGLIATTI, Palmiro. Socialismo e Democracia, Rio de Janeiro, Ilha Livraria Editora, 1980.

TRAGTEMBERG, Maurício. Reflexões sobre o Socialismo, São Paulo, Editora Moderna, 1986.

TOURAINÉ, Alain. O Pós Socialismo, São Paulo, Brasiliense, 1988.

WEFFORT, Francisco C. (org). Por que Democracia?, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

----- . O que é Deputado, São Paulo, Brasiliense, 1986.

----- . P.T. , um Projeto para o Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.